

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
JULIANA BACH VIANA

RIO INVISÍVEL E DISPUTAS NARRATIVAS *ONLINE*: a situação de rua nas redes de
solidariedades e conflitos

RIO DE JANEIRO
2021

Juliana Bach Viana

RIO INVISÍVEL E DISPUTAS NARRATIVAS *ONLINE*: a situação de rua nas redes de solidariedades e conflitos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, no Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Monica Machado.

RIO DE JANEIRO
2021

CIP - Catalogação na Publicação

VV614r Viana, Juliana Bach
Rio Invisível e disputas narrativas online: a situação de rua nas redes de solidariedades e conflitos / Juliana Bach Viana. -- Rio de Janeiro, 2021.
184 f.

Orientadora: Mônica Machado.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2021.

1. Antropologia digital. 2. Ciberativismo. 3. Relações mediadas. 4. Comunidades virtuais. 5. Situação de rua. I. Machado, Mônica, orient. II. Título.

JULIANA BACH VIANA

RIO INVISÍVEL E DISPUTAS NARRATIVAS *ONLINE*: a situação de rua nas redes de solidariedades e conflitos.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, no Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Mônica Machado (Orientadora)

Programa de Pós Graduação e Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – Instituto de Psicologia – UFRJ

Prof.^a Dr.^a Samira Lima da Costa

Programa de Pós Graduação e Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – Instituto de Psicologia – UFRJ

Prof. Dr. Alex Fernando Teixeira Primo

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação – UFRGS

DEDICATÓRIA

À minha amada mãe, Fátima, que partiu tão cedo, mas me ensinou tanto.

Ao meu avô, Edyr, que me ensinou a aprender.

Às minhas filhas, Anita e Joana, e ao Flávio, com todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

Não posso deixar de começar a longa lista que se inicia aqui com um agradecimento especial aos meus pais, Fátima (*in memoriam*) e Ronaldo, que sempre me incentivaram e me inspiraram a perceber a educação não como uma formalidade necessária, mas como algo cheio de sentido e libertador. Agradeço também aos meus avós, Laura e Edyr (*in memoriam*), que, mesmo nos períodos em que vivemos longe, sempre estiveram presentes de forma muito significativa e participante. À minha tia Kátia, que tanto me estimulou e possibilitou que eu seguisse na vida acadêmica, com muito zelo e carinho. À tia Isa e tio Eto, por todo o incentivo e apoio. À toda a minha família, Vianna e Bach, por serem tão especiais para mim.

Ao longo da trajetória acadêmica surgiram muitas inseguranças e desafios, além de uma inesperada situação de pandemia, que alterou radicalmente todo o cenário previsto para o desenvolvimento da pesquisa. Assim, contar com o apoio cuidadoso, gentil e assertivo da minha orientadora, a prof. Dra. Mônica Machado, foi fundamental para manter o rumo, apesar de toda a tempestade. Além disso, tive a sorte de contar com o apoio de todo o grupo Mediatio que fez com que o percurso deste mestrado, apesar do período de isolamento social, não possa ser descrito como uma atividade solitária. Agradeço a todos do grupo que compartilharam dicas, conselhos, modelos e experiências que tanto ajudaram a clarear o caminho, em especial à Arize e Camilla pela generosidade. À Carolina Hilal agradeço por ter sido praticamente a minha guia desde o início do mestrado, sempre com seu jeito alegre e franco. Agradeço muito por ter podido contar com a companhia dos queridos Débora Mesquita e Rondon Marques, que hoje considero muito mais que colegas. São bons amigos que o Mediatio me deu.

A todos os que compõem o EICOS, professores, funcionários, colegas, meu muito obrigada por fazerem dessa instituição um espaço de troca e generosidade. Obrigada em especial ao Ricardo Fernandes, sempre pronto a auxiliar-nos em nossas mais diversas dificuldades.

Agradeço ao Paulo, pelo café e por compartilhar comigo a sua experiência. Ajudou muito.

Agradeço à professora Dra. Samira Lima da Costa, pela inspiração, sensibilidade e contribuições tão valiosas não só para essa pesquisa, mas como um convite a um novo modo de ver as coisas.

Ao professor Dr. Alex Primo, agradeço primeiro por todas as inquietações instigadas pelas leituras de seus trabalhos, que fizeram parte das minhas referências bibliográficas desde

os tempos da graduação, e por ter gentilmente me aceitado em sua disciplina na ECO (Escola de Comunicação da UFRJ). Agradeço à professora Samira e ao professor Alex por terem aceitado compor a banca de avaliação desta dissertação.

Agradeço aos meus queridos amigos, companheiros de todas as horas, pois sem vocês tudo isso teria sido muito mais difícil e sem graça. À Jô, Pri, Fê, Patrícia, Vilma, Renato, Luíza, Mari, Raquel, Irene e Anne pela amizade, companheirismo e afeto. Vocês são minha família também. Ao amigo e vizinho Lourenço, pelas conversas e acolhida à minha filha Joana, o que foi muito importante para que pudesse ter mais tempo para a escrita.

Agradeço à Cleide, pelo carinho à minha família. Agradeço à Laisa, por todos os anos de cuidado e amizade.

À Tatiana, por me ouvir sempre que eu precisava.

Agradeço à família Izhaki, em especial à Elisa e Fania Izhaki, pelo o suporte, incentivo, livros (muitos!) e por todo o carinho e atenção.

Aos membros do Rio Invisível, aos meus interlocutores e a todos que doaram um pouco do seu tempo para que essa pesquisa pudesse existir.

Ao meu companheiro Flávio Izhaki, meu incentivador, meu amor, meu parceiro. Quem me deu forças para iniciar esta trajetória e sempre esteve ao meu lado me ajudando a seguir em frente. Obrigada por tudo.

Às minhas amadas filhas, Anita e Joana, por estarem sempre me cobrindo de carinho e por entenderem, cada uma com seu jeitinho, todos os momentos que eu falava “mamãe tem que estudar”.

À UFRJ, minha casa desde a graduação, por promover a educação pública e de qualidade e por se manter como esse espaço de conhecimento e resistência, tão importante hoje e sempre.

E a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

VIANA, Juliana Bach. **Rio Invisível e disputas narrativas online: a situação de rua nas redes de solidariedades e conflitos.** Rio de Janeiro, 2021. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia social) — Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esta dissertação se debruçou sobre a página de Facebook intitulada Rio Invisível para investigar como os discursos acerca da situação de rua são reproduzidos e debatidos nas interações a partir das publicações da página. Esta pesquisa procurou responder se a apropriação das mídias digitais para a discussão desse tema de ordem social — no caso, a situação de rua — constitui-se como um espaço que amplia o debate e fortalece a causa almejada. A página analisada informa o objetivo de promover a ressignificação da situação de rua, e, para tanto, publica relatos de pessoas em situação de rua de forma aparentemente não editada, preservando o uso da primeira pessoa do singular nos textos. A partir das premissas da Antropologia Digital (HORST; MILLER, 2012; MILLER; SINANAN, 2014; MILLER et al, 2016) que compõem o suporte teórico deste trabalho, e em diálogo com a psicossociologia, o digital pode ser compreendido como uma oportunidade para a observação de marcas culturais que dizem muito sobre aspectos psicossociais da sociedade em que nos inserimos, o que orientou o entendimento das interações da página como pistas que revelam formações discursivas (ORLANDI, 2012) a respeito das diversas formas como a questão da situação de rua é vista pela sociedade. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se como uma etnografia a partir das possibilidades oferecidas pelo ambiente digital em que a página está inserida. A entrada em campo se deu através de uma observação participante que contou com uma etapa de leitura em profundidade dos relatos e comentários publicados entre setembro de 2014 a março de 2020 e com o contato direto via meios digitais com os realizadores do projeto e indivíduos que registraram comentários nas publicações da página. Entre o material levantado, optou-se pela ênfase aos conteúdos que se referiam às noções de empatia e solidariedade, bem como foram destacados alguns desdobramentos que extrapolaram os limites da atuação digital, como a formação de grupos paralelos e organização de doações materiais. Como resultado, constatamos a constante disputa pelo contexto (RECUERO, 2012) nas caixas de comentários, sendo bastante presentes as tensões entre os leitores sobre os objetivos do projeto, bem como o caráter normativo e pouco dialógico de grande parte dos comentários. Também questionamos a dicotomia da adoção de narrativas altamente pessoais e individualizadas para o debate de um tema amplo e coletivo em um ambiente como o Facebook. Nossa percepção é que o Rio Invisível foi capaz de

provocar uma mudança no olhar dos leitores sobre a questão da situação de rua, gerando sentimentos de empatia e solidariedade, através da possibilidade de ampliação do conhecimento de aspectos subjetivos da vida das pessoas que têm suas histórias relatadas na página. Por outro lado, a exposição de aspectos íntimos da vida das pessoas em situação de rua muitas vezes é compreendida pelos leitores como um convite ao escrutínio das histórias, o que reforça estigmas e a culpabilização dos próprios indivíduos pela situação em que se encontram, desconsiderando fatores sociais mais amplos.

Palavras-chave: Antropologia digital, relações mediadas, comunidades virtuais, situação de rua.

ABSTRACT

VIANA, Juliana Bach. **Rio Invisível e disputas narrativas *online*: a situação de rua nas redes de solidariedades e conflitos**. Rio de Janeiro, 2021. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia social) — Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This dissertation focused on the Facebook page entitled Rio Invisível to investigate how discourses about people living on the streets are reproduced and debated in interactions based on the page's publications. This research formalizes answering whether the appropriation of digital media for the discussion of this social order theme constitutes a space that expands the debate and strengthens the desired social issue. The analyzed page informs the goal of promoting the re-signification of the population living on the streets, and, for this, publishes reports of homeless people in an apparently unedited way, preserving the use of the first person singular in the texts. Based on the premises of Digital Anthropology (HORST; MILLER, 2012; MILLER; SINANAN, 2014; MILLER et al, 2016) that make up the theoretical support of this work, and in dialogue with psychosociology, the digital can be understood as an opportunity for the observation of cultural marks that say much about psychosocial aspects of the society in which we are inserted, which guided the understanding of the interactions of the page as clues that reveal discursive formations (ORLANDI, 2012) regarding the various ways in which the issue of homelessness is seen by society. From the methodological point of view, the research is characterized as an ethnography from the possibilities offered by the digital environment in which the page is inserted. The entry into the field occurred through a participant observation that included an in-depth reading of the accounts and comments published between September 2014 and March 2020, and direct contact via digital media with the directors of the project and individuals who posted comments on the page's publications. Among the material collected, we chose to emphasize the content that referred to the notions of empathy and solidarity, as well as to highlight some developments that went beyond the limits of digital action, such as the formation of parallel groups and the organization of material donations. As a result, we found the constant dispute for the context (RECUERO, 2012) in the comment boxes, being quite present the tensions between readers about the project's goals, as well as the normative and little dialogic character of most of the comments. We also question the dichotomy of adopting highly personal and individualized narratives for the debate of a broad and collective theme in an environment like Facebook. Our perception is that Rio Invisível was able to provoke a change in the readers' view about the issue of street situation, generating feelings of empathy and solidarity, through the possibility of expanding the knowledge of subjective aspects of the lives of people who have their stories told on the page. On the other hand, the exposure of intimate aspects of the lives of homeless people is often understood by readers as an invitation to scrutinize the stories, which reinforces stigmas and the blaming of the individuals themselves for the situation in which they find themselves, disregarding broader social factors.

Keywords: Digital Anthropology, mediated relations, virtual communities, homeless people.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Primeira postagem do SP Invisível	21
Figura 2: Primeira postagem do Rio Invisível	21
Figura 3: “Sobre” o Rio Invisível	23
Figura 4: Exemplo: texto de uma das publicações do Rio Invisível	24
Figura 5: Exemplos de comentários dos administradores ao final do texto	26
Figura 6: Exemplo de publicação típica do Rio Invisível	28
Figura 7: Exemplos de comentários sobre o tom esperado nas conversas	103
Figura 8: Exemplos de comentários sobre não julgar	104
Figura 9: Exemplos de comentários com diferentes perspectivas	107
Figura 10: Outros exemplos de comentários com diferentes perspectivas	109
Figura 11: Variedades de sentidos de “ajudar”	111
Figura 12: Exemplos de comentários com fotos de entregas de doações	114
Figura 13: Exemplos sobre dificuldades ligadas ao armazenamento e localização	115
Figura 14: Exemplos de trechos de publicações sobre como percebem as doações.	116
Figura 15: Exemplos de trechos de publicações sobre sentimentos de humilhação, frieza, hostilidade ou julgamento	116
Figura 16: Exemplo de trecho de publicação sobre sentido de amor por estar sendo visto	118
Figura 17: Exemplos de comentários sobre ajuda não material e cobrança	119
Figura 18: Exemplos de comentários com “currículos” da solidariedade	120
Figura 19: Exemplos de comentários com dicas, conselhos e sugestões	121
Figura 20: Exemplo de comentário “não adianta somente falar”	122
Figura 21: Exemplos de comentários que questionam o papel da página	123
Figura 22: Exemplos de comentários postados pela equipe do Rio Invisível	125
Figura 23: Exemplo de comentário demonstrando incômodo com possível uso político-partidário	128
Figura 24: Exemplos de respostas a comentários não empáticos	129
Figura 25: Postagem uma história a mais/menos faz diferença	131
Figura 26: Comentário sugerindo a criação de um grupo paralelo	135
Figura 27: Criação do grupo “Rio Invisível – Mãos à obra”	135
Figura 28: Divulgação do grupo “Rio Invisível – Mãos à obra” nos comentários do Rio Invisível	138
Figura 29: Divulgação do grupo “Rio Invisível – Mãos à obra” pelo Rio Invisível	138
Figura 30: Exemplo de comentário com informações sobre o grupo “Rio Invisível – Mãos à obra”	139
Figura 31: Publicação explicando a mudança de grupo para página	141
Figura 32: Publicação informando o encerramento das atividades da página	142
Figura 33: Exemplos de comentários com mensagens diretas às pessoas	143
Figura 34: Exemplo de comentário que expressa a sensação de ouvir	144
Figura 35: Exemplos de comentários que reclamam da falta de checagem das informações	146
Figura 36: Resposta oficial da página e de uma das realizadoras sobre checagem	148
Figura 37: Exemplos de comentários que enfatizam que pessoas em situação de rua não têm acesso à internet	148
Figura 38: Exemplos de comentários publicados por perfil homônimo ao entrevistado	150

SUMÁRIO

1	Introdução	13
2	Descrevendo o campo da pesquisa: o projeto Rio Invisível.....	19
1.2	Como surgiu o Rio Invisível	20
1.2	Um rosto e uma história: como são as postagens típicas da página Rio Invisível	23
1.3	Como são realizadas as entrevistas e quais os propósitos da página	29
2.	Os eixos temáticos e as escolhas metodológicas: um caminho lado a lado	33
2.1	Notas sobre a situação de rua	35
2.1.1	O que dizem as (poucas) pesquisas sobre a situação de rua no Brasil e no Rio de Janeiro	40
2.1.2	De que tipo de invisibilidade estamos falando?	43
2.2	Ampliando o olhar: a opção pela Análise do Discurso de tradição francesa	46
2.3	As dimensões da mediação nos usos das mídias sociais	48
2.3.1	Os relatos de si no contexto do <i>Facebook</i>	53
2.4	A apropriação das mídias digitais em prol de causas sociais: aspectos do ciberativismo	56
2.5	As bases da Antropologia Digital: uma proposta epistêmica.....	59
2.5.1	O digital como território etnográfico e autoetnográfico.....	63
2.6	O interesse pelas interações: aspectos psicossociais dos usos das mídias digitais.....	66
2.7	O percurso metodológico - descrição das etapas da pesquisa	69
2.7.1	Comitê de ética e o contexto da pandemia	69
2.7.2	Conversas com os realizadores do Rio Invisível.....	69
2.7.3	Leitura em profundidade - a observação participante	72
2.7.4	Contato com os leitores/comentadores da página	73
2.7.4.1	O caso Rxxxx - entrevistado e comentador.....	74
2.7.5	Observação dos outros projetos invisíveis	75
2.7.6	Seleção de temas, relatos e dinâmicas para análise.....	76
3.	De onde vêm e para onde vão as histórias do Rio Invisível? Uma proposta de análise ..	77
3.1	Por dentro do Rio Invisível - o que emergiu nas conversas com os realizadores?	77
3.1.1	Como foi a trajetória do projeto	77
3.1.2	Como são feitas as entrevistas.....	81
3.1.3	O Rio Invisível na visão dos seus realizadores	84
3.1.4	Formação de uma rede e participação em eventos	89
4.	Nas entranhas do Rio Invisível – um mergulho (auto)etnográfico	93
4.1	Breve panorama da diversidade de temas que atravessam os relatos publicados no Rio Invisível.....	97
4.2	Se não é para ajudar, nem comenta: as tais disputas de narrativa	102
4.4	A experiência “Rio Invisível-Mãos à obra”	135

4.5 Conhecer e saber a verdade: o acesso às histórias de vida através do Rio invisível....	142
4.6 O Caso Rxxxx – Entrevistado, comentarista e interlocutor	148
5 A participação no Rio Invisível: sentidos, sentimentos e marcas de retenção	154
6. Considerações finais.....	162
7. Autoetnografia.....	169
Referências	171
Anexo A - Termos detalhados do acordo com o Comitê de Ética	179

1 Introdução

O uso esperado de mídias sociais como o *Facebook* passa pela construção de uma autoimagem através da publicação de relatos íntimos de seus usuários, fotografias de momentos marcantes, ou mesmo a expressão de gostos e convicções a partir da legitimação de conteúdos disponíveis na rede por meio de recursos como o de “curtir”, comentar, compartilhar ou passar a “seguir” alguma página. No entanto, cada vez mais, essa mídia tem sido usada como instrumento de visibilidade para pautas coletivas, aproveitando-se seu caráter gratuito e aparentemente democrático para a divulgação de informações e incentivo à mobilização, em que contribuem as diversas ferramentas disponíveis que facilitam o encontro e a organização entre os interessados em atuar em determinada causa.

Desde 2013, o Brasil vem atravessando um clima de efervescência política em que as mídias sociais possuem um papel muito relevante, sendo importantes arenas para debates de assuntos que dizem respeito a marcas profundas deixadas pelo processo histórico de construção da nação, em que prevalecem heranças de desigualdade e injustiça social. No entanto, discutir o uso de mídias sociais como o *Facebook* como um espaço de debate de temas públicos, como a cidadania e política, é sempre uma tarefa bastante complexa, haja vista os elementos tecnológicos, culturais e econômicos que compõem as disputas em jogo no que Van Dijck, Poell e De Waal (2018) entendem como um ecossistema de plataformas. Além disso, por seu caráter público, as narrativas publicadas nos ambientes digitais encontram uma diversidade de interpretações que suscitam debates e conflitos entre diferentes visões de mundo, fazendo com que o exame dos enunciados disponíveis nas redes possa fornecer indícios de diferentes formações discursivas (ORLANDI, 2012) que sustentam os diversos argumentos publicados.

Nesse cenário, o surgimento uma página de *Facebook* destinada à publicação de narrativas de vida de pessoas em situação de rua se colocou como uma oportunidade de observar de que forma o uso da plataforma para promoção de uma causa social é atravessado por questões inerentes ao contexto digital enquanto mediador. Nesta página, chamada Rio Invisível, os relatos de pessoas em situação de rua são sempre transcritos na primeira pessoa do singular, sem a reprodução de perguntas ou qualquer intervenção aparente do entrevistador.

Lançado em setembro de 2014, o projeto foi idealizado por dois jovens cariocas: um publicitário e uma jornalista. Os dois realizadores revelam, em reportagens da época sobre a iniciativa (VELLOSO, 2015; PAINS; LEAL, 2014; FROIO, 2014), que a abordagem aos

possíveis entrevistados era marcada por um tom bastante informal e respeitoso quanto ao desejo das pessoas de serem retratadas ou não. Para seus idealizadores, a função da página *Rio Invisível* está em ressignificar a imagem das pessoas que se encontram em situação de rua a partir da criação (ou recriação) de uma identidade para essa população através da narrativa. Interessados em contribuir para a transformação social, mas rejeitando uma perspectiva assistencialista baseada na caridade, a dupla advoga a necessidade de tornar as próprias pessoas em situação de rua protagonistas das suas histórias. Tal visão justifica, para os realizadores, a opção pela publicação dos relatos supostamente sem edição ou cortes, sem julgamento de valor ou censura, e na própria voz dos entrevistados (#JUNTOSTRANSFORMAMOS, 2018). Nas publicações da página, todas as narrativas são acompanhadas de fotografias em alta definição. Nelas, os entrevistados são retratados olhando, em geral, diretamente para a lente da câmera, muitas vezes sorrindo. A página alcançou 67 mil seguidores logo nos três primeiros meses de existência do projeto (FROIO, 2014), e conta, atualmente, com 87.964 seguidores¹.

A motivação em iniciar um estudo a partir das interações da página se relaciona com a expectativa de encontrar ali um rico material que pudesse levantar *insights* sobre a forma como nos relacionamos com as mídias na produção e consumo de experiências que dizem respeito a um propósito social mais amplo. Em um contexto de *polymedia* (MADIANOU; MILLER, 2012a; 2012b; MADIANOU, 2015), a escolha, entre as várias opções disponíveis, da plataforma *Facebook* como a que fornece as ferramentas mais apropriadas para os objetivos do projeto poderia revelar algumas intencionalidades e desdobramentos da publicação das autobiografias no ambiente digital conectado.

Ao analisar, de modo incipiente, o conteúdo da página *Rio Invisível*, surgiu a necessidade e o desejo de incluir de volta as pessoas em situação de rua que foram retratadas no debate, o que seria proposto através de um trabalho etnográfico nas ruas do Rio de Janeiro a partir das informações dos locais onde foram realizadas as entrevistas mais recentes para que se pudesse localizar os indivíduos. No entanto, a pesquisa foi atravessada pela incidência de uma pandemia, que levou à imposição de regras rígidas de isolamento social como tentativa de conter a disseminação do vírus causador da Covid-19. Nesse cenário, totalmente inesperado, foi necessário rever o recorte e os objetivos de pesquisa, procurando novas formas de se produzir conhecimento sem a necessidade do contato físico com os atores envolvidos.

Aproveitando-se da forte presença do componente digital na pesquisa, em que já era a

¹ RIO INVISÍVEL. Sobre. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel/about>. 2021. Acesso em: 15 mar. 2021.

intenção a combinação de uma etnografia *on* e *off-line*, a opção seguida foi a de focar nas formas como as narrativas reverberaram no interior da página, buscando-se identificar e observar como diversas formações discursivas (ORLANDI, 2012) acerca da situação de rua se organizam nas interações da página, produzindo diferentes sentidos de participação e engajamento que tensionam os debates. Para tanto, é proposta uma reflexão que leve em conta as dimensões da mediação das mídias digitais na forma como se desdobram os debates e as variadas possibilidades de apropriações das ferramentas disponíveis a partir das publicações feitas pela página. Dessa maneira, esta pesquisa procura responder se, no caso do projeto Rio Invisível, a apropriação das mídias digitais para a discussão de temas de ordem social constitui-se como um espaço que amplia o debate e fortalece a causa almejada. A partir das premissas da Antropologia Digital (HORST; MILLER, 2012; MILLER; SINANAN, 2014; MILLER et al, 2016) que compõem o suporte teórico deste trabalho, o digital pode ser compreendido como uma oportunidade para o pesquisador de observação de marcas culturais que dizem muito sobre aspectos psicossociais da sociedade em que nos inserimos, fazendo com que o estudo do que acontece no ambiente das mídias digitais corresponda à produção de conhecimento sobre aquilo que nos torna humanos.

Baseada principalmente nos estudos desenvolvidos pelo pesquisador inglês Daniel Miller e sua equipe, a Antropologia Digital emana da visão desses autores de que o olhar sobre como as pessoas se apropriam e atribuem novos significados aos objetos pode ser revelador de formas como os sujeitos negociam e reagem a estruturas sociais impostas a eles (BALTHAZAR; MACHADO, 2020). Assim, as pesquisas de cunho etnográfico com foco nas práticas sociais podem permitir aos pesquisadores o acesso a dados empíricos capazes de oferecer uma outra perspectiva sobre o impacto das tecnologias digitais nas vidas das pessoas, para além das abordagens generalistas, otimistas ou pessimistas. Nesse sentido, como bem explicita o título do livro lançado por Miller e outros nove etnógrafos em 2016, “*How the world changed social media*”², trata-se de uma abordagem que se interessa pelo atravessamento de fatores psicossociais como a cultura e as posições de sujeito nas formas de apropriação e atribuição de sentido ao uso das mídias sociais através da internet. Miller e outros (HORST; MILLER, 2012; MILLER; SINANAN, 2014; MILLER et al, 2016) rejeitam a ideia de que a cultura digital caracteriza uma perda de autenticidade, ou que seriam formas de interação mais mediadas do que as precedentes. Os autores argumentam que ambas as esferas, *on* e *off-line*, são permeadas por normas e valores culturais, assim como ambas fazem

² Em português, poderia ser traduzido da seguinte forma: “Como o mundo mudou as mídias sociais”.

parte da vida vivida pelo sujeito. Nessa perspectiva, um dos conceitos desenvolvidos a partir das premissas da Antropologia Digital, que será especialmente caro a esta pesquisa, é a “*theory of attainment*” (MILLER; SINANAN, 2014). A partir do estudo etnográfico sobre o uso da webcam nas comunicações entre casais, parentes ou amigos que viviam em diferentes países, Miller e Sinanan propõem que a apropriação das novas tecnologias para a comunicação traz consigo marcas da cultura desses sujeitos. Assim, como exemplo, ao observarem a construção da relação de intimidade criada através da webcam por um casal que vive em países separados, os autores encontraram elementos que ajudam a compreender o sentido do que seria intimidade naquela cultura e que permanece mesmo através do digital, mas também levantaram outras percepções que revelam novas sensibilidades oriundas das novas possibilidades trazidas pelas mídias, como o aumento da autoconsciência de suas próprias imagens por conta do recurso que permite que a pessoa o tempo todo se veja na tela enquanto conversa com o outro.

A observação preliminar da página Rio Invisível mostrou que a partir das publicações, ricas em detalhes sobre os modos de vida e perspectivas a partir do olhar de pessoas em situação de rua, eram travados acalorados debates que levantavam pontos importantes acerca da forma como vemos e nos relacionamos com a questão da situação de rua enquanto sociedade, levando à adoção da análise discursiva de tradição francesa (ORLANDI, 2012; 2014; PÊCHEUX, 1990) como instrumento teórico-metodológico na investigação das condições de produção do discurso e formações discursivas acionadas nas interações da página.

Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa está na caracterização e compreensão dos modos como o ambiente propiciado pelas mídias digitais atravessa o desenrolar dos debates no caso do projeto Rio Invisível, produzindo aberturas e fechamentos de visões de mundo e possibilidades de usos criativos das ferramentas digitais. Entre os objetivos específicos, pode-se destacar o interesse pelas diversas formações discursivas que são mobilizadas para tratar do assunto da situação de rua; o levantamento e debate sobre as marcas culturais a respeito da relação da sociedade e a situação de rua e a discussão dos aspectos ligados à mediação da página na produção das publicações.

A fim de buscar subsídios para fundamentar as análises, o caminho trilhado se baseou na pesquisa etnográfica a partir da leitura em profundidade das publicações da página postadas entre 2014 e o início de 2020. Para a observação da evolução do Rio Invisível, optou-se pelo retorno às primeiras publicações para, a partir dali, seguir cronologicamente até as publicações mais recentes. Foram incluídos nas análises todos os comentários referentes a

essas postagens, bem como foram seguidos os links que direcionavam para outros conteúdos fora do espaço da página no *Facebook*. A pesquisa também lançou mão do contato direto com os realizadores da página e com alguns dos indivíduos que comentaram nas publicações, o que foi realizado através de recursos digitais de comunicação, uma vez que a situação de pandemia impediu a possibilidade de encontros presenciais. Através de aplicativos como *Messenger*, *Google Meet*, *Whatsapp*, ou recursos vistos como menos avançados como a telefonia comum, foram realizadas três conversas com os quatro realizadores dos projetos e mantidas vinte e sete conversas com pessoas que comentaram em algum momento na página Rio Invisível. Dessa forma, por estabelecer um contato direto com interlocutores, a proposta de pesquisa foi submetida ao comitê de ética competente (o documento de aprovação consta no Anexo A). A etapa de campo da pesquisa se deu entre outubro de 2020 a março de 2021.

A partir dos dados levantados nas conversas e leitura das interações, optou-se por concentrar a análise nos discursos que tinham como tema central a empatia e a solidariedade. Dessa forma, foi possível percorrer exemplos de como eram travados embates que reclamavam a maneira correta como, supostamente, os conteúdos divulgados pela página deviam ser interpretados e que tipo de atitudes eram esperadas entre os seguidores da página, revelando um ambiente altamente normativo e permeado por representações diversas acerca da figura das pessoas em situação de rua. Procurou-se evidenciar a diversidade de formações discursivas que atravessam os debates e sublinhar os comportamentos mais recorrentes na forma como são conduzidas as conversações a partir das *affordances*³ oferecidas pelo *Facebook* e das maneiras que são vistas como apropriadas para a condução de discussões na rede em questão. Assim, a pesquisa percorreu um caminho que começa na observação da disputa pelo contexto (RECUERO, 2012) que vai dar o tom da proposta de consumo da página. A partir daí, segue-se pelo exame da experiência de criação de um grupo paralelo específico para a assistência das pessoas retratadas no Rio Invisível. Em seguida, é apresentado um caso de grande repercussão dentro Rio Invisível, em que se problematiza a relação entre a criação de um espaço de visibilidade e a interpretação da proposta como convite ao escrutínio público de histórias de vida pessoais e demandas por controle. Por fim, é apresentado o caso de Rxxxx, que é uma das pessoas em situação de rua perfiladas pela

³ O conceito de *affordance* deriva da Ecologia, tendo sido cunhado por Gibson (1977). Trata-se das possibilidades disponíveis na natureza e que podem ser percebidas pelo indivíduo. Ao captar as possibilidades de ação (*affordances*) e escolher uma finalidade específica para o objeto, o agente passa a atribuir um significado para o objeto de acordo com a sua percepção (BRAGA et al, 2017). No Livro *Webcam*, Madianou e Miller (2012a) relacionam o conceito de *affordances*, ou seja, as possibilidades oferecidas pelas mídias, e a forma como os usuários gerenciam seus usos das mídias de acordo com a maneira como entendem as consequências sociais e emocionais envolvidas nessas escolhas.

página em 2015 e que assumiu também o papel de comentarista da sua própria história.

Em outras palavras, interessa à pesquisa saber o que acontece com cada história a partir do momento em que ela sai da relação de conversa estabelecida entre a equipe do Rio Invisível e a pessoa em situação de rua abordada e é lançada no fluxo das postagens de uma rede social. De que forma a questão da situação de rua como um problema social e coletivo está sendo discutido na arena pública do *Facebook* a partir de histórias íntimas e pessoais expostas pela página? Que disputas narrativas acontecem no interior do Rio Invisível? Muitas perguntas foram feitas até aqui. Passemos para algumas possíveis respostas.

2 Descrevendo o campo da pesquisa: o projeto Rio Invisível

Como já foi exposto no capítulo introdutório, esta dissertação se apoia na análise da página de *Facebook* intitulada Rio Invisível. A página estreou em setembro de 2014 e foi curtida por 87.964 pessoas⁴. Após o início das medidas de isolamento social, por conta da pandemia de Covid-19, a frequência e o teor das publicações sofreram algumas alterações, uma vez que a produção de novos conteúdos demandava o encontro presencial. O Rio Invisível passou, então, a assumir um caráter mais assistencialista no intuito de contribuir com a difícil situação dos que precisaram enfrentar os efeitos da crise sanitária nas ruas. No entanto, este trabalho está focado nas publicações anteriores a março de 2020, período em que havia uma razoável regularidade no formato, estética e temas abordados.

A proposta da rede social *Facebook*, ou pelo menos a forma como ele foi apreendido pelos usuários, partindo da afirmação de Miller et al (2016) de que os usos das mídias são definidos pelos modos como cada cultura se apropria das ferramentas, é que cada usuário ou página use o espaço para falar de si (ou de seus produtos, no caso de uma página comercial). Leitão e Gomes (2018) sublinham que as plataformas possuem características que estimulam um certo tipo de comportamento esperado – no caso do *Facebook* se basearia na convergência identitária, em que o usuário “dono” do perfil não utiliza estratégias como usar nome ou fotos falsas, por exemplo. Assim, assume-se que no *Facebook* o perfil é da “mesma pessoa” dentro e fora da plataforma, ainda que seja possível e até bastante fácil para qualquer um criar uma conta utilizando informações fictícias. As autoras apontam que a todo momento os usuários podem criar novas formas de usos que se desviam dessa expectativa, produzindo novos efeitos. No Rio Invisível, esse “falar de si” é emprestado para pessoas que se encontram em situação de rua, subvertendo a lógica de uma correspondência entre o dono do perfil e o narrador.

Com pouca ou nenhuma interferência visível dos administradores da página, os relatos publicados “dão voz” a esses indivíduos que, em tese, são “invisíveis” perante a parte mais abastada da sociedade civil. A iniciativa nasce como um projeto que busca dar visibilidade e voz⁵ às pessoas que se encontram em situação de rua, a partir das ferramentas da

⁴ RIO INVISÍVEL. Sobre. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel/about>. 2021. Acesso em: 15 mar. 2021.

⁵ Conforme descrito nesta reportagem sobre o surgimento do projeto Rio Invisível. ALVES, Caroline. BELO, Caroline. SANTOS, Mylena. Rio Invisível: narrativas da cidade. **Medium**. 12 nov. 2019. Disponível em: <https://medium.com/@carolinebelo/rio-invis%C3%ADvel-narrativas-da-cidade-46747c8b016c>. Acesso em: 15 mar. 2021.

comunicação.

Para que seja possível o debate sobre o surgimento e os efeitos da sua atuação é necessário detalhar os caminhos e objetivos propostos pelo Rio Invisível, bem como descrever suas principais características. A ideia aqui é tentar reproduzir em palavras a experiência do usuário que acessa a página no *Facebook* e elencar informações sobre o projeto que podem ser facilmente encontradas na internet, a partir de materiais como, por exemplo, entrevistas concedidas pelos realizadores do Rio Invisível.

1.2 Como surgiu o Rio Invisível

Em entrevistas sobre o Rio Invisível facilmente encontradas a partir de uma busca pelo nome do projeto no *Google*⁶, os fundadores afirmam que ao conhecer a página SP Invisível⁷ surgiu a inspiração para lançar a versão carioca do projeto (VELLOSO, 2015; PAINS; LEAL, 2014; FROIO, 2014). A dupla que deu início às atividades no Rio era formada por dois estudantes do curso de Comunicação Social que desejavam se engajar em um projeto voltado para a questão da situação de rua empregando os conhecimentos da área na qual se especializavam. Como a proposta paulista pareceu se encaixar no propósito almejado, eles entraram em contato com os administradores da SP Invisível para propor um braço carioca da experiência, solicitação que foi aceita pelos responsáveis pela página de São Paulo. Surge, então, o Rio Invisível, com uma estética, formato e proposta bastante semelhante ao SP Invisível.

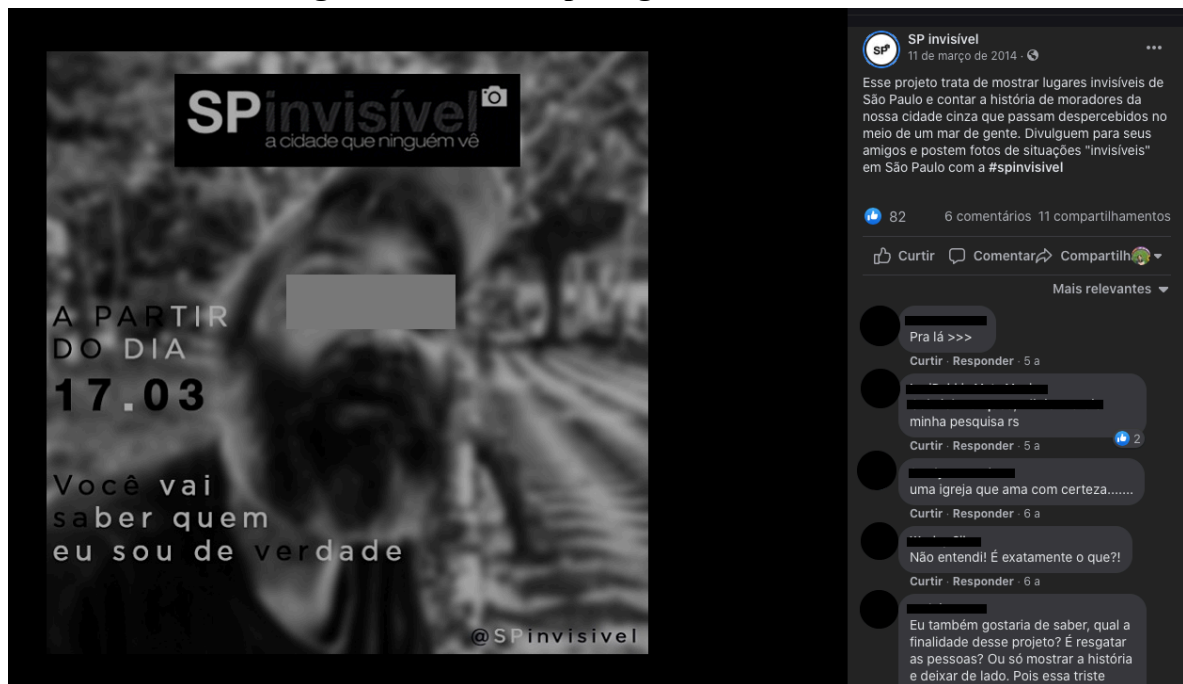
A página SP Invisível nasceu em março de 2014, quando uma dupla de jovens decidiu criar uma página de *Facebook* para contar as histórias das pessoas em situação de rua. Conforme o texto explicativo sobre o projeto, retirado do site do SP Invisível⁸, “invisível não é a pessoa que está ali, mas a sua história.” A tarefa que os dois paulistanos resolveram assumir foi a de contar tais histórias no intuito de gerar uma mudança no olhar daqueles que entram em contato com os textos. A postagem inicial, feita no dia 11 de março de 2014, anuncia a “estreia” da página que aconteceria no dia 17 de março seguinte, mas não fornece maiores informações e não detalha como o material será produzido (Figura 1).

⁶ Principal ferramenta de busca utilizada para procurar palavras-chave em documentos e bases de dados na internet. “Dar um Google” é uma metonímia muito frequente na linguagem popular que significa utilizar a ferramenta de busca para encontrar informações na internet.

⁷ SP INVISÍVEL. **Sobre**. Disponível em: https://www.facebook.com/spinvisivel/about/?ref=page_internal. 2021. Acesso em: 15 mar. 2021.

⁸ Após um tempo, o projeto paulistano passou a existir também na forma de site. Disponível em: <https://www.spinvisivel.org/nossa-historia> Acesso em: 15 mar. 2021.

Figura 1 – Primeira postagem do SP Invisível



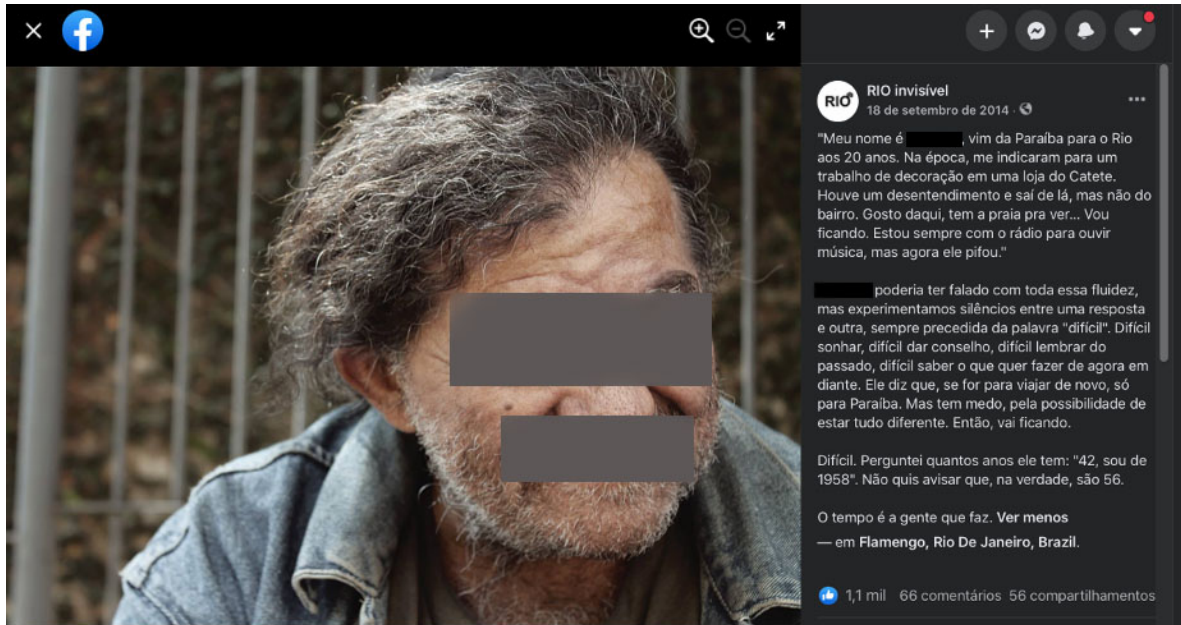
Fonte: SP INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/spinvisivel>. 2014. Acesso em: 15 mar. 2021.

No dia 16 de março é publicada mais uma imagem apenas lembrando que as atividades serão iniciadas no dia seguinte. No dia 17 de março de 2014, é, então, publicado o primeiro post com uma história de uma pessoa em situação de rua, no mesmo formato que até hoje é utilizado em ambas as páginas.

Já o Rio Invisível faz a sua primeira publicação em 18 de setembro de 2014, seis meses depois da estreia paulistana. Trata-se da história de A.⁹, um homem de 56 anos que aos 20 imigrou da Paraíba para o Rio para trabalhar numa loja de decoração no bairro do Catete. Por conta de um desentendimento, A. saiu do emprego, mas não do bairro, onde vive até hoje.

Figura 2 – Primeira postagem do Rio Invisível

⁹Apesar de se tratar de uma informação pública, disponível na internet, optou-se por não revelar os nomes dos participantes por não dispormos de autorização específica para esse uso.



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel> 2014. Acesso em: 15 mar. 2021.

Apesar de ter várias diferenças se comparados aos relatos publicados pelo Rio Invisível mais tarde, a forma como a história de A. foi contada se aproxima daquela que seria o padrão da página: textos em primeira pessoa do singular em que as pessoas em situação de rua narram suas histórias de vida.

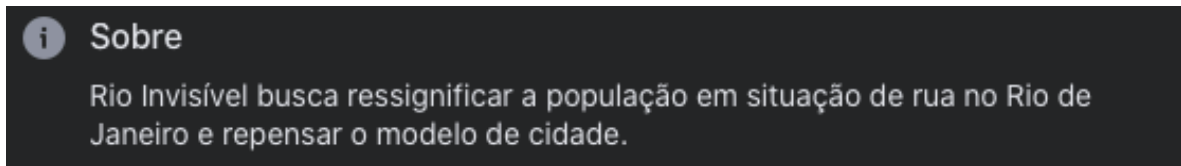
É importante ressaltar que não foi só no Rio de Janeiro que houve interessados em replicar a experiência paulista. Diversas cidades também contam com a sua página dedicada aos invisíveis: Curitiba, Campinas, Rio Preto, Fortaleza, Brasília, Manaus, Salvador, Juiz de Fora, Natal são alguns exemplos de lugares em que existe uma frente do projeto.

A iniciativa também não se restringiu ao *Facebook*. No dia 27 de outubro de 2014 uma postagem do Rio Invisível anunciava o lançamento do projeto também no *Instagram*. Atualmente, o perfil conta com 5.338 seguidores¹⁰. No entanto, o conteúdo e interações encontrados nessa outra rede social não fazem parte do recorte desta dissertação.

Antes de detalhar as características das postagens típicas da página carioca, convém ressaltar que, mesmo sendo a primeira atividade da página, não houve nenhuma tentativa de explicar aos futuros leitores e seguidores do que se tratava o projeto em termos metodológicos. Aparentemente, o formato criado como estratégia para "ressignificar a população de rua", como aparece no texto extraído da aba "sobre" (FIGURA 3) deveria ser subentendido pelo seu público.

¹⁰ RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.instagram.com/rioinvisivel/>. 2021. Acesso em: 17 mar. 2021.

Figura 3 – “Sobre” o Rio Invisível



Fonte: RIO INVISÍVEL. Sobre. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel/about>. 2021. Acesso em: 15 mar. 2021.

O que se quer pontuar aqui é que não será no campo destinado à descrição do projeto que o leitor encontrará informações de como tais objetivos serão alcançados. Não há, nesse espaço, e em nenhum outro, nada que elucide o visitante da página quanto ao trabalho que será desenvolvido ou que tipo de conteúdo é ou será publicado. Não se sabe quem escreveu ou como os administradores chegaram até aquelas pessoas. Não são divulgadas que perguntas foram feitas ou se o texto foi transcrito integral ou parcialmente.

Após a publicação da história de A., outras 6 foram publicadas em um formato muito semelhante, até que, em 3 de outubro de 2014, finalmente fosse publicado o primeiro texto na voz dos administradores: tratava-se de um agradecimento ao público pelo alcance de mil curtidas na página após a divulgação de sete histórias. Depois dessa breve intervenção, as histórias voltaram ao seu protagonismo costumeiro por mais um longo tempo, e o formato persistiu como a principal característica da página até o início da pandemia de Covid-19, em março de 2020.

1.2 Um rosto e uma história: como são as postagens típicas da página Rio Invisível

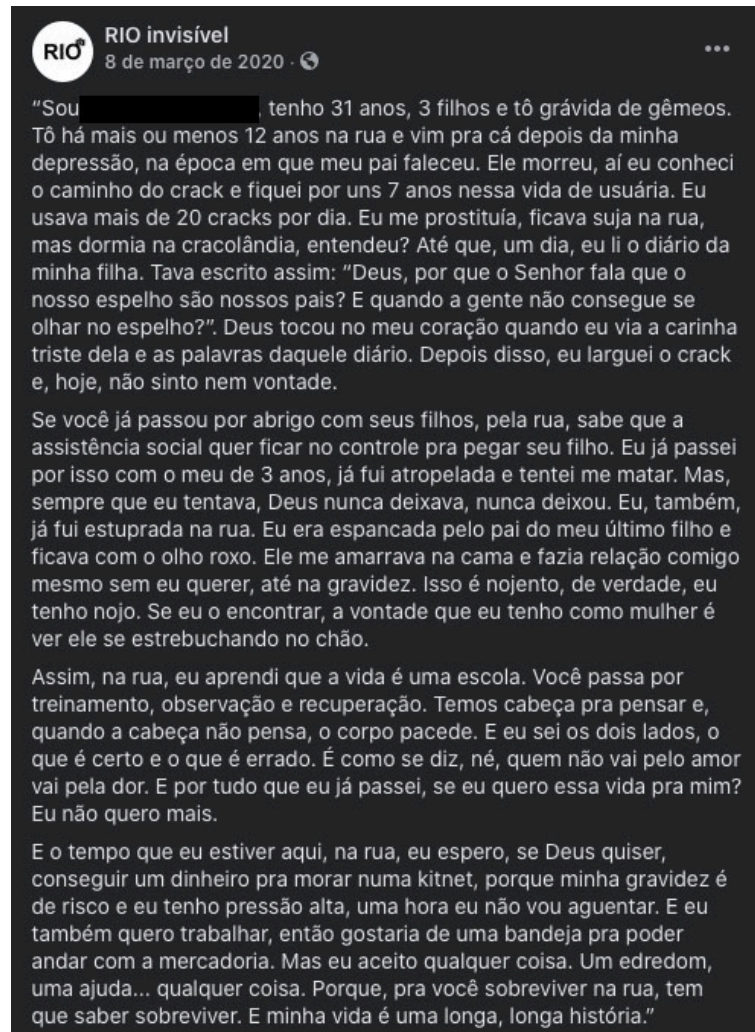
Apesar de eventualmente publicar outros tipos de conteúdo, o foco principal do projeto são textos narrativos na voz das pessoas que vivem a situação de rua. Com o passar do tempo, pequenos ajustes foram feitos na apresentação dos textos, mas continuaram essencialmente constantes. Houve também períodos de maior presença de outros tipos de postagens, porém, mesmo assim, as histórias continuavam sendo maioria no conteúdo divulgado. Para um melhor entendimento da experiência de leitura da página convém o detalhamento das principais características das suas publicações típicas.

É importante frisar que nas publicações das histórias não há nenhuma introdução que esclareça como foi a abordagem ou a reação da pessoa convidada a falar, em qual contexto aconteceu a conversa, que perguntas foram feitas ou até mesmo onde ocorreu o encontro. Somente o uso de aspas e o tom de fala oral dão pistas de que se trata da transcrição direta e literal de palavras proferidas por outrem. As histórias publicadas em geral começam pelo

nome e costumam informar a idade, tempo de rua e/ou local de origem da pessoa. Mas, mesmo com uma abertura de certa forma engessada, é curioso perceber as diversas possibilidades de apresentar as mesmas informações de maneiras bem pessoais: "Meu nome é L., mas as pessoas me chamam de C. Eu tenho 44 anos, nem parece, né?"; "Meu nome é P. e tenho meia cinco."; "Meu nome é H. Hxxxxx com H. Eu tenho 77 anos e 9 meses. Moro aqui na praça, sou morador de rua há 60 anos."; "Meu nome é D., D-X-X-X-X-X. Nasci dia 23 de janeiro de 1960. Moro na rua desde 1992, fui expulso de casa um ano depois que meu pai morreu."; "Coé, com todo respeito: seja bem-vindo! Me chamo T., tenho 27 anos.".

Logo nas primeiras frases, alguns elementos linguísticos já dão a entender que se tratam de transcrições de falas orais. Gírias, pequenos erros de concordância, contrações ("né", "tá", "pra") entre outros marcadores do discurso oral estão presentes no texto escrito. Pelo menos para ouvidos acostumados ao modo de falar do carioca, a forma como os relatos são narrados parece muito familiar. Este assunto será retomado ao longo da dissertação, mas é possível adiantar aqui a frequência com que aparecem comentários que descrevem a experiência do leitor de "ouvir" a história narrada, mesmo se tratando de um texto escrito.

Figura 4 – Exemplo: texto de uma das publicações do Rio Invisível



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em:

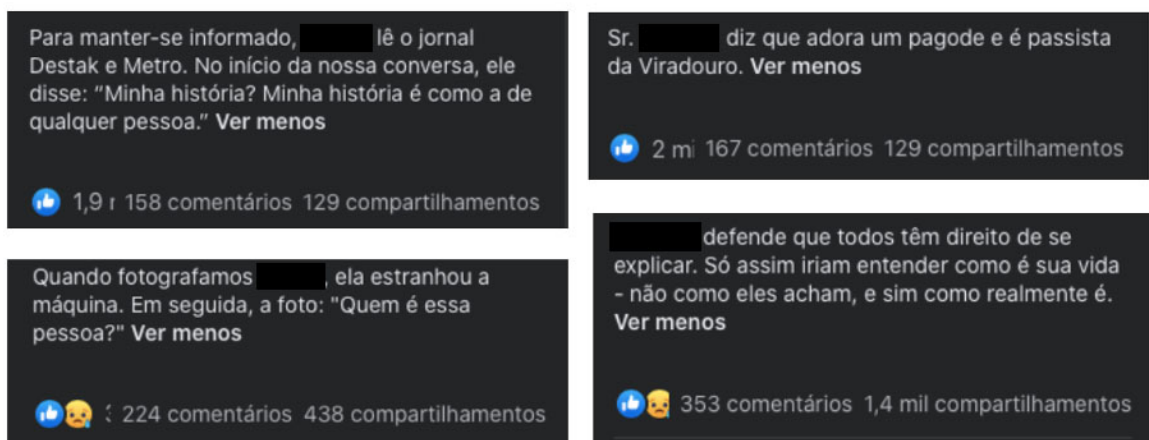
<https://www.facebook.com/rio.invisivel>. 2020. Acesso em: 15 mar. 2021.

O conteúdo das histórias costuma abordar as origens do processo de rua desses indivíduos. Os motivos que os levaram a viver nas ruas em geral são citados, muito embora alguns se neguem ou se eximam de contar. Algumas poucas publicações trilham por outros caminhos e não chegam a falar da situação de rua como principal foco da conversa. Durante o desenrolar da narrativa vão surgindo memórias, motivos e justificativas para terem chegado à situação de rua, opiniões, críticas ao modo como são tratados, sentimentos, denúncias, observações sobre a cidade, formando uma gama de informações que revelam um pouco da dinâmica do viver nas ruas do Rio de Janeiro. Apesar dos vários temas que se repetem em diversos relatos, cada publicação tem suas particularidades quanto ao tom, encadeamento e forma de encarar os problemas e circunstâncias enfrentadas.

Só a leitura dos textos do Rio Invisível dá ao observador poucas pistas de como são produzidos os relatos ali presentes. Ocasionalmente, é possível coletar algumas informações

em breves textos presentes no final de algumas publicações, escritos na voz dos administradores. Desde os primeiros posts até o fim de 2016, a página sempre publicava, no fim do relato, um pequeno comentário sobre algo a mais que a pessoa disse, um gesto que tenha feito, ou alguma curiosidade sobre a entrevista ou sobre o entrevistado. A partir de outubro de 2016, tal característica foi deixando de ser constante e passou a parecer de maneira aleatória, mas cada vez menos frequente, até quase desaparecer. A seguir, a figura 5 ilustra alguns exemplos de comentários dos administradores ao final do texto.

Figura 5 – Exemplos de comentários dos administradores ao final do texto



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel>. 2014. Acesso em: 15 mar. 2021.

Nas postagens mais recentes não há mais (salvo nas pouquíssimas vezes em que a equipe da página responde a perguntas dos leitores deixadas nos comentários) qualquer impressão sobre a pessoa retratada, ou alguma menção ao local da realização das entrevistas ou mesmo uma descrição de como se deu a conversa.

A partir de entrevistas (VELLOSO, 2015; PAINS; LEAL, 2014; FROIO, 2014), disponíveis na mídia — e facilmente encontradas na internet, concedidas pelos fundadores da página, foi possível coletar mais algumas informações. Uma das criadoras da página afirma, em uma matéria sobre o projeto, que a entrevista era “bem solta” e que a dupla costumava se sentar junto à pessoa entrevistada e “bater um papo”. Também foi revelado que antes da primeira entrevista ela passou uma semana andando com a câmera na bolsa, mas ainda estava receosa de puxar assunto com um desconhecido em situação de vulnerabilidade.

O tamanho dos textos varia pouco, em média cinco ou seis parágrafos. Ainda que a narrativa seja bem encadeada, os parágrafos são divididos por tema, o que dá a impressão que

entre eles exista algum tipo de supressão de detalhes para encurtar o texto. Às vezes, a mudança de assunto sugere que houve ali uma intervenção do entrevistador, provavelmente uma pergunta mais direcionada. No entanto, não é possível afirmar categoricamente, já que não há, na publicação, nenhum tipo de indicação sobre a maneira como o relato foi colhido.

Todos os relatos publicados são acompanhados de uma foto da pessoa que cedeu a entrevista. O que chama a atenção, principalmente quando a própria disposição dos elementos visuais do *Facebook* coloca lado a lado a foto produzida pelo Rio Invisível e outra feita por terceiros, é a qualidade da imagem e enquadramento. Todas as fotos do projeto têm uma boa resolução, nitidez e foco bem ajustado.

Diurnas ou noturnas, as fotos costumam ter um enquadramento mais fechado, só o rosto ou em plano médio. Poucas são as fotografias em plano aberto e, quando ocorrem, normalmente são justificadas por alguma informação citada no texto, como por exemplo a foto de um vendedor com seu tapete de livros em quadro. A altura da câmera costuma ser a mesma do rosto das pessoas ou em contra-plongée (a câmera mais baixa que o rosto). O mais comum é que o fotografado(a) esteja ligeiramente de perfil.

Quase todas as fotos possuem uma boa profundidade, formando linhas de fuga. O fundo muitas vezes está desfocado, o que denota que as fotos são clicadas por câmeras profissionais, já que é um efeito mais difícil de ser obtido por um celular, ainda mais por um celular de 2014. É possível identificar elementos urbanos e, às vezes, para um bom conhecedor da cidade, até ter pistas do local onde a foto foi produzida, mas a centralidade da imagem permanece na pessoa retratada.

Nas imagens, por conta do plano fechado e altura de câmera, quase não aparece o chão ao redor da pessoa. Também é muito raro ver objetos pertencentes às pessoas fotografadas, como sacolas, mochilas, papelões ou cobertores. As roupas que as pessoas vestem em geral estão limpas e conservadas, salvo algumas exceções. Poucos tem a pele suja ou barba e cabelos desgrenhados. Muitos sorriem de boca fechada, talvez para esconder alguma falha nos dentes (alguns mencionam a vergonha de mostrar os dentes nos seus relatos)¹¹.

Nem todos olham diretamente para a câmera, mas a maioria o faz. Alguns sorriem, alguns fazem gestos, alguns olham sério. Há fotos espontâneas, provavelmente clicadas

¹¹ Ao revisar o texto após a defesa da dissertação, e a partir dos comentários da banca, incluo esta nota para chamar a atenção para o fato de que, mesmo tomando cuidado para não caracterizar as pessoas em situação de rua a partir de visões estigmatizadas, nesse trecho houve um deslize de minha parte. Ao referir-me à ausência de objetos, roupas ou peles sujas e falhas nos dentes, deixo escapar imagens ligadas à situação de rua que fazem parte de um imaginário que trago comigo como um interdiscurso (ORLANDI, 2012; GOMES, 2015). Talvez fosse preferível limitar-me a dizer que o chão quase não aparece, mas decidi manter o trecho para ilustrar como o olhar estigmatizado pode ser tão forte a ponto se manifestar mesmo quando se está atento em evitá-lo.

durante o depoimento, mas o padrão são as fotos posadas. A Figura 6 mostra um exemplo de publicação típica do Rio Invisível.

Figura 6 – Exemplo de publicação típica do Rio Invisível



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em <https://www.facebook.com/rio.invisivel> 2015. Acesso em: 15 mar. 2021.

O conjunto descrito acima, texto e foto, é a principal característica da página. Desde a primeira publicação até o início das medidas de isolamento social por conta da pandemia em 2020, 132 posts apresentam tal formato, enquanto 11 são divulgações de eventos dos quais a página participaria de alguma forma, 26 são informativos, 14 são compartilhamentos e 17 são investidas em formatos alternativos de depoimentos, como vídeos.

A frequência das publicações variou ao longo do tempo. No primeiro ano, de setembro a dezembro, foram 43 postagens. Em 2015, foram 44 posts ao longo do ano. Em 2016, a frequência de publicações caiu para quase a metade do ano anterior, com 24 posts. Em 2017, o número voltou a subir, 40 publicações, e em 2018 se manteve mais ou menos estável com 38 publicações. Houve uma pausa nas publicações de outubro de 2018 até setembro de 2019. A página continuou a existir, mas nada foi postado nesse período. Somente em 13 de setembro 2019 houve uma nova publicação, em um formato e conteúdo diferente. Tratava-se do início de uma série intitulada "Vendedores Invisíveis", no formato de vídeo documental. No entanto, talvez pela baixa repercussão da publicação, houve apenas duas postagens como esta e em janeiro de 2020 a página voltou a publicar depoimentos de pessoas em situação de

rua do mesmo jeito como fazia antes. Entre janeiro até março de 2020, foram seis relatos publicados.

Com o surgimento da pandemia do novo Coronavírus, que provocou a adoção de medidas de isolamento social, o Rio Invisível passou a apresentar uma nova dinâmica, também verificada em outras páginas do conjunto “BR Invisível”¹². Foram lançadas campanhas nacionais para arrecadação de dinheiro para ações como a distribuição de kit de higiene e máscara para a população em situação de rua, distribuição de agasalhos e cobertores no inverno e ceias de Natal em dezembro. Nesse período, os relatos já publicados em alguma das “iniciativas invisíveis” foram repostados pelas páginas das demais cidades, com um trecho no final convocando os seguidores a contribuírem nas campanhas.

Voltando exclusivamente ao Rio Invisível, quanto aos outros tipos de conteúdo, chama a atenção, durante o período em que a página esteve mais ativa, o número de eventos dos quais o Rio Invisível, como instituição, ou seus realizadores, como representantes da página, foram convidados a participar. Nos primeiros anos houve uma série de debates, encontros e atividades culturais que parecem indicar a formação de uma articulação com outras entidades e setores em prol da causa da situação de rua.

Também é interessante destacar a criação de um Tumblr chamado “Colabore - Rio Invisível”, em que foram publicados textos produzidos por seguidores que desejavam colaborar com o projeto. Em vez de colocá-los como uma publicação da página, dentro da plataforma *Facebook*, tais colaborações eram postadas nessa espécie de blog vinculado ao projeto e só depois eram compartilhadas pelo Rio Invisível. Assim como as postagens “oficiais”, o “Colabore Rio Invisível” era composto por um texto acompanhado da foto da pessoa em situação de rua, mas a estrutura narrativa e o padrão das imagens nem sempre se assemelhavam aos da página.

Para concluir a descrição do conteúdo que compõe a página, outro elemento que merece relevo são algumas experimentações de outros formatos de depoimentos. Alguns poucos relatos foram publicados na forma de vídeos e dois foram disponibilizados em áudio.

1.3 Como são realizadas as entrevistas e quais os propósitos da página

Como já foi observado inicialmente, identificar os objetivos da página ao acessá-la pela primeira vez demanda interesse e certa dose de interpretação. Por mais que a linguagem adotada seja bem próxima ao que é comum de ser encontrado no ambiente do *Facebook*,

¹² Em várias outras cidades do Brasil, como Fortaleza, Brasília, Salvador, Campinas, Porto Alegre, entre outras, também surgiram “iniciativas invisíveis” inspiradas no projeto original SP Invisível.

como cidadãos conhecedores da realidade das ruas do Brasil podemos rapidamente inferir que se trata de um artifício empregado com o propósito de gerar um impacto no leitor, uma vez que dificilmente pessoas em situação de rua teriam condições de acessar a internet. Mas a chamada para a ação, o “*call to action*”, na linguagem da publicidade, fica um tanto confuso pela falta de maiores informações. Seriam reportagens, matérias jornalísticas para mera informação e curiosidade? Seria uma organização para doações e campanhas em benefício das pessoas em situação de rua? Uma espécie de fórum para reunir ativistas e denunciar as condições de miséria e violência? Ou apenas uma página interessada em ganhar o maior número possível de “*likes*” por seu conteúdo apelativo?

Conforme publicaram seus idealizadores (FIGURA 3), a função do projeto Rio Invisível está em ressignificar a imagem das pessoas que se encontram em situação de rua a partir da criação (ou recriação) de uma identidade para essa população através da narrativa. Eles afirmam estar interessados em contribuir para a transformação social, mas rejeitam uma perspectiva assistencialista baseada na caridade, apontando a necessidade de tornar as pessoas em situação de rua protagonistas das suas próprias histórias. Por esta razão, os realizadores da página optaram pela publicação na própria voz dos entrevistados e entendem ser irrelevante o fato da história ser verdadeira ou não, pois as narrativas são vistas como a forma como cada pessoa escolhe se apresentar (#JUNTOSTRANSFORMAMOS, 2018).

Ao falar sobre o projeto (NITAHARA, 2014), os dois primeiros realizadores revelam que a abordagem aos possíveis entrevistados era marcada por um tom bastante informal e respeitoso quanto ao desejo das pessoas de serem retratadas ou não. Segundo o que informam as entrevistas e matérias jornalísticas sobre o *Rio Invisível*, a dupla percebeu logo de início a necessidade de interferir o menos possível na condução da entrevista, limitando-se a questionar como é morar na rua. Ao descreverem como desenvolvem o trabalho (VELLOSO, 2015; PAINS; LEAL, 2014; FROIO, 2014), os idealizadores da página contam como abordam os possíveis entrevistados e os encorajam a falar livremente, numa conversa horizontal.

O repentino sucesso da página surpreendeu até mesmo os dois jovens que iniciaram o projeto. No terceiro mês desde o lançamento, o Rio Invisível alcançou 67 mil seguidores (FROIO, 2014). Outro dado interessante são as diversas reportagens que surgiram na imprensa sobre a iniciativa (especificamente sobre o Rio Invisível ou sobre conjunto de “*idades invisíveis*”) tanto em canais mais independentes, como blogs e sites de notícias não

tão conhecidos, como em veículos tradicionais como as emissoras Globo¹³ e SBT¹⁴ e portais como O Globo¹⁵, G1¹⁶, Agência Brasil¹⁷ e Extra¹⁸. No meio acadêmico também foi possível perceber certa atenção por parte dos pesquisadores e pesquisadoras, como nos trabalhos de De Castro (2015), Bortoli e Montipó (2016), Marques et al (2016), Sotomayor e Dodebei (2017) e Sotomayor (2018; 2019).

Quanto às interações na página, pela alta variação dos números, é difícil estabelecer uma média da quantidade de reações, compartilhamentos e comentários. Focando apenas nas postagens de novas histórias, a observação do número de reações (“curtidas”) mostra que a página foi perdendo a força a partir da fase em que a frequência das postagens cai. No primeiro ano, quando a taxa de publicação de histórias era mais intensa, dois posts chegaram a receber mais de 12 mil curtidas. No quadro a seguir (Tabela 1) é possível perceber a variação do número de curtidas nos posts típicos do Rio Invisível ao longo do tempo.

Tabela 1: Relação entre número de reações em cada publicação e ano

	Mais de 12 mil reações	Mais de 5 mil reações	Mais de 3 mil reações	Mais de 1 mil reações	Mais de 500 reações	Mais de 100 reações	Menos de 100 reações
2014 (set a dez)	2	4	7	23	3	-	-
2015	-	1	3	16	4	3	-
2016	-	-	-	3	2	9	-
2017	-	-	1	2	9	9	-

¹³ Amigos criam página na internet para registrar histórias de moradores de rua. **Gshow**. 2014. Disponível em: <http://gshow.globo.com/programas/encontro-com-fatima-bernardes/O-Programa/noticia/2014/10/amigos-criam-pagina-na-internet-para-registrar-historias-de-moradores-de-rua.html>. Acesso em: 3 maio de 2021.

¹⁴ BORGES, Liane. SBT Rio: #TemJeito, **SBT**. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/ekloos/posts/reportagem-do-quadro-tem-jeito-sbt-rio-mostra-o-importante-trabalho-do-rio-invis/10160390929045389/>. Acesso em: 3 maio de 2021.

¹⁵ PAINS, Clarissa. LEAL, Gabriela. Ações como a página ‘Rio Invisível’, na internet, dão voz e oportunidade a quem vive na rua. **O Globo**. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/acoes-como-pagina-rio-invisivel-na-internet-dao-voz-oportunidade-quem-vive-na-rua-14903612>. Acesso em: 3 maio de 2021.

¹⁶ SILVEIRA, Daniel. Página em rede social dá visibilidade a pessoas que vivem nas ruas do Rio. **G1**. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/10/pagina-em-rede-social-da-visibilidade-pessoas-que-vivem-nas-ruas-do-rio.html>. Acesso em: 3 maio de 2021 e BOECKEL, Cristina. Grupo de amigos ajuda morador de rua e 'cão hipster' a saírem das ruas. **G1**. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/grupo-de-amigos-ajuda-morador-de-rua-e-cao-hipster-sairem-das-ruas.html>. Acesso em: 3 maio de 2021.

¹⁷ NITAHARA, Akemi. Página que conta história de moradores de rua leva à mobilização solidária. **Agência Brasil**. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/tags/rio-invisivel>. Acesso em: 3 maio 2021.

¹⁸ FIGUEIREDO, Diana. Rio Invisível conta histórias emocionantes de moradores de rua. **Extra**. 2015. <https://extra.globo.com/noticias/rio/rio-invisivel-conta-historias-emocionantes-de-moradores-de-rua-14289456.html>. Acesso em: 3 maio 2021.

2018	-	-	1	-	3	19	2
2019	-	-	-	-	-	-	-
2020 (jan a mar)	-	1	-	1	2	1	1

Fonte: A autora (2021)

Ao observar o engajamento com os vídeos com depoimentos de pessoas em situação de rua publicados na página, que são poucos, tem-se um aumento nos números observados, talvez por estarem disponíveis também no *Youtube*¹⁹. O vídeo de uma mulher em situação de rua, postado em 2016, contabiliza mais de 32,4 mil visualizações e 1,8 mil “curtidas”, enquanto que o vídeo lançado em 2019, a única história publicada naquele ano, alcançou um pouco mais de três mil visualizações e 720 reações.

Todas as características aqui elencadas, quanto ao conteúdo, formatos, proposta do projeto, alcance e engajamento podem ser vistas como o ponto de partida deste estudo. Como será discutido mais adiante nesta dissertação, eu mesma fui uma das seguidoras da página desde 2014, e foi a partir desse contexto anteriormente descrito que surgiram questionamentos acerca de temas como as dimensões da mediação, usos das tecnologias digitais para fins sociais e comunitários e sobre a forma como nos relacionamos com o problema da situação de rua enquanto sociedade. Tais reflexões são o tema do capítulo a seguir.

19 Como bem lembram Van Dijck et al (2018), as plataformas digitais formam espécies de ecossistemas na rede, possibilitando o trânsito entre as mídias. Assim, um vídeo publicado no *Youtube* pode ser compartilhado no *Facebook*. O número de visualizações corresponderá à soma total, não importando a partir de qual plataforma o usuário acessou o conteúdo.

2. OS EIXOS TEMÁTICOS E AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS: UM CAMINHO LADO A LADO

Dois grandes eixos temáticos se encontram nesta pesquisa: o problema da situação de rua e o estudo da mediação no ambiente digital das mídias sociais. Para que não haja dúvida sobre qual seria o cerne do estudo, afirmo: trata-se de um estudo das dimensões da mediação no ambiente digital da página de *Facebook* Rio Invisível. No entanto, não podemos perder de vista que o recorte que será utilizado para atingir tal propósito está intrinsecamente ligado ao tema da situação de rua, e não será possível o debate sem nos aprofundarmos no entendimento da complexidade de fatores que envolvem esse problema social. Por isso, justifica-se abrir esta discussão teórica-metodológica com um sobrevoo sobre a noção da situação de rua.

Faz-se necessário contextualizar a questão da situação de rua no Brasil em termos de conceituação da condição de rua, tamanho da população, possíveis causas sociais, econômicas, políticas e culturais que influenciam as trajetórias desses sujeitos e as formas como a imagem da pessoa em situação de rua se liga a diferentes quadros de significação que atuam na formação de sentidos constantemente elaborados e compartilhados nas relações pessoais e sociais das quais participamos (HALL, 2016).

A partir de uma visão mais ampliada sobre o tema da situação de rua que será possível questionar a necessidade de um projeto de visibilidade destinado a contribuir com a causa, bem como poderá dar pistas que levem à compreensão das ferramentas textuais e visuais adotadas pelo Rio Invisível para alcançar a proposta do projeto.

O surgimento de uma iniciativa com o intuito de “dar voz” (PAINS; LEAL, 2014) aos invisíveis também não pode deixar de ser considerada dentro de um contexto maior de enunciação. A opção pela Análise do Discurso de tradição francesa (ORLANDI, 2003; 2012; 2014; PÊCHEUX, 1990) compreende que interessa saber as condições de possibilidade de aparecimento de certa maneira de se relacionar com um determinado tema, fazendo emergirem novas formas de narrativas, apropriações e estilos. Assim, não só a questão da situação de rua deve ser investigada, no sentido de examinar as mudanças que porventura ocorreram nas formas de entendimento do problema, mas também compreender as novas possibilidades de mediação oferecidas pelas tecnologias digitais como uma nova oportunidade de engajamento com a causa.

De acordo com Van Dijck (2013a), quando a sociabilidade se torna técnica, codificada pela tecnologia e, portanto, gerenciável e manipulável, isso possibilita que as plataformas

projetem a sociabilidade nas rotinas diárias das pessoas. A autora observa que “os padrões de comportamento que tradicionalmente existiam na socialidade *offline* (física) são cada vez mais misturados com as normas sociais e sociotécnicas criadas em um ambiente *on-line*, assumindo uma nova dimensionalidade. Como argumentam Horst e Miller (2012; MILLER ET AL, 2016), não se trata de entender o ambiente digital como mais mediado, enquanto as interações face-a-face seriam não mediadas ou menos mediadas. A diferença estaria no tipo de mediação ou na consciência da sua atuação, mas não na sua intensidade. Assim, para pesquisar como essas novas formas de mediação atravessam a construção de sentidos acerca de um determinado tema, no nosso caso o da situação de rua, é necessário investigar os enquadramentos e tensões que organizam o espaço digital.

Apoiada principalmente nas bases conceituais da Antropologia Digital (HORST; MILLER, 2012; MILLER; SINANAN, 2014; MILLER et al, 2016), a inspiração etnográfica que orienta este trabalho entende que o estudo das sociabilidades nos ambientes digitais pode levar a importantes *insights* sobre contextos locais, revelando relações e sentidos que dizem respeito a especificidades culturais (MILLER ET AL, 2016; MACHADO, 2017b).

A escolha metodológica de percorrer pela via da etnografia digital seria antes, então, a adoção de um olhar interessado no microcosmo dos comportamentos cotidianos e aparentemente ingênuos registrados numa certa página de uma certa rede social. Não se trata de revelar o funcionamento oculto de plataformas como o *Facebook*, mas sim, a partir de uma proposta alinhada com os princípios do holismo nos termos colocados pela tradição da Antropologia Digital, procurar nos usos sociais e cotidianos dessas ferramentas o que eles informam sobre o particular e o universal (MACHADO, 2017a). Como as plataformas se infiltram nos hábitos comunicativos e criativos do dia-a-dia e que poder usuários e proprietários têm para mobilizar a socialidade *online* (VAN DIJCK, 2013a, p.19) são indagações que orientam esta pesquisa.

Começando pela delimitação de noções relacionadas ao tema da página analisada, no próximo subcapítulo serão expostas as principais noções que envolvem a questão da situação de rua, seguidas por uma breve análise sobre os dados disponíveis acerca do tamanho da população de rua e perfil dos indivíduos, especialmente no Rio de Janeiro. A partir daí, proponho uma reflexão sobre a necessidade de abertura de espaços de visibilidade para a causa. Depois de apresentado o tema geral que permeia as discussões que serão posteriormente analisadas, discutirei as perspectivas teóricas que embasam o projeto de estudo e a sua conexão com os instrumentos metodológicos escolhidos para a realização desta pesquisa.

2.1 Notas sobre a situação de rua

“Onde [você] costuma dormir?” Esta foi a pergunta que orientou a equipe de pesquisadores da Secretaria Nacional de Assistência Social para distinguir a população em situação de rua das demais (DA VEIGA et al, 2009). Ao contrário de uma imagem cristalizada de um indivíduo maltrapilho e “jogado” no chão, as pesquisas demonstram que se trata de um grupo bastante heterogêneo, em diversas dimensões. Nem todos não possuem uma casa, por exemplo. Nem todos gostariam de sair das ruas. Nem todos, a minoria, aliás, afirma ter como fonte de renda a prática de pedir esmolas²⁰ (SAGI/MDS, 2009; PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2020).

Nomear essa população, ou “populações”, torna-se, então, um problema. Como dar conta de toda uma gama de características com uma única designação? Além disso, como apontou Neves (2010) sobre a delicadeza da questão da nomenclatura, “os termos deformam as razões dessa própria existência social, ressaltando um suposto perfil ou estilo de vida: mendigos, vagabundos, homeless, sans domicile fixe, população ou morador de rua” (NEVES, 2010, p. 12). Concentrar-se somente na ideia de um conjunto de pessoas sem domicílio fixo ou sem teto, por exemplo, não leva em consideração os que, mesmo possuindo uma casa não vivem nela pois não possuem condições de se manter ou foram expulsos por motivos ligados à violência na localidade. Diante de um fenômeno social que vem associado a estigmas ligados à vadiagem ou mendicância, a revisão dos termos de referência se coloca como uma atitude política e de requalificação social. Por mais que ainda existam variações, o habitual na literatura mais recente é a adoção da expressão “população em situação de rua”. A justificativa do termo refere-se ao seu caráter transitório, situacional, que atenuaria uma ideia de condição permanente (NEVES, 2010; RODRIGUES, 2015, ESCOREL, 2009).

Rodrigues (2015) destaca os diversos termos empregados pelos estudiosos e pela mídia na classificação dessa população: “em situação de rua”, “moradores de rua”, “mendigos”, “sem-teto”, “povo da rua”, “andarilhos”, “desabrigados” e uma série de outras formas de dar nome ao conjunto de pessoas que usam o espaço urbano público como lugar principal para as suas atividades básicas, como dormir ou se alimentar. No entanto, o autor reflete sobre a arbitrariedade e o engessamento dessas denominações, e, principalmente, sobre o quanto elas enraízam sentidos dados a priori a uma população vasta e desigual

²⁰ Detalhes de pesquisas sobre características das populações de rua serão apresentados em subcapítulo específico.

(RODRIGUES, 2015).

A revisão da definição do conceito também é relativamente nova no âmbito das políticas públicas voltadas para esse segmento²¹. O art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 7.053/09, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, preocupou-se em definir, oficialmente, o que se entende pelo termo no Brasil

Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

O texto do Decreto corrobora com a visão de Escorel (1999) de que as pessoas que vivem nas ruas, temporária ou permanentemente, experimentam diversas formas de exclusão social: sociofamiliar, econômico-ocupacional, política ou de cidadania, cultural e da própria vida. Considerando a visão defendida por Prates et al, a realização deve ser vista como um processo social, pois se trata de uma “condição que vai se conformando a partir de múltiplos condicionantes, num *continuum*” (PRATES et al, 2011, p. 194).

Sabe-se que o fenômeno da desigualdade tem raízes históricas na sociedade brasileira (ALCÂNTARA et al, 2015; ESCOREL, 1999; PRATES et al, 2011). As marcas da discriminação remontam aos primórdios do período colonial e se intensificaram com a escravidão dos negros africanos no Brasil que perdurou mais de 300 anos. Ambos os processos se basearam numa lógica de economia e cidadania excludentes, em que senhores e colonos e/ou escravos dispunham de direitos, riquezas e status sociais muito diferentes.

Ao ampliar o olhar para as origens do fenômeno no mundo ocidental, Escorel (1999) ressalta a Reforma Protestante e a Revolução Industrial europeia como duas circunstâncias históricas que fomentam uma mudança de entendimento social em relação à pobreza. Na primeira, a escassez de recursos materiais deixa de ser um sinônimo de virtude. A riqueza seria então algo a ser perseguido, como um sinal divino de aprovação. Já a mudança nos padrões de produção no fim do século XIX, com seu conseqüente aumento na demanda por mão-de-obra, estimulou a divisão entre os indivíduos com condições físicas para o trabalho e os inválidos ou incapazes. Estes últimos seriam merecedores de proteção e caridade, enquanto os primeiros eram julgados por “preferir” viver a esmo. A pobreza seria, então, “considerada

21 Segundo PRATES et al (2011, p. 196) “no Brasil, a política nacional para inclusão social das populações em situação de rua é bastante recente, teve sua aprovação em maio de 2008, embora o Sistema Único de Assistência Social (Suas) (2006) já contemplasse esse segmento nos programas e serviços contidos na Proteção Especial de média e alta complexidade.”

como um castigo ‘natural’ da preguiça” (ESCOREL, 1999, p. 34). Neves (2010, p. 16) lembra que foi Karl Marx “um dos primeiros autores a pensar a constituição de mendigos como expressão do rebotalho da classe trabalhadora”. Para a autora, a qualificação como vagabundos e mendigos era baseada em julgamentos de diferenciações que obedeciam a princípios morais.

O fenômeno da exclusão incide diferentemente em cada contexto social e tem relação com o modo como emergem e são tratadas as questões políticas e sociais nas sociedades em diferentes épocas. O conceito de exclusão social, quando analisado para além da esfera econômica, é compreendido como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade/precariedade e fragilidade/ruptura dos vínculos socioafetivos, nas dimensões familiar e comunitária, das representações socioculturais e da própria cidadania (ALCÂNTARA et al, 2015, p. 141).

Pensando no caso específico do município do Rio de Janeiro, onde se concentram as histórias que serão analisadas nesta dissertação, pode-se levar em conta que a cidade testemunhou um rápido crescimento populacional relativo entre os anos de 1872 e 1890, passando de 266 mil para 522 mil habitantes, principalmente por conta da ampla entrada de imigrantes na cidade (CARVALHO, 2004). Como consequência, houve um acúmulo de pessoas em funções mal remuneradas ou sem ocupação fixa (mais de 100 mil pessoas em 1890 e mais de 200 mil pessoas em 1906). Em 1892, o jurista Evaristo de Moraes observou que nas ruas cariocas havia “gente desocupada em grande quantidade, sendo notável o número de menores abandonados” (AGCRJ, apud CARVALHO, 2004). Caracterizada como potencialmente perigosa, essa camada da população vivia na fronteira tênue entre legalidade e ilegalidade. Habitando e agindo principalmente nas ruas centrais do Rio, entre trabalhadores braçais e prestadores de serviços realizados em geral na rua, circulavam também figuras vistas hoje como tipicamente cariocas, como os malandros e capoeiras. A cidade, então capital brasileira, vivia um processo de modernização de sua imagem e a pobreza da população que vivia em cortiços, favelas ou nas ruas do centro do Rio de Janeiro passou a ser o alvo de uma operação de limpeza que tinha por objetivo atender ao desejo da elite de eliminar da cidade os vestígios de um passado colonial e vaporizar novos ares cosmopolitas. Na tarefa de retirar aqueles que enfeavam e causavam tumulto no coração da cidade, a polícia assumiu uma função civilizadora, autorizada pelo governo a atuar na repressão de quaisquer manifestações que pudessem ser vistas como desordem ou que contrastassem com a ideia de modernidade em voga na época (RODRIGUES; MELLO, 2015). Não parece ser contraditório que nas estatísticas criminais do ano de 1890, as prisões por conta de contravenções como desordem,

vadiagem, embriaguez e jogo somassem cerca de 60% das detenções realizadas (CARVALHO, 2004).

Na composição dessa “cidade partida” (VENTURA, 1994), dividida entre o “morro” e o asfalto, “cidadãos de bem” e “marginais”, “nós” e “eles”, é possível tecer uma hipótese de que a associação entre pobreza, violência e criminalidade encontra parte de suas raízes na forma como foram tratados diversos problemas que dizem respeito à urbanização, acesso a serviços básicos como transporte e educação, racismo, e muitas outras peculiaridades que forjaram um processo de construção identitária baseada em visões estigmatizadas das populações de baixa renda. Um breve sobrevoo à história do país e da cidade revela uma longa lista de fatores que aproximam a imagem daqueles que se encontram nas camadas mais baixas da pirâmide econômica a valores arbitrariamente atribuídos e, em geral, bastante negativos.

Como expressão máxima desse processo de exclusão social estão as pessoas em situação de rua (ALCÂNTARA et al, 2015, p. 131). Em suas trajetórias, não só a ausência de moradia explica a ida para as ruas. A fragilização de laços familiares, do mundo do trabalho e das redes de integração primária também se constituem como catalisadores da exclusão social (WARANDA, 2009; PRATES et al, 2011; ALCÂNTARA et al, 2015). No entanto, é preciso pensar em todos os processos como um conjunto. De que forma os desafios da sobrevivência em meio às dificuldades impostas pela pobreza, estigma social, baixo acesso a bens e serviços essenciais estão nas origens dessas vulnerabilidades que culminam no enfraquecimento dos laços afetivos, desemprego e falta de suporte solidário da comunidade?

Para Schmidt e Robaina (2017), o sujeito em situação de rua

deve ser entendido em suas interdependências com a desigualdade urbana, a pobreza racializada, a periferia da pobreza, o trabalho discriminatório e os mercados habitacionais e o acesso estratificado à educação, assistência médica e previdência social (SCHMIDT; ROBAINA, 2017, p. 96)

Para os autores, a representação pejorativa daqueles que se encontram em situação de rua está enraizada na mídia e nas formações discursivas que ligam essa população à ideia de “preguiçosos”, “vagabundos”, o que os desqualifica enquanto cidadãos, ao mesmo tempo em que legitima ações contra sua presença física no espaço urbano (Ibid., p. 98).

Castel, autor francês referência no estudo dos processos de vulnerabilidade e marginalização, aponta que dependendo da categorização aplicada ao indivíduo — o vagabundo apto a trabalhar ou o incapaz — o modo de tratamento será distinto, sendo o primeiro rejeitado e estigmatizado (CASTEL, 1997, p. 24). O valor social trazido pelo

trabalho, construído historicamente, está baseado no imaginário social de valorização moral do trabalhador. Quando esse status é negado, fragiliza-se a identidade pessoal e coletiva do sujeito. Por serem considerados culpados pelo mau gerenciamento de suas próprias vidas, os indivíduos em situação de rua acabam experimentando um sentimento de humilhação e de vergonha (ALCÂNTARA et al, 2015). Além da vulnerabilidade econômica pela falta de remuneração fixa, outras vulnerabilidades acompanham o processo, entre elas: de moradia, afetiva, de gênero, étnico-raciais; resultando numa “sociabilidade excluída” (BURSZTYN; ARAÚJO, 1997 apud ALCÂNTARA et al, 2015).

Castel identifica essa dinâmica da exclusão como ligada principalmente a dois fatores: a integração pelo trabalho e a inserção relacional.

Esquemmatizando bastante, distinguimos três gradações em cada um desses eixos: trabalho estável, trabalho precário, não-trabalho; inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. Acoplando estas gradações duas a duas obtemos três zonas, ou seja, a zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), a zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade, que prefiro chamar de zona de desfiliação para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional (CASTEL, 1997, p. 23)

Assim, seriam resultados do processo de desfiliação o isolamento e a privação, pela perda do suporte afetivo e carência econômica. Por ficarem à margem da dinâmica de circulação de mercadorias e serem considerados improdutivos, os indivíduos em situação de rua são vistos pelo autor como “sobrantes”, excluídos de uma economia não só material, mas também afetiva (CASTEL, 1993, apud OLIVEIRA; COSTA, 2015).

O autor define também uma quarta zona, a da assistência. Nesta, estariam incluídas as categorias “dispensadas” do trabalho em função da idade (crianças ou idosos), incapacidade física (doenças, deficiências) ou indivíduos que sofrem com alguma situação familiar incontornável (por exemplo, uma mãe viúva que precisa cuidar de seus filhos). Para esses indivíduos, o tratamento seria muito diferente do dispensado ao “vagabundo”: se o indivíduo é conhecido e localizável em sua comunidade, quase sempre ele terá um suporte social, fundamentado no princípio da “casa de caridade” (CASTEL, 1997, p. 24).

Tais zonas não devem ser encaradas como classificações estáticas, definitivas. Ao contrário, seriam fronteiras móveis, em que os indivíduos o tempo todo transitam. O autor destaca a zona de vulnerabilidade como a merecedora de maior atenção, por sua posição estratégica. Caracterizada pela instabilidade, seja pela precariedade das relações de trabalho ou de inserção social, por ser intermediária, a zona de vulnerabilidade apresenta sempre o risco de queda para a última zona, a de desfiliação (Ibid., p. 26).

2.1.1 O que dizem as (poucas) pesquisas sobre a situação de rua no Brasil e no Rio de Janeiro

As pesquisas sobre o tamanho e especificidades das populações em situação de rua são escassas e apresentam diferenças metodológicas que dificultam o seu estudo comparativo. Até 2009, nunca havia sido realizado um esforço em âmbito nacional para dimensionar o fenômeno. Uma vez que o censo brasileiro tem como unidade de referência o domicílio, aqueles que vivem sem endereço não faziam parte das estatísticas sobre a população brasileira. A ausência de registros sistemáticos sobre os perfis, necessidades e condições de vida dessas pessoas manifesta a condição de invisibilidade reproduzida inclusive pelo poder público.

A pesquisa nacional de 2015 apontou um total de 101.854 pessoas vivendo em situação de rua no Brasil (NATALINO, 2016). A comparação com o total levantado no censo anterior, no entanto, fica comprometida por conta das metodologias adotadas. Enquanto a de 2009, que indicou um total de 31.922 pessoas vivendo em situação de rua no Brasil, foi realizada a partir da abordagem direta por uma equipe de pesquisadores, a mais recente foi feita através de cruzamentos de dados fornecidos pelas secretarias municipais de 1.924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas) (NATALINO, 2016). A ausência de conhecimento sobre a especificidade dessas populações causa um impacto negativo na implementação de políticas públicas, o que sublinha a necessidade de aprimoramento das metodologias de pesquisa censitária voltadas para esse segmento.

Apesar de se tratar de um cenário já desatualizado, uma vez que foi publicada em 2009, a pesquisa “Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População de Rua” (CUNHA; RODRIGUES, 2009) vale ser mencionada por dois motivos. O primeiro relaciona-se ao aparente retrocesso quanto à atenção dada às pessoas em situação de rua por parte do governo federal. Em contraposição com o trabalho divulgado em 2015, mencionado anteriormente, a pesquisa de 2009 relata uma intensa preparação e reflexão sobre as melhores opções metodológicas e possibilidades de abordagem. Uma curiosidade, que pode parecer desimportante, mas, segundo os autores, foi fundamental para que se evitasse a contagem dupla da mesma pessoa, foi a decisão de realizar o censo durante a madrugada (horário em que as pessoas estão dormindo e, portanto, deslocando-se menos) e com uma grande equipe de recenseadores em cada cidade para que a contagem pudesse ser realizada de forma rápida.

A segunda razão da pertinência em citar a pesquisa de 2009 baseia-se na riqueza da descrição e detalhes metodológicos que fizeram diferença nos momentos de abordagens nas

ruas. Relatos de situações e dificuldades vividas durante a realização do censo e descritas na publicação podem ajudar os pesquisadores interessados no tema a se prepararem para as suas pesquisas de campo. Além da divulgação dos dados, a publicação conta com uma série de dez artigos de pesquisadores acadêmicos, profissionais e entidades envolvidas na pesquisa trazendo importantes reflexões sobre o enfrentamento do problema sociológico e sobre a metodologia empregada no estudo (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

Em 2009, as 31.922 pessoas que viviam em situação de rua no Brasil representavam 0,061% da população brasileira. Segundo os dados referentes à cidade do Rio de Janeiro, esta mesma pesquisa encontrou 4.585 indivíduos vivendo no espaço público, 0,075% da população carioca naquele ano (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

O censo de 2009 identificou que a maior parte (67%) dos entrevistados se declaram pretos ou pardos; a grande maioria não concluiu o ensino fundamental (63,5%) e entre os principais motivos para a ida para as ruas estão o alcoolismo ou drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%) — 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos, indicando uma possível relação causal entre eles (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

Apesar de fortemente identificados com a ideia da mendicância, outro achado da mesma pesquisa é que apenas 1% dos entrevistados declarou ter como fonte de renda a prática de pedir dinheiro. Entre as atividades que foram mencionadas, a de catador de material reciclável aparece em primeiro lugar, somando 26,8% das respostas. “Vendas”, “guardador de carros (flanelinha)”, “carregador/estivador”, “construção civil”, “engraxate” e “serviços gerais/limpeza” e “outros” constituem as outras categorias citadas como geradoras de renda (SILVA et al, 2018), revelando a gama de estratégias de sobrevivência a que recorrem esses indivíduos, o que diverge da imagem de população improdutiva, inútil e preguiçosa com que em geral são identificadas as pessoas que se encontram em situação de rua (OLIVEIRA; COSTA, 2015).

Outro dado capaz de testemunhar a vulnerabilidade a que estão expostos aqueles que se encontram em situação de rua diz respeito à própria segurança desses indivíduos. Muitas vezes identificados como um grupo que supostamente ameaçaria a tranquilidade dos cidadãos, assusta o boletim divulgado em junho de 2019 pelo Ministério da Saúde que informa que no período 2015 a 2017, foram notificados 777.904 casos de violência contra pessoas em situação de rua (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019). Destes, em 2,2% (17.386 casos) a motivação principal foi a condição de situação de rua da vítima. A incidência de casos foi maior entre indivíduos de 15 a 24 anos, 38,1%, e de 25 a 34 anos, 21,9%. Em 1,8%, a vítima

era menor de 5 anos. Apesar de representarem uma parcela bem menor do número total de pessoas em situação de rua, as mulheres foram o principal alvo desse tipo de violência, 50,8%. Destaca-se, também, que as pessoas com a cor da pele negra (pretos e pardos), representam mais da metade dos casos notificados, 54,8%. Quanto ao tipo de violência sofrido, 92,9% foram casos de violência física, na maior parte praticadas por autor desconhecido. São Paulo lidera em absoluto o “ranking da violência” contra pessoas em situação de rua, com um total de 788 notificações ao longo dos 3 anos observados. O Rio de Janeiro aparece em 6º lugar, com 105 casos registrados.

Diminuindo o recorte para o caso específico do Rio de Janeiro, uma vez que é o foco desta pesquisa, os dados mais atuais registram 7.272 indivíduos em situação de rua no município (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2020). Segundo a metodologia divulgada, o censo ocorreu no período de 26 a 29 de outubro de 2020 e foi realizado por meio da aplicação de questionários curtos ou longos, dependendo do tipo de situação: pessoa na rua, pessoas em cenas de uso de drogas e pessoas acolhidas. Para crianças até doze anos foi aplicado o questionário curto. Para os indivíduos que não puderam ser diretamente entrevistados as informações foram coletadas por observação. Como critério para a participação na pesquisa, considerou-se os indivíduos que afirmaram ter passado pelo menos uma noite na rua nos últimos sete dias, afastadas as situações fortuitas e ocasionais (impossibilidade de voltar para casa, embriaguez excessiva etc.).

Do total, 1.803 indivíduos se encontravam abrigados. Dos 5.469 restantes, 1.190 foram identificados em cenas de uso de drogas. Os principais resultados levantados pelo recenseamento foram

- Predominância de homens,
- 79,6% de negros ou pardos,
- A maior parte das pessoas encontra-se na faixa etária de 31 a 49 anos,
- O principal motivo para a irem para as ruas foi conflito familiar,
- Dos entrevistados, a maioria informou estar nas ruas de 1 a 5 anos,
- 752 pessoas informaram que foram para as ruas depois que a Pandemia começou e destacaram como motivo a perda do trabalho (34%) e perda da moradia (19%),
- O Centro foi o bairro com maior concentração de pessoas em situação de rua (1442),
- Maioria dos entrevistados informa que nasceu no município do Rio de Janeiro,
- Perguntados sobre o que precisariam para saírem das ruas, a maior parte respondeu emprego.

Mais uma vez, a discrepância quanto aos instrumentos metodológicos dificulta o

trabalho de comparação com pesquisas anteriores. Os dados de 2017 informaram cerca de 14 mil pessoas em situação de rua na cidade e foram obtidos através da contagem de abordagens da Assistência Social. No entanto, a nova pesquisa contesta a confiabilidade desse número, apontando uma provável contagem duplicada, uma vez que em 2020 a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos realizou 10.141 atendimentos à população em situação de rua, mas a pesquisa contabilizou 7.272 indivíduos (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2020).

Mesmo assim, o novo censo confirma alguns padrões encontrados anteriormente. Uma pesquisa de 2018 intitulada “Somos todos cariocas”, da Coordenadoria de Integração e Monitoramento, da Subsecretaria de Integração e Promoção da Cidadania, da SMASDH, em parceria com o Instituto Pereira Passos, entrevistou 4.628 pessoas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. Desses, 2.813 encontravam-se dormindo nas ruas, enquanto 902 estavam em abrigos. 81% eram homens e 19%, mulheres. 22% viviam em situação de rua há menos de 6 meses, 52% há mais de 6 meses e menos de 10 anos e 23% há mais de uma década. Os conflitos familiares também aparecem como a principal causa para a ida para as ruas (40%), seguido do abuso de uso de drogas (26%) e desemprego (16%) (SILVA et al, 2018).

Diante desses quadros informados pelas pesquisas, fica mais fácil perceber a diversidade de histórias que se encontram emaranhadas nas ruas e abrigos da cidade.

2.1.2 De que tipo de invisibilidade estamos falando?

João do Rio, célebre cronista carioca do início do século XX, já descrevia em seus textos figuras emblemáticas que habitavam as ruas da cidade naquela época (DO RIO, 2011). Com o tempo, tais personagens se tornaram parte de um repertório cultural, como os malandros e capoeiras. Ainda que possam estar ligados a diferentes representações sociais, como “vagabundos”, sujos, coitados, marginais (MATTOS; FERREIRA, 2004), o fato é que são pessoas de carne e osso, exalam odores, ocupam espaço. Para alguns, eles incomodam, amedrontam, constroem. Invisíveis eles não são, pelo menos no que diz respeito à presença física no espaço urbano. Atitudes como atravessar a rua ao vê-los, guardar o celular na bolsa ou impedi-los de entrarem em estabelecimentos (META, 2011) denotam como não só são, sim, vistos, mas como eles se destacam em meio aos cidadãos urbanos.

Pelos constantes ataques que sofrem, principalmente por aqueles que deviam protegê-los, como a polícia e as equipes de abordagens ligadas a órgãos públicos, a ideia de

visibilidade como uma necessidade a ser suprida deve ser debatida. Para os indivíduos que vivem nas ruas, sujeitos às intempéries, à insalubridade e à violência, não ser visto pode representar uma forma de proteção. Outra dimensão é levantada por Tomás (2010) ao afirmar o caráter subversivo da invisibilidade, no sentido da rejeição dos mecanismos de vigilância, controle e submissão a uma ordem dominante. Assim, comportamentos vistos como vadiagem, boemia, clandestinidade, recusa de escolaridade, trabalho e família, podem ser descritos como fenômenos sociais que representam formas de resistência.

No entanto, a falta de um debate sobre o problema da situação de rua como algo que afeta e diz respeito a toda sociedade indica a urgência da promoção da causa como uma pauta coletiva. Ao propor uma discussão a partir dos dados levantados pela pesquisa de 2016, Natalino (2016) aponta para a invisibilidade social reproduzida pela própria ausência de políticas públicas voltadas para esse segmento. O reduzido número de informações, não só sobre o tamanho dessa população, mas a falta de um conhecimento aprofundado sobre as suas necessidades denota o desinteresse político e a limitação da proteção do Estado, evidenciado principalmente pela inequidade no acesso aos serviços públicos. Apesar do avanço de pelo menos terem sido criadas leis e diretrizes acerca da questão da situação de rua (como a Deliberação nº 763/2009, CMDCA-Rio e, em âmbito nacional, o Decreto Federal nº 7053/2009), muito se discute sobre a falta de implementação, difusão e monitoramento desses dispositivos (DO COUTO, 2018). Na visão de Do Couto (2018), trata-se da necessidade de uma visibilidade política para a causa da situação de rua.

Para Da Veiga et al (2009), além da invisibilidade pela ausência dos registros oficiais sistemáticos sobre as condições de vida dessas pessoas, existe também a invisibilidade social que se expressa nas relações cotidianas dos centros urbanos. Além de estarem desprovidos de condições básicas de sobrevivência, como alimentação e salubridade, estão expostos a diversos tipos de violências e preconceitos que justificam comportamentos que vão do descaso, receio do contato, até casos extremos como o episódio ocorrido em Brasília com o líder Pataxó Galdino²², ou as Chacinas da Sé²³, em São Paulo e a da Candelária²⁴, no Rio de Janeiro.

Por outro lado, tais acontecimentos são citados como marcos que deram visibilidade à causa (ALBUQUERQUE, 2015; MNPR, 2009; 2010). Por conta da brutalidade desses atos praticados contra pessoas (inclusive crianças) em situação de rua, houve uma ampla cobertura

²² Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Galdino_Jesus_dos_Santos. Acesso em 15 abr. 2021.

²³ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Chacina_da_Sé#cite_note-AgênciaBrasil1/1/2019-2. Acesso em 15 abr. 2021.

²⁴ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Chacina_da_Candelária. Acesso em 15 abr. 2021.

pela grande mídia, gerando diversas reportagens, programas especiais de TV, livros e filmes (KRAVICZ, 2019). A comoção gerada pela Chacina da Sé, em 2004, também originou o Movimento Nacional de População de Rua, a partir da organização entre grupos que já atuavam na causa e pessoas que estavam em situação de rua (MNPR, 2009). O objetivo era cobrar ações concretas das autoridades, tanto na punição dos criminosos que participaram da chacina, como no sentido mais amplo de promover alternativas para o enfrentamento do problema social.

Percebe-se, então, que existe um outro tipo de carência enfrentada pelas pessoas em situação de rua: a de serem vistas socialmente como atores políticos. Escorel (1999) ressalta que a noção de igualdade não é inata, mas sim fruto da ação social humana. Sociedades adotam ou não a igualdade como um valor. O reconhecimento de alguém enquanto pessoa digna dos mesmos direitos é um dado social, constituinte da esfera pública, já que é necessário o reconhecimento do outro.

Nesse sentido, por um lado, há a necessidade de um conhecimento mais profundo dos diversos perfis e condições de vida das pessoas que vivem a situação de rua, por outro, há a importância de um olhar que leve em consideração biografias, singularidades e desejos. Nesse ponto, segundo Pinzani (2011), é fundamental que os próprios indivíduos possam se definir, evitando, portanto, uma dupla humilhação: a de ser silenciado ou ver-se associado a uma descrição que não o representa. O autor se baseia em Forst (2007 apud PINZANI, 2011) para destacar o direito à justificação, que seria um elemento fundamental para a formação do respeito de si e, conseqüentemente, fundamental para a conquista da autonomia individual. Para este fim, segundo Pinzani,

é necessário que os indivíduos disponham da capacidade e da possibilidade de exercer críticas, de exigir justificativas, de esclarecer sua posição em relação à realidade sentida por eles como injusta ou que precisa ser modificada por alguma razão. A impossibilidade de articular suas exigências e até de descrever sua própria situação em termos e de um ponto de vista que não sejam aqueles das classes dominantes resulta numa inevitável perda de autonomia, já que esta pressupõe um sujeito capaz de afirmar-se perante os outros como um ator capaz de fundamentar verbalmente suas ações, suas intenções, seus desejos, suas necessidades etc (PINZANI, 2001, p.94)

Assim, a abertura de espaços capazes de alterar ideias pré-concebidas do que seriam as motivações que levam uma pessoa à situação de rua e que permitam a participação desses indivíduos como atores políticos se mostra uma importante ferramenta para a afirmação da dignidade humana ao reconhecer o direito das pessoas de participar da produção dos discursos. O próprio nome do artigo de Pinzani já resume bem a importância dessa transformação das relações pela visibilidade: “De objeto de políticas a sujeitos da política: dar

voz aos pobres” (PINZANI, 2001).

2.2 Ampliando o olhar: a opção pela Análise do Discurso de tradição francesa

A própria noção de necessidade de abertura de espaços de visibilidade deve ser interrogada sob o ponto de vista do discurso. Por que o projeto Rio Invisível se moldou de uma determinada forma e não de outra? Em que contexto sócio-histórico a produção e publicação dos depoimentos de pessoas em situação de rua na internet se insere?

A partir dessas indagações é que se elegeu a Análise do Discurso de tradição francesa como referencial teórico e metodológico. Para Orlandi (2003; 2012; 2014), é tarefa do analista evidenciar que aquilo que é dito de uma maneira podia ser dita de outra. A Análise do Discurso, ao desmistificar essa ilusão referencial, recusa a ideia de que haveria uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo que estabeleceria uma relação “natural” entre palavra e coisa.

A escola francesa de Análise do Discurso se afirma no final dos anos 1960 como um componente essencial de uma ciência da ideologia, formada a partir do encontro de correntes do marxismo (althusseriano), psicanálise (lacaniana) e estruturalismo (linguístico) (MAINGUENEAU, 1990; ORLANDI, 2012). Orlandi afirma que todo dizer é marcado ideologicamente. Para a autora, “não há realidade sem ideologia” pois seria o “efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido” (2012, p. 38). O termo ideologia não é empregado como visão de mundo ou como algo que oculte a realidade, mas como imagens que exercem a função de “colar” as palavras com as coisas (ORLANDI, 2014).

A ideologia também se relaciona com a interpretação, o que explicaria que um mesmo dito possa ter sentidos diversos quando interpretados por pessoas diferentes. A palavra “terra” para um indígena não seria o mesmo que para um agricultor do Movimento dos Sem Terra ou para um latifundiário. Para compreender o sentido de determinado dito, o analista precisaria, então, atentar para qual formação discursiva aquele dizer aponta (ORLANDI, 2012).

A tradição francesa da Análise do Discurso recusa o entendimento do contexto como mero adereço e “propõe o entendimento de um plano discursivo que articula linguagem e sociedade, entremeadas pelo contexto ideológico” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 308). Gomes (2015) explica que a singularidade das características psicológicas de um indivíduo está indubitavelmente impressa no discurso produzido, a partir de sua história pessoal e seus mecanismos mentais e cognitivos particulares, mas também é fundamental reconhecer a

dimensão social na produção do discurso.

Como propõe Orlandi (2012, p. 30), “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos”. Buscar os efeitos de sentido que são produzidos em determinadas condições, de acordo com o modo que se diz (ou que se deixa de dizer) se coloca como tarefa do analista do discurso. Para tanto, deve-se atentar para as condições de produção dos discursos, que se relacionam com os sujeitos, a situação e a memória.

Aquele interessado em investigar as condições de produção do discurso deve atentar para as i) relações de sentidos, já que todo discurso se relaciona com outros; ii) os mecanismos de antecipação, que diz respeito ao efeito que o sujeito pensa que produzirá em seu ouvinte, o que o faz regular a argumentação, fazendo-o dizer de outro modo visando o sucesso do seu propósito; e iii) a relação de forças, que se constitui nas relações hierarquizadas da nossa sociedade, em que, dependendo da posição do sujeito, a fala de um vale (significa) mais que a de outro, como no exemplo da relação professor e aluno.

As condições de produção de um discurso devem ser consideradas no seu sentido estrito, ou seja, pensando as circunstâncias da enunciação (seu contexto imediato), e de forma ampla, incluindo o contexto sócio-histórico, ideológico. Aplicando esse princípio no caso do Rio Invisível, as condições de produção dos discursos presentes nos depoimentos que são publicados na página precisam ser examinadas quanto à situação de entrevista, em que um jornalista desconhecido aborda um indivíduo que se relaciona com o espaço urbano de um modo particular, mas também deve ser vista a partir da consideração das posições dos sujeitos envolvidos e as suas relações com a memória discursiva, ou seja, interdiscurso.

O interdiscurso é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível e que sustenta cada tomada da palavra (GOMES, 2015, p. 9).

Na tradição da Análise do Discurso inaugurada por Pêcheux não se pode dissociar a linguagem da interação social. Em vez de procurar estabelecer os limites do que é linguagem e o que é exterior a ela (o social ou o psicológico), cabe à pesquisa perceber como se dá a articulação entre esses planos, pois a produção de linguagem se dá como produto do encontro entre um eu e um outro, segundo formas de interação situadas historicamente (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 317).

Tal perspectiva também parece estar alinhada à visão foucaultiana de discurso, que deve ser visto em sua totalidade, buscando suas irregularidades e capacidade de produzir

desequilíbrios. Foucault também chama a atenção para a necessidade de se considerar o sujeito histórico:

A exemplo de uma certa forma de linguística, você procurou dispensar o sujeito falante; acreditou que se podia livrar o discurso de todas as suas referências antropológicas e tratá-lo como se jamais tivesse sido formulado por alguém, como se nunca tivesse nascido em circunstâncias particulares, como se não fosse atravessado por representações, como se não se dirigisse a ninguém. Finalmente, você aplicou-lhe um princípio de simultaneidade: recusou-se a ver que o discurso, diversamente talvez da língua, é essencialmente histórico, que não era constituído de elementos disponíveis, mas de acontecimentos reais e sucessivos, e que não se pode analisá-lo fora do tempo em que se desenvolveu (FOUCAULT, 2008, p. 224).

Foucault acredita que o próprio surgimento de um enunciado deve ser interrogado na sua dimensão de acontecimento, uma ruptura histórica e não evidente. “Não era tão evidente que os loucos fossem reconhecidos como doentes mentais” (FOUCAULT, 2003, p. 339 apud SARGENTINI, 2006). Assim, o autor chama a atenção para os processos de constituição dos saberes, que indicam as condições de emergência dos discursos.

Para Orlandi (2012, 2014), é preciso que se apague da memória o que foi dito em um momento particular e por um sujeito específico, para que então o dito, agora anônimo, passe a fazer sentido como palavras que se originam em nós mesmos, como um esquecimento da atuação da ideologia que nos dificulta perceber que na verdade retomamos sentidos pré-existentes. Assim, a formulação presente, aquilo que se está dizendo (intradiscurso) está sempre relacionado ao que já foi dito, a memória discursiva (intradiscurso). Cabe, então, ao analista construir um dispositivo de interpretação capaz de relacionar o dito, o não-dito e o que é dito em outro lugar, de outro modo, procurando descrever o que rege as interpretações feitas pelos sujeitos entre as várias possibilidades de leituras dadas por um mesmo texto.

Voltando ao *corpus* da análise a ser empreendida nesta dissertação, à luz da Análise do Discurso segundo a tradição francesa, pode-se questionar a emergência de um “espaço de visibilidade” *online* dedicado a pessoas que, por suas condições precárias de sobrevivência, provavelmente não acessam computadores e internet. Por que, a despeito da privação material em que esses indivíduos se encontram, os administradores da página afirmam não ser o propósito da iniciativa promover assistencialismo ou caridade? Por qual motivo, sendo um projeto de cunho jornalístico, optou-se pela linguagem em primeira pessoa, em que os relatos adquirem um tom de testemunho? De que forma os discursos produzidos no interior do Rio Invisível, sejam eles publicações ou comentários, parafraseiam sentidos já estabilizados ou produzem polissemias que rompem processos de significação e realizam deslocamentos?

2.3 As dimensões da mediação nos usos das mídias sociais

Para responder os questionamentos acima, será preciso considerar o ambiente em que surgem esses discursos. Para entender os efeitos da conversação acerca da situação de rua numa página do *Facebook* questiona-se de que forma o contexto das redes sociais atravessa as escolhas feitas. Nesse sentido, a proposta aqui é refletir sobre o papel das mídias enquanto mediadora, no sentido proposto por Primo²⁵ (2012, p. 634) de que, “enquanto programa, interfere e participa das ações em curso”.

Couldry (2019) afirma que a mídia pode contar a nós mesmos a história do nosso próprio mundo. No livro “*Media: why it matters*”, o autor atenta para o trabalho da mídia em construir o mundo em que vivemos, identificando nesse processo cinco dimensões: a de conexão, representação, imaginário, compartilhamento e direcionamento²⁶. Na primeira, Couldry chama a atenção para a mídia não só como um meio, “mas como um conjunto de infraestruturas que possibilitam uma certa forma de viver” (Ibid., p. 13, tradução nossa²⁷). Como exemplo, pode-se pensar nas mudanças na vivência de um fã de uma banda com o advento da web 2.0. O que era uma atitude solitária na maior parte do tempo, pois estava restrito aos momentos de shows ou encontros com outros fãs, passa a ser algo do que se pode falar constantemente, através de grupos *online*, consumo e compartilhamentos de novidades na internet, ou mesmo em contatos diretos com seus ídolos através das redes. Quanto ao que diz respeito à representação, o autor recomenda atenção à sensação de que literalmente acessamos mundos distantes dos nossos através da mídia, pois não devemos esquecer o papel delas em selecionar qual história nós devemos ver. Tal cuidado se torna especialmente relevante na medida em que cada vez mais pessoas de diferentes idades e nacionalidades têm seus *feeds* de plataformas de redes sociais como sua principal fonte de notícias (COULDRY, 2019; PRIMO et al, 2018). A terceira dimensão, a do imaginário, refere-se à produção de novas versões do mundo nos produtos midiáticos, levando-nos a novos entendimentos. Para ele, sem a mídia o mundo social seria imaginativamente mais pobre. A quarta dimensão, sobre compartilhamento, reflete sobre como a mídia ajuda na construção de crenças compartilhadas pela sociedade. Já a quinta e última, adverte sobre a opacidade dos mecanismos que gerenciam os algoritmos, o que, conseqüentemente, interfere no senso do que e onde a vida social acontece.

Numa linha semelhante, ao refletir sobre as plataformas de mídias sociais, Van Dijck (2013a; VAN DIJCK et al, 2018) nota que muitas pessoas as veem simplesmente como

²⁵ Inspirado na Teoria Ator-Rede de Bruno Latour

²⁶ No original: *Connecting, representing, imagining, sharing e governing.*

²⁷ No original: “*but as linked infrastructures that make possible a certain way of living.*”

ferramentas tecnológicas que lhes permitem fazer coisas *online*, mas ressalta que essas atividades cotidianas na rede “escondem um sistema cuja lógica e logística vão além de facilitar: elas realmente delineiam a forma como vivemos e como a sociedade é organizada” (GEHL, 2011 apud VAN DIJCK et al, 2018, p. 9, tradução nossa²⁸). A autora afirma que plataforma pode ser definida como uma arquitetura programável projetada para organizar as interações entre os usuários, e que seu estudo não deve acontecer sem que se considere outras plataformas (que juntas formam um ecossistema de mídias) e as estruturas sociais e políticas que vêm sendo construídas de forma constante desde o início dos anos 2000, formando uma infraestrutura global da qual todas são (inter) dependentes.

Em um trabalho anterior, Van Dijck (2013a) esmiuçou o funcionamento de plataformas como o *Facebook*, *Twitter*, *Flicker*, *Wikipedia* e *Youtube*, verificando como aspectos ligados tanto à questão da socialidade como aqueles ligados às estruturas institucionais de poder atuam nesse processo de evolução dessas mídias sociais em conjunto com seus usuários e conteúdo gerado, penetrando em diferentes tipos de sociabilidade. Nesse cenário em que os mundos *online* e *off-line* estão cada vez mais interpenetrados, a autora advoga a tese de que as plataformas influenciam a interação humana em nível individual e comunitário, bem como em um nível social mais amplo (VAN DIJCK, 2013a, p. 4). Assim como o advento do telefone fez surgir novas rotinas comunicacionais, alterando imaginários de tempo e distância, na medida em que um meio co-evolui com seus usuários na vida cotidiana, as pessoas se apropriam das novas possibilidades, tornando essa socialidade mediada parte do tecido institucional da sociedade.

A mudança, no entanto, não se restringe a novas formas de contar histórias ou novos imaginários. Quando a ênfase recai no fornecimento de um serviço personalizado, as plataformas passam a ser programadas com o objetivo específico de rastrear os desejos, codificando as relações entre pessoas, coisas e ideias em algoritmos, o que organiza e facilita a navegação em meio a um universo quase que infinito de dados, mas também possibilita a mercantilização das informações. Sentidos, atitudes e sentimentos precisam ser transformados em dados contáveis como o número de amigos, número de conexões ou média de tempo de uso (COULDRY, 2019; VAN DIJCK 2013a). Van Dijck (2013a, p. 6) afirma que “tornar a web social’ na realidade significa ‘tornar a socialidade técnica”, atentando para a codificação de nossas interações em rede, transformando-as em dados gerenciáveis e manipuláveis que serão projetados de volta nas rotinas diárias das pessoas. Sob a imagem do “social”

²⁸ No original: “*But these online activities hide a system whose logic and logistics are about more than facilitating: they actually shape the way we live and how society is organized (Gehl 2011).*”

sustentadas por essas mídias, normas e valores se escondem no tecido tecnológico dessas plataformas. Isso não significa, porém, que são as mídias sociais que determinam as formas de socialidade que passarão a dominar, pois, para a autora, a construção de plataformas e as práticas sociais são mutuamente constitutivas. Os usuários “negociam” se e como se apropriar desses modelos em seus hábitos cotidianos.

No livro “How the world changed social media”, Miller et al (2016) enfatizam que, ao se voltar o olhar para as formas como as mídias sociais se entranham no cotidiano das pessoas, é possível perceber como seus diferentes usos refletem a diversidade cultural do nosso mundo. O estudo etnográfico comparativo realizado pelo pesquisador e sua equipe em nove países fornece indícios que em cada região os comportamentos observados nas plataformas de redes sociais atendiam a padrões de sociabilidade diversos, variando inclusive entre os diferentes grupos de uma mesma localidade geográfica. Não se trata de negar a transformação produzida pelo advento da internet e pelas redes sociais. Certamente, hoje as possibilidades de interação e comunicação foram ampliadas e completamente reorganizadas. No entanto, como o título da obra deixa claro, os autores chamam a atenção para o fato de que o processo não é unilateral.

Van Dijck (2013a; VAN DIJCK et al, 2018) considera improdutivo encerrar o debate no impasse usuários *versus* proprietários. A autora ilustra como, para alguns, as plataformas oferecem formas de se tirar proveito das ferramentas disponíveis, enquanto para outros a falta de transparência, o desvio do propósito de construção de um conteúdo ligado a um ideal comunitário, ou a necessidade de se fornecer tantas informações privadas provocam desconforto e decepção. Desfrutar a mídia conectiva, para Van Dijck, não se opõe à necessidade de se manter uma visão crítica quanto ao seu funcionamento.

Baseados na teoria Ator-Rede desenvolvida por Bruno Latour, Alex Primo e outros (2018) percebem que a plataforma *Facebook* faz as pessoas fazerem coisas, enfatizando a ação e a participação de agentes digitais na conversação humana. Assim, não se pode considerar que comportamentos que passam a ser identificados com o uso de determinada mídia, como a tendência à exposição de si no *Facebook*, sejam genuinamente espontâneos, uma vez que o modo como a rede se apresenta, com suas ferramentas e interfaces, influencia seus usuários a certos padrões de uso.

Desde o seu lançamento como uma rede restrita a universitários, o *Facebook* passou por uma série de remodelações. Van Dijck (2013a) aponta como a implementação da “linha do tempo”, em 2011, pode ser vista como a culminância de uma cultura da conectividade que incentiva a narração autobiográfica centrada nas experiências vividas daquele que escreve,

fazendo com que cada página, pessoal ou mesmo institucional, fosse transformada numa espécie de repositório de memórias organizadas cronologicamente. A autora também discorre sobre os vários sentidos que foram atribuídos ao termo “compartilhar”, que transpassa desde uma lógica de troca de conteúdos entre amigos, como também responde à ideia de produção de uma série de informações que tornam públicos dados sobre gostos e interesses pessoais. Muito além do que um espaço para a publicação livre de ideias, o compartilhamento adquire o efeito de um valor social, pautando práticas sociais. Couldry (2019) aponta como a mídia pode construir um senso do que é compartilhado e aceito como verdadeiro, o que pode beneficiar companhias positivas, como a #metoo²⁹ ou #BlackLivesMatter³⁰, mas também pode reforçar estruturas de poder já dominantes.

A partir da seleção feita por cada usuário, cada página ligada a um perfil no *Facebook* se assemelha a um diário em que se narra os eventos (individuais ou coletivos) que marcaram a trajetória de cada um, tornando-se um local composto de memórias. Como a caixa de sapatos (VAN DIJCK, 2007) que armazena fotos e lembranças dos momentos mais significativos da vida de uma pessoa, a apreensão da plataforma para muitos se tornou uma forma de apresentar um arquivo pessoal, “uma maneira de compartilhar histórias de vida e memórias com outras pessoas selecionadas ou abri-lo ao público em geral” (VAN DIJCK, 2013a, p. 54, tradução nossa³¹). Assim, Van Dijck compreende que a “nova arquitetura de conteúdo do *Facebook* integrou perfeitamente o princípio da narrativa ao princípio da conectividade” (VAN DIJCK, 2013a, p. 56, tradução nossa³²).

Quanto às narrativas pessoais construídas dentro de uma dinâmica midiática, Escosteguy (2011) considera que sua análise pode ser útil para dissolver o problema de observar separadamente produção, texto ou recepção. A autora preconiza uma perspectiva centrada nas práticas que interroga que tipo de coisas as pessoas falam e fazem com a mídia, revelando a forma como ela é incorporada nos usos e ações comunicativas e cotidianas. Para Escosteguy

29 O movimento “#MeToo” foi uma campanha, iniciada pela atriz americana Alyssa Milano em 2017, para que todas as pessoas que já sofreram assédio ou abuso sexual usassem a hashtag “#MeToo” em publicações na rede social *Twitter*. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Me_Too. Acesso em: 5 maio 2021.

30 “#Blacklivesmatter” é um movimento ativista contra a violência direcionada às pessoas negras com base no uso da “#Blacklivesmatter” nas redes sociais, em especial no *Twitter*. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Black_Lives_Matter. Acesso em: 5 maio 2021.

31 No original: “For some users, their page presented a personal archive, a way to share life histories and memories with selected others or open it up to the public at large.”

32 No original: “Facebook’s new content architecture smoothly integrated the principle of narrative with the principle of connectivity.”

Esses relatos pessoais, histórias de vida contadas por seus próprios personagens que são construídas dentro de uma dinâmica midiática, revelam que a) a mídia faz parte da relação entre atores sociais e suas narrativas; b) que as partes envolvidas – os atores sociais, as histórias de vida e a mídia – não podem ser compreendidas independentemente porque existe uma íntima negociação de sentido que modifica tanto os atores quanto seus relatos e c) dado que circulam e são produzidos em determinado ambiente tecnológico e institucional, revelam determinados padrões e lógicas comuns (2011, p. 206).

A predominância de narrativas que falam de si no ambiente das plataformas de redes diz respeito à centralidade do “eu” no padrão de socialidade que se verifica nas relações mediadas. Conectados a uma extensa rede de “amigos” constituída tanto de laços fortes como de laços fracos, o apelo para a divulgação de informações sobre si mesmo, segundo os pesquisadores de psicologia Christofides, Muise e Desmarais (2009, apud VAN DIJCK, 2013a), está intimamente ligado a um desejo de popularidade. Nesse contexto, até produtos e empresas passam a adotar como estratégia de marketing a narração de suas histórias ou de histórias pessoais de uma experiência com o produto.

Ao refletir sobre a relação entre identidade individual e a cultura específica de um determinado momento, Van Dijck (2007) cunhou o conceito de Memórias Mediadas. A autora questiona o papel das tecnologias e objetos de mídia na construção de memórias autobiográficas, sugerindo que essa mediação “intrinsecamente molda a maneira como construímos e mantemos um senso de individualidade e comunidade, de identidade e história” (VAN DIJCK, 2007, p. 13, tradução nossa³³). Essa formação mútua de memória e mídia seria, então, capaz de nos informar sobre a cultura e a construção de identidades individuais e coletivas. As ferramentas de mídia, para Van Dijck, interferem na forma como lembramos e vice-versa.

2.3.1 Os relatos de si no contexto do *Facebook*

O relato autobiográfico pode ser visto como um ato de recordação, e, portanto, uma construção (POLLAK, 1992, LERNER; VAZ, 2017). No entanto, existe a necessidade de se refletir sobre o caráter individual e coletivo da memória, em que nem a memória coletiva pode ser vista como a simples soma de lembranças dos indivíduos de um grupo, nem a memória individual pode ser constituída sem ser atravessada pelo contexto cultural, histórico e social de uma determinada época (PERALTA, 2007, HALBWACHS, 1990). Segundo Peralta, numa abordagem da memória como um sistema cultural, esta “fornece referentes de

³³ No original: “*their mediation intrinsically shapes the way we build up and retain a sense of individuality and community, of identity and history.*”

significação constituídos por visões partilhadas do passado que são geradas pelo presente e orientadas para o futuro” (PERALTA, 2007). A mesma autora, citando Stuart Hall, vê a memória como a criação de uma imagem do passado com base nos quadros de significação que fazem sentido no presente. Como também destacou Pollak

A memória é, em parte, herdada. Não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada - em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva ainda que esta seja bem mais organizada (POLLAK, 1992, p. 4).

Para Pollak, selecionar aquilo que será registrado como a sua imagem de si, para si e para os outros, refere-se à “imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria - a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria para acreditar na sua própria representação” (POLLAK, 1992, p. 5). Peralta, por sua vez, complementa a reflexão sobre a construção de uma autoimagem propondo que ela é permeada por uma “ética feita de recordação e esquecimento” (PERALTA, 2007, p. 16).

Em suma, ao olhar para o Rio Invisível, é possível perceber que diversos pontos levantados por autores interessados nos estudos de mídia e mediações atravessam o cenário composto pelos elementos encontrados na página. Paulo Vaz (2014) atenta para a escolha das narrativas pessoais como recurso que traz para dentro do texto a autoridade da experiência vivida, o que melhor dialogaria com o código estético que caracteriza a existência de uma vítima (da miséria, da falta de estrutura familiar, do preconceito social). Como argumenta o autor

Cada vez mais, acredita-se que o melhor é que o próprio sofredor se represente para a audiência, pois ninguém pode falar em seu nome e só pode falar de uma condição quem passou por ela. Desde quando surgiu a Internet, esse dispositivo técnico que permite a qualquer um tornar-se emissor, a recusa da distância entre representante e representado, entre, no caso, observador e sofredor, permitiu a explosão dos relatos autobiográficos na forma testemunhal (VAZ, 2014, p. 9).

A prática da escrita de si é, sabidamente, bem mais antiga que o advento da internet e diversos autores produziram um extenso conhecimento sobre a relação do tema com a questão da subjetividade e da construção de uma autorrepresentação (POLLAK, 1992; PERALTA, 2007; HALBWACHS, 1990; LERNER; VAZ, 2017; VAZ, 2014; LEJEUNE, 2008, ESCOSTEGUY, 2011). Primo et al (2018) identificam na literatura sobre o falar de si (*self-disclosure*) seu uso como uma ferramenta que busca criar intimidade. Sennet (2015), ao analisar a dinâmica das relações públicas e privadas, percebe como a abertura da intimidade influencia no sentimento de que as pessoas estariam sendo autênticas e “direitas” (2015,

posição 224, versão Kindle). O autor percebe a identidade como um jogo entre aquilo que a pessoa deseja ser e o que o mundo ou as circunstâncias permitem que ela seja. Em sua obra, Sennet identifica uma tendência contemporânea de privilégio da personalidade sobre a impessoalidade, o que pode ser verificado, por exemplo, na escolha de candidatos políticos baseada em gestos que afirmam o carisma, mas pouco têm a ver com ações concretas. Nesse contexto, personalidade e credibilidade acabam intrinsecamente relacionadas, culminando em um sistema em que a expressão pública se torna um sistema de representação pessoal. Revelar-se, expor a sua própria personalidade, estaria ligado a um “desejo de se autenticar enquanto ator social por meio de suas qualidades pessoais. O que torna uma ação boa (isto é, autêntica) é a personalidade daqueles que nela se engajam, e não a ação em si mesma” (Ibid., posição 300, versão Kindle). A impessoalidade, então, passa a ser vista como uma espécie de mal moral. Por outro lado, expor minuciosamente detalhes dos fatos provocando impressões fortes seria suficiente para suscitar no outro o sentimento de piedade.

Van Dijck (2013b, p. 201), ao propor uma discussão a partir da teoria do interacionismo proposta por Goffman, enfatiza os vários níveis de exibição de identidade, que passam tanto por uma intencionalidade como por uma dimensão inconsciente ou ingênua. Para a autora, isso também se verifica nas tecnologias de interface das mídias sociais online na medida em que, ao mesmo tempo que permitem a autopromoção consciente, também promovem a autoexpressão inconsciente. Outro ponto levantado diz respeito a ideia incentivada pelas plataformas de que as pessoas só podem ter uma identidade “autêntica” que deve ser transparente e não conter segredos. Tal pressuposição explicaria, por exemplo, a demanda do *Facebook* de que os usuários apenas utilizem seus nomes verdadeiros. Apesar de parecer ser um compromisso com a credibilidade visando a melhor experiência da comunidade, a consequência mais impactante da fragmentação das personas na rede seria a falta de clareza e coerência nos dados deixados pelos usuários, o que traria prejuízos aos objetivos das plataformas de levantarem o maior número de informações confiáveis sobre preferências. Van Dijck percebe a vinculação à ideia de uma identidade única e uniforme ao longo do tempo e através das plataformas a um self transparente e “verdadeiro” como algo que contraria a visão elaborada pelo antropólogo Erving Goffman de que

as pessoas colocam suas vidas diárias como performances encenadas, onde deliberadamente usam a diferenciação entre atos discursivos públicos e privados para moldar sua identidade. Cada construção de self envolve uma estratégia que visa realizar um ato social ou atingir um objetivo social específico (VAN DIJCK, 2013b, p. 212).

Primo et al (2018, p. 158), ao pesquisarem sobre a evolução das interações e práticas

no uso do *Facebook*, salienta como, “em se tratando de serviços de redes sociais *online*, a produção de conteúdo sobre si mesmo (sejam textos, imagens ou vídeos) é afetada pela consciência de que há o escrutínio de um olhar público”. Em plataformas como o *Facebook*, não só nossos atos ficam visíveis e disponíveis a qualquer tempo como as opiniões de nossos “amigos” ficam registradas e públicas. Assim, tal processo se daria em uma via dupla, em que as pessoas acabam se esforçando para se adaptarem (elas mesmas e seus discursos) para que possam representar aquilo que elas mesmas projetaram de si. Vale lembrar, como orienta o trabalho de Putnam (2001), o quanto de capital social está em jogo nos ambientes das mídias sociais *online*. Constituídas tanto por laços fortes como por laços fracos, as redes de amizades nesses espaços digitais tendem a ser mais amplas do que os grupos reunidos nos encontros face a face (colegas de trabalho, amigos do colégio, família, etc). Nesse processo de gerenciamento da identidade, no entanto, há de se levar em conta a aprendizagem acumulada pelos usuários, que após tanto tempo de atividade nessa e em outras plataformas aprenderam a adaptar melhor suas estratégias de apresentação *online*, utilizar recursos como a filtragem de públicos que podem acessar a informação, ou mesmo já foram afetadas por desgastes anteriores e não desejam repetir a experiência (PRIMO et al, 2018).

Com a mudança gradual das interfaces, os usuários mais desenvolvidos aprenderam a tirar vantagens desses mecanismos, muitas vezes transformando atos sociais de autoexpressão em atos mais conscientes de autoencenação. Tal panorama se intensifica no fim da primeira década dos anos 2000, em que cada vez mais a conectividade é recompensada de forma real no mundo *offline*, como é o caso dos influenciadores digitais, celebridades ou políticos que se beneficiam (inclusive financeiramente) a partir da popularidade conquistada *online* (VAN DIJCK, 2013b, p. 202).

2.4 A apropriação das mídias digitais em prol de causas sociais: aspectos do ciberativismo

Apesar da construção narrativa da identidade estar intimamente ligada à forma de interação que caracteriza o uso do *Facebook*, Primo e outros (2018) identificam em sua pesquisa uma tendência a um declínio da exposição de si como principal motivação para a atividade na plataforma, o que corrobora com o padrão de amadurecimento dos usuários explicitado anteriormente. Segundo o estudo, a utilização dessa rede social como fonte de informações e notícias é citada como o interesse da maior parte dos respondentes. Tal

resultado é corroborado pela pesquisa realizada em 2020 pelo *Reuters Institute for the Study of Journalism*, que observou que, pela primeira vez, o consumo de notícias através das redes sociais superou o através da TV no Brasil (NEWMAN et al, 2020). Nota-se, então, que o ambiente das redes sociais possui um importante papel no recorte dos conteúdos que cada um irá acessar para compor seu banco de informações sobre o que acontece no mundo. Outra motivação que se destaca no estudo realizado por Primo et al (2018) é o desejo de participação em campanhas de conscientização, o que é visto como positivo por mais da metade do público consultado. Assim, a percepção do ambiente das redes sociais como espaços de expressão adequados para o engajamento e mobilização social se confirma. Se espaços como o *Facebook* são compostos por contatos oriundos da vida *off-line*, entre amigos ou simples conhecidos, e por indivíduos ou instituições cuja conexão se estabeleceu exclusivamente *online*, pode-se pensar na afirmação de Vaz (2001, p. 53) de que “o mediador será aquele que não apenas facilita as expressões individuais, mas também permite a cada um encontrar seu público”.

Putnam (2001) e Bauman (2014) percebem como as ferramentas comunicativas da internet acabam por organizar grupos privilegiando interesses compartilhados, e não tanto a partir dos espaços compartilhados. A possibilidade da conversação assíncrona também é vista como uma característica que liberta as interações das restrições de tempo, uma vez que cada usuário pode retomar a conversa do ponto onde parou a qualquer momento (PUTNAM, 2001). Em um movimento que se amplia desde o lançamento das primeiras ferramentas de conversação mediada por computadores, as mídias sociais assumiram a imagem de um espaço democrático e de experimentação do exercício de cidadania (VAN DIJCK, 2013a; CASTELLS, 2013). Outro ponto diz respeito à percepção de que a internet seria um meio mais horizontal e colaborativo, que prescinde das instituições tradicionais para a ação, corroborando com a ideia das redes sociais como apropriadas para a mobilização política (CASTELLS, 2013).

Em seu livro, *Bowling Alone*, Putnam observa, nos Estados Unidos, o declínio do envolvimento em causas públicas de forma comunitária, em que é necessária a participação ativa dos membros na construção das ações do grupo. Por outro lado, o engajamento em mobilizações de maneira individual aumentou. Nestas formas de engajamento de caráter mais pessoal, os participantes se veem mais como apoiadores e não tanto como membros, e seus envolvimento se dão prioritariamente na forma de assinaturas de manifestos, envio de mensagens ou doações a instituições. No entanto, o autor afirma que a diminuição do envolvimento comunitário não pode ser relacionada com o surgimento da internet, pois essa

tendência se verifica naquele país desde os tempos em que “Bill Gates ainda estava na escola primária”³⁴ (PUTNAM, 2001, p. 170, tradução nossa³⁵). Não se trata de dizer que uma geração seja mais engajada que a outra. Identifica-se, sim, novos tipos de engajamento que se relacionam com mudanças nos contextos históricos, sociais, econômicos, políticos e tecnológicos. Dessa forma, eventos como a 2ª Guerra Mundial, crises econômicas ou mesmo a entrada das mulheres no mercado de trabalho são elementos considerados pelo autor para a compreensão da mudança nos padrões de criação e investimento de capital social.

A ligação entre movimentos sociais e capital social é explorada por Putnam (2001), uma vez que as redes de amizade construídas no interior desses grupos muitas vezes acabam se tornando laços fortes por conta da convivência e interesse em comum, assim como também se verifica o contrário: redes que surgem a partir de relacionamentos que já existiam, como grupos de leituras que acabaram se tornando uma peça chave no movimento sufragista feminino americano. Nesse sentido, pertencer a um movimento social também cria capital social, além de promover novas identidades.

Na comparação com as manifestações cívicas dos anos 60 e 70 nos EUA e o engajamento por “mala direta”³⁶, pode-se identificar também a questão do baixo custo da participação no segundo caso, uma vez que não envolve o mesmo nível de solidariedade interpessoal e a mesma intensidade de compromisso cívico verificada no primeiro (PUTNAM, 2011). Novos tipos de engajamento permitem declarar preferências políticas sem o mesmo investimento de tempo e de envolvimento social. Porém, isso não necessariamente diz respeito à efetividade das ações: é possível que, para determinadas causas, organizações mais profissionalizadas sejam capazes de provocar mudanças mais objetivas. Somente a partir do estudo dos casos é possível chegar a essas respostas. No entanto, o argumento defendido por Putnam é que “protestos e manifestações não são uma alternativa à política convencional, mas um complemento” (PUTNAM, 2001, p. 164, tradução nossa³⁷).

34 Bill Gates é um dos fundadores da maior empresa de *software* do mundo, a *Microsoft*, e é considerado um dos pioneiros na revolução do computador pessoal. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bill_Gates Acesso em: 5 maio 2021.

35 No original: “Voting, giving, trusting, meeting, visiting, and so on had all begun to decline while Bill Gates was still in grade school.”

36 Vale lembrar que o livro de Putnam é de 2001. Malas diretas (digitais ou por correio) eram um recurso amplamente utilizado para divulgar o mesmo conteúdo a milhares de pessoas ao mesmo tempo e, assim, angariar fundos ou novos membros para uma organização social. Hoje tal prática, apesar de ainda existir, não se configura mais como a principal forma de comunicação nesses setores, que passou a utilizar muito mais as redes sociais como meio de divulgação. No entanto, estamos chamando a atenção aqui para a diferença entre um engajamento baseado no envolvimento no nível comunitário e o realizado através de um movimento individual de “contribuição” com a causa.

37 No original: “protests and demonstrations are not an alternative to conventional politics, but a complement”.

2.5 As bases da Antropologia Digital: uma proposta epistêmica

Ainda que o ativismo através da internet seja visto por Putnam (2001) como um investimento menos oneroso ao indivíduo por sua relativa facilidade de engajamento, já que costuma ser mais econômico em termos de tempo, deslocamento e envolvimento com o dia a dia da comunidade, isso não significa que seria uma forma menos verdadeira de participação. Miller et al (2016) compreendem que a vida digital não deve ser vista como menos autêntica do que a vida *off-line* pois as duas são dimensões em que se vive verdadeiramente. Para os autores, seria impossível delimitar as fronteiras do que pertence a cada uma das esferas de forma estanque, uma vez que os indivíduos transbordam de uma a outra, e o que se faz *off-line* reverbera no *online* e vice-versa. Segundo Miller et al (2016, p. 101, tradução nossa³⁸) “os antropólogos rejeitam a ideia de uma autenticidade não mediada, considerando todos os aspectos das identificações e das relações como intrinsecamente mediados por regras culturais e sociais, incluindo gênero e etnia”.

Horst e Miller (2012) sublinham que as tecnologias de comunicação digital proporcionaram novas formas de se constituir relações mediadas. Christine Hine (2016) corrobora com aqueles autores quando afirma que

As tecnologias digitais transformaram a paisagem midiática de variadas maneiras. Na medida em que a internet se tornou uma tecnologia *mainstream* em muitas partes do mundo, as pessoas se tornaram capazes de influenciar umas às outras de novas maneiras, formando grupos sociais que se diferem significativamente daqueles criados através da interação face a face e das interações sociais distanciadas mediadas pela mídia de massa (HINE, 2016, p. 11).

No entanto, para a autora, no que se refere à produção de respostas emocionais a partir da experiência *online*, não existiria diferença no modo como nossos corpos percebem os afetos produzidos *on* ou *off-line*, o que sugere que, para um pesquisador interessado em descobrir o sentido que seus interlocutores atribuem à experiência, a pesquisa etnográfica participante faz sentido também quando se trata do ambiente *online* (HINE, 2016). Apesar de produzir uma alteração na forma como socializamos, a diferença entre as esferas *on* e *off-line* residiria apenas no nível de consciência dessa mediação. “Nós não somos mais mediados ou contraditórios do que costumávamos ser. Mediação e contradição são as condições que definem o que chamamos de cultura” (HORST; MILLER, 2012, p. 24, tradução nossa³⁹). Para estes autores, essas contradições somente se tornaram mais explícitas pelo impacto das novas

³⁸ No original: “anthropologists reject the idea of an unmediated authenticity, regarding all aspects of identity and relationships as intrinsically mediated by cultural and social rules, including gender and ethnicity”.

³⁹ No original: “We are not more mediated or contradictory than we used to be. Mediation and contradiction are the defining conditions of what we call culture.”

formas de sociabilidade que se desenvolveram a partir das tecnologias digitais. Em tempos de uma internet que se caracteriza pelos 3 “Es” — *embedded, embodied, everyday*⁴⁰ (HINE, 2015), “a Internet pode, de fato, desaparecer como uma faceta notável da vida cotidiana, tornando-se simplesmente uma infraestrutura que oferece meios para fazer outras coisas” (HINE, 2015, p. 13, tradução nossa⁴¹). É tarefa do pesquisador, portanto, atentar para a forma como as tecnologias produzem ilusões de imaterialidade, ofuscando o papel que desempenham na forma como socializamos (HORST; MILLER, 2012).

Nesse sentido, a presente dissertação compreende que a análise da experiência da página Rio Invisível, enquanto uma forma de apropriação das redes digitais visando o seu uso político não pode ser empreendida sem levar em conta a discussão sobre o atravessamento do meio. Assim, este trabalho se baseou nos pressupostos da Antropologia Digital como arcabouço teórico, a partir das propostas elaboradas por Horst e Miller (2012), Miller et al (2016), Madianou e Miller (2012a) e Miller (2011; 2018).

Na obra em que são lançadas bases da subdisciplina da Antropologia Digital, Horst e Miller (2012) desenvolvem, então, seis princípios que sustentam os estudos orientados a partir dessa perspectiva, entendendo a experiência digital como um fenômeno sociocultural, em que cabe ao antropólogo a investigação dos rastros culturais capazes de revelar as complexidades e contradições culturais. A primeira proposição diz respeito à intensificação da natureza dialética da cultura no ambiente digital, uma vez que, ao mesmo tempo que atua na democratização das relações sociais, também gera efeitos negativos, produzindo um impacto “intrinsecamente contraditório” (HORST; MILLER, 2012, p. 11, tradução nossa⁴²).

A já apresentada premissa de que a comunicação digital não seria mais mediada do que a que ocorre face a face compõe o segundo argumento elaborado pelos autores. Trazendo para a cena o estudo sobre a utilização de salas de bate papo *online* na Rússia (HUMPHREY, 2009), Horst e Miller (2012) ilustram como a internet pode ser capaz de despertar paixões, tornando-se um espaço de vida real. Humphrey (2009) descreve a experiência dos participantes de *chats online*, argumentando que, por mais que seja comum o uso das “máscaras” que as pessoas criam para esconder seus “rostos” nesses espaços, a pesquisa demonstrou que a experiência digital não é isenta de consequências emocionais que impactam nos cotidianos dos indivíduos. A autora também percebe, no sentido inverso (do *off* para o *online*), que a delimitação das identidades nas salas de bate papo pode ser vista como

⁴⁰ O que poderia ser traduzido como: “incorporada”, “corporificada” e “cotidiana”

⁴¹ No original: “*The Internet can, in fact, disappear as a remarkable facet of everyday life, as it becomes simply an infrastructure which offers a means to do other things.*”

⁴² No original: “*and the impact is also intrinsically contradictory*”

alongamentos derivados de contextos pré-existentes levados pelos usuários para o ambiente digital.

A terceira proposição é a que trata da relação entre antropologia e etnografia, colocando a questão já conhecida da disciplina do engajamento com um estudo mais amplo, como orienta o olhar antropológico, e a descrição densa de uma cultura local (GEERTZ, 2008) como proposta da experiência etnográfica. Ingold (2014) ressalta a necessidade de separação e elucidação dos termos, refutando o uso corriqueiro do termo etnográfico como um mero qualificador do tipo de antropologia que se produz. Para o autor

A antropologia e a etnografia são de fato distintas, como indiquei, mas essa distinção não pode ser alinhada a uma distinção entre o geral e o particular, ou entre o trabalho teórico-comparativo no estudo e a coleta de dados empíricos no campo. A etnografia não é um prelúdio para a antropologia, como um trabalho de campo a escrever. Na verdade, é o contrário. O etnógrafo escreve; o antropólogo - um observador correspondente em geral - faz seu pensamento no mundo (INGOLD, 2014, p. 391, tradução nossa⁴³).

Ingold (2014) segue em seu argumento identificando esse pensamento com o que costumamos chamar de conhecimento. Porém, para além de uma discussão sobre a definição correta do termo – se conhecimento antropológico ou etnográfico – o autor prefere sublinhar que não se pode pensar em conhecimento a partir somente de fatos organizados em conceitos e categorias, mas sim naquele que é forjado nas nossas relações com os outros. Machado (2017b, p. 28) chama a atenção para a definição de Miller (2011) de que “a internet é sempre uma invenção local de seus usuários”. Assim, estudos antropológicos interrogam os usos sociais que são feitos dessas plataformas dentro de uma determinada cultura, culminando em interpretações que revelam pontes entre o individual e o social. Para a autora, esses modos de apropriação das mídias digitais devem ser relacionados com experiências correlatas em outras culturas, a fim de que se possa elaborar visões mais holísticas que ampliem o nosso conhecimento sobre a nossa própria humanidade.

No entanto, a tentativa de fixação do que quer que seja considerado “o digital” é vista com maus olhos por Horst e Miller (2012). Como já foi sublinhado, o caráter criativo de cada cultura na sua apropriação das mídias digitais é central, fazendo com que a quarta premissa da Antropologia digital sublinhe exatamente a impossibilidade de definição universal da

⁴³ No original: “*Anthropology and ethnography are indeed distinct, as I have indicated, but this distinction cannot be aligned to one between the general and the particular, or between comparative-theoretical work in the study and empirical data collection in the field. Ethnography is not a prelude to anthropology, as fieldwork to writing up. If anything, it is the other way around. The ethnographer writes up; the anthropologist—a correspondent observer at large—does his or her thinking in the world*”.

experiência digital, ou engessamentos no sentido de previsão a priori de seus efeitos sobre determinada comunidade.

Horst e Miller (2012), ao desenvolverem o quinto argumento que baseia os estudos em Antropologia Digital, apontam para a maneira como a internet o tempo todo cria novas formas de aberturas, de experimentações e possibilidades que levam a uma experiência mais próxima de uma ideia de liberdade e dinâmicas de comunicação mais horizontalizadas. No entanto, esses movimentos seriam imediatamente seguidos por uma demanda de novas restrições e controles, criando novas formas de normatividade (HORST; MILLER, 2012). Ainda que este trabalho não tenha partido de hipóteses rígidas, como prevê a perspectiva antropológica, a primeira impressão que orientou a escolha do recorte – o estudo da página Rio Invisível, foi a percepção de que a presença das narrativas autobiográficas de pessoas em situação de rua nas redes sociais digitais pode ser entendida como resultado dessa abertura. Por outro lado, o tom acusatório por vezes percebido na forma como os usuários interagem com as publicações pode indicar um movimento de fechamento.

Hine (2015, p. 12, tradução nossa⁴⁴) avalia que “uma segunda onda de desenvolvimento da Internet focada na participação tem influenciado a caracterização de um conjunto de mudanças de expectativas sobre a relação entre usuários comuns e a Internet”. Nessa nova perspectiva, a ideia de uma participação mais ativa dos usuários e a abertura de um espaço em que cada um pode e deve contribuir com sua opinião e julgamento, o que abalaria lugares tradicionais de autoridade, deve ser compreendida no que se refere a sua dupla relação com a cultura, como produto e como produtora (HINE, 2015; RAMOS, 2016). Jair de Souza Ramos (2016, p. 29) propõe, ainda, a possibilidade de estender o raciocínio para a relação da internet e a sociedade: “a internet é tanto produto de modos de subjetivação e socialidade quanto é produtora de ambos. Ela é estruturada social e culturalmente, mas também é um princípio estruturante de sociedade e cultura”. Dessa forma, o uso da internet como um instrumento de ativismo pode ser entendido tanto como fruto de uma tecnologia apropriada para a criação de condições mais democráticas de visibilidade, como as formas de interação encontradas nas dinâmicas desses movimentos digitais passam pela incorporação de regras de sociabilidade que decidem o que é considerado adequado ou não para cada ambiente (HORST; MILLER, 2012).

Por fim, o princípio da abordagem dialética é retomado no último argumento,

⁴⁴ No original: “the idea of a second wave of Internet development focused on participation has been influential in characterizing a changing set of expectations about the relationship between ordinary users and the Internet.”

destacando a materialidade do mundo digital. A imaterialidade das relações digitais seria apenas ilusória, pois

na cultura digital, os artefatos fazem parte da infraestrutura e da tecnologia. Depois há a materialidade dos conteúdos digitais e, ainda, a materialidade dos contextos sociais onde a cultura digital se insere. Como afirmam Miller e Slater (2012), as tecnologias da comunicação são, sobretudo, gêneros culturais em forte relação com a materialidade das suas condições de produção (MACHADO, 2017a, p. 4)

2.5.1 O digital como território etnográfico e autoetnográfico

Depois de ter apresentado as bases teóricas da Antropologia Digital que sustentam este estudo, seguiremos delimitando as escolhas que orientaram o desenho da pesquisa. Segundo Peirano (2014, p. 385), a opção pela etnografia responde primeiro a uma perspectiva teórica, mais do que se tratar de “detalhe metodológico”. Geertz (2008), ao entender a cultura não como um poder, mas como contexto, argumenta que o objetivo do etnógrafo é descrevê-la com densidade de modo a inspecionar os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos, revelando o código socialmente estabelecido. Assim, para além das necessidades práticas da pesquisa de campo, a escolha de se empreender uma pesquisa etnográfica se relaciona com a busca por uma interpretação antropológica que consiste em traçar a curva de um discurso social, ou seja, aquilo que acontece tanto em ações como em palavras e que revela como seus significados são negociados. Braga (2007), que relembra que a noção de descrição densa surgiu em uma conferência ministrada por Gilbert Ryle em 1968 que tinha como tema a descrição do pensar enquanto ação. Segundo a autora, na ocasião o filósofo britânico opôs a ideia de uma descrição superficial (*thin description*), em que para cada ação apreende-se somente a camada exterior do seu sentido, à ideia de descrição densa (*thick description*), em que há a interpretação da circulação dos sentidos que podem ser relacionados a um determinado fenômeno.

Com isso em mente, o que significa a adoção de um olhar antropológico nesta pesquisa? Acredita-se que um olhar atento à página de *Facebook* Rio Invisível seja capaz de permitir acesso a comportamentos que traduzem sentidos e contradições sociais (MILLER et al, 2016; MACHADO, 2017b). Dessa maneira, o que se busca é compreender “se, e como, essa capilarização se estende para o social, de forma que argumentos e contra-argumentos colocados em cena levem a reflexões que propiciem mudanças sociais” (BELELI; PELÚCIO, 2018, p. 123) que serão efetivamente sentidas no mundo *off-line*.

Assim, a opção pelo caminho da etnografia acompanha a necessidade ética de questionar os conhecimentos que se produz acerca de determinado assunto e os valores que

gozam de um “juízo antecipado favorável” e que atuam na forma como os sujeitos se relacionam uns com os outros (LAPLANTINE, 2001). Para Mariza Peirano (2014), pensar a etnografia apenas como o método genérico da antropologia é esvaziá-la de significado. Etnografias são também teoria pois, muito mais do que uma mera descrição ou curiosidade sobre os fatos estudados, sua tarefa consiste em apresentar “formulações teórico-etnográficas” (PEIRANO, 2014, p. 383). Ingold (2014), ao argumentar contra o abuso do uso do termo etnografia na literatura científica contemporânea, afirma que o que confere o caráter etnográfico de um estudo não é intrínseco ao encontro entre pesquisadores e interlocutores. Também não se caracteriza pela simples prática de ouvir, observar e produzir diários de campo. Para o autor, “etnografia e observação participante [...] não são absolutamente a mesma coisa” (INGOLD, 2014, p. 387). Ingold destaca o compromisso da etnografia com seu caráter engajado e aberto a co-imaginações de futuros possíveis a partir da observação, cuja a função é convidar o antropólogo novato a prestar atenção no que é dito e no que acontece ao seu redor.

Segundo Peirano (2014), é da natureza do método etnográfico sempre ser um novo método, pois deriva daquilo que se deseja examinar. Para a autora, a Antropologia resulta de uma recombinação intelectual permanente que visa “o despertar de realidades/agências desconhecidas no senso comum, especialmente no senso comum acadêmico” (PEIRANO, 2014, p. 381, 382).

Ao conceituá-la como ciência interpretativa, Geertz (2008) põe em evidência a implicação da subjetividade do pesquisador. O entendimento dos dados anotados no campo como frutos de uma observação objetiva há muito já se tornou alvo de severas críticas no debate antropológico, sobressaindo-se a visão de que o campo é sempre uma construção conceitual do etnógrafo, a partir do qual o pesquisador produzirá um relato imaginativo dialógico e polifônico (MARCUS; CLIFFORD, 2016; HINE, 2015; MACHADO, 2017b). Marcus e Clifford (2016) questionam a entrada e a permanência em um mesmo campo como um fator caracterizador da etnografia em si, propondo uma revisão que defende a possibilidade de uma pesquisa multi-situada, capaz de se adaptar às dinâmicas dos processos culturais que se pretende observar. Trazendo a discussão para o terreno do digital, a possibilidade de uma etnografia a partir de um lugar físico onde se vive a internet parece cada vez mais improvável. Se estamos falando de um contexto da Internet E3, incorporada, corporificada e cotidiana (HINE, 2015, tradução nossa⁴⁵) e se queremos investigar os afetos e

45 No original: “*embedded, embodied, everyday*”

sentidos culturais que emergem dos usos sociais dessa tecnologia, então caberá ao pesquisador construir estratégias para se mover pelo campo em busca dos rastros culturais que constituirão o corpus do seu estudo, implicando em uma agência que terá reflexos em seus relatos.

Outra especificidade do ambiente digital é que ele não é uniforme. Na medida em que cada experiência é personalizada a partir das características colhidas pela tecnologia a respeito de cada usuário, seria problemático pensar em um campo único em que todos têm acesso aos mesmos conteúdos e onde o etnógrafo poderia ter uma visão autêntica do que se vive ali.

Na verdade, a experiência de um mundo contemporâneo saturado pela mídia é potencialmente caracterizada como um terreno cada vez mais individualizado (Wellman 2001), à medida que cada sujeito constrói uma realidade em rede a partir de diversas fontes de conexão e influência (HINE, 2015, p. 83, tradução nossa⁴⁶).

A partir dessa heterogeneidade percebida nos espaços digitais, Hine (2015) afirma que a própria experiência do pesquisador em trilhar caminhos em direção ao objeto da investigação pode trazer importantes insights sobre as possibilidades que outros usuários irão encontrar e o que eles podem entender sobre o que acontece naquele ambiente. A autora defende, então, a adoção de uma postura autoetnográfica que reflete sobre as conexões escolhidas pelo etnógrafo entre as disponíveis e a construção de significados a partir dessas possibilidades e decisões.

O etnógrafo como autoetnógrafo pode atentar a temas generalizados e discursos comumente disponíveis que informam ações e moldam expectativas, pensando sobre de onde vêm as pressões para se conformar e como elas são mediadas. Uma autoetnografia para a Internet enfatiza a experiência corporificada e emocional de envolvimento com diversas mídias, percebendo as influências que moldam e restringem a experiência, bem como as oportunidades e as restrições que surgem (HINE, 2015, p. 83, tradução nossa⁴⁷).

A partir dessa perspectiva, cabe a afirmação dessa pesquisa como uma experiência autoetnográfica, multi-situada e multi-modal. Conheci a página Rio Invisível ainda em 2014, quando curti e passei a acompanhar suas publicações. Estive “presente”, ainda que de forma remota, em importantes discussões e movimentos que aconteceram a partir das possibilidades de interação no *Facebook*, como a criação de um grupo paralelo que será mencionado

46 No original: “*In fact, the experience of a contemporary media-saturated world is potentially to be characterized as an increasingly individualized terrain (Wellman 2001), as each subject constructs a networked reality out of diverse sources of connection and influence*”.

47 No original: “*The ethnographer as autoethnographer can attend to the generalized tropes and commonly available discourses that inform actions and shape expectations, thinking about where pressures to conform come from and how they are mediated. An autoethnography for the Internet emphasizes the embodied and emotional experience of engagement with diverse media, attending to the influences that shape and constrain the experience, and the opportunities and restrictions that emerge*”.

oportunamente. Corroborando com a proposição de Hine (2015) sobre o aspecto corporificado da internet, fui afetada pelas publicações que me despertaram para uma maior reflexão sobre a questão da situação de rua. No entanto, inserida num contexto de ebulição política como o vivido no Rio de Janeiro em 2013/2014, com as grandes manifestações de junho e todas as outras que se seguiram e as acirradas eleições de 2014, o projeto lançado no *Facebook* despertou-me também para as apropriações narrativas possibilitadas pela mídia e seus impactos nesse cenário já efervescente.

Esse é ponto de partida da pesquisa. Como já foi exposto, houve um declínio na frequência de publicações que fez o Rio Invisível perder visibilidade, pelo menos na minha experiência como seguidora. Depois desse tempo de decantação só retornei à página já com a proposta de estudo, buscando uma reentrada mais organizada a partir de um olhar científico. No entanto, a experiência enquanto leitora não foi apagada, nem os afetos produzidos. Há, apenas, a tentativa de explicitação de quais e porque alguns caminhos foram trilhados.

2.6 O interesse pelas interações: aspectos psicossociais dos usos das mídias digitais

Entender a internet como uma dimensão onde se vive verdadeiramente compreende entender os afetos produzidos ali como experiências significativas para os sujeitos, impactando-os cognitivamente, subjetivamente, mas também influenciando em seus contextos sociais, em um processo que se retroalimenta. Machado (2017b), ao investigar a experiência de ativação digital do Museu de Favela do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, reflete sobre os hábitos de uso das mídias sociais dos moradores dessas comunidades procurando discutir de que forma valores tradicionais e relações culturais locais são reescritos ou reativados dinamicamente nesse processo. Já Barbosa (2019) percebe a relação entre pacientes oncológicos em períodos de longa internação e os usos de seus *smartphones* nesse contexto, propondo o conceito de Internação Mediada. Esses exemplos informam sobre como os usos das mídias conectadas afetam percepções de si o do ambiente em que estão inseridos, relacionando escolhas que se faz na internet com questões que passam por afirmações ou recusas de identidades, gerenciamento emocional, sentidos de comunidade e tantos outros aspectos que borram as fronteiras do individual e do coletivo.

Ao trazer o conceito de Internet 3E (HINE, 2015) para a discussão do digital nesta pesquisa, assumimos que estamos falando de um conjunto de indivíduos imersos em um contexto em que a internet é parte inseparável de seu cotidiano, de forma incorporada nos objetos integrados no hábitos diários e parte da experiência corporificada das pessoas, ideia

que fica bastante clara em frases comumente utilizadas para se referir a dispositivos ou plataformas: “eu fiquei sem bateria” ou “fulano me marcou no post”, marcando a fusão do “eu” à tecnologia. O uso da internet, hoje, está presente nas dinâmicas dos relacionamentos entre as pessoas e produz afetos que impactam na vida dos indivíduos. Pelas redes digitais fluem sentidos e sentimentos, valores e normatividades, constrangimentos e oportunidades. Poder acessar a internet a qualquer momento e instantaneamente rever pessoas que estão a quilômetros de distância, tirar uma dúvida “no *Google*”, pressionar o Congresso Nacional criando um abaixo-assinado são usos sociais que alteraram percepções como a distância, memória, amizade, entre outras. Nesse sentido, discutir uma experiência digital como o Rio Invisível considerando o contexto social em que o projeto se insere se relaciona à adoção de uma perspectiva psicossocial como princípio orientador que fundamenta este esforço.

O campo psicossocial estabelece um diálogo entre a psicologia e sociologia, tendo surgido a partir da necessidade de pensar o indivíduo em relação com o seu entorno, pois não haveria situação sem afetação mútua. Assim, os processos sociais e os processos psíquicos são interagentes, podendo ser observados no nível das ações concretas das trocas entre indivíduos e grupo, o que leva Maisonneuve (1977) a propor a psicossociologia como uma Ciência da Interação.

A ideia de uma ciência que se concentra nos aspectos de interação também é encontrada em Guareschi (2008), que enfatiza a noção da relação, porém de forma mais ampla do que o entendimento que se restringe à ideia de ligação: “o conflito, por exemplo, é uma relação, como a rejeição, a exclusão” (GUARESCHI, 2008, p. 83). Cassadore (2013) entende que a percepção do que há de subjetivo e simbólico nas relações individuais, grupais e institucionais é central para a adoção de uma perspectiva psicossocial. Desse modo, olhar para o Rio Invisível com especial atenção aos processos de interação entre equipe e entrevistados, equipe e leitores, página (no sentido institucional) e leitores, página e pessoas em situação de rua, *Facebook* e pessoas em situação de rua e as diversas combinações que podem ser feitas levando em consideração os atores envolvidos na experiência faz parte do esforço de colocar a questão a partir de uma abordagem psicossocial.

Nessa perspectiva, a conjugação da etnografia e da Análise do Discurso segundo a tradição francesa corroboram com a tentativa de um exame que expande as fronteiras do campo em vez de fechá-lo em um único aspecto da vivência a partir da página. É claro que seria muito difícil cobrir todas as dimensões que agem nesse processo, e não se tem aqui essa pretensão, ainda mais em se tratando do curto período disponível para uma pesquisa de mestrado. O que se quer pontuar aqui são os compromissos que orientaram as escolhas

teórico-metodológicas. Assim, seguindo a proposta de Ramos (2016, p. 41), esta pesquisa se entende como uma etnografia “da internet”, na medida em que se pretende compreender os sentidos que os sujeitos atribuem à dinâmica do uso do *Facebook* e a apropriação de suas ferramentas, e de que modo isso produz efeitos sensíveis no mundo *off-line*. E é também uma etnografia “na internet” já que toma como ponto de partida a produção de experiências e interações no interior da página Rio Invisível para problematizar questões acerca da elaboração de narrativas de si e do outro [da pessoa em situação de rua] levando em consideração a articulação entre processos de construções identitárias, posições de sujeito e contextos sociais e históricos (RAMOS, 2016, p. 41). Ao enfatizar as condições de produção dos discursos, a Análise do Discurso contribui nesta mesma direção ao lançar mão de um olhar que leva em consideração o indivíduo na sua história, relacionando a linguagem à sua exterioridade (ORLANDI, 2012). Desse modo, interessa à pesquisa informações sobre o momento em que foram produzidos os conteúdos a serem analisados, percebendo que tensões e negociações compunham o cenário em que se desenrolou a experiência. Também faz diferença as posições dos sujeitos, crenças e valores que marcam suas identidades sociais e constituem o interdiscurso das interações e das disputas simbólicas em jogo.

A busca por uma perspectiva dialética, que desvia de uma visão psicologizante individualista que atribui unicamente ao sujeito a responsabilidade de suas ações, crenças e escolhas, por um lado, e por outro refuta um sociologismo excessivo que acredita no meio como entidade produtora de comportamentos, marcou a obra de Maria Inácia D'Ávila Neto, uma das principais pesquisadoras do campo da Psicossociologia no Brasil e uma das fundadoras do EICOS, programa de pós-graduação no qual este trabalho foi desenvolvido (CAMPOS, 2018). Tal proposta encontra eco nesta pesquisa. Dessa forma, recusa-se uma visão de que a internet “moldaria” os discursos do sujeito, isentando-os de uma autonomia para decidir os caminhos a serem trilhados nos ambientes conectados, bem como também refuta a ideia de que os meios são neutros. Como propõe Van Dijck (2007; 2013a), a atenção à negociação entre usuários e plataformas pode ser muito mais fértil do que perspectivas generalizantes.

De acordo com Recuero (2009), a interação nas redes se organiza na forma de *clusters*⁴⁸ capazes de gerar laços, mobilizar capital social e construir comunidades. O uso das tecnologias para a comunicação incentivou a construção de sentidos de pertencimento que não

⁴⁸ Segundo a autora, um *cluster* é um "aglomerado de nós com maior densidade de conexões" (RECUERO, 2009, p.135)

são mais tão dependentes de relações pautadas por laços geográficos ou participação em grupos locais (como associações religiosas, por exemplo) mas nem por isso deixaram de ser vivenciados como importantes dimensões para a construção de identidades em diálogo constante com o outro, trazendo ponto de interesse para uma abordagem psicossocial. No entanto, as especificidades do meio dificultam a entrada do pesquisador em campo de modo participativo e colaborativo, fazendo com que este precise lançar mão de novas e criativas estratégias para estabelecer o diálogo com a comunidade que deseja compreender. No caso do presente trabalho, não foi diferente. Os passos desse caminho estão registrados a seguir.

2.7 O percurso metodológico - descrição das etapas da pesquisa

Seria impossível descrever o processo de construção desta pesquisa sem antes contextualizá-lo. O projeto de qualificação, em que foram esboçadas algumas ideias de desenho metodológico, foi finalizado no início de março de 2020. Apesar de não se tratar de uma proposta já fechada, existia a previsão de uma etapa baseada numa etnografia *off-line*, ou seja, presencial. Uma semana depois que o texto foi enviado para a banca, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS a situação de pandemia de Covid-19, levando as autoridades a adotarem medidas de distanciamento social. Depois de um momento inicial de incertezas, sem saber ao certo se após um período seria possível retomar os planos de uma pesquisa de campo face a face, foi necessário estabelecer um plano de ação exclusivamente remoto.

2.7.1 Comitê de ética e o contexto da pandemia

Mesmo que não estivesse mais previsto a interação com humanos de modo presencial, pelo menos não durante o período em que estivesse em vigor os decretos prevendo o isolamento social, a proposta etnográfica no seu formato digital permanecia, levando à necessidade de submeter o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética do Centro de Filosofias e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No documento enviado, firmei o compromisso de respeitar em primeiro lugar a saúde dos participantes, o que significava que nenhum encontro físico ocorreria durante a vigência das medidas de restrição de contato social. Os termos detalhados do acordo encontram-se no Anexo A desta dissertação.

2.7.2 Conversas com os realizadores do Rio Invisível

A preparação para a entrada no campo se deu através da releitura, não mais na condição de seguidora, mas com o olhar de pesquisadora, das publicações da página. Neste momento, tratava-se ainda de uma leitura flutuante, buscando intimidade com o material a ser abordado, levantando os temas mais recorrentes, as postagens que geraram mais engajamento e as dinâmicas que regiam as conversas nas caixas de comentários para me munir de informações e, principalmente, de questionamentos para ter em mente nos momentos de interação com a equipe do Rio Invisível.

A decisão de começar pela conversa com a equipe que administra a página foi tomada porque havia a necessidade de compreender de forma mais profunda como se dava o diálogo com as pessoas em situação de rua. Toda a discussão sobre a maior ou menor interferência dos entrevistadores carecia de informações a respeito dessa dinâmica.

Também interessava conhecer as motivações e objetivos que orientavam a produção do conteúdo para que fosse possível observar se os desdobramentos gerados pelas publicações convergiam com as intenções dos seus realizadores. As diversas entrevistas disponíveis sobre a iniciativa em geral se repetiam, deixando várias lacunas sobre o sentido de existência da página para seus criadores.

Foi feito um contato com os administradores através de mensagem direta, via *Messenger*, dentro do próprio *Facebook*. A mensagem explicava o tema da dissertação e convidava a equipe a colaborar com a pesquisa. Em pouco tempo, responderam indicando um número de celular pelo qual eu deveria procurar a L.. Foram trocadas algumas mensagens via aplicativo *Whatsapp*, e marcamos uma conversa com L. e C., as duas atuais responsáveis pela página. A conversa se deu através de uma videoconferência na plataforma *Google Meet* e durou cerca de 1 hora e meia.

Comecei explicando que eu tentaria não fazer perguntas pois me interessava também saber quais assuntos elas achavam importante compartilhar comigo. Tal proposta se fundamenta na escolha de uma abordagem metodológica baseada na escuta de memória. Entre as premissas dessa perspectiva, estão: i) o interesse não por uma verdade dos fatos já consagrados, mas sim pela verdade que cada um emprega em seus atos narrativos; ii) o compromisso assumido pelo pesquisador em ouvir com responsabilidade o testemunho de quem relata suas experiências, tornando-se um guardião dos fatos narrados; iii) a necessidade de se estar disponível para ouvir as narrativas, garantindo, para quem narra, o tempo que precisar (podendo ser tanto um tempo curto, respeitando os limites daqueles que já esgotaram o que tinham para dizer, como um tempo mais dilatado); e iv) o protagonismo do narrador, que escolhe o que deve ser narrado e qual imagem quer deixar de si, colocando o pesquisador

na posição de quem escuta, e não de entrevistador, não fazendo sentido, portanto, a elaboração prévia de um roteiro de entrevista (CARVALHO; PINTO; SOUZA, 2016).

Rocha e Deusdará (2005, p. 312) apontam que a tentativa de apagamento do pesquisador como um coparticipante da pesquisa, na medida em que este entende suas perguntas como um mero estímulo para fazer surgir uma dimensão oculta do real que se esconderia por trás do texto, não leva em consideração que a própria formulação da pergunta se constitui como um “real pré-construído”. Uma perspectiva mais conforme à corrente francesa da Análise do Discurso, como a que se pretende adotar nesta pesquisa, implica na necessidade que se impõe ao pesquisador de explicitar os caminhos que percorre em sua investigação, bem como suas implicações pessoais em relação ao objeto da análise. Os autores também assinalam como fundamental que haja uma distância entre a pergunta de pesquisa, aquela que o pesquisador coloca para si mesmo, e que só a ele cabe responder, e o questionamento dirigido aos seus interlocutores, que de maneira alguma pode constituir uma mera sondagem de opinião a partir de uma formulação já construída. Neste contexto, o que o pesquisador faz é participar de uma intervenção sobre o social (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 320).

Recorrer ao trabalho de escuta de memória também implica em deixar questionamentos sobre a veracidade das informações em segundo plano. Considera-se a pessoa “protagonista da sua própria história e da imagem que quer deixar de si para os outros” (CARVALHO; PINTO; SOUZA, 2016, p. 24). Para Pierre Nora,

a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA apud CARVALHO, PINTO; SOUZA, 2016, p. 27).

Durante toda conversa eu mantive minha câmera ligada, decisão que tomei por considerar que mostrar meu rosto agregaria confiabilidade a respeito da seriedade da pesquisa. Também levei em consideração que, com o plano de não fazer perguntas, uma conversa sem os sinais não verbais de interação provavelmente cairia rapidamente no silêncio. As minhas duas interlocutoras optaram por permanecer o tempo inteiro com as câmeras desabilitadas.

Imediatamente após a conversa, o conteúdo conversado foi registrado na forma de um diário de campo. Por conta da metodologia escolhida para conduzir o encontro, que preconiza a escuta sensível, não foram feitas anotações durante a conversa e nem foi usado qualquer recurso de captura de som ou imagem. Assim, o material produzido conta muito mais com

narrativas indiretas e falas aproximadas, mas, por outro lado, encontra-se permeado de *insights* que foram surgindo no desenrolar da conversa e durante a anotação.

Através do intermédio das duas, foi possível entrar em contato com o N. e a Y., fundadores da página e administradores do projeto desde 2014 até 2019. Também por *Whatsapp* foi combinado com cada um deles, desta vez separadamente, de conversarmos. Primeiro foi agendado com a Y. e, posteriormente, com o N.

A Y. preferiu conversar por telefone. Expliquei a dinâmica de tentar não fazer perguntas, pedi que ela me contasse o que considerasse importante falar sobre o Rio Invisível. A ligação durou 2 horas.

Já N. preferiu uma conversa por videochamada, através do *Google Meet*. Nós dois permanecemos de câmeras ativadas durante toda a conversa, que durou quase 2 horas. Também foi explicada a opção por tentar interferir o mínimo possível.

Em todos os casos, foi enviado via *Whatsapp*, cerca de 10 minutos do horário marcado para a conversa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme procedimento descrito no projeto enviado ao Comitê de Ética. Por conta dos protocolos de isolamento social e a orientação para que se evite sair de casa, foi combinado que os interlocutores registrassem via mensagem a concordância em participar da pesquisa e que, assim que possível, disponibilizassem para coleta o documento físico assinado.

2.7.3 Leitura em profundidade - a observação participante

Já de posse das informações levantadas nas conversas com os realizadores do Rio Invisível, voltei à página para uma leitura aprofundada. Aqui cabe uma breve reflexão sobre a ideia de que a internet produz rastros que podem ser consultados a qualquer tempo, o que facilitaria o trabalho investigativo do pesquisador. No entanto, este esbarra nas dificuldades práticas de fazê-lo. A ideia era um retorno às postagens da página desde a primeira publicação, e assim ir caminhando até as mais recentes, percebendo a evolução e a dinâmica das interações produzidas. Importava simular a experiência do leitor que acessava a página na época das publicações, percebendo o encadeamento entre as diferentes postagens. Um dos maiores obstáculos, que demandou muito tempo, paciência, largura de banda larga e capacidade de memória RAM, foi rolar a tela até encontrar as publicações iniciais cada vez que a pesquisa era retomada ou que a página era atualizada. Muita coisa já foi publicada nos seis anos de existência da página, tornando o conteúdo pesado e de difícil carregamento. Por mais que o *Facebook* permita realizar pesquisas no perfil, tal ferramenta não foi útil por dois

motivos: não permite a busca por datas e, mesmo quando é possível localizar a publicação procurada, não existe a possibilidade de se navegar na página a partir dela, seguindo o fluxo cronológico de postagens. A dificuldade encontrada neste processo sugere que tomar a internet como um repositório permanente das comunicações deve ser confrontada com as experiências na prática. Será que daqui a dez anos ainda seria possível esse retorno?

A intenção que norteou esta etapa era a de percorrer os caminhos trilhados pelo Rio Invisível, procurando perceber: (i) qual era o padrão das postagens típicas do projeto, (ii) se houve mudança nesse padrão ao longo do tempo, (iii) quais eram os outros tipos de posts realizados pelos administradores e como eles se encaixavam no conjunto da página Rio Invisível, e (iv) como se dava a dinâmica de interações, e engajamento por parte dos leitores e seguidores.

Aplicado a partir do primeiro post, realizado no dia 18 de setembro de 2014, o método consistiu na leitura do texto publicado, observação das características da imagem associada, verificação da quantidade de reações e engajamentos (número de curtidas, comentários e compartilhamentos), abertura de todos os comentários e leitura de cada um deles. Sempre que algum post ou comentário continha algum link, este também era acessado. Durante a observação, fui construindo um diário de campo (caderno, em papel) em que as principais informações foram sendo anotadas, bem como as percepções, hipóteses e *insights* que foram surgindo.

Esse percurso foi sendo trilhado em todas as publicações feitas desde a primeira até a de 12 de março de 2020, que foi a última antes do decreto referente à pandemia já mencionado. Foram observados todos os tipos de conteúdo, mesmo os que não continham os relatos típicos da página. O interesse era pelo universo do Rio Invisível como um todo.

Quanto às interações (reações como “curtir”, comentários e compartilhamentos), apenas não foram considerados, para além da informação quantitativa, os compartilhamentos das postagens. Isso por conta principalmente da dificuldade técnica em abrir tal informação para a leitura dos textos escritos por quem compartilhou. O carregamento desses dados era muito demorado e em geral não valia a pena, uma vez que a maioria era de caráter privado e, portanto, inacessível para mim.

2.7.4 Contato com os leitores/comentadores da página

A leitura dos comentários permitiu identificar os usuários que mantinham uma maior interação com a página e que tipo de relação eles nutriam com o conteúdo exposto. A partir da

seleção de perfis que comentavam com mais frequência ou com temas que convergiam com os primeiros achados e *insights* que surgiram durante a leitura, foi feito um contato privado, via mensagem direta (ferramenta presente no próprio *Facebook*), apresentando e convidando o usuário a colaborar na pesquisa. Para os que aceitaram, era encaminhado a versão digital do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e explicada a sua função, conforme foi acordado com o Comitê de Ética. Percebi que as pessoas se mostravam receosas em abrir um documento enviado por uma desconhecida, já que após o envio muitos não respondiam mais. Passei, então, a enviar o termo no formato .jpg, como uma foto. A estratégia pareceu ter sido bem sucedida pois as respostas positivas passaram a ser mais rápidas.

Como nas conversas com os realizadores da página, também foi explicado que a intenção era fazer o menor número de perguntas possível, portanto cada um poderia falar o quanto desejasse sobre os assuntos que julgasse pertinente. No entanto, os interlocutores precisavam saber qual era o tema a ser comentado. Eram então explicados os principais interesses da pesquisa e solicitado que a pessoa contasse um pouco da sua experiência como leitor do Rio Invisível e da sua visão sobre a questão da situação de rua.

Houve quem preferiu migrar a conversa para o aplicativo *Whatsapp*. Alguns informaram o número do seu telefone e o diálogo se deu por ligação, sendo registrado posteriormente no diário de campo. Nas conversas que continuaram através do *Messenger*⁴⁹, por conta do tipo de interação que o aplicativo propicia, foi muito difícil não fazer intervenções no sentido de estimular o desenvolvimento dos argumentos. Muitos adotavam uma linguagem muito sucinta, que não adicionavam nenhuma profundidade além do que já havia sido encontrado nos comentários. Somente a partir de perguntas mais direcionadas foi possível travar diálogos mais complexos, que revelavam sentidos, sentimentos, memória, dúvidas e contradições. Não se pode dizer, portanto, que não houve o envolvimento da pesquisadora como entrevistadora, que formula as perguntas que devem ser respondidas.

Nesta etapa, foram enviados 68 convites para a colaboração na pesquisa. 28 pessoas responderam e 27 aceitaram participar.

2.7.4.1 O caso Rxxxx - entrevistado e comentador

Entre os comentários selecionados, um merece destaque. Em determinada publicação havia um comentário de um usuário com o mesmo nome que o entrevistado. No caso, foram dois comentários em que ele respondia a uma conversa entre os comentaristas sobre organizar

⁴⁹ aplicativo integrado ao Facebook que permite a troca de mensagens privadas entre usuários sem a necessidade de sair da plataforma.

um grupo de ajuda para o indivíduo retratado. Nas mensagens publicadas pelo perfil homônimo ao entrevistado, ele afirmava estar realmente precisando de ajuda e dizia que gostaria de “sair dessa situação”. A data da publicação do comentário coincidia com a época de publicação da entrevista.

Como o *Facebook* possibilita a visita ao perfil encontrado (caso o usuário conceda a permissão nas suas configurações), entrei na sua página para ter maiores informações sobre a pessoa. Nela, encontrei um aviso com informações sobre um novo perfil criado pelo mesmo usuário, indicando que os interessados em falar com ele deveriam procurá-lo nesse novo endereço eletrônico. Pelas fotos nos dois perfis, foi fácil perceber que se tratava da mesma pessoa, pois tinham a mesma fisionomia e as mesmas tatuagens. O perfil estava ativo até o momento e continha fotos recentes, publicadas há pouco tempo.

Seguindo a mesma metodologia utilizada com os outros comentadores, foi enviado um convite, via *Messenger*, para a colaboração na pesquisa e o TCLE. Ele concordou e começamos a conversar. Logo de início confirmou que era a mesma pessoa que teve a sua história publicada pela página. Por solicitação dele, migramos a conversa para o *Whatsapp*, por onde trocamos diversas mensagens por vários dias. A possibilidade de interagir com um dos entrevistados da página enriqueceu a pesquisa por permitir adicionar uma outra perspectiva no conjunto de relações que compõem o Rio Invisível. Por conta disso, no decorrer das análises, um subcapítulo será dedicado ao que emergiu dessas conversas.

2.7.5 Observação dos outros projetos invisíveis

A observação comparativa das páginas de outras cidades inspiradas no projeto “Invisível” foi orientada pelo interesse em saber quais os rumos que essas iniciativas tomaram ao longo do tempo. Será que permaneceram fiéis à proposta inicial? Será que sofreram alterações quanto ao formato e estética adotados? Será que mantêm os mesmos objetivos?

Já de posse de informações sobre as principais características das publicações e interações na página Rio Invisível, foram consultadas as páginas de outras localidades a fim de elucidar questões como as mencionadas acima. As páginas observadas foram: SP Invisível⁵⁰ (São Paulo, SP), RN Invisível⁵¹ (Natal, RN), Salvador Invisível⁵² (Salvador, BA), POA Invisível⁵³ (Porto Alegre, RS), Curitiba Invisível⁵⁴ (Curitiba, PR), Campinas Invisível⁵⁵

⁵⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/spinvisivel>. Acesso em: 7 abr 2021

⁵¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/rninvisivel>. Acesso em: 7 abr 2021

⁵² Disponível em: <https://www.facebook.com/ssainvisivel>. Acesso em: 7 abr 2021

⁵³ Disponível em: <https://www.facebook.com/poainvisivel>. Acesso em: 7 abr 2021

⁵⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/curitibainvisivel>. Acesso em: 7 abr 2021

(Campinas, SP), RP Invisível⁵⁶ (São José do Rio Preto, SP), FOR Invisível⁵⁷ (Fortaleza, CE), BSB Invisível⁵⁸ (Brasília – DF), Manaus Invisível⁵⁹ (Manaus, AM), JF Invisível⁶⁰ (Juiz de Fora, MG), SLZ Invisível⁶¹ (São Luiz, MA), Goiânia Invisível⁶² (Goiânia, GO), BH Invisível⁶³ (Belo Horizonte, MG).

2.7.6 Seleção de temas, relatos e dinâmicas para análise

Diante da diversidade de informações que emergiram da pesquisa e que possibilitavam diferentes recortes, foi necessária a seleção do material a ser analisado, a fim de focar na busca de uma possível resposta para o problema de pesquisa. Em uma análise preliminar foram organizados temas “guarda-chuvas” que atravessavam tantos os conteúdos publicados na página, respectivos comentários, como as conversas com a equipe responsável pelo projeto e as com os leitores que aceitaram ser colaboradores desta pesquisa. São eles: (i) relação com o lugar, (ii) empatia e solidariedade, (iii) violências, (iv) família e (v) liberdade. Para que fosse possível uma análise mais aprofundada, a opção foi focar em apenas um, “empatia e solidariedade”, ainda que os outros estejam ainda presentes como pano de fundo, uma vez que não são aspectos estanques, mas sim parte do cenário complexo em que se insere o debate sobre a situação de rua. “Empatia e solidariedade” foi escolhido por ser um questionamento que aparece com muita frequência e de modo muito veemente ao longo de toda a trajetória do Rio Invisível. A partir da ilustração de algumas das diversas formas como o tema atravessa os enunciados presentes na página, o esforço de análise buscará evidenciar as formações discursivas presentes (ORLANDI, 2012) procurando questionar de que forma o agenciamento das mídias digitais incidiu sobre o desenrolar dos processos de interação. Serão usados como base os exemplos de narrativas e interações que fornecem pistas sobre a forma como o Rio Invisível mobiliza o debate sobre a situação de rua, com ênfase nas discussões acerca do papel da sociedade na busca por uma melhoria das condições de vida desses sujeitos, visando a produção de conhecimento sobre os impactos da existência do projeto.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/campinasinvisivel>. Acesso em: 7 abr 2021

⁵⁶ Disponível em <https://www.facebook.com/riopretoinvisivel>. Acesso em: 7 abr 2021

⁵⁷ Disponível em <https://www.facebook.com/fortalezainvisivel>. Acesso em: 7 abr 2021

⁵⁸ Disponível em <https://www.facebook.com/bsbinvisivel>. Acesso em: 7 abr 2021

⁵⁹ Disponível em <https://www.facebook.com/manaus.invisivel>. Acesso em: 7 abr 2021

⁶⁰ Disponível em <https://www.facebook.com/Jfinvisivel>. Acesso em: 7 abr 2021

⁶¹ Disponível em <https://www.facebook.com/slzinvisivell>. Acesso em: 7 abr 2021

⁶² Disponível em <https://www.facebook.com/Goiânia-Invis%C3%ADvel-597486853729454>. Acesso em: 7 abr 2021

⁶³ Disponível em <https://www.facebook.com/bhinvisivel>. Acesso em: 7 abr 2021

3. De onde vêm e para onde vão as histórias do Rio Invisível? Uma proposta de análise

A organização proposta para o encadeamento das análises acerca dos dados coletados seguiu o seguinte raciocínio: primeiro, era importante conhecer melhor como eram realizadas as entrevistas, para confirmar ou não as impressões que obtive enquanto leitora da página. O papel do Rio Invisível como um mediador somente poderia ser elucidado a partir de informações mais consistentes sobre as abordagens, perguntas, gravação ou não, transcrição literal ou não, entre outros aspectos que dizem respeito à ética jornalística e ao intuito do trabalho. A hipótese é que o Rio Invisível constrói um certo discurso sobre a questão da situação de rua, faltava saber as ferramentas utilizadas. Por esta razão, este capítulo de análises se inicia com o debate de temas que emergiram durante as conversas com os realizadores.

Tal divisão não significa que o debate levantado nessa etapa seja esquecido na seguinte, em que serão expostos os discursos que de alguma forma permeiam grande parte do conteúdo da página. A ideia é que um complemente o outro, a partir da constituição de quadro que leve em consideração os diversos atores, humanos ou não (PRIMO, 2012) que compõem o Rio Invisível: realizadores, pessoas em situação de rua, seguidores da página, *Facebook*, poder público, Olimpíadas no Rio de Janeiro são alguns deles.

3.1 Por dentro do Rio Invisível - o que emergiu nas conversas com os realizadores?

Como já foi explicitado no capítulo metodológico, as conversas com os realizadores se orientaram pela ideia de uma escuta sensível, guiada pelo narrador. No convite para a colaboração na pesquisa eram informados o tema e os objetivos do trabalho. Era sinalizada, também, a intenção de observar o Rio Invisível a partir de uma perspectiva psicossocial. Ainda que no início do diálogo fosse necessária uma pequena apresentação sobre os interesses da pesquisa, era combinado que seria feito o mínimo possível de intervenções pela pesquisadora. Portanto, os dados que serão trabalhados aqui emergiram prioritariamente dos recortes feitos pelos interlocutores daquilo que consideravam importante mencionar, ou o que acreditavam ser interessante para a pesquisa.

A divisão em subitens está organizada de acordo com os principais temas abordados nas três conversas realizadas.

3.1.1 Como foi a trajetória do projeto

Há pelo menos duas formas de contar como nasceu o projeto “Rio Invisível”. A primeira, mais formal e já apresentada nesta dissertação, narra que a iniciativa surgiu por inspiração da página SP Invisível, da qual N., um dos fundadores, era seguidor. A segunda, conforme as palavras do próprio N., atribui o nascimento da página ao fato de tanto ele como Y. (também fundadora) trabalharem na região do Largo do Machado. Claro que as duas versões não são excludentes. Pelo contrário, complementam-se.

Em nossa conversa, N. contou que em 2014 ele foi morar perto do Largo do Machado, região que fica na Zona Sul do Rio de Janeiro, e marca a interseção entre os bairros de Laranjeiras, Catete e Flamengo. Na praça, existe uma movimentada estação de metrô, quatro quiosques de floriculturas, um chafariz (quase sempre desativado), canteiros, parquinho infantil, vários bancos compridos e conjuntos de mesinhas de concreto para jogos de tabuleiro. O entorno conta com um farto comércio, consultórios, empresas e a Igreja de Nossa Senhora da Glória, com uma escadaria em frente. Os camelôs estão quase sempre presentes e aos sábados e quartas acontecem feiras livres, fora as ocasionais feiras de artesanato. A praça serve também como ponto de embarque em vans oficiais para os turistas que desejam visitar o Cristo Redentor. Neste cenário, movimentado, vibrante, por onde passam moradores da região, trabalhadores e turistas, é muito frequente encontrarmos pessoas que fazem dos bancos ou canteiros seu lugar de descanso, que sentam por horas e horas nas escadarias da Igreja, que secam suas roupas nas barras de ferro do parquinho infantil.

Quando N. disse que o Rio Invisível nasceu também porque ele — um jovem criado no interior do estado do Rio de Janeiro — começou a trabalhar no Largo do Machado, ele comentou que estava se referindo à estranheza que sentiu ao perceber a dinâmica de convivência que percebeu ali. Em Valença também existem pessoas em situação de rua, mas a relação é diferente porque lá todos se conhecem, ele ponderou.

Há ainda um terceiro fator que tanto N. como Y. mencionaram ao falar um pouco sobre a criação da página Rio Invisível. Ambos eram estudantes do curso de Comunicação Social da PUC-Rio e ansiavam por construir um projeto em que pudessem unir os conhecimentos adquiridos na faculdade a algum tipo de mobilização social. Para N., o fato dos dois terem se conhecido nesse “território” (termo usado por ele) universitário, em que as discussões sobre a responsabilidade social estão muito em pauta, já foi um ponto de partida para a busca de uma forma de mobilização. Ele acredita, também, que em 2013 e 2014 havia uma certa onda de engajamento no ar. Foi em junho de 2013 que aconteceram no Rio de Janeiro grandes manifestações populares e, em 2014, o clima de insatisfação e protestos ainda vigorava na cidade. N. recorda que Y. costumava frequentar as reuniões da Aldeia Maracanã,

um movimento de resistência indígena na região do famoso estádio, e chegou a levá-lo em algumas ocasiões.

Para Y., em 2014 havia uma atmosfera de incentivo ao empreendedorismo na área da Comunicação, que valorizava as iniciativas individuais ou de pequenos coletivos de criação de projetos independentes. Cohen (2017) discorre sobre a proliferação do discurso ligado ao jornalismo empreendedor, “no qual indivíduos empreendedores aproveitam as tecnologias digitais para serem bem-sucedidos em áreas em que os grandes meios de comunicação falharam” (COHEN, 2017, p.130). Segundo a autora, o jornalismo atravessa uma crise, reflexo da recente retração financeira, e acelerada por fatores como uso cada vez mais intenso das tecnologias digitais, decadência do interesse pela imprensa escrita, menor disposição do público para pagar pelos conteúdos produzidos e o uso massivo de mídias sociais. A maior pressão pelo aumento de lucros acaba desestabilizando a figura do jornalista, que enfrenta ondas de demissão em massa e severas transformações nas práticas de produção de notícias. Nesse contexto, o discurso do jornalista como empreendedor, um herói capaz de revigorar a atividade através de uma postura livre e irreverente se adequa à promessa de que

nunca houve um momento melhor para o jornalismo como um ofício, graças à proliferação de ferramentas digitais que podem liberar a produção midiática das grandes empresas de mídia – que mudam lentamente –, e prover novas possibilidades de contar histórias e de chegar aos leitores. Embora possa haver poucos empregos em tempo integral, diz esse argumento, nunca foi tão fácil para um indivíduo fazer um nome para si mesmo, desde que ele esteja sintonizado com as demandas do mercado e não requeira trabalho seguro (COHEN, 2017, p.130).

Assim, por mais louvável que sejam os propósitos do Rio Invisível, não se pode perder de vista que ele nasce nesse contexto. Não que se trate de um projeto que visava gerar lucros para os seus criadores. A intenção é apenas pontuar que a ideia de lançar um projeto jornalístico nas redes sociais não aparece em um momento em que isso seria considerado estranho ou muito arrojado, pelo contrário.

Além disso, o debate sobre a questão do empreendedorismo não atravessa apenas o surgimento da empreitada, mas toda a sua trajetória. Durante as conversas, principalmente com N. e Y., em muitos momentos foi relatado como as entrevistas eram feitas nos tempos livres entre a faculdade e o trabalho. Ao observar a página, pode-se perceber que muitas fotos são noturnas. Outra questão que aparece é que em nenhum momento a dupla obteve qualquer remuneração pelo seu trabalho, fator que passou a pesar ao longo do tempo. N. mencionou que às vezes passava dias inteiros em reuniões sobre o Rio Invisível, ou gastava boa parte do seu tempo nas conversas, fazendo as entrevistas para as histórias da página.

Ainda que o objetivo em lançar a página não fosse o retorno financeiro, a fragilidade

da estrutura da organização, baseada na boa vontade e interesse dos realizadores pela causa, põe em xeque a sustentabilidade do projeto. Ao consultar as outras catorze “páginas invisíveis” que surgiram em diversas cidades, cinco se encontram inativas, uma ficou por um longo tempo pausada e uma se transformou em ONG e usa seu espaço para divulgar campanhas de *crowdfunding* e outros modos de financiamento.

Os fundadores do Rio Invisível buscaram, então, o que chamaram de “estruturação”, e se inscreveram em um edital do Instituto Ekloos em parceria com o Oi Futuro, e assim participaram de um projeto denominado #juntostransformamos⁶⁴.

Segundo Y., a proposta de participar da consultoria era elaborar formas de conseguirem resolver o problema da remuneração. Contudo, Y. e N. chegaram ao um dilema ético, pois não consideravam correto ganhar dinheiro a partir das histórias das pessoas em situação de rua. Eles perceberam que já não queriam continuar o projeto. Além da questão financeira, pesou também a falta de tempo para se dedicar a outros interesses e um certo esgotamento pela constância do tema da situação de rua. “As pessoas só vinham falar comigo sobre o Rio Invisível”, afirmou Y.

No entanto, abandonar uma página com tantos seguidores parecia loucura, por isso decidiram passar o Rio Invisível para novos administradores. Foi, então, aberto um programa de voluntariado com foco em pessoas ligadas à Comunicação, para não cair nas mãos de alguém com ideias mais assistencialistas que descaracterizassem o projeto, tornando as publicações de caráter religioso ou coisas parecidas, segundo mencionou Y.. Foi assim que eles conheceram C. e depois L.. Foram realizadas algumas reuniões para passar um pouco da experiência que eles tinham conquistado nesses cinco anos trabalhando no Rio Invisível. Eles chegaram a fazer algumas histórias juntos e, em outubro de 2019, C. e L. assumiram a página.

Ao revisar o contexto em que o projeto surgiu é possível perceber sua relação com discursos em voga naquele período, naquele território, na área da comunicação, no debate político. Ao olhar por esse viés, nota-se que o Rio Invisível conjuga aspectos que dizem respeito a atravessamentos culturais, sociais e até econômicos – como a crise de empregos formais no jornalismo. O amplo debate sobre os problemas sociais brasileiros promovido em 2013, culminando nas grandes jornadas de junho, também corroboram para a ideia de uma maior avidez de uma camada do público carioca por espaços de diálogo sobre temas ligados aos direitos humanos básicos, como o acesso à equipamentos de saúde e educação, empregabilidade e combate à desigualdade social. É nessa relação com a exterioridade

⁶⁴ Disponível em: <https://oifuturo.org.br/historias/juntostransformamos-rio-invisivel/>. Acesso em 24 nov. 2020.

(ORLANDI, 2012) que surge a iniciativa.

N. conta que eles divulgaram as primeiras histórias para conhecidos e em grupos no *Facebook* que eles consideravam pertinentes ao tema. Para ele, foi interessante como o projeto voou, mas também como, ao mesmo tempo, gerou muitas reações negativas inesperadas, especialmente em alguns grupos de bairro em que N. disse que foi “metralhado”, tendo sido chamado de “comunista” e que chegou a sair dos grupos (fala aproximada de N. anotada no diário de campo). Para o cofundador da página, tal acontecimento pode ser visto como reflexo de algo maior que na época ainda não era possível perceber, mas hoje, com o distanciamento, fica mais evidente. Ele não explicitou o que era, mas ficou subentendido que ele se referia aos acalorados embates entre uma suposta direita e esquerda política que testemunhamos hoje no país. C. e L. também observam que a questão da polarização política atravessa os comentários, sendo possível identificar quem ali tem um perfil mais alinhado ao atual governo federal e quem defende a oposição.

Atualmente, o engajamento com as publicações é muito maior no *Instagram* do que no *Facebook*. Em determinada publicação, em que uma página compartilhou um post do Rio Invisível, o projeto chegou a ter mais de mil novos seguidores em um único dia, enquanto que no *Facebook* a mesma postagem teve poucas reações.

3.1.2 Como são feitas as entrevistas

Em todas as conversas com os diferentes membros da equipe do Rio Invisível, antigos ou atuais, o momento das entrevistas era descrito como bastante informal. C. informou que costumam se aproximar e perguntam se podem conversar. Nem todos consentem, mas quando o fazem, elas “puxam um paninho ou sentam na calçada mesmo” (fala aproximada de C. anotada no diário de campo). Segundo o informado, as pessoas que passam na rua costumam estranhar a cena, ficam olhando e às vezes acham que aconteceu alguma coisa ou que alguém se machucou. C. e L. afirmam que as pessoas em situação de rua também reagem com desconfiança e surpresa ao fato de ter alguém querendo falar com eles. Depois das conversas alguns agradecem pelo interesse delas.

As duas atuais responsáveis pela página enfatizam que vão para as ruas com o intuito de ouvir as pessoas. Como são estudantes do curso de Comunicação, como jornalistas elas estavam acostumadas a ir para uma entrevista com um roteiro na cabeça, mas logo perceberam que isso não funcionava nas dinâmicas do Rio Invisível. Segundo elas, “não dá para ir com um roteiro de perguntas porque se trata da vida das pessoas, às vezes com

histórias muito pesadas” (fala aproximada de C. anotada no diário de campo). Também mencionam que não faz parte do objetivo delas checar a veracidade dos fatos, mas apenas ouvir.

Ao lembrar a captação das primeiras histórias, Y. confirmou que realmente passou uma semana andando com a câmera na bolsa, com receio de se aproximar da pessoa por temer uma reação negativa. Mas, depois de um determinado tempo, já corria pela região a informação que tinha um grupo de jornalistas que estava fazendo matérias sobre as pessoas que estavam vivendo por ali. Y. conta que ao abordar um possível entrevistado, chegou a ouvir: “até que enfim. Achei que vocês não ir vir falar comigo” (fala aproximada de Y. anotada no diário de campo). Acabou se tornando mais fácil puxar conversa. Y. contou também que acabou se viciando em cigarros por causa do Rio Invisível porque percebeu que fumar era um bom jeito de se aproximar pois muitos pediam um cigarro e eles ficavam ali, fumando e conversando.

A identificação de quem está ou não em situação de rua não é tão simples. Nem todos se encontram maltrapilhos, sujos ou estão deitados no chão, conforme o imaginário mais comum. Quanto a isso, Y. afirmou que eles abordavam indivíduos que tinham uma relação diferente com a rua. Eles perguntavam para a pessoa: “onde você vive?” e nem todo mundo respondia que vivia na rua. Alguns diziam que estava na rua só por dois dias, que tinham ido catar latinha e moravam longe. Outros que tinham saído de casa temporariamente por causa de uma briga. Y. frisou que decidiram utilizar a expressão “situação de rua” já que não se trata de uma condição definitiva, mas, sim, provisória.

Ainda sobre a abordagem, C. e L. admitem que sentem receio, principalmente pelo fato de serem duas mulheres. Elas costumam procurar lugares movimentados e passam um longo tempo observando a pessoa à distância. Só depois elas se aproximam e falam coisas do tipo: “oi, a gente pode conversar com você um pouco?” ou “oi, qual é o seu nome?”.

Sobre o modo como conduzem as entrevistas, em geral a equipe chegava, apresentava-se e explicava o projeto. Não eram feitas muitas perguntas. No entanto, Y. afirma que às vezes ela já tinha algum assunto em mente. Ela mencionou como exemplo a época que o ex-prefeito Marcelo Crivella assumiu o cargo, já que ele tinha um discurso de campanha pautado na ideia de “cuidar das pessoas”, e que no programa de governo divulgado durante as eleições o assunto da situação de rua era contemplado. O Rio Invisível queria, então, procurar saber a partir da perspectiva de quem vivia a situação de rua como tais propostas estavam sendo implementadas. Nesse momento Y. ressaltou que se trata de um projeto jornalístico que se propõe a trazer uma visão da cidade pelo olhar de quem está vivendo nas ruas. Portanto,

apesar de não ter roteiro, as entrevistas tinham uma espécie de pauta pré-definida.

Sobre a duração das entrevistas, Y. afirmou que não tinha um tempo fixo. Inclusive, quando foi explicado que a extensão da nossa conversa por telefone ficaria a critério dela, ou seja, enquanto estivesse disposta a falar, Y. comentou que era como no Rio Invisível. No entanto, como já foi explanado, o projeto acabava sendo algo feito nas brechas do trabalho deles. N. contou que às vezes usava o horário do almoço, sentava-se ao lado de uma pessoa e dizia a janela de tempo que ele dispunha para ouvir a história.

As entrevistas em geral eram gravadas. Y. relata que no início eles preferiam apenas ouvir, e logo depois corriam para casa para escrever ou iam andando e anotando no celular. Talvez por isso a primeira história⁶⁵ publicada seja bem diferente das demais, ponderou Y. Nesses casos em que as entrevistas não eram gravadas, eles reconstituíam mais ou menos o que a pessoa falou e editavam, principalmente tirando as partes mais íntimas, como por exemplo se alguém contava que tinha sido abusado sexualmente, ou qualquer parte que eles sentiam que eram as mais delicadas, ou que achavam que a pessoa não ia querer que eles publicassem.

Depois de um tempo eles passaram a gravar o áudio, pedindo antes a permissão do entrevistado para o registro da conversa. Como era um ponto importante para esta pesquisa entender como se davam as transcrições, foi perguntado se a transcrição era exata, se caso alguém cometesse um erro concordância verbal, por exemplo, eles escreviam com o erro ou não. A resposta foi que eles “editavam”, não só a questão do português, mas, por exemplo, a conversa que, em geral, durava uma hora, e, portanto, ficaria muito longa para o padrão da página. “Se a pessoa falou de mamão no início e depois falou sobre várias outras coisas e no final falou de mamão de novo, aí a gente juntava essas duas partes” (fala aproximada de Y. anotada no diário de campo).

N. denomina o trabalho de seleção dos trechos das narrativas como “decupagem”, não no intuito de omitir, mas de editar a história para que a essência dela fosse transmitida. Para ele, dada a situação de rua das pessoas com que dialogavam, não fazia muito sentido para eles pedir que eles mesmos selecionassem os trechos que gostariam que fosse publicado. A falta de acesso às redes, de familiaridade com a linguagem das redes sociais e falta de noções de Comunicação enquanto disciplina faziam com que essa tarefa fosse vista muito mais como um trabalho a ser realizado por eles, profissionais da área, do que pelos entrevistados, mas norteado pelo objetivo de trazer algo de benéfico para a causa da situação de rua. N. acredita

⁶⁵ A equipe do Rio Invisível costuma se referir às entrevistas como “histórias”.

que com as histórias, as pessoas em situação de rua podem “construir o seu significado” (fala aproximada de N. anotada no diário de campo).

C. e L. também revelam outras duas motivações que justificam a opção pela supressão de algumas partes dos relatos: a possibilidade de ruídos, em termos de compreensão da mensagem, e a preocupação em não acabar gerando uma recepção negativa da história.

Quando os erros no emprego da Língua Portuguesa comprometem o entendimento da narrativa, elas costumam corrigir para garantir a clareza do texto.

Ao relatarem o caso de um entrevistado que expôs várias situações da vida dele que eram “pesadas” e poderiam suscitar comentários de haters⁶⁶, C. e L. contam que ao optar por suprimir algumas partes, as duas refletiram bastante sobre a responsabilidade delas no ato de publicar aquela história, principalmente em relação ao que vai ser feito com aquela história. Segundo C., “quando você coloca na internet você coloca no mundo” (fala aproximada de C. anotada no diário de campo). O questionamento era se publicar certos detalhes da história dessas pessoas seria realmente um benefício para aqueles que se disponibilizaram a conversar, ou se, pelo contrário, poderia acabar prejudicando-os pois não se sabe a quem essas narrativas vão chegar e o que as pessoas que lerão essas histórias vão fazer com elas. Esse raciocínio também as levou a repensar se seria uma boa ideia revelar a localização das pessoas entrevistadas, temendo que alguém possa querer procurá-los de forma mal intencionada.

Por outro lado, outro motivo que levou a equipe a rever a interferência deles nos relatos foi quando perceberam que vários comentários de leitores destacavam como a pessoa falava bem, ou achavam o texto bonito. Tal reação por parte do público suscitou uma desconfiança que talvez eles estivessem “floreando demais” (fala aproximada de Y. anotada no diário de campo) e tentaram pesar menos a mão nas alterações. No entanto, o padrão de suprimir as partes consideradas muito íntimas ou pesadas, perdurou. Y. conta que algumas histórias nem chegaram a ser publicadas.

3.1.3 O Rio Invisível na visão dos seus realizadores

Uma das preocupações de C. é não tratar as pessoas em situação de rua como uma população. Ela e L. afirmam querer chamar a atenção para as pessoas, para a vida dessas pessoas. C. contou que até pouco tempo ela não conhecia a ideia de processo de rualização, conceito que lhe chamou a atenção: “as pessoas acham que são todos viciados” (fala aproximada de L., anotada no diário de campo). Segundo as atuais responsáveis pelo Rio

⁶⁶ Termo usado na internet para classificar pessoas que postam comentários de ódio ou crítica sem muito critério. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Hater_\(internet\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hater_(internet)). Acesso em: 5 abr. 2021.

Invisível, não é bem assim, por isso é preciso saber o que aconteceu com cada um.

São vários os motivos que levam a pessoa a viver na rua, por isso a ideia de um processo (PRATES et al, 2011). Nesse sentido, são importantes ações que considerem o conjunto de condições que causam a vulnerabilidade e estão nas origens dos processos, e não só a remediação depois que a pessoa já está em situação de rua. Assim, atuar pela causa da situação de rua pode ser vista como uma luta mais ampla, que envolve vários fatores.

A questão da invisibilidade aparece na fala das realizadoras quando elas afirmam que não só as pessoas em situação de rua são invisíveis, como eles mesmos se sentem invisíveis, o que corrobora com a afirmação de Alcântara et al (2015) de que as representações sociais negativas são introjetadas por esses sujeitos. Um exemplo que C. e L. deram foi o fato de certos casais fazerem sexo nas ruas. Na interpretação delas, eles se sentem tão invisíveis que parecem não ver problema em fazer sexo na rua já que ninguém os vê mesmo. Segundo C., para pessoas como ela mesma, a rua é um lugar de passagem, mas para outros é o lugar onde se vive. Ela afirma que, com a prática do Rio Invisível, ela se deu conta de que é ela quem está pisando no território deles. Para ela, ressignificar a rua é ampliar as formas de pensar esse espaço, pensá-lo de uma outra maneira.

L. chamou a atenção para o fato de que são muitos os desafios de se morar na rua: procurar um lugar para dormir, comer, ou, mais difícil ainda, procurar um lugar para as coisas íntimas como higiene — principalmente para as mulheres. Elas comentaram sobre como muitas vezes as mulheres em situação de rua tem que se embrutecer como uma forma de proteção. Falaram dos vários relatos de abusos muito violentos que elas ouviram, inclusive um de uma história que foi publicada na página de uma mulher chamada X., que relatou um caso de abuso muito pesado que foi bastante difícil para elas ouvir. C. e L. destacaram a questão da vulnerabilidade das mulheres, que estão mais expostas à violência na rua do que os homens.

Sobre suscitar lembranças de acontecimentos violentos ou trágicos, Y. comentou como ela e N. ficavam preocupados em deixar as pessoas com aquelas memórias “pesadas” depois que eles iam embora: “a gente também tem memórias que são ruins, mas a gente não fica pensando nelas” (fala aproximada de Y., anotada no diário de campo). Mais de uma vez durante a conversa esse incômodo foi mencionado e, segundo a mesma, eles conversavam muito sobre isso, mas em geral chegavam à conclusão de que não tinha jeito.

N. relata uma reflexão que permeou o início do Rio Invisível: qual seria a contribuição do projeto para a questão da situação de rua. Por um lado, não era a intenção deles que o projeto tivesse um caráter assistencialista, mas eles também se questionavam sobre não ser

algo que apenas usa as histórias das pessoas e a imagem delas. Também atravessava a questão da comunicação: de que forma eles podiam trazer essa contribuição a partir da comunicação? N. formulou mais ou menos assim: “como dessa conversa eles podiam construir o lugar de ação?”

Y. percebeu que um viés assistencialista era muito presente nos comentários das publicações, o que não era a proposta do Rio Invisível. Eles recebiam muitas mensagens de pessoas que queriam ajudar, ou queriam que eles ajudassem. Além disso, também eram frequentes os pedidos para a participação no projeto como voluntários, convites para participarem de outros movimentos e até instituições do poder público que atuavam nesse campo interessados em dialogar com eles. Para N., um ponto sensível da experiência de produzir o Rio Invisível era o que ele classificava como “disputa de narrativa”, reflexão que permeou quase toda a sua fala. A página se tornou também um espaço para a organização de ações a ajuda imediata, mas que depois de um tempo isso começou a levar o projeto para um direcionamento diferente do que seria o objetivo da iniciativa.

O peso da responsabilidade com o que seria feito da história da pessoa a partir sua publicação em um ambiente público como a internet apareceu diversas vezes nas três conversas realizadas. Tal reflexão vai além da ideia de expor a história de alguém para o julgamento entre certo ou errado — dinâmica comum nas plataformas de redes sociais — pois também passa pelo problema da segurança física do indivíduo. Y. conta que eles mesmos chegaram a sofrer ameaças. Algumas mensagens *inbox* diziam que eles acordariam com a boca cheia de formiga se continuassem denunciando a ação das milícias. Para ela, esse episódio serviu para reverem a seleção dos relatos pois acabava “colocando um alvo” nas pessoas retratadas – eles publicavam o nome verdadeiro da pessoa (ou, pelo menos, o nome que era informado), a foto e as informações que surgiam nas narrativas. Eles passaram a ter mais cuidado para não publicar trechos que pudessem colocar as pessoas em perigo. Além dos casos extremos de ameaça concreta, ocasionalmente havia também a presença dos *haters*.

Apesar de não ser o mais comum, algumas vezes os relatos provocam comentários negativos. C. e L. afirmam costumam se espantar com certos comentários, que divergem do clima da página. Segundo afirmaram, tal comportamento é praticamente inexistente nas postagens realizadas no *Instagram*. Em geral, é uma dinâmica restrita ao *Facebook*, onde percebem os debates mais acalorados e público de idades mais variadas, enquanto no *Instagram* a grande maioria é jovem e costuma parabenizar o trabalho da página.

Y. acredita que as pessoas esperavam uma abordagem mais factual, com apuração das histórias. No entanto, a proposta do Rio Invisível era fazer um perfil desses indivíduos. Y.

ressalta que eles não tinham uma preocupação em checar se a história que a pessoa estava contando era verdadeira. “A gente queria a verdade da pessoa. Não tinha uma preocupação se era verdade ou não. Muitos comentários diziam ‘mas isso não está batendo’, eu falava ‘gente, é a verdade da pessoa’” (fala aproximada de Y. anotada no diário de campo). Como exemplo, citou a história de M., que dizia que era espiã e os comentadores ficaram destacando que a história não era ou não podia ser verdadeira.

Tal visão, que prescinde a checagem das histórias, indica um reconhecimento da potência em narrar memórias “sem compromisso com a ‘cronologia’, com a coerência ou com a ‘verdade’” (CARVALHO; COSTA, 2011, p. 69). Geertz ressalta que “a coerência não pode ser o principal teste de validade de uma descrição cultural. [...] Não há nada tão coerente como a ilusão de um paranoico ou a estória de um trapaceiro” (GEERTZ, 2008, p. 13). Lemões (2014), em seu trabalho etnográfico entre pessoas em situação de rua, sugere que, para além de fatores que fazem parte do imaginário acerca dos moradores de rua, como transtornos mentais ou uso de entorpecentes, a “maleabilidade com que estes sujeitos deslizam de uma situação para outra, alternando entre discursos e ações performáticas” (LEMÕES, 2014, p. 54) faz sentido por ser necessária

“à interação e ao acesso a determinados bens e relações. Sem a submissão constante aos valores que sensibilizam ou ameaçam (na condição de perigosos), as portas são fechadas e o retorno das forças discriminatórias não cessa de se manifestar nas abordagens policiais, nas expulsões forçadas de todos os espaços públicos ou abandonados onde se agrupam, – como se não fizessem parte da ‘coisa pública’. É em relação a este quadro que escancara fronteiras simbólicas estigmatizantes, as quais estes sujeitos esforçam-se em transpor, que arrisco-me em defender que o imperativo constante de expor o sofrimento, a dor física e moral, o corpo marcado ou a afirmação do merecimento da ajuda alheia conforma, [...] uma identidade de miseráveis que subjetivamente estrutura a forma como a população em situação de rua enxerga-se nos espelhos sociais que lhes disponibilizam” (LEMÕES, 2014, p. 59).

Por outro lado, certos elementos pareciam ter o efeito contrário do de gerar desconfiança, atraindo mais empatia e interesse pela situação narrada. Uma das primeiras histórias publicadas, justamente a que viralizou e fez a página deslanchar, foi a de um jovem cujo cachorro usava um par de óculos. Y. acredita ser curioso e ser motivo de reflexão que o fato de a pessoa ser carismática faça aumentar o engajamento. Y. e N. perceberam que esse tipo de detalhe fazia diferença no alcance das publicações. No caso do dono do cachorro, houve uma grande mobilização e chegaram a arranjar um emprego para ele (como terceirizado, trabalhando na limpeza do estádio Maracanã), mas depois de um tempo eles voltaram a encontrá-lo vendendo livros na rua. Para Y. existe um sentimento de culpa, ligado a uma tradição cristã e burguesa, que impulsiona essa vontade de ajudar, mas o Rio Invisível

não tinha esse caráter assistencialista. Esse assunto era recorrente entre a equipe, e diversas vezes eles manifestavam essa dúvida sobre ajudar pontualmente ou não. De qualquer forma, o Rio Invisível acabava promovendo esse movimento de ajuda, doações, mobilizações. Y. lembrou o caso de V., uma mulher cujo depoimento foi publicado em forma de vídeos. Ao conhecê-la através da página, uma advogada criou uma campanha de *crowdfunding* e assim foi possível financiar uma casa para ela.

Algumas vezes a equipe do Rio Invisível contou com a presença de voluntários, seguidores da página ou amigos que os procuravam com a intenção de ajudar. Para os realizadores, o frescor do olhar dessas pessoas era algo positivo, pois eles sentiam que estavam ficando um pouco automatizados e já não se impactavam como antes diante de narrativas de situações extremas. A questão era que, em geral, esses voluntários não voltavam. Para Y., as pessoas não aguentavam. Ela resume

Imagina a sua tia que lê lá as histórias na página e resolve que quer ir também. Mas chega lá na Cinelândia não é tranquilo, as pessoas não estão bem, até porque ninguém que vive na rua está bem, ninguém que não tem uma cama para dormir está bem. Tem gente que está bebendo, que está drogado, as histórias são muito pesadas. Então é pesado para a pessoa (fala aproximada de Y. anotada no diário de campo)

Também sobre o assunto do voluntariado, C. destacou que quando alguém se oferece para ir junto normalmente acredita que vai fazer algo por alguém, mas, muitas vezes, acaba vendo que aquele trabalho que está fazendo algo pelo próprio voluntário, no sentido de que ele é quem está aprendendo algo. Y. percebe que o engajamento na causa da situação de rua passa muito pela ideia da caridade e que isso já estabelece uma espécie de hierarquia: “ele precisa de mim mais do que eu preciso dele” (fala aproximada de Y. anotada no diário de campo). Para ela, era importante estabelecer uma relação mais horizontal durante as entrevistas. Isso justificaria, por exemplo, a opção de tentar não demonstrar tanto espanto diante de histórias muito arrebatadoras, como a da mulher que contou que levou quatro tiros no rosto por inveja de uma outra mulher em situação de rua por ela ter recebido doações de vestidos e a outra não. Y. relata que tentava não externar um assombro muito grande justamente para não frisar que as duas, ela e a entrevistada, são pessoas muito diferentes, ou que a vida de uma é muito pior do que a da outra.

Com a experiência de fazer o Rio Invisível, Y. percebeu como a vida nas ruas parece ser um universo completamente diferente do universo das pessoas incluídas na sociedade, com dinâmicas e relações que são difíceis de serem compreendidas por quem não vive essa realidade. Por outro lado, também tem as suas semelhanças, como quando diz que na região da Lapa, no centro do Rio de Janeiro, é mais frequente o uso de bebidas e drogas pelas

pessoas em situação de rua, uma vez que é um lugar onde acontecem muitas festas e shows. Y. compara esse comportamento com o dos outros tipos de público, já que é hábito comum entre muitos cariocas irem para a Lapa quando querem tomar uma cerveja e se divertirem.

Outro ponto levantado foi a discussão sobre liberdade. Segundo C. e L. algumas pessoas dizem gostar de viver nas ruas porque ali elas têm mais liberdade. Y. conta que foi impactada por um entrevistado que disse para ela: “eu moro andando” (fala de Y anotada no diário de campo). Esse relato não chegou a ser publicado, como vários outros, mas essa ideia de morar andando lhe parecia muito interessante, pois nem todo mundo quer morar numa casa. Y. diz ter aprendido a parar de chamar de morador de rua e passar a adotar pessoa em situação de rua, porque a rua não é moradia e também por pensar que é uma circunstância temporária.

3.1.4 Formação de uma rede e participação em eventos

Como já foi exposto, a equipe do Rio Invisível foi, durante um período, muito procurada por leitores interessados em se mobilizar de alguma forma, administradores de outros projetos ou organizações que também lidavam com a causa da situação de rua e até mesmo por representantes de instituições ligadas ao poder público. Também já foi citado que um grupo paralelo chegou a ser formado pelos leitores da página, com o objetivo de organizar doações e prestar assistência às pessoas que apareciam nas publicações. Em algumas postagens, pelo conteúdo era possível perceber que a entrevista tinha sido feita durante algum evento, como a Yoga de Rua⁶⁷ ou os cafés da manhã do Projeto Voar⁶⁸. Também foram divulgados na *timeline* da página vários convites de palestras ou debates com a participação de um dos realizadores do Rio Invisível.

N. e Y. relembram o sentimento confuso por de repente se verem requisitados a emitir opiniões sobre um assunto tão complexo, com um prestígio que talvez não combinasse com dois estudantes de 23, 24 anos. Por outro lado, eles tinham alcançado certa posição de autoridade por terem construído um lugar da visibilidade para a causa. A saída que encontraram foi se posicionarem como profissionais da Comunicação, o que os levou a estudar mais sobre o assunto. Y. revelou que chegou a fazer um curso sobre Assistência Social na UFRJ. Depois acabou se interessando por Urbanismo, especialmente pelo tema da arquitetura da violência. Ela começou a reparar, por exemplo, nas divisórias colocadas nos

⁶⁷ Projeto social que promove encontros com pessoas em situação de rua para a prática de yoga. Disponível em: <https://yogaderua.org/pt/>. Acesso em: 6 maio 2021.

⁶⁸ Grupo de voluntários que prepara e serve cafés da manhã a pessoas em situação de rua no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.facebook.com/projetovoarcafedamanha>. Acesso em: 6 maio 2021.

bancos de praça, o que impede que alguém use o banco para deitar.

Um evento mencionado por Y. como marcante foi a sua participação em um debate realizado na Biblioteca Parque, equipamento público que era muito frequentado por pessoas que viviam nas ruas do centro da cidade. Ela descreveu o evento como um dos piores dias da sua vida. Na ocasião, os convidados eram ela e o então Secretário de Assistência Social do município do Rio de Janeiro. Na plateia estava a sua família, amigos, algumas pessoas da prefeitura e pessoas em situação de rua. Ela conta que foi ridicularizada pelo pessoal da prefeitura, que enquanto ela falava eles davam risada e que a chamaram de “Alice no País das Maravilhas” quando ela declarou que era preciso olhar para a pessoa em situação de rua. Y. acredita que era muito nova na época, e que talvez, se fosse hoje em dia, não teria dito as mesmas coisas.

Para N. a questão das disputas de narrativa é algo recorrente, que atravessa também a relação deles com essa rede em torno da causa da situação de rua. A impressão que a fala de N. causou é que é como se o tempo todo fosse necessário estar alerta para que o propósito do Rio Invisível não fosse desviado para outros fins, como o viés assistencialista ou o denunciamento sobre a gestão pública.

Por, em alguns depoimentos, aparecer falas que denunciavam os maus serviços prestados por órgãos do governo, o Rio Invisível começou a ser chamado por instituições do poder público para rodas de conversas. Para N. havia o incômodo de se sentir pressionado a falar sobre serviços públicos de alguma maneira, denunciando ou debatendo as dificuldades enfrentadas para prestar um bom atendimento, como a falta de recursos. Nada disso era o foco do projeto.

N. e Y., enquanto administradores do Rio Invisível, também eram solicitados para ajudar, e, nessas ocasiões eles começaram a perceber que existia tanto o grupo dos funcionários dessas instituições que eram realmente engajados com a causa e queriam tentar fazer a diferença, como existia um grupo que queria apenas usar a imagem dessas pessoas em situação de rua. Algumas vezes eles foram chamados para colaborar em projetos que consideraram “bacanas”, mas também em projetos que não tinham nenhuma pertinência e que chegaram a ter brigas pois consideravam que queriam usar o apoio do Rio Invisível para fins com os quais eles não concordavam.

Além do contato com instituições ligadas ao poder público, houve uma aproximação da equipe do Rio Invisível com vários outros projetos, em especial os que buscavam beneficiar as pessoas em situação de rua. Tanto N. como Y. mencionaram a participação nos cafés da manhã, eventos em que voluntários distribuem refeições e promovem atividades,

como rodas de conversa. Alguns deles, maiores, contam com equipes do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social). Os dois idealizadores do Rio Invisível comentam que a dinâmica das entrevistas feitas nesses espaços era bem diferente da que acontecia de modo independente, nas ruas. Em geral, os organizadores do evento já chegavam dizendo “você precisa conhecer fulano” (fala de N. anotada no diário de campo) e os apresentavam. Nesse contexto, as narrativas continham uma agressividade maior, com um tom de denúncia ou de revolta, já colocando certas situações como se fosse função do Rio Invisível ajudá-los a resolver as adversidades, como conseguir um tratamento médico ou arrumar um advogado. Os discursos acabavam mais focados nas dificuldades, segundo Y.. Apesar de entenderem que se tratam de problemas reais que precisam de solução, mais uma vez o ponto é que o objetivo do Rio Invisível não era esse. Para Y., esses outros projetos desenvolvidos por associações, organizações e Igrejas costumam ter um caráter mais assistencialista. Na observação dela, “quem sustenta esse pessoal, na verdade, é o pessoal dos movimentos sociais” (fala aproximada de Y. anotada no diário de campo) pois são eles quem promovem ações que fazem a diferença no cotidiano das pessoas em situação de rua, enquanto as políticas públicas estão muito longe de promover algo de efetivo, avalia.

A questão do assistencialismo também surgiu no interior do Rio Invisível. Como já foi mencionado, seguidores da página se organizaram e criaram um projeto paralelo, o “Rio Invisível – mãos à obra”, que começou como grupo no *Facebook* e depois evoluiu para a página “Rio + visível”. Quando alguém comentava as publicações querendo saber como ajudar, os administradores indicavam o “Rio + visível” como um canal próprio para esse fim. Para N., o forte engajamento gerado por esse grupo era algo que os motivava a seguir no projeto. O funcionamento era o seguinte, sempre que uma história era publicada no Rio Invisível automaticamente o pessoal do outro grupo lia e tentava organizar formas de ajudar a pessoa retratada. Mais uma vez, N. voltou à questão da disputa narrativa quando relatou os conflitos que existiram nesse outro grupo, como quando eles arrumaram emprego para alguém e pouco tempo depois a pessoa abandonou o trabalho e vendeu tudo o que tinha ganhado para comprar drogas. Ele contou que isso gerava muitas discussões pois alguns membros do grupo ficavam frustrados por esse comportamento inesperado ou queriam que houvesse um acompanhamento, mas essa não era a proposta da iniciativa.

N. comentou sobre como é difícil trazer essa complexidade que é a situação de rua, fora desse lugar esperado de um comportamento mais agradecido, passivo. Esse tipo de situação acabou gerando nos próprios idealizadores do Rio Invisível uma reflexão sobre a construção da imagem dessa população, no sentido de mostrar as várias nuances que

envolvem a situação, tendo o cuidado de nem expor demais e acabar deixando o indivíduo ainda mais vulnerável e nem romantizar a história dele.

Um outro tipo de relação com os movimentos populares pode ser ilustrado pela participação do Rio Invisível em eventos culturais como o “Sarau do Escritório”. Descrito por N. como uma experiência positiva, talvez pela maior proximidade com o campo da Comunicação e das Artes, o Sarau contou com a contribuição do Rio Invisível da seguinte forma: um artista reproduziu as fotos de algumas das pessoas em situação de rua que apareceram na página pintadas sobre papelão. Enquanto apreciava a pintura, o público podia colocar um *headphone* e ouvir a leitura do relato publicado.

Para N., é difícil dizer quem é o público final do Rio Invisível, se são as pessoas em situação de rua ou a sociedade civil como um todo, na medida em que as histórias provocavam esse sentimento de querer fazer algo, ao mesmo tempo em que existia também o questionamento do que fazer, como agir. N. citou uma tia dele de Valença que perguntou para ele o que ela poderia fazer para ajudar e sua resposta foi algo como: “tia, dá bom dia”, no sentido de incentivá-la a mudar o olhar e o comportamento dela na relação com as pessoas em situação de rua.

4. Nas entranhas do Rio Invisível – um mergulho (auto)etnográfico

Como já foi exposto, o mergulho nas publicações da página do Rio Invisível se deu de forma linear, seguindo a ordem cronológica das publicações. Senti a necessidade de voltar desde a primeira publicação, que acompanhei como leitora na época do surgimento da página. Interessava-me rever os passos dados pelo projeto, questionando-me se eu realmente podia confiar na minha memória que dizia que o Rio Invisível mantinha um padrão nas publicações e que a grande maioria do que era postado eram os relatos de pessoas em situação de rua, característicos da página, deixando as publicações mais “institucionais” em segundo plano.

A leitura em sequência não se assemelha à experiência comum dos usuários que seguem a página. Novas publicações normalmente aparecem no *feed* de cada um, misturadas a outras publicações de diferentes fontes. No entanto, ler só o Rio Invisível e desde o início permitiu uma imersão nos conteúdos disponíveis, em suas diversas formas. Foi possível, por exemplo, identificar os usuários que comentavam com maior frequência e mantinham um certo posicionamento em mensagens deixadas em diferentes publicações. Outra possibilidade interessante foi seguir os links disponíveis nas postagens e nos comentários, o que ajudou a contextualizar opiniões e revelou alguns dados novos, como por exemplo uma coluna jornalística escrita pela realizadora do Rio Invisível publicada em outro site. Nessa ocasião, ela publicou o áudio bruto de duas entrevistas que havia feito com pessoas em situação de rua para o Rio Invisível. Assim, foi possível ter acesso a um material que diz muito sobre como eram as interações nesses momentos, além de trazer importantes *insights* sobre a diferença entre ouvir e ler os relatos, o que seria um rico material para um desdobramento da discussão em futuros trabalhos.

Seguir a ordem cronológica também foi importante para perceber a evolução do projeto. Apesar de manterem um padrão desde o primeiro post, alguns ajustes foram feitos ao longo da trajetória, como o abandono do pequeno trecho na voz do entrevistador ao final da publicação. A região onde eram feitas as entrevistas é outro ponto que fica mais evidente quando analisamos em sequência. Nas primeiras histórias prevalecem pessoas em situação de rua na região do Largo do Machado, Flamengo e adjacências, justamente onde N. e Y. mencionam que trabalhavam. Eu mesma moro nessa região e conheci o projeto mais ou menos nessa época. Não me lembro mais o que me levou ao Rio Invisível, mas tal informação me fez suspeitar que talvez os mecanismos de geolocalização do *Facebook* pudessem ter atuado nesse encontro, hipótese da qual eu não suspeitava antes da leitura.

Outro dado que emergiu da leitura pela ordem dos posts diz respeito à variação na quantidade de reações entre publicações cujo conteúdo são os relatos de pessoas em situação de rua e posts de outros tipos, como convites para eventos, textos comemorativos de datas, como o Dia Nacional de Luta da População de Rua, ou outra forma de comunicação de cunho institucional. Os relatos alcançam um engajamento muito maior do que as falas “em nome” do Rio Invisível. Este dado corrobora com a hipótese de que a linguagem narrativa que personifica a informação acaba tendo uma força de engajamento maior do que os textos mais objetivos no contexto do Rio Invisível.

A leitura em profundidade proporcionou uma imersão no campo. A cada história lida, fui anotando em meu diário de campo as principais temáticas que surgiram no relato, características das fotografias e os *insights* provocados. Registrei também a data da publicação e a quantidade de interações (número de curtidas, de compartilhamentos e de comentários). Por *default*, o *Facebook* mostra apenas os comentários considerados pelos algoritmos como os mais relevantes. Era necessário ajustar a opção de exibição para “todos os comentários”. Como a maioria das mensagens foi feita já há bastante tempo, infelizmente não foi possível observar a ordem cronológica das mensagens pois só aparece a contagem em anos. Era possível, apenas, identificar retornos recentes a conversas iniciadas há vários anos, pois as novas mensagens aparecem com um número menor de anos. Assim como foi feito com os relatos, tudo o que pareceu relevante foi anotado no diário de campo.

A etnografia em ambientes digitais, talvez por sua novidade enquanto possibilidade, é vista como um campo que demanda estratégias específicas e que carece de constantes revisões (MACHADO; ROSA, 2021; BELELI; PELUCIO, 2018). Além de ser um fenômeno bastante recente, a comunicação mediada pelo computador está sempre se modificando em termos de ferramentas e tecnologias disponíveis. A construção de metodologias adequadas à uma etnografia *online* vai além de uma tradução para o ambiente digital do que seria uma etnografia clássica, ainda que não se possa perder de vista os fundamentos que guiam a disciplina da Antropologia. Nesse sentido, Miller e Slater (2004) afirmam que a escolha metodológica deve ser guiada pelos objetivos específicos da pesquisa. Beleli e Pelúcio destacam como “as metodologias nesse campo têm sido aprendidas no fazer da pesquisa” (BELELI; PELÚCIO, 2018, p. 126), o que leva os pesquisadores a percorrerem caminhos novos e distintos dos anteriores, levados pelos fluxos que, por mais que tenham no *online* seu ponto de partida, dizem respeito a construções de significado que atravessam as fronteiras entre o *on* e o *off-line*.

Apesar do contexto da pandemia, em que o isolamento social foi colocado como um

imperativo para o controle do espalhamento da doença, já era a intenção desta pesquisa estender o escopo para conversas com os leitores que comentaram na página a partir de um contato através do serviço de mensagens instantâneas dentro do próprio *Facebook*. O que foi impossibilitado pelas restrições de circulação foi que a conversa evoluísse para encontros presenciais caso o interlocutor manifestasse interesse por essa opção. Durante a leitura dos comentários foram selecionados alguns usuários para quem enviei uma mensagem direta explicando a pesquisa e convidando à colaboração. A maior parte desses contatos não obteve resposta, mas vinte e sete pessoas concordaram em conversar. Esta etapa da pesquisa correu em paralelo à leitura. Conforme emergiam comentários relevantes para os temas que começavam a ganhar contorno a partir da observação das interações, as mensagens iam sendo enviadas a partir do próprio link do perfil que escreveu o comentário.

Em um contexto de *polymedia* (Madianou; Miller, 2012a, 2012b; Madianou, 2015), em que a disponibilidade de ferramentas para a comunicação é bastante ampla, a conversação fluiu (PRIMO et al, 2017) por diferentes mídias, fazendo com que a relação pudesse ser estabelecida de diferentes formas, com diferentes níveis de abertura e intimidade. Assim, com alguns interlocutores a conversa se manteve no *Messenger*, outros preferiram migrar para o *Whatsapp* e lançaram mão de recursos como o envio de áudios e figurinhas, enquanto outros preferiram a sincronicidade da conversa telefônica.

As conversas com os realizadores do Rio Invisível, a leitura cronológica das publicações e comentários da página e o contato com os leitores representam o que entendemos como a etapa de observação participante desta pesquisa. Diferente de uma etnografia clássica, em que a entrada em campo pode ser marcada geograficamente, ou seja, o “estar lá” (GEERTZ, 2008) como um estar físico, no campo da etnografia digital é preciso um esforço reflexivo para que se possa redefinir o que significaria essa presença. Como relembra Hine (2015), a definição do campo é uma construção do etnógrafo. Machado e Rosa (2021), recorrem aos apontamentos de Hine para traçar possíveis paralelos entre a etnografia *on* e *offline* e destacam que a autora

ao entender a internet como imersa, corporificada e cotidiana, mostra que o escrutínio do *modus vivendi* no meio digital possibilita generalizações e a detecção de particularidades, características tradicionais da Antropologia e da Etnografia. Da mesma forma, a produção e troca de conteúdo é vista como uma estrutura documental passível de mapeamento e delimitação, além de relatar e apresentar marcas do tempo no qual é produzida, dada a sua característica de interrelação com a vida vivida na contemporaneidade (MACHADO, ROSA, 2021, p. 5)

Percebe-se, portanto, que os objetivos etnográficos de uma busca pelos sentidos do vivido são conservados entre as duas instâncias, presencial ou *online*, apesar da diferença das

formas de interação possíveis entre pesquisador e campo. O ambiente digital oferece novas oportunidades para a pesquisa, decorrentes de possibilidades como o registro e assincronismo que caracterizam as interações, mas também apresenta novos desafios, como a escassez de pistas não-verbais. No entanto, a possibilidade de observação do que um conjunto de atores faz ou diz se conserva de algum modo, mesmo que diferente, oferecendo, inclusive, a oportunidade para o pesquisador de seguir os rastros digitais (BRUNO, 2013) deixados para trás nos ambientes das redes sociais. Para Braga (2007), a própria forma com que o ambiente *online* promove a conversação — possibilitando que usuários optem pela participação de modo invisível, silencioso, sem o registro da sua interação — retira o peso da ideia do pesquisador-*insider* ativamente participativo. A etnografia em ambientes digitais, segundo a autora, pode ser vista como um tipo muito particular de participação, mas, nem por isso se desvia de seu objetivo de “viabilizar a apreensão de aspectos daquela cultura possibilitando a elaboração posterior de uma descrição densa, que demanda uma compreensão detalhada dos significados compartilhados por seus membros e da rede de significação em questão” (BRAGA, 2007, p. 4)

A pesquisa fez emergir uma grande quantidade de informações a respeito da vida em situação de rua e das muitas formas como as pessoas que seguem a página compreendem a questão. Revelou-se um mundo à parte, em que muitos comportamentos aparentemente sem sentido ou apenas curiosos passam a estabelecer conexões com temas mais amplos e complexos. O estudo comparativo entre os relatos possibilitou a apreensão de temas recorrentes, mas que atravessavam as narrativas de diferentes formas e repercutiam de diferentes maneiras junto ao público leitor. Percorrendo os comentários, além de perceber diversos ditos e não ditos que apontam para diferentes formações discursivas (ORLANDI, 2012), o que será objeto de nossa análise mais a frente, também surgem alguns contornos das formas de participação nas conversas iniciadas a partir dos comentários, em que nota-se certos tipos de comportamentos que se repetem e reproduzem práticas de uso mais ou menos esperadas dentro da plataforma, enquanto outras refletem a criatividade dos usuários na apropriação das ferramentas digitais para produzir agenciamentos.

A análise seguirá, então, pelas trilhas deixadas pelas formas como os discursos ligados à situação de rua aparecem e mobilizam as conversações. Ao ler, reler e questionar as interações que compuseram o *corpus* desta pesquisa, as perguntas que o tempo todo estiveram presentes como pano de fundo foram: e se esses relatos e essas conversas não tivessem ocorrido neste momento histórico? E se não fossem publicadas em primeira pessoa? E se não estivessem disponíveis numa rede social como o *Facebook*?

4.1 Breve panorama da diversidade de temas que atravessam os relatos publicados no Rio Invisível

Antes de dar início às análises das publicações, é importante ressaltar que nem todas as narrativas seguem o mesmo modelo. Contudo, algumas características aparecem quase sempre. A grande maioria dos relatos começa com o nome, idade e lugar de origem da pessoa. Muitos também especificam há quando tempo estão em situação de rua. Em geral, conta-se como se deu o processo que culminou na ida para a rua, ainda que alguns se refiram ao evento genericamente, como, por exemplo, dizer que foi por briga familiar, enquanto outros descrevem com mais detalhes os acontecimentos e motivações. As narrativas, muitas vezes, podem ser divididas em um “antes” e “depois” da vida em situação de rua. Evocar o lugar de origem é comumente acompanhado de lembranças (doces ou amargas) da infância e de modos de viver diferentes dos atuais. Em algumas histórias esse passado foi o motivador para uma busca por uma nova vida, em outras é razão de arrependimento ou melancolia por não ser mais possível um retorno ao que já foi.

Aqui: Axxxxx Mxxxxx, de Guaraciaba do Norte, Ceará, 48 anos. Tem dois anos que estou no Rio, mas já fiz três viagens. Lá tem tudo meu - tem casa, tem tudo. É a minha terra, tô voltando já. Eu sou cozinheiro, saladeiro e jogador de bola. Meu apelido é Pelezinho. Fortaleza, Ceará e Ponte Preta já foram atrás de mim. Lá é melhor do que aqui, nós plantamos tomate, verdura e não falta água. Vim pra trabalhar, mas não arranjei trabalho e estou dormindo na rua. É bom pra aprender! Aprendi a saber viver, saber o que se passa no mundo (trecho de publicação no Rio Invisível, 5 de out 2015)

É que eu não sou carioca, sabe? Tô há 12 anos no Rio de Janeiro. Meu nome é Sxxxxxx Gxxxxx de Sxxxx, tenho 47 anos, sou de 4 de janeiro de 1962. Eu sou do estado de Minas, de Juiz de Fora para lá. É no interior, roça. Meu pai era de Governador Valadares, interiorzinho mesmo, e minha tia mora lá em Cataguases. Quando meu pai morreu, ele estava com a minha tia, porque lá tinha mais recursos. Digo assim, lá tem hospital, a prefeitura é bem olhada, é próxima à Juiz de Fora, então ajuda bastante. Depois de quatro meses que ele morreu, eu vim para o Rio. Outro dia, eu estava lá Seropédica, e um rapaz falou que recebeu um telefonema da Universidade de Juiz de Fora, e ele tinha certeza de que era para mim. Falaram que minha mãe faleceu, e agora faz uns quatro meses. Lá em Minas tem minha irmã, meu cunhado e meus sobrinhos (trecho de publicação no Rio Invisível, 1 de ago 2018)

A relação com a família é também constantemente citada, de inúmeras formas: o rompimento ou não com os familiares que vivem próximos, a convivência ou não com filhos, a ciência ou não por parte da família de que a pessoa está em situação de rua, o desejo ou não de voltar a viver em família, entre outras.

Meu nome é Jxxx Cxxxxx, eu tenho 27 anos. Minha mãe morreu quando eu tinha 5. Fui morar com meu pai e mais três irmãos. Quando meu pai faleceu, perdi contato com quase todos, menos com uma irmã. Até o dia em que ela faleceu, foi atropelada.

Aí ficou meio que cada um por si. (trecho de publicação no Rio Invisível, 12 de out 2014)

É porque virou a vida, tá entendendo? Eu tinha as minhas coisas lá em Belém, minha casa, meus filhos, parentes, meu carro, e aí acabou. Peguei e vim embora, não me prendo a nada, não. E eu já tava marmanjão, tinha 30 e poucos anos. Tenho seis filhos, cinco mulheres e um homem e uma porrada de neto. Já falei com eles depois que eu fui embora, mas é o seguinte: não me interessa. O que interessa pra mim é a minha vida. Eu sou assim, se tá bom, tá bom; se tá ruim, tá ruim logo de uma vez, eu não sei estar no meio termo, não. Eu vou pra realidade, sacou? (trecho de publicação no Rio Invisível, 12 de maio 2016)

Hoje, minha casa tá lá, uma casa boa só pra minha irmã e pra minha filha. Eu tenho vergonha de falar com elas, mas de vez em quando ligo. Ai, eu não falo que eu tô sofrendo, não. Falo não. Eu não falo porque tenho vergonha, entendeu? Mas de vez em quando eu ligo, fico com saudade da minha filha e escuto pelo menos a voz dela. Ela tem doze anos (trecho de publicação no Rio Invisível, 5 de dez 2016)

Sou daqui do Rio mesmo, mas minha mãe me botou na rua. Eu era muito moleque, já tô na rua há vários anos, não sei nem quanto tempo. Sabe o que ela falou pra mim? Que nunca queria me ver com mulher nenhuma. Tenho 6 irmãs que apanham dela, tomam puxão de cabelo, mas no fim das contas tão lá ajudando. Minha mãe é gananciosa, só pensa em dinheiro. Ninguém da minha família gosta dela não. (trecho de publicação no Rio Invisível, 21 de out 2014)

A violência também é um tema constante nas narrativas e aparece em diferentes níveis, praticadas por diversos segmentos.

Às vezes, eu fico só me recordando, a rua não é pra ninguém. Rua, na madrugada, você vê cada coisa! Faz de conta que não tá vendo nada, se não sobra pra você. É um dando facada no outro, dando paulada. Uns roubando. Eu fico só na minha. Usam aqueles negócios de tiner, cola, aí ficam loucos! Ficam dando pancada um no outro. Tem que ver. Na madrugada não tem polícia nenhuma. Já passei por várias situações de perigo, mas eu nem esquento. Faço de conta que não tô nem vendo. (trecho de publicação no Rio Invisível em vídeo, 9 de ago 2018)

Além da vulnerabilidade dos corpos expostos nas ruas, sujeitos às intempéries, a doenças, sujeira, fome, são muito frequentes os relatos de ataques arbitrários e abusivos por parte da polícia.

Os guardas já me roubaram e levaram as minhas balas todas. Tinha que ver minha banquinha de bala como é que era. Levaram tudo esses dias. Não é pra revoltar uma pessoa, amiga? Gastei quase R\$ 200 só de material e eles pegaram só pra jogar fora. Pô, isso é covardia, mas eu vou comprar de novo. Estava muito bonita a minha banca, tinha todos os sabores de Mentos, todos. Nesse dia eu chorei muito. (trecho de publicação no Rio Invisível, 10 de nov 2015)

Na Copa, eles estavam mais violentos, agora até que não estão muito, não. Esse negócio de abrigo aqui no Rio não tem organização direito. Mas eles já me agrediram. Eu falava que eu não queria ir e eles "você tem que ir, sim, porque você sabe que é proibido dormir na rua". Eu falei "eu nunca vi isso na minha vida. Vocês estão criando isso da mente de vocês. (trecho de publicação no Rio Invisível, 8 de ago 2016)

Também aparece com bastante frequência a queixa de assaltos e furtos sofridos pelas

peessoas em situação de rua, que perdem o pouco que conseguem juntar em curtos intervalos de tempo.

Meu nome é Dxxxxxx, eu tenho 27 anos. Estou há 17 anos na rua. Antes de continuar o papo, tá vendo isso aqui na minha boca? Esses moleques vieram tentar roubar minha mochila ontem, mas não conseguiram. Ninguém me ajudou. Às vezes, a gente para pra defender os outros, mas ninguém para pra me defender. Ainda mais quando olham e percebem que sou morador de rua, não fazem nada. É capaz ainda de ficarem contra mim. (trecho de publicação no Rio Invisível, 17 de out 2014)

Diversos tipos de violência também se relacionam com o que muitos indivíduos indicam como os motivos que levaram à situação de rua, como maus tratos no ambiente doméstico ou mesmo a necessidade de fuga de suas comunidades de origem pelo terror imposto por grupos ligados à milícia.

Tinha uma taxa que me cobravam, mas eu não tinha grana. Na segunda vez, ainda não tinha. Me bateram, me deram coronhada na cabeça. No terceiro mês foram lá de novo e falaram "Ó, mês que vem a gente vai vir aqui, se tu não tiver dinheiro, alguém da tua família vai rodar". Eu não tinha. Mataram dois filhos meus na minha frente, meus filhos tinham 28 anos cada um, gêmeos. Um mês depois voltaram lá e mataram a minha esposa. Em seguida pegaram a minha casa e jogaram eu e a minha filha grávida de nove meses na rua. É por esse motivo que eu estou em situação de rua (trecho de publicação no Rio Invisível, 13 de set de 2016)

Outra forma de violência muito presente é a violência de gênero, em que as mulheres entrevistadas narram diversos tipos de agressões e expõem um cenário de vulnerabilidade ainda mais grave.

Aqui na rua eu já acordei com gente mexendo nas minhas calças. Eu tava dormindo e quando vi a minha roupa já estava aqui embaixo (trecho de publicação no Rio Invisível, 10 de nov 2015).

Soma-se a tudo isso a dor que expressam pela maneira como são tratados pelas pessoas que passam nas ruas, que escondem o celular ao vê-los, trocam de calçada ou os impedem de entrar em estabelecimentos. Percebe-se, que a violência não se restringe só à violência física, também machuca a violência simbólica, psíquica, moral.

A sociedade, também, ela é muito cruel. Entende? Como eu falei, todos os dias, nós sofremos violência. De uma forma ou de outra, entende? A forma como as pessoas nos olham, sabe? Sabe? Você não imagina como é você estar aqui, atravessando uma rua, e a pessoa te olhar, olhar pra você e atravessar a rua do outro lado, como se você fosse um... sei lá... uma doença, sabe, contagiosa. Isso é muito ruim, cara (trecho de publicação no Rio Invisível em vídeo, 17 de jul 2017)

Mesmo em serviços públicos, inclusive nos direcionados a esse segmento, como os abrigos municipais, a denúncia de constrangimentos e situações de preconceito é constante.

Eles chegavam na madrugada pra recolher a gente e, às vezes, eu não queria ir.

Jogavam a gente lá, não davam dinheiro de passagem, não faziam nada pela gente e botavam a gente em risco lá dentro num abrigo que tem em Santa Cruz. Ao invés de ir pra lá pra ficar tranquilo, eu ficava mais apavorado com tudo que eu via. Eles não sabem nem abordar a gente. Pra você chegar e abordar uma pessoa, você tem que chegar com educação, mas eles já chegam chutando, colocando a mão na nuca. Não é assim. Aí o cara me puxava pra dentro da van e me dava soco no meu peito. Ele me deu um soco só porque eu falei a verdade pra ele. Não me pegaram fazendo nada demais, né. Eu simplesmente estava deitado dormindo, descansando meu corpo físico. Muitos gostam de ir pra lá porque lá é liberal de tudo. Lá pode sair, pode fumar, pode cheirar, é um roubando as coisas do outro, querendo as coisas do outro. Quem não faz isso, fica apavorado. (trecho de publicação no Rio Invisível, 8 de ago 2016)

Apesar do alto grau de precariedade relatado nas histórias que compõem o Rio Invisível, nem todos veem a situação de rua como o “fundo do poço”. Vários afirmam gostar de viver nas ruas e percebem a condição como uma alternativa melhor do que a vida que levavam antes, em família.

Quando eu vim pra rua, recebi tanto amor, tanto carinho, que agora eu não consigo voltar. Estou satisfeita aqui, porque eu tava quase louca e sozinha. Eu já comi, na minha casa, por 32 dias macarrão azedo. Aqui na rua eu nunca comi nada azedo, nunca passei um dia sem comer. Eu recebo roupa, quentinha, sabonete, pasta de dente, toalha, suco. A moça todo dia de manhã traz uma garrafa de água pra gente. E isso é uma forma de amor. Eu tava numa amarra, e eu precisava me libertar dela. Eu necessitava de atenção, de carinho. E eu recebo isso aqui. (trecho de publicação no Rio Invisível, 19 de jan 2016)

Por mais que reconheçam os sérios problemas que enfrentam por não terem um teto onde possam ter alguma privacidade ou proteção, vários identificam as ruas com a possibilidade dos encontros, das festas, da música, do inesperado.

Eu adoro ficar aqui na praça. Meu vício é só tomar uma cachacinha, jogar sueca e dominó valendo um salgado. E, todo fim de mês, é uma maravilha, tem churrasco com comida liberada pra todo mundo. Eu compro 1L de whisky, 1L de caninha da serra, 1L velho barreira, 1 garrafa de 51, 2 garrafas de vinho – um suave e um tinto -, 1 Dreher, 1 garrafa de Jurupinga e aí vai... Quem quiser chega e bebe a bebida que quiser. É proibido enfiar a mão no bolso e pagar alguma coisa, só se for pra beber cerveja ou refrigerante, porque de resto até água é de graça. Eu que libero tudo com o meu pagamento. (trecho de publicação no Rio Invisível, 9 de out 2014)

A criação de laços de afeto entre as pessoas que compartilham a mesma situação também aparece com frequência, sendo percebidos às vezes como ligações mais relevantes do que as relações de parentesco consanguíneo.

Não vou te enganar não, tomo minha cachacinha. Eu curto ficar na minha, ou então com esse meu parceiro. Ele é como um pai pra mim. A humildade prevalece e a amizade também. É o que me salva, todo mundo que mora aqui na região me ajuda. Eu me ajudo. (trecho de publicação no Rio Invisível, 5 de outubro de 2018)

Outras vezes, prevalece o sentimento de solidão e a necessidade de se esquivar do convívio com outras pessoas em situação de rua.

Fico andando de um lado pro outro pra conseguir viver. Se você parar muito tempo em uma localidade só, é como se estivesse tendo uma casa, os vizinhos arrumam problema. Vou falar assim, no português: a falsidade dos inimigos é a nossa felicidade, falo isso pra todo mundo. As pessoas têm inveja de nós. Porque eu sou pura, não roubo nada de ninguém. (trecho de publicação no Rio Invisível, 8 de março de 2016)

A situação de rua relaciona-se intimamente com a noção de privação: de uma casa para morar, de comida, de agasalho, de afeto, de respeito, enfim, de condições básicas de existência. No entanto, a absoluta maioria dos depoimentos publicados na página não pede nada. Não diretamente, pelo menos. Os entrevistados, na maior parte das vezes, narram seus cotidianos, dificuldades e desejos, aparecendo, então, o tema da falta de recursos e necessidades como elementos limitadores que fazem parte das suas histórias. São inúmeros relatos sobre a perda ou roubo de documentos, insegurança alimentar, vulnerabilidade, doenças crônicas, desejo de apoio para a libertação do vício, processos judiciais travados ou desejos de conseguir um emprego, de empreender, de voltar para a cidade de origem. Mas, em geral, não são pedidos, são componentes das histórias de cada um.

É bom, né, ter pessoas da família por perto. [...] poxa, queria tanto chegar lá no estado de Minas e ver minha irmã. (trecho de publicação no Rio Invisível, 1 de ago 2018)

Já me chamaram pra roubar, mas não acho certo. Eu espero que um dia eu alcance meu objetivo: sair da rua. Hoje mesmo tirei meus documentos. Só tá faltando a carteira de trabalho. (trecho de publicação no Rio Invisível, 26 de set 2014)

Nem todo mundo quer continuar nessa vida, eu tenho esperança e sei que tenho responsabilidade pra conseguir um emprego e me tratar. Na rua, vou te falar, é difícil um dia de domingo assim, conseguir almoçar, ficar sozinho. (trecho de publicação no Rio Invisível, 3 de set 2015)

Há, também, a referência a privações menos concretas, em que a doação material não amenizaria o problema. Fala-se da ausência de pessoas que os enxerguem, que dê bom dia, que os tratem como pessoas portadores de direitos e merecedoras de atenção.

É claro que eu queria mudar de vida. O problema é que na rua tudo fica mais difícil - não tem um lugar pra tomar banho direito, a roupa fica sempre suja, é complicado. E as pessoas tem uma reação muito preconceituosa. (trecho de publicação no Rio Invisível, 20 de nov 2014)

Comida, tem muita comida. Mas será que a gente precisa, realmente, só de comida? Será que só alimentando o morador de rua é o suficiente? Será que essas pessoas, nós, não merecemos mais que isso? Um pouco mais que isso? (trecho de publicação no Rio Invisível em vídeo, 17 de jul. 2017)

Além desses temas que foram expostos, que talvez sejam os mais clichês quando se pensam em situação de rua, inúmeros outros atravessam os debates e das mais diversas maneiras, sendo bastante difícil tentar estabelecer um padrão que seja capaz de abarcar todas

as narrativas. A diversidade de discursos nas publicações do Rio Invisível, pelo menos no que se refere à forma de perceber a própria situação, é bastante ampla e ratifica achados da revisão da literatura realizada por Prates et al (2011) sobre os temas que são expressos nas histórias de vida das pessoas que enfrentam essa condição. Ainda que a leitura de todos os relatos revele um quadro bastante complexo, cheio de nuances e singularidades, o que interessa aos objetivos deste trabalho é examinar como tais relatos, que foram uma resposta à tarefa de construir uma narrativa de si para ser publicada no *Facebook*, produziram efeitos de sentido (ORLANDI, 2012) que ativam diferentes interpretações, mobilizando reações que partem de variadas memórias discursivas. Após a conversa com os realizadores da página, fica ainda mais evidente que essa construção passa também pela edição feita pelo Rio Invisível, no que diz respeito à escolha dos personagens e pautas a serem contempladas, seleção e rearranjo de trechos da conversa, supressão ou correção de expressões e produção e escolha da fotografia que acompanhará o texto. Uma vez publicadas, essas narrativas passam a estar disponíveis em um local visto como adequado para o julgamento do público (HINE, 2015, p. 11). Desta forma, a cada nova história uma arena de debates é aberta no espaço destinados aos comentários. Dependendo do conteúdo da postagem, alguns discursos parecem ser acionados desencadeando comportamentos que se relacionam a diferentes formas de entender o problema da situação de rua, bem como as possíveis soluções.

Nos próximos capítulos serão expostas algumas maneiras como os temas que se apresentam nos relatos da página mobilizam as conversações. Apesar da relevância das discussões sobre diversos aspectos envolvidos na questão da situação de rua presentes nas interações do Rio Invisível, o foco será colocado nas narrativas que suscitaram discursos ligados à ideia de ajuda, solidariedade ou mobilização social. Outros atravessamentos poderiam ser discutidos, como debates sobre a noção de liberdade individual, violência, família, arquitetura urbana, entre vários outros, mas, para viabilizar a pesquisa, foi necessário o recorte, deixando esses outros temas como possibilidades para futuros trabalhos.

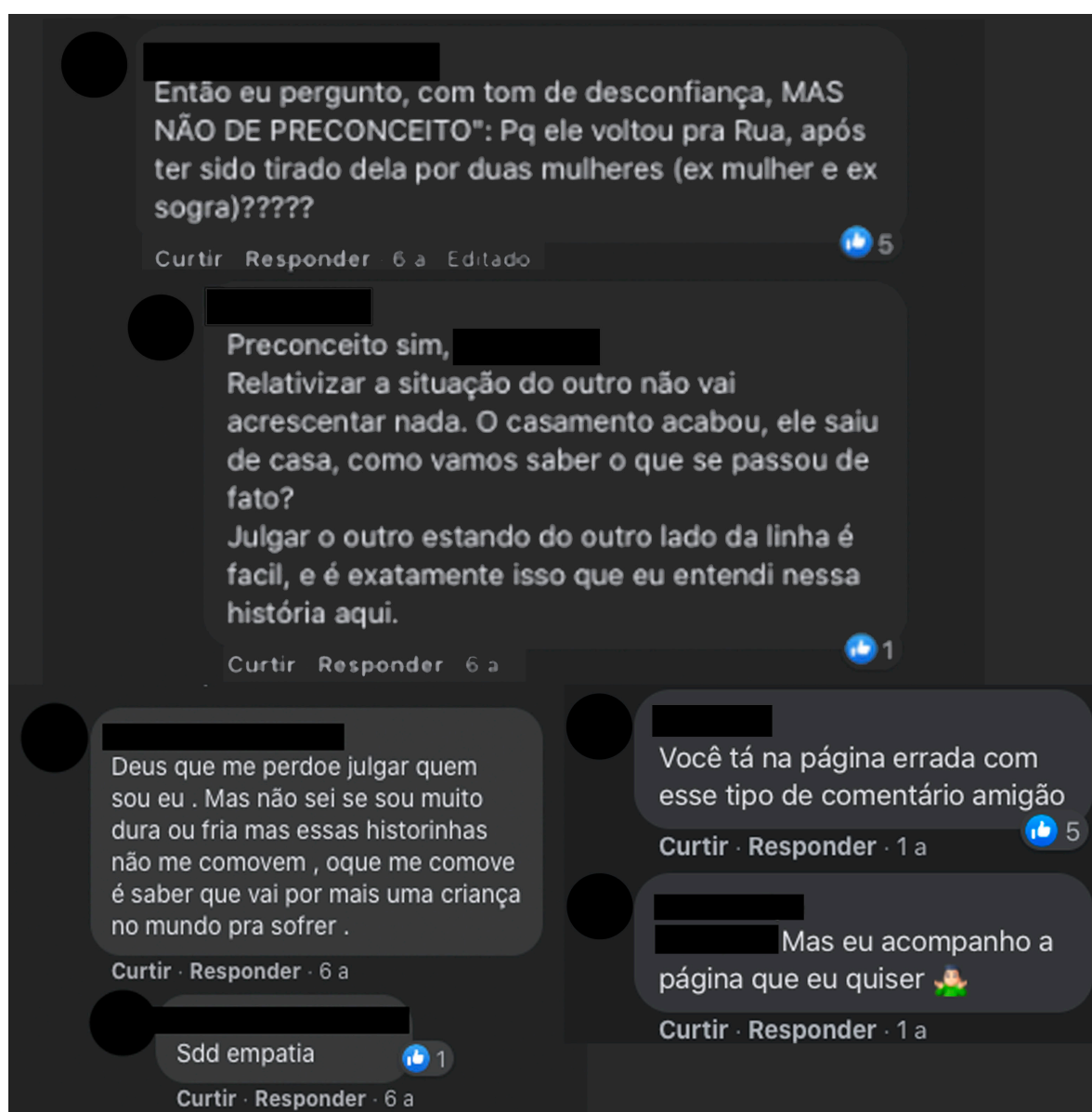
4.2 Se não é para ajudar, nem comenta: as tais disputas de narrativa

O Rio Invisível afirma no espaço “sobre” a intenção de ressignificar a situação de rua. O projeto sugere, ao apresentar falas que expõem os processos de ida para as ruas como relacionados a situações de pobreza, tragédias familiares, violência estrutural, que o leitor compreenda, ou pelo menos esteja aberto a compreender, a situação de rua como um fenômeno complexo e oriundo de um contexto social mais amplo. A aposta é que, ao

adicionar um rosto e uma história, seja possível mudar a forma de olhar daqueles que não enxergam ou fingem não ver a delicadeza do problema da situação de rua.

O projeto alcança um relativo sucesso nesse objetivo de despertar essa empatia que motivaria a mudança de atitude. Nos momentos em que surgem posturas que emitem algum tipo de julgamento à história narrada, são inúmeros os comentários que ressaltam que ali não é o espaço adequado para esse tipo de comportamento, ou que a reação manifesta a falta de sensibilidade do outro.

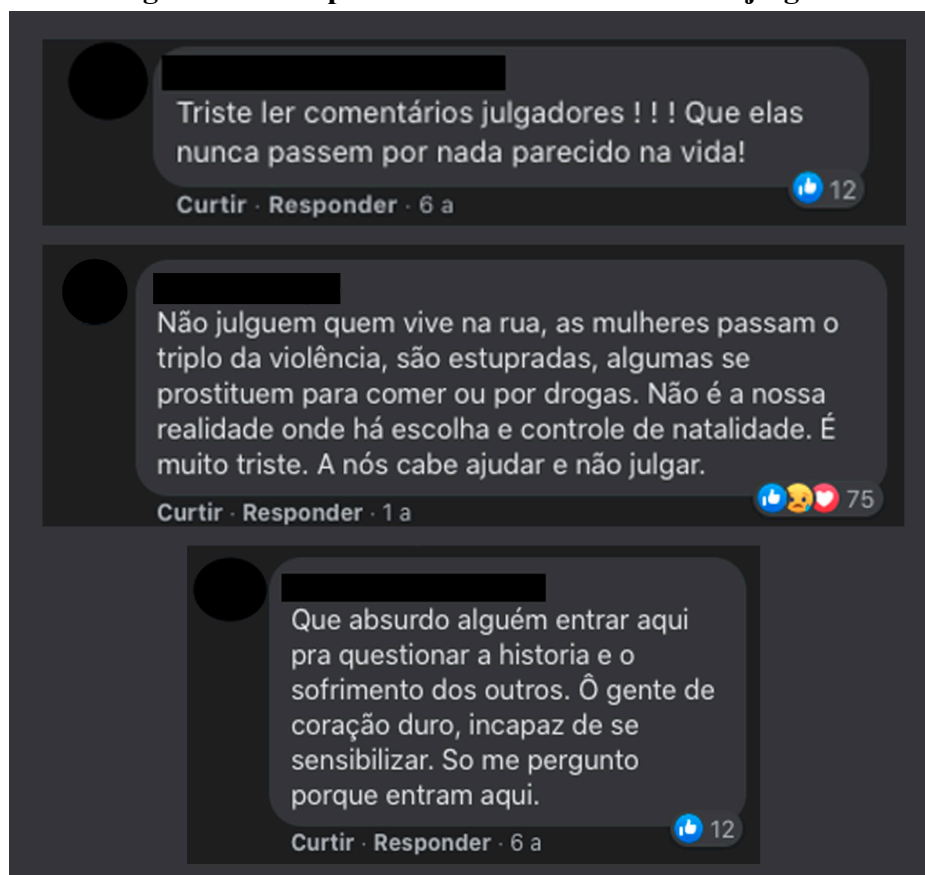
Figura 7: Exemplos de comentários sobre o tom esperado nas conversas



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

O discurso que diz que “não devemos julgar” é bastante recorrente entre os comentários.

Figura 8: Exemplos de comentários sobre não julgar



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em:

<https://www.facebook.com/rio.invisivel>. Acesso em: 15 mar. 2021

Desse modo, parece existir um protocolo velado de utilização da página que a compreende como um espaço de empatia e solidariedade. Recuero (2012, p. 95) ressalta a importância de que o usuário que participa da conversação seja capaz de “negociar, construir e recuperar o contexto, que vai formar o pano de fundo sobre o qual as conversações acontecem”, para que possa, então, identificar o que se espera dele e o que ele deve esperar dos demais. Recuero (2012) e Schinestsck (2015) destacam que o contexto é composto por duas dimensões interdependentes: o microcontexto e o macrocontexto. O primeiro diz respeito ao momento da interação e às trocas que são negociadas pelos usuários. Já o macrocontexto se refere a uma perspectiva mais ampla, em que são considerados fatores históricos, sociais e culturais, bem como pode se relacionar também a conversações anteriores ocorridas na rede. Para a compreensão plena do contexto de uma conversação, seja *off-line* ou *online*, é necessário que o participante esteja a par das informações e referências que

permeiam as interações, a fim de evitar ruídos. Por se tratar de uma comunicação no ambiente tecnológico das mídias digitais, as informações que sugerem o contexto de uma publicação podem ser resgatadas a qualquer tempo a partir dos rastros deixados na rede. No entanto, são construções dinâmicas que podem mudar a qualquer momento, pois são determinadas pelo próprio andamento das interações. Por ficarem disponíveis na rede, outro usuário pode intervir e redirecionar a conversa, alterando o ambiente e as circunstâncias do debate. Em relação ao macrocontexto, sua compreensão depende da sensibilidade do usuário, que deve estar alerta sobre o *background* coletivo que permeia o debate. Assim, para compreender a dimensão do que está sendo dito, é preciso que o participante esteja inserido culturalmente naquele ambiente.

No Rio Invisível, a disputa por esse contexto que dará o tom da conversa acontece de maneira dinâmica, apesar de mostrar uma tendência a ser direcionado para a dimensão da postura do não julgamento das histórias de vida narradas ali. Falas como “você está na página errada com esse tipo de comentário amigão” alertam o usuário que apresenta uma fala divergente que esse não é o comportamento esperado na página. A resposta “mas eu acompanho a página que eu quisier”, no entanto, reafirma o caráter público e dinâmico do ambiente, em que a contextualização precisa o tempo todo ser construída e negociada.

A hostilidade para com comentários que questionam ou criticam as histórias publicadas não impede que os usuários o façam, gerando inúmeros debates paralelos. Braga (2007) observa que a possibilidade de anonimato e outras características da rede podem tanto facilitar laços sociais afáveis como contribuir para um ambiente de desrespeito. É a partir do controle social dos próprios participantes que vão sendo estabelecidos os padrões de interação verbal das conversas. O recurso de “responder”, por exemplo, possibilita que outro leitor publique uma mensagem que se refere especificamente àquele comentário, e não à publicação como um todo. Assim, iniciam-se diálogos entre leitores da página, que travam uma conversa direta entre si, mas que permanece pública e sujeita à interação de quem quiser intervir. Uma terceira pessoa pode, por exemplo, reagir à resposta dada, usando os botões de “curtir”, “triste”, entre outros, ou ainda, continuar a conversa, apropriando-se da ferramenta para desafiar ou legitimar o contexto. Nas caixas de comentários da página Rio Invisível é bastante comum esse tipo de interação. Tal recurso é muitas vezes usado pra corroborar ou complementar alguma opinião emitida, mas é também bastante frequente o uso da ferramenta para questionar ou constranger usuários que se mostram insensíveis às histórias narradas.

Em seu livro sobre o conceito de comunidade, Bauman (2003) ressalta o caráter excludente que caracteriza as associações comunitárias na Modernidade Líquida, em que a

definição de um “nós” e “eles” marca a construção da identidade do grupo. Assim, segundo o autor, é preciso pinçar a homogeneidade a partir da massa confusa para construir a unidade por meio de uma longa argumentação e persuasão. Os debates no seio dos comentários do Rio Invisível marcam de forma bastante clara a tentativa de estabelecer critérios para a seleção dos que “pertencem” ou não à página. Nesse sentido, a disputa pelo contexto pode também ser vista como uma disputa pela atribuição de sentido à existência do projeto. As tais “disputas narrativas” às quais N. se referiu em nossa conversa.

Nesse cenário, a tentativa de uma análise que procura estabelecer um sentido de comunidade na participação no Rio Invisível se mostrou bastante problemática, pois ora emergem fortes laços de identidade, mobilização social, sentidos de pertencimento e ora o espaço é marcado por hostilidades e por discursos centrados no fazer individual. Nesse contexto, ler o trabalho de Postill (2012) sobre a sua própria dificuldade ao tentar enveredar pela discussão comunidade x rede foi importante para perceber a armadilha que representa tal dicotomia. O autor argumenta que

a vasta diversidade de formações sociais e políticas encontradas entre os humanos—desde famílias nucleares pré-digitais, associações e organizações até formações da era digital, como grupos do *Facebook*, *hashtags* do *Twitter* e contatos de telefone celular—difícilmente pode ser capturada com esses dois termos (POSTILL, 2012, p. 178, tradução nossa⁶⁹)

Insistir na dicotomia, para Postill, é corroborar com a ideia de que as comunidades locais estão sendo impactadas pela globalização por causa da internet, quando melhor seria compreender a agência individual e coletiva dos envolvidos, humanos e não-humanos, bem como suas relações, ampliando a análise de particularidades locais para compreensões de processos sociais mais abrangentes sobre os usos das mídias, possibilitando um olhar mais compatível com o interesse antropológico.

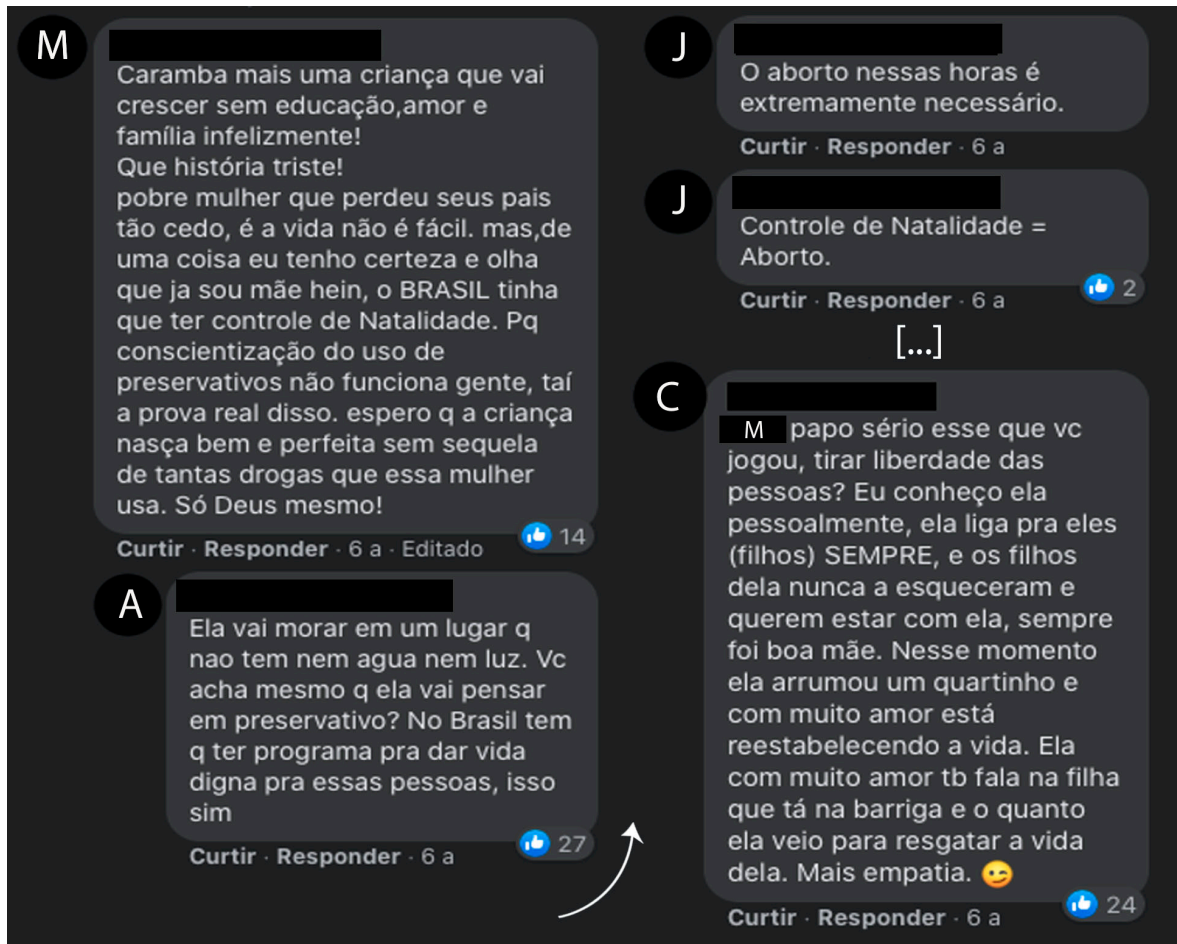
Nesse sentido, o olhar para os diálogos aninhados nos comentários de cada publicação do Rio Invisível, em que são travados debates que colocam em xeque as visões que cada um demonstra ter sobre a situação de rua, procura jogar luz nos intra e interdiscursos (ORLANDI, 2012) acionados, o que vai muito além da demonstração de empatia ou não. Na página, a partir de histórias de vida altamente complexas em que diversas dimensões de processos excludentes são apontadas, o público vai tecendo seus comentários, enfatizando alguns

⁶⁹ No Original: “the vast diversity of social and political formations found among humans—ranging from predigital nuclear families, associations and organizations at one end of the spectrum to digital-era formations such as Facebook groups, Twitter hashtags and mobile phone contacts at the other—can hardly be captured with two terms.”

aspectos e “esquecendo” outros. Nessa dinâmica, algumas informações que dizem respeito às formações discursivas são deixadas para trás, possibilitando a análise. A discussão, reproduzida a seguir, a respeito de uma mulher em situação de rua mãe de seis crianças (que se encontram em um abrigo público) e grávida da sétima filha, provocou um debate acalorado que ultrapassa o tema da empatia ou não e segue por várias dimensões como: i) direito da mulher sobre seu próprio corpo, sendo a única capaz de decidir sobre procedimentos como a ligadura das trompas ou o desejo de prosseguir com a gravidez, ii) o direito da criança de viver em um ambiente salubre e protegido, iii) políticas públicas de controle de natalidade e educação sexual e iv) relação de amor e cuidado entre mãe e filho, apesar da situação de rua.

No recorte apresentado a seguir, esta fala é capturada em três direções que remetem a três formações discursivas (ORLANDI, 2012): de que a conscientização do uso de preservativos, para dar certo, depende de uma política que priorize proporcionar condições para uma vida digna; de que a história narrada ilustra como a pauta da legalização do aborto merece ser discutida, pois seria “extremamente necessário” nessas horas; e de que deve prevalecer a “liberdade das pessoas”, que estaria ameaçada, no caso, ao ser negado a uma mulher o direito decidir se deseja ou não ter e cuidar do seu bebê, mesmo que para isso conte apenas com recursos precários.

Figura 9: Exemplos de comentários com diferentes perspectivas



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

Atitudes como atribuir somente à mulher a responsabilidade de evitar a gravidez, não levar em consideração o contexto social em que ela está inserida (em que estão comprometidos os acessos à informação e acompanhamentos adequados), ou sugerir uma intervenção cirúrgica para fins de controle de natalidade vão na contramão de pautas que vêm ganhando força nos debates ligados à quarta onda feminista, principalmente em sua vertente interseccional, “que atua pelo fim das opressões ligadas ao gênero, raça e classe social” (PEREZ; RICOLDI, 2018, p. 2). Perez e Ricoldi (2018) percebem que o feminismo está na moda, o que gera uma grande circulação das suas temáticas na mídia, ampliando o alcance do debate. Assim, pode-se inferir que reverberação de suas pautas aponte a mobilização de um interdiscurso (ORLANDI, 2012) ligado ao movimento feminista, o que faz parte do macrocontexto (RECUERO, 2012) que permeia o diálogo analisado. Nesse sentido, a fala “o aborto nessas horas é extremamente necessário” podia ter sido interpretada como uma sugestão de solução da questão a partir da interrupção das gravidezes de mulheres em situação de rua, o que poderia causar um mal-estar entre os que defendem o direito à opção pela

maternidade mesmo em caso de mães em situação de rua, mas não foi o caso. As participantes do debate parecem estar alertas de que o possível subtexto da mensagem é o apoio a uma conhecida reivindicação do movimento feminista. Isso talvez explique a ausência de respostas específicas a essa colocação.

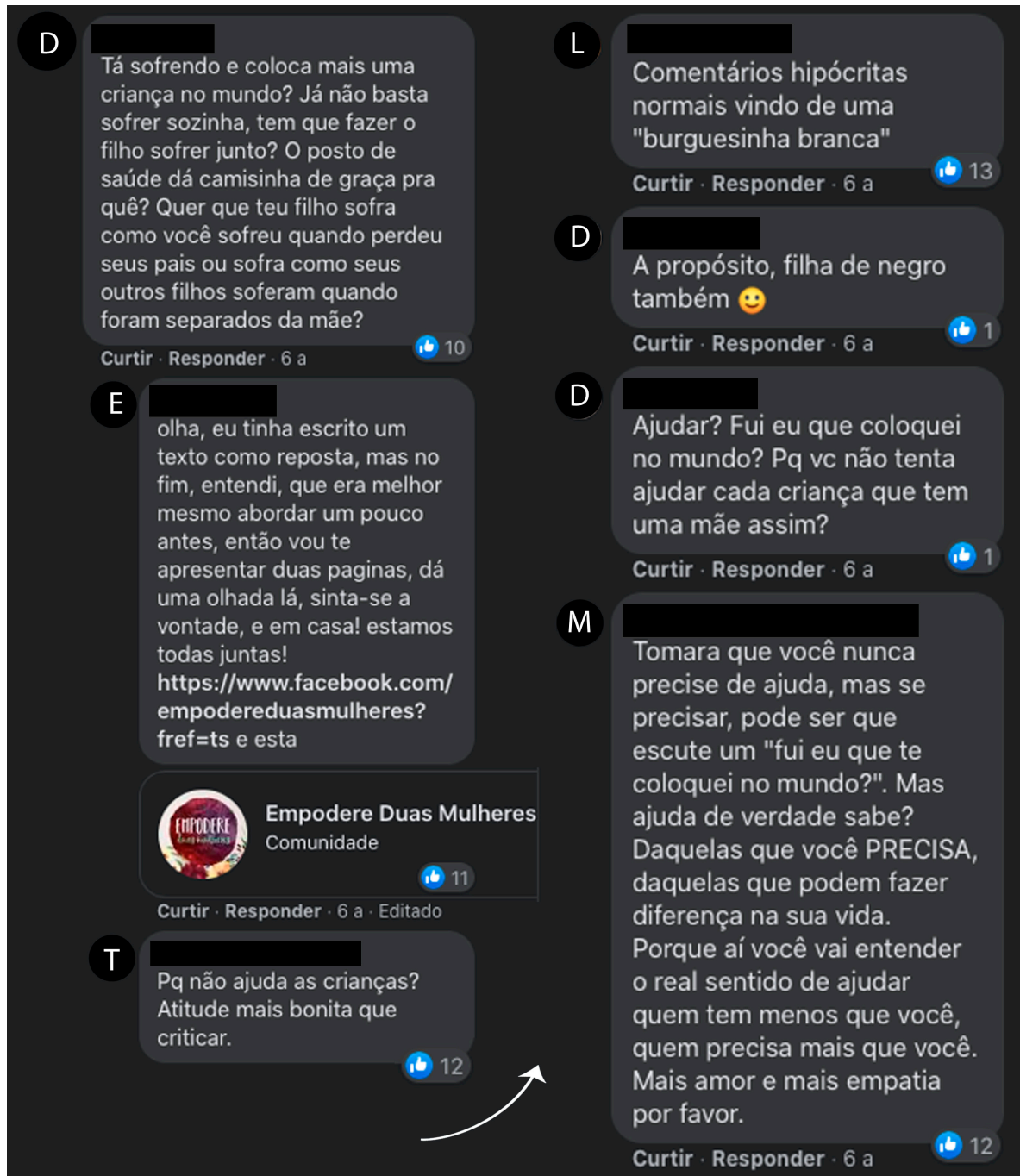
Por outro lado, a leitora que lamenta o nascimento de uma criança cuja mãe se encontra em situação de rua justifica a sua fala pela preocupação com o bem-estar do bebê, intuindo que a criança crescerá sem ter acesso a “educação, amor e família” e que, pela condição da mãe de adicta em drogas, teme que venha a nascer com sequelas. Apesar de reconhecer a dificuldade da história da mulher que perdeu os pais cedo e era pobre, considera a narrativa como uma “prova real” de que “a conscientização do uso de preservativos não funciona”, sendo necessária uma política de controle de natalidade (apesar de não especificar a que política ela se refere). A leitora informa que também é mãe, trazendo para si a formação discursiva a partir da sua posição de mãe, ligada à ideia de cuidado e proteção. Dessa forma, ao refletir sobre os possíveis efeitos de sentido do enunciado proferido por essa leitora “mãe”, é possível acionar a proposta de Pêcheux em que

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, 1988, p. 160 apud Garcia, 2007)

Garcia (2007) sublinha que para Pêcheux os sentidos atribuídos às palavras são transformados segundo as posições sustentadas por quem profere o discurso, adquirindo sentido em referência às formações ideológicas ligadas a essas posições.

Em outra sequência de diálogo sobre a mesma publicação, a discussão toma outro rumo, mostrando a variedade de direcionamentos que podem interceptar o contexto. Apesar de fazer referência aos mesmos temas que passam pelo bem-estar da criança, educação sexual, sofrimento pela separação entre mãe e filho, uma leitora usa um tom mais incisivo em seu comentário.

Figura 10: Outros exemplos de comentários com diferentes perspectivas



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

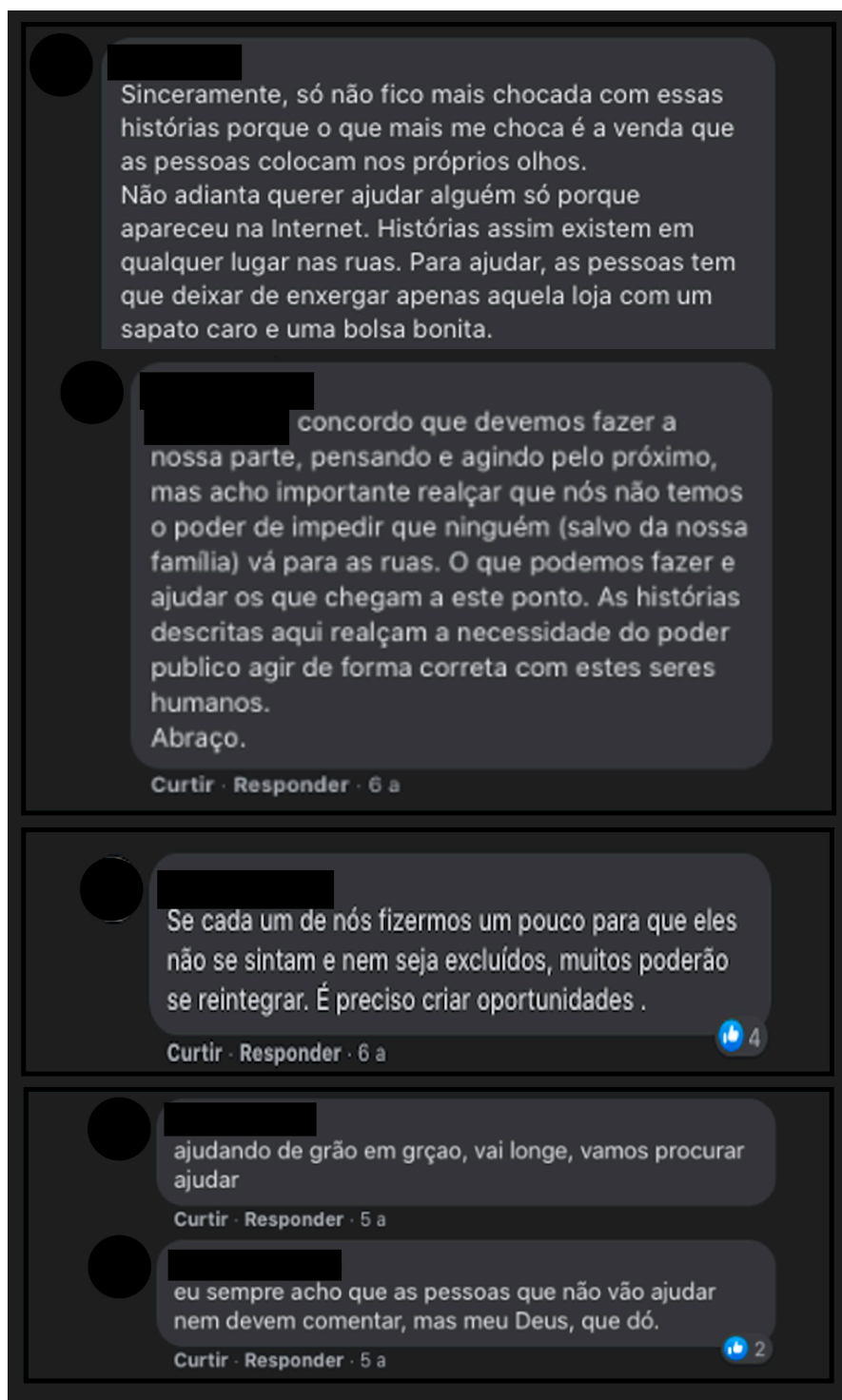
Tal comentário recebeu dez repostas diretas. No recorte reproduzido acima, a conversa foi respondida a partir de três perspectivas. A primeira incentiva ao conhecimento de temas do feminismo, convidando a comentarista a entrar na comunidade “Empodere duas mulheres”. Outra apela para características pessoais da autora do comentário, atribuindo o

comportamento à sua posição enquanto “burguesinha branca”⁷⁰, deslizando o debate para a pauta acerca do racismo estrutural no Brasil, colocando em xeque toda uma discussão bastante presente no cenário político e cultural do Brasil a respeito do lugar de fala (RIBEIRO, 2019). Ainda que no ambiente *online* seja mais difícil termos pistas não verbais que nos ajudem a visualizar a pessoa com quem estamos falando, no *Facebook* é relativamente bem fácil entrar no perfil da pessoa que comentou e acessar fotos, publicações e informações sobre preferências daquele usuário. Utilizar as características encontradas no perfil pessoal da pessoa que fez o primeiro comentário também corrobora com a ideia de que, no *Facebook*, os usuários utilizam informações verdadeiras na construção de suas páginas pessoais (LEITÃO; GOMES, 2018; VAN DIJCK, 2013a).

Por último, destaca-se uma construção de sentido muito recorrente nos comentários da página e que será central para esta dissertação: em vez de criticar, uma atitude que seria considerada “mais bonita” seria a de ajudar. A cobrança por medidas no sentido de ajudar as pessoas em situação de rua é uma constante nas interações da página. Porém, ao longo da leitura é possível perceber que esse “ajudar” se liga a uma variedade de sentidos.

Figura 11: Variedades de sentidos de “ajudar”

⁷⁰ A expressão “burguesinha branca” evoca toda uma discussão a cerca do racismo estrutural no Brasil. Ainda que o debate seja considerado extremamente rico e importante, não faz parte do escopo desta dissertação. A conversa entre as comentaristas se estende além do trecho reproduzido aqui, no entanto, consideramos não ser pertinente ao recorte deste trabalho.



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em:

<https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

A dúvida sobre qual seria a postura correta, ou mais eficaz, no sentido de “ajudar” as pessoas que estão em situação de rua esteve também bastante presente nas falas dos interlocutores que conversaram comigo sobre o projeto.

“O cidadão não sabe como se comportar diante um morador de rua”

“A gente às vezes quer ajudar e a gente não sabe como ajudar”

“Só me frustra não poder ajudar mto por não saber o que fazer” (Respostas dos interlocutores via mensagem direta).

Mesmo entre os que apresentam alguma orientação quanto ao tipo de “ajuda” que poderia trazer algum impacto na questão da situação de rua, ainda se percebe que a variedade de visões e direcionamentos é ampla.

“apesar de não conseguir salvar todos, tento ajudar, ao máximo, os que eu posso. Hoje em dia trabalho numa ONG que ajuda famílias em situação de rua, é um trabalho mais direcionado porque conseguimos acompanhar a família por mais tempo, mas ainda sim é uma gota no oceano”

“uma política social eficiente de fato. Que retire essa população da situação de rua e a acomode em centros especializados”

“Penso que se houvesse maior oportunidade de qualificação, por exemplo, poderia ajudar essas pessoas a se recolocarem no mercado de trabalho, o que geraria renda e por consequência conseguiriam melhorar suas vidas” (Respostas dos interlocutores via mensagem direta).

O desconforto diante da dor dos outros foi um tema explorado por Susan Sontag (2003). A reação de não saber se portar diante do sofrimento alheio, de querer ajudar, de frustração e impotência, tal como apareceu nas respostas dos meus interlocutores e nos comentários da página, é identificada por Sontag na recepção do público a imagens que retratavam a devastação causada por guerras como as do Kosovo e Bósnia, na década de 90. A autora propõe uma profunda reflexão acerca da polêmica sobre a banalização das imagens que expõem a violência e o sofrimento da guerra, levantando questões importantes como o debate sobre a função social do fotógrafo, autenticidade e a representação da dor alheia na história da fotografia e da arte. Ainda que haja uma considerável diferença entre os objetos analisados—no caso de Sontag, imagens de guerra em um país distante circulando na mídia de massa, aqui, narrativas de vida e retratos de pessoas em situação de rua na rede social—considera-se pertinente a argumentação proposta acerca dos sentimentos que emergem no contato com realidades distantes de indivíduos em sofrimento. Para a autora, o *close* possibilitado pelo recorte da fotografia ou da TV sugerem uma sensação de vínculo, assegurada por uma proximidade que é imaginária. Nesse sentido, o sentimento de solidariedade despertado se relaciona com a negação da posição de cumplicidade com o que causa aquele sofrimento. “Nossa solidariedade proclama nossa inocência, assim como proclama nossa impotência” (SONTAG, 2003, posição 1063, versão Kindle). No entanto, para Sontag, a passividade da conclusão de que não há nada que se possa fazer, ou ainda, não

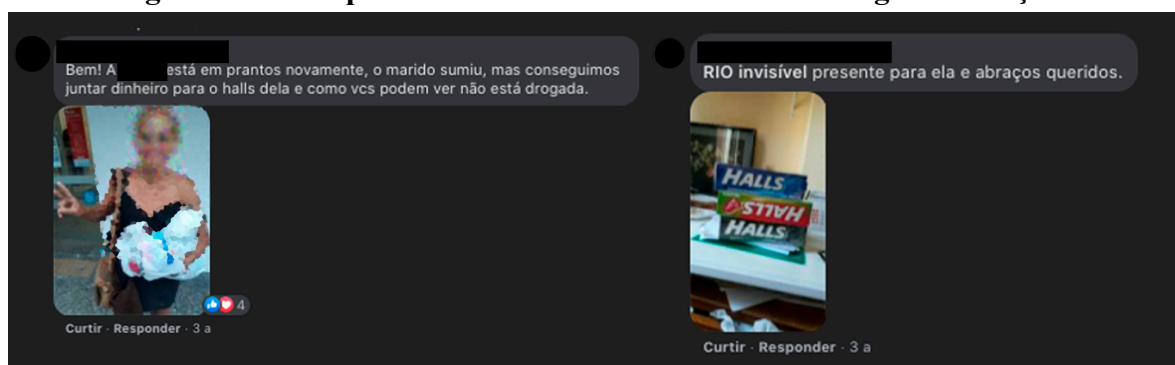
há nada que eles possam fazer por si mesmos, leva à apatia e à anestesia moral ou emocional. Esses estados, porém, não são estados isentos de sentimentos, pelo contrário, seriam repletos de raiva e frustração. A partir dessa reflexão, a autora lança a seguinte provocação

Pôr de parte a solidariedade que oferecemos aos outros, quando assediados por uma guerra ou por assassinatos políticos, a fim de refletirmos sobre o modo como os nossos privilégios se situam no mesmo mapa que o sofrimento deles e podem — de maneiras que talvez preferamos não imaginar — estar associados a esse sofrimento, assim como a riqueza de alguns pode supor a privação para outros, é uma tarefa para a qual as imagens dolorosas e pungentes fornecem apenas uma centelha inicial (Ibid., posição 1069, versão Kindle).

Convém esclarecer que Sontag em nenhum momento questiona o sentimento dos espectadores e condena qualquer generalização acerca da sensibilidade humana com base nas atitudes de consumidores que desconhecem o que é viver na pele uma situação de guerra.

No Rio Invisível, é comum a postagem de ideias para contribuir para amenização do problema. São propostas para iniciar “vaquinhas” *online*, muitos pedidos para que a página divulgue o local onde a pessoa costuma ficar para que se possa levar doações, leitores que se voluntariam para digitar currículos ou para acompanhá-los a algum lugar onde possam receber assistência. São muitos os exemplos de esforços para “prestar ajuda”, principalmente na forma de doações pontuais. Quando uma pessoa retratada conta que vende livros, nos comentários são frequentes pedidos de informações sobre a localização dela para que possam doar livros. Em um post em que a pessoa em situação de rua aparece ao lado de seu cachorro na foto, demonstrando afeto pelo animal, muitos se ofereceram para doar ração ou levar o cachorro ao veterinário e *petshop*. Em uma outra publicação, foi manifestada a intenção de “começar a vender doce, comprar um saco de amendoim” (trecho da publicação no Rio Invisível, 27 março de 2018) como forma de renda. Ao consultar a caixa de comentários, foi possível perceber que houve uma pessoa que se mobilizou para a compra de balas, postando, inclusive, fotos dos produtos comprados e da entrega.

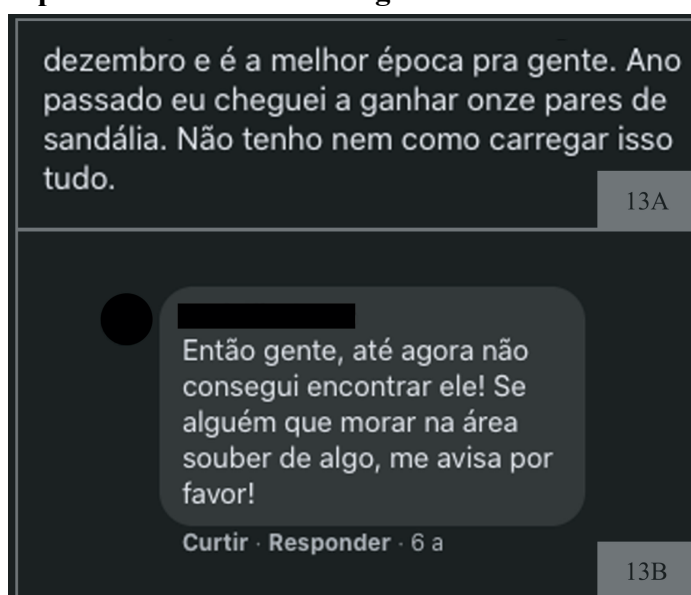
Figura 12: Exemplos de comentários com fotos de entregas de doações



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

São muitos os posts em que é possível notar que houve uma mobilização que se estendeu para o mundo *off-line*, levando até essas pessoas em situação de rua retratadas doações de bens materiais ou algum tipo de assistência (jurídica, médica, para conseguir emprego ou moradia). Em várias ocasiões são publicadas fotos do leitor com a pessoa em situação de rua ou mensagens que mostram que houve o encontro, o que costuma ser curtido por outros leitores que acompanham a história. Percebe-se, através da leitura dos casos que a doação de itens para pessoas em situação de rua, além da crítica difundida de que seria algo que por si só não resolveria o problema da vulnerabilidade, que esse tipo de atuação também esbarra com outras questões de ordem prática: a dificuldade de se localizar a pessoa na rua e falta de recursos para que a pessoa que recebeu as doações guarde ou carregue os objetos, principalmente quando várias pessoas resolvem doar ao mesmo tempo.

Figura 13: Exemplos sobre dificuldades ligadas ao armazenamento e localização

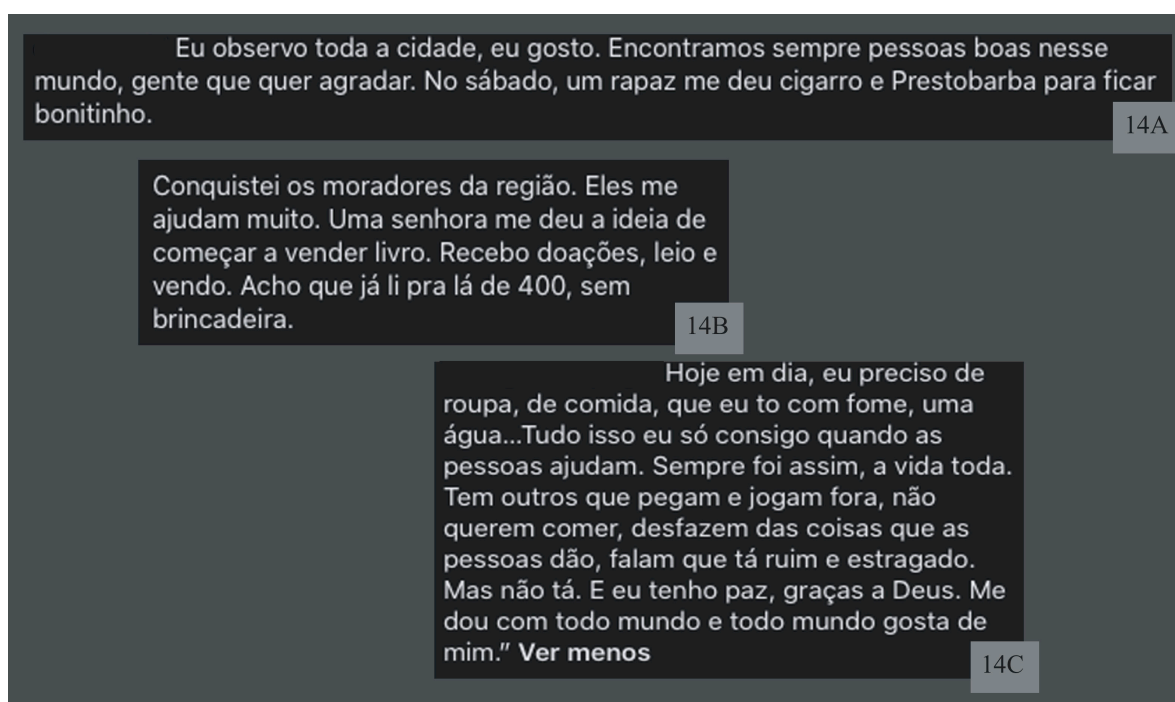


Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

O tema da doação permeia diversos relatos publicados na página. O gesto de pessoas desconhecidas que se dispõem a “ajudar” é muitas vezes citado como um alento que suaviza um pouco a dificuldade de se viver nas ruas. Também entre os que comentam, tal atitude é por vezes agradecida, sendo considerada como um elemento que reacende a esperança de que as

peessoas possam ser generosas umas com as outras. Entre as pessoas em situação de rua entrevistadas, vários identificam as ações de doações como atos de bondade, “alimento pra alma”, pertencimento à comunidade, entre outras percepções similares.

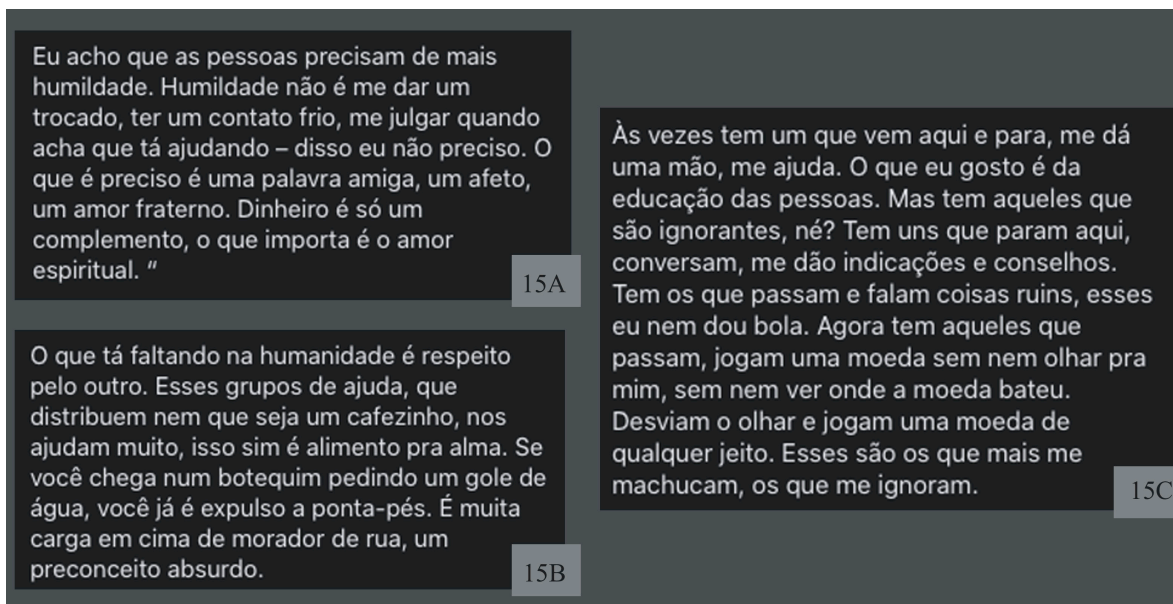
Figura 14: Exemplos de trechos de publicações sobre como percebem as doações



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

No entanto, são também muitas vezes vistas como insuficientes, uma vez que a necessidade deles vai muito além de um prato de comida ou uma peça de roupa. Na esteira do reconhecimento pelas atitudes de gentileza, muitas vezes aparece também, em contraposição, o sentimento de humilhação, de frieza, hostilidade ou julgamento.

Figura 15: Exemplos de trechos de publicações sobre sentimentos de humilhação, frieza, hostilidade ou julgamento



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

Assim como nos relatos expostos acima, também nos comentários a discussão sobre como ajudar se mistura com o questionamento de qual deve ser a postura desse sujeito interessado em contribuir quanto ao seu relacionamento com as pessoas em situação de rua. Apesar de ser o tema central de muitas dúvidas e embates, não são raros os que adotam um tom assertivo ditando regras de comportamento. São inúmeros exemplos, tanto nos relatos como nos comentários, em que são usados imperativos do tipo “temos que”, “devemos”, “a sociedade tem que aprender que”, ou expressões semelhantes. Mesmo em casos em que o comentário está respondendo a outro, é bastante comum o tom de indireta que acusa genericamente “as pessoas”, “os brasileiros”, “a sociedade”, “as pessoas de bem”, “os abastados” e outros termos impessoais de serem “preconceituosos”, “egoístas”, “desumanos” e assim por diante. Tem-se uma situação que lembra o ditado popular que sugere: “se a carapuça serviu...”.

Em seu estudo sobre a cultura de “indiretas” no *Facebook*, Schinestsck (2015) chama a atenção para a violência simbólica (usando o conceito cunhado por Pierre Bourdieu) da prática comumente observada no *Facebook* de deixar no ar conteúdos acusatórios que não especificam diretamente a quem se aplicam. Como defende a autora, para que o seja possível compreender a quem o enunciado é dirigido e o que ele implica é necessário que o sujeito compartilhe de uma bagagem cultural que lhe permite decodificar o conteúdo implícito. No entanto, Schinestsck adverte que nem sempre o indivíduo está consciente das relações de dominação que permeiam as construções de sentido que estão sendo valorizadas, pois estas

estão a serviço da “manutenção e perpetuação de valores simbólicos de uma determinada classe dita dominante a partir da assimilação e interiorização da cultura compreendida como ‘superior’” (SCHINESTOCK, 2015, p. 19). Por serem indiretas, ou seja, por não nomearem ninguém especificamente, esse tipo de construção tem o poder de disseminar mais facilmente os estigmas, já que dependem de um processo de identificação ou não com o conteúdo, a partir de um entendimento do valor cultural da proposição. Ao serem propagadas pela internet, nos ambientes públicos das redes digitais, as indiretas se tornam permanentemente visíveis e disponíveis, ficando registradas nas publicações e passíveis de serem levadas a diante ou confrontadas. De qualquer maneira, a relação que o usuário estabelecer com o conteúdo, vestindo ou não a “carapuça”, produzirá um dado que será incorporado a sua identidade na rede. O risco, então, é o de passar a ser visto como “um certo tipo de pessoa” a quem se pode atribuir “a origem do mal” (SCHINESTOCK, 2015, p. 18). Nesse sentido, o debate de temas polêmicos ou delicados deve ser compreendido à luz do perigo da exposição, que pode suscitar desentendimentos ou mesmo a troca de acusações. Vale também lembrar, como ressaltado por Primo e outros (2018) que ao longo do tempo os usuários passaram a estar mais alertas às possibilidades de acabarem se colocando em situações de desgaste, o que pode levar a uma desmotivação ao engajamento por meio do comentário, levando os indivíduos a apenas lerem sem se manifestarem, ou usarem recursos mais discretos, como “curtir”, ou ainda a compartilhar o conteúdo em sua própria página, possibilitando, assim, um maior controle sobre quem irá ver a postagem e permitindo que o usuário escreva um texto próprio que explique suas impressões sobre a publicação.

Seguindo na análise das interações, outro sentido que emerge da relação entre as pessoas que estão em situação de rua e as que as “ajudam” é a sensação de estar sendo visto, ouvido e de receber afeto. Na ilustração anterior (figura 15), um dos trechos destacados menciona a necessidade de uma “palavra amiga”, enquanto outro descreve o sentimento de ser machucado pela atitude de se jogar uma moeda sem nem olhar para a pessoa. Esse outro, a seguir, narra o sentido de família e amor por estar sendo visto pela equipe do Rio Invisível.

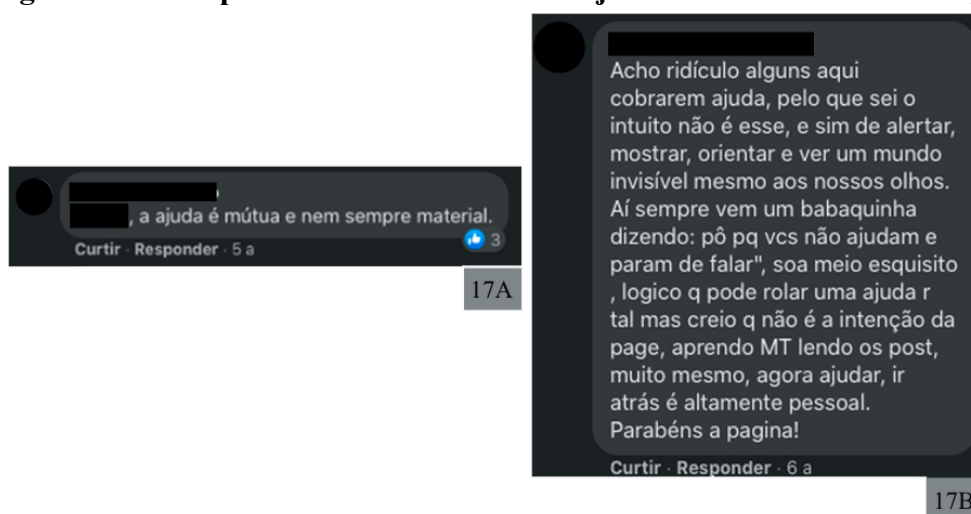
Figura 16: Exemplo de trecho de publicação sobre sentido de amor por estar sendo visto

A coisa mais ruim da rua é o medo. Eu tenho medo sempre. Já tentaram me matar, tenho medo do que pode acontecer comigo. Às vezes nem consigo dormir. Mas o apoio de vocês, de outras pessoas, é muito bom. Eu me sinto em família, me sinto amado quando pessoas como vocês me enxergam. Na rua, o que mais sinto falta é de um abraço. E quando eu encontro pessoas que querem me abraçar meu mundo faz sentido.

Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

Na entrevista com professor de sociologia da Uerj publicada em uma série especial produzida pelo Rio Invisível, em uma das poucas incursões da página em formatos alternativos aos costumeiros relatos de pessoas em situação de rua, o pesquisador afirma que o que humaniza a pessoa é que ela tenha uma memória e que ela possa opinar sobre o mundo. Para o estudioso, “não há nada mais enlouquecedor do que estar no meio de uma multidão e não se comunicar com ninguém” (trecho de entrevista em vídeo publicada no Rio Invisível, em 12 de novembro de 2015). Tal visão corrobora com outro sentido da ideia de “ajudar” as pessoas em situação de rua que aparece na página, inclusive através de um comentário feito por uma das realizadoras do Rio Invisível, porém através do seu perfil pessoal (figura 17 – excerto 17A). Miller e Sinanan (2014), ao analisarem os achados da pesquisa etnográfica do uso da webcam entre trindadenses, ressaltam a centralidade do sentido do ver como uma marca cultural do país. Ser visto, nesse caso, não se refere apenas à possibilidade física de enxergar, mas sim de construir relações pessoais reconhecendo o sujeito como pessoa, o que parece se adequar também a esta discussão.

Figura 17: Exemplos de comentários sobre ajuda não material e cobrança



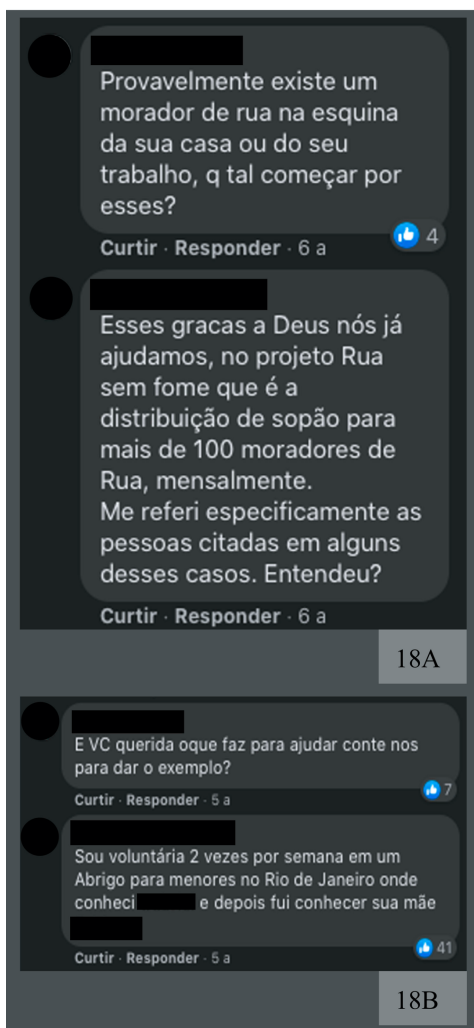
Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

Assim, o ouvir, a mudança na forma de olhar, o repensar as ideias pré-concebidas são atitudes que também compõem uma das dimensões possíveis da “ajuda” às pessoas em situação de rua defendidas nas interações da página. Como citado por outro administrador do projeto em nossa conversa, uma forma de contribuir é passar a dar bom dia.

No entanto, como ilustra o comentário acima, mesmo entre leitores que concordam

sobre a necessidade de contribuir de alguma forma com a causa, existe uma aura de cobrança quanto ao nível de comprometimento de cada um. Nesse contexto, não são raros os que questionam o que o outro tem feito para ajudar, o que muitas vezes é respondido com algo próximo a um “currículo” da solidariedade de cada um.

Figura 18: Exemplos de comentários com “currículos” da solidariedade



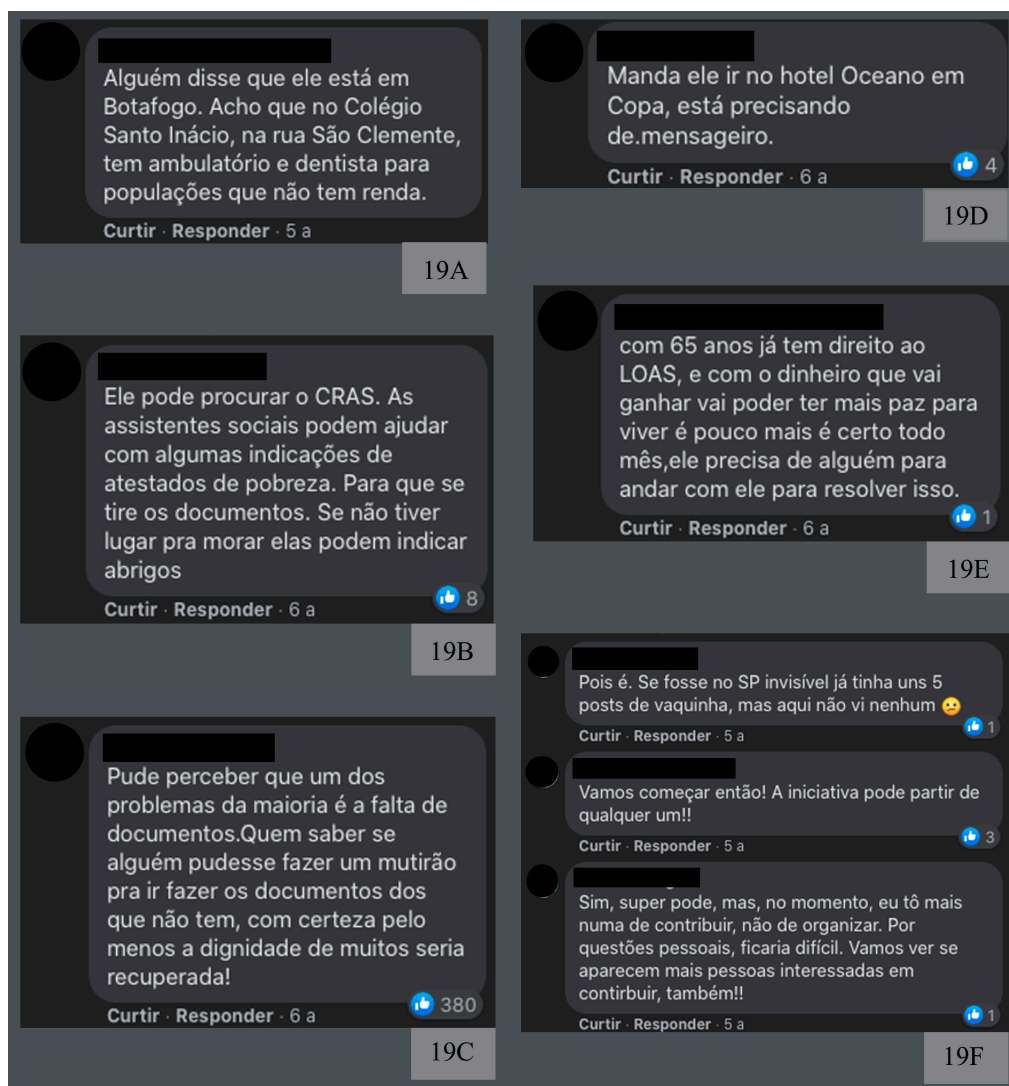
Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em:
<https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso
em: 15 mar. 2021

A ajuda pontual, na forma da doação material é o tipo de comprometimento que aparenta ser o maior interesse dos leitores da página. Por não ter um viés quantitativo, nesta pesquisa não é possível afirmar que esteja presente na maior parte dos comentários. Porém, é possível perceber que é a única forma de engajamento que utiliza as ferramentas da rede social para organizar ações concretas, como idas até a pessoa retratada. Salvo os eventos divulgados pelo próprio Rio Invisível já citados em outro capítulo, não foi observada

nenhuma tentativa de organização de algum tipo de movimento social, abaixo-assinado, rodas de conversa ou qualquer mobilização que levasse em conta a ação no sentido mais amplo de conscientização.

Outro comportamento muito comum no sentido de prestar uma assistência com base na história publicada são as mensagens que dão dicas, conselhos ou sugestões de como resolver alguns dos problemas relatados pelo entrevistado. A linguagem adotada costuma ser impessoal, usando expressões como “alguém poderia”, “deviam fazer”, “seria bom que”, mas alguns também preferem se dirigir diretamente à pessoa que narrou a sua história: “você deve”, “você podia” e assim por diante.

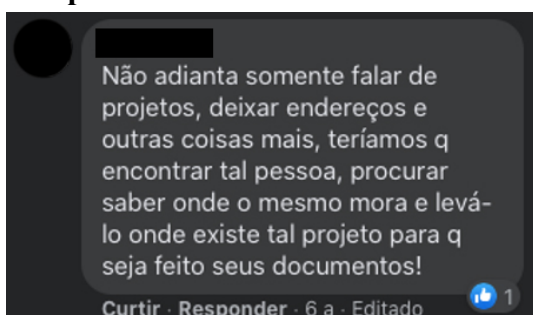
Figura 19: Exemplos de comentários com dicas, conselhos e sugestões



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

O *Facebook* é uma rede social em que a cultura do compartilhamento de informações é muito forte, chegando até a ter um recurso específico para a busca de recomendações⁷¹ em que muitos usuários “ajudam” o outro ao fornecer dicas ou alertar para armadilhas. A circulação de informações de interesse público pode ser útil para a divulgação de serviços que muitas vezes as pessoas até ignoram que existe. Ainda que tal comportamento possa estar ligado a um senso de contribuição, há quem alerte para a pouca eficácia prática do gesto no caso de pessoas em situação de rua.

Figura 20: Exemplo de comentário “não adianta somente falar”



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em:
<https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em:
 15 mar. 2021

Considerando o grau de exclusão social enfrentado pelas pessoas em situação de rua, que, não raro, vivem nas ruas desde a infância ou tiveram pouquíssimo acesso a serviços de educação e cidadania, somente informar não dá conta de resolver as necessidades práticas, como fica claro na explicação do comentário ilustrado na figura 20. Putnam (2001), em seu livro, observa a tendência crescente à filiação em movimentos que não exigem um envolvimento tão grande de seus membros em termos de tempo e trabalho face-a-face. Nesse sentido, comentar na publicação trazendo informações úteis pode ser visto como um desdobramento desse tipo de engajamento mais “econômico”. No entanto, como relembra Primo e outros (2018) a marca da intenção de ajudar fica registrada na construção identitária dos sujeitos no interior das plataformas. Nas redes sociais digitais, segundo os autores

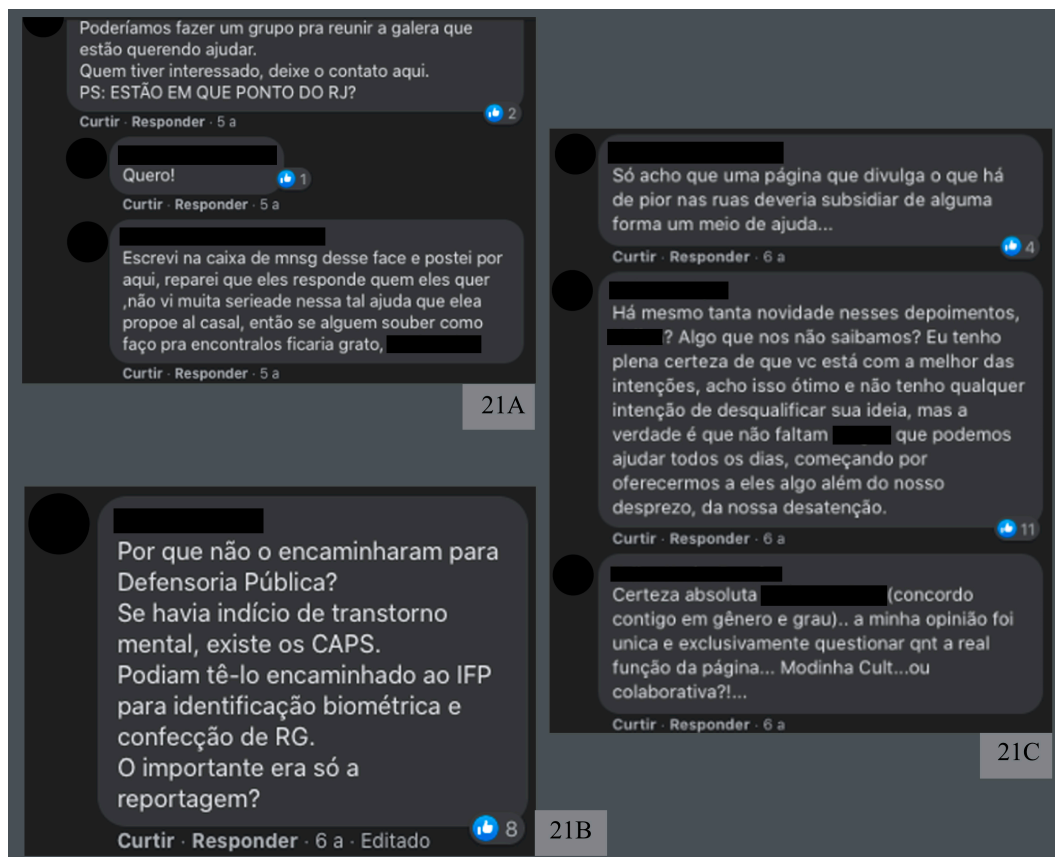
ao vincular-se publicamente a uma causa, o usuário pode integrar-se àquele movimento em suas mais variadas formas (curtidas, compartilhamento, confirmação de presença em eventos, etc.) e, ao deixar que suas audiências saibam das suas preferências (como por exemplo, o evento que frequenta e as causas com as quais concorda), expressa e constrói sua identidade (PRIMO et al, 2018, p. 166).

⁷¹ O recurso possibilita publicar uma solicitação de recomendações na linha de tempo do usuário. Essa funcionalidade serve, por exemplo, para pedir a indicação de um mecânico de confiança, de uma boa marca de algum produto, dicas de viagem, entre outras possibilidades.

Aqui também podemos retomar a argumentação, já mencionada, de Sontag (2003). Ao se envolver com a história narrada, ao tentar contribuir da forma que é possível naquele momento, existe também o desejo de se manifestar solidário à causa. Por outro lado, esse tipo de comentário acaba também se aproximando de uma formação discursiva que reafirma o caráter de culpa das próprias pessoas em situação de rua, como se a condição de privação que atravessam pudesse ser explicada pela falta de iniciativa deles próprios em procurar os serviços sociais disponíveis, como se não houvesse outros impeditivos nessa dinâmica, como a falta de uma formação cidadã que os conscientizasse de seus direitos ou como a discriminação que esses indivíduos sofrem ao procurarem os locais de atendimento, mesmo que públicos. Ao contribuir indicando que existe uma vaga de emprego disponível em determinado hotel, a comentadora parece esquecer (ou ignorar) que os processos de empregabilidade para pessoas em situação de rua são extremamente complicados e passam por diversos fatores como a aparência, falta de referência por não terem endereço fixo, baixo nível de escolaridade, entre muitos outros. Como observa Prates e outros (2011), a questão da capacitação para o trabalho, no caso de pessoas em situação de rua, vai muito além do que adquirir habilidades e conhecimentos — “requer, antes, o fortalecimento da autoestima, a resignificação de expectativas” (PRATES et al, 2011, p. 203).

Com menos frequência, porém presentes em diversos momentos da trajetória analisada, observa-se que existe uma dúvida ou incompreensão do que seria a proposta do projeto Rio Invisível. No que diz respeito à organização de ações de ajuda material, vários questionam qual seria o papel da página e chegam até mesmo a cobrar uma postura mais participativa.

Figura 21: Exemplos de comentários que questionam o papel da página



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

A inconstância com que a equipe do Rio Invisível responde aos comentários ou mensagens diretas também é motivo de críticas e gera desconfianças. Observa-se que o Rio Invisível responde à comentários com pouquíssima frequência e de forma bastante aleatória. Em algumas postagens existem respostas deixadas pelo perfil oficial esclarecendo mal entendidos, enquanto em outras, mesmo que o trabalho da página seja apontado como suspeito ou que haja perguntas diretas aos administradores, não se observa nenhuma intervenção.

Como já foi exposto, não existe, no Rio Invisível nada que oriente significativamente o leitor do que seria a proposta do projeto, somente um texto muito breve e muito genérico disponível no campo “sobre”. As possibilidades de entrada na página são muitas, por conta do ambiente hiperconectado da internet e das *affordances* do próprio *Facebook*. Verificando o número de compartilhamentos das postagens, nota-se que este número costuma, na maioria das vezes, superar o número de comentários, o que aponta para uma relativa boa circulação das publicações na rede. Também pode-se ressaltar que o hábito de “marcar amigos” é o que mais regularmente aparece nos comentários e em grande quantidade. Esta forma de interação também promove a entrada de mais usuários na postagem. Portanto, pode ser que o usuário

tenha chegado até ali por ter sido marcado ou visto a publicação compartilhada na *timeline* de algum “amigo”, pode ter sido uma sugestão da própria plataforma, pode ter sido através de links na internet ou por inúmeros outros caminhos, não sendo necessariamente verdade que o leitor que “cai” na página esteja alerta do que se trata. Percebe-se, ao ler os comentários, que muitos não entendem bem o propósito da página e assumem que se trata de um projeto assistencialista. Também acontece de interpretarem a página como “*caça-likes*”, desconfiando da intenção de usar as histórias de sofrimento das pessoas em situação de rua como uma espécie de sensacionalismo com o objetivo de angariar mais seguidores.


Ao questionarem a real motivação da página, os leitores acabaram levando os administradores a esclarecerem de modo mais direto seus objetivos e a forma como os relatos são produzidos.

Figura 22: Exemplos de comentários postados pela equipe do Rio Invisível

RIO Autor
RIO invisível
 Publicamos aqui o relato de um encontro entre a equipe do Rio Invisível e as pessoas que estão em situação de rua. O projeto não tem fins lucrativos e trabalha, desde 2014, para dar visibilidade à vivência destas pessoas.

As assistências acontecem de forma particular, e com a ajuda da rede de profissionais que trabalham com a população em situação de rua, sempre averiguando e ponderando as melhores condições e necessidades de cada indivíduo.


Todas as histórias importam. Os relatos da página, como este de Sebastião, são individuais e publicamos o que a pessoa escolhe contar sobre si mesmo no momento do encontro. Respeitamos as experiências, reflexões e vidas aqui compartilhadas.

Curtir · Responder · 2 a  25


^ Ocultar 19 respostas

22A


Ótima página, adoro as histórias, mas vocês auxiliam essas pessoas a correr atrás dos seus direitos, por lei ela deveria receber um auxílio de 1 salário mínimo por ter mais de 65 anos é pouco mas já ajudaria...

Curtir · Responder · 2 a · Editado  12

Isso que acho estranho... Ela não sabe disso? É pouco, mas ajuda.

Curtir · Responder · 2 a  3


Verdade ela tem direito ao Loas, isso ninguém informa para ela, tadinha tenho dó 😭😭

Curtir · Responder · 2 a  1

RIO Autor
RIO invisível
 Sim, [redacted]. Os relatos acontecem como conversa, no que nos tange levamos informação. Não somos assistentes sociais, mas tentamos conduzir o acesso aos direitos das pessoas com quem conversamos.

A conversa com a [redacted] aconteceu numa ação integrada de voluntários e projetos que abordam a população em situação rua, inclusive com presença da Defensoria Pública do Estado.

Nosso projeto visa dar voz e gerar a reflexão para que todos nós possamos ser agentes de transformação e informação.


Curtir · Responder · 2 a  21

Só postar ou escutar as histórias não adianta. Tem que ajudar a ter um teto, um trabalho. Fazer com que a pessoa volte a existir como gente.

Curtir · Responder · 2 a

22C


Nossa real função aqui é abrir os olhos para que essas pessoas não sejam mais invisíveis. Todos possuem uma história, uma necessidade, uma carência. O projeto quer dar voz a essas pessoas que vivem à margem da sociedade, que possuem sua voz calada. Caso tenha interesse em saber mais sobre a página nos colocamos à disposição para melhor explicar. Forte abraço!

Curtir · Responder · 6 a  22

22B

RIO Autor
RIO invisível
 Olá [redacted]! Publicamos a história de [redacted] para que ele também tenha a chance de falar sobre sua vida.

Buscamos alcançar as pessoas de forma empática, para que entendam as condições de quem foi entrevistado [em situação de rua] e respeitem suas falas - mesmo que não sejam tão fáceis de aceitar. Marlom existe e está nas ruas do Rio de Janeiro - ele é um jovem de 19 anos, com frustrações, sonhos, vivências e vontades. Devemos respeitar sua individualidade e expandir nosso olhar de compreensão.

Curtir · Responder · 2 a  58

22D

Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

Apesar de o tempo todo o Rio Invisível se posicionar como um projeto sem pretensões assistencialistas, algumas vezes a própria página se oferece enquanto intermediadora, incentivando que os interessados a ajudar entrem em contato “inbox”. É muito comum que as pessoas perguntem a localização de onde foi realizada a entrevista para que possam encontrá-los, ou sugerem que tal informação devia ser sempre acrescentada ao texto, através do recurso

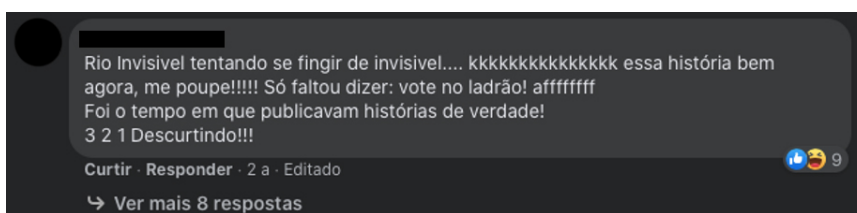
de geolocalização. O Rio Invisível responde que passaram a suprimir essa informação por conta da insegurança que acabam promovendo às pessoas retratadas, que podem ser procuradas tanto por pessoas mal intencionadas ou por alguém de grupos de extermínio ligados a milicianos ou traficantes. No entanto, os administradores dão a entender que, caso o contato seja feito através de mensagem direta, será informado o lugar onde provavelmente a pessoa se encontra.

Em nenhum lugar da página Rio Invisível está escrito que os leitores que passam por ali estão sendo convidados a prestar solidariedade às pessoas que contam suas histórias através das publicações. Assim como não existe nenhuma referência sobre os planos dos idealizadores no sentido de movimento social para além do projeto de ressignificação e visibilidade. Mesmo assim, a análise mostrou que a disputa para o preenchimento dessas lacunas é bastante recorrente, tensionando o ambiente em diversas direções. A noção de que o digital é permeado de ambiguidades, em que o tempo todo possibilidades de aberturas dão lugar a pressões que reivindicam novas normatividades (HORST; MILLER, 2012) se adequa ao cenário encontrado. Por um lado, tem-se uma variedade de depoimentos que exaltam os afetos produzidos pelas leituras das narrativas. Muitos destacam como passaram a conhecer a pessoa com quem sempre cruzavam, mas nunca haviam parado para conversar. Outros compreendem os relatos de forma mais genérica, como exemplos que ilustram que a vida dos em situação de rua é recheada de situações limite e passados de dificuldade e sofrimento, creditando ao Rio Invisível o mérito de ter mudado suas formas de olhar a questão. Por outro lado, são pouquíssimos os diálogos que não carregam de antemão uma solução para o problema, em geral simples, mas de difícil execução pois dependeria da consciência e boa vontade das pessoas, da empatia e disposição para a solidariedade ou de vontade política das mais diversas esferas do poder público.

Não se pode separar o surgimento do projeto com o contexto vivido no Brasil, e, em especial, na cidade do Rio de Janeiro durante os anos em que as histórias foram publicadas. Analisando a evolução das discussões provocadas pelas narrativas, foi possível perceber como alguns dos debates apontavam para pautas que extrapolavam o tema da situação de rua, vinculando-se a debates mais amplos sobre o problema estrutural da pobreza inerente ao sistema produtivo capitalista, o que às vezes apontava traços de visões políticas-partidárias. Assim, outro atravessamento que cooptou as discussões foi uma certa defesa de visões mais conservadoras em choque com argumentos que levavam em conta uma visão mais “empática”, que respeitasse liberdades individuais e considerasse a dificuldade de se fazer escolhas conscientes quando não há condições mínimas para que os sujeitos desenvolvam

suas capacidades críticas. A qualidade do debate, no entanto, viu-se prejudicada pela denúncia, mesmo que velada, dessas relações entre o conteúdo da mensagem e a orientação política, o que incentivou o cuidado constante com o tipo de mensagem a ser consumida, levando muitos leitores a ficarem atentos a qualquer sinal de propaganda adversária.

Figura 23: Exemplo de comentário demonstrando incômodo com possível uso político-partidário



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em:

<https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

A leitura seguindo a ordem cronológica possibilitou a comparação do nível de presença desse tipo de comportamento ao longo do tempo, permitindo a percepção de que o ambiente dos comentários se tornou mais sensível a possíveis conteúdos ligados a uma ideologia partidária nas publicações mais recentes, o que condiz com o clima altamente polarizado politicamente que vem se instaurando cada vez mais fortemente no país desde 2013.

Por ser um meio público, onde qualquer um que disponha de um perfil na rede tem a possibilidade de registrar sua opinião (diferente da ferramenta “grupo”), a comunidade Rio Invisível não consegue blindar seu espaço e evitar o surgimento de vozes dissidentes. A leitura revela inúmeras trocas de mensagens entre usuários que divergem veementemente. Além dos casos já citados anteriormente, em que as argumentações se baseiam em diferentes percepções do sofrimento, existem também, embora sejam poucos, os comentários ligados a conteúdos de ódio ou que negam qualquer tipo de empatia pela história publicada, reafirmando estigmas como “vagabundos” ou simplesmente “drogados”, atribuindo às pessoas em situação a responsabilidade exclusiva pela sua condição.

Prates et al (2011), com base no trabalho de Paugam (1999), apontam para os processos de humilhação, desvalorização e discriminação que ocorrem quando, em vez de combater as causas, a própria pobreza é combatida e intolerada. Para os autores, essa prática leva a um estado de desqualificação social, prejudicando o desenvolvimento de um

sentimento de pertencimento a uma classe social. Esse processo de exclusão interfere na qualidade das relações, culminando em um mecanismo de autculpabilização que dificulta o entendimento da atuação de fatores conjunturais estruturais, levando à atribuição do problema para incompetências individuais.

Um dado interessante que a pesquisa levantou é que muitos dos comentários desse tipo foram deletados. Porém, por conta dos rastros digitais (BRUNO, 2013) que deixam pistas dos caminhos percorridos na internet, é possível perceber que eles existiram, pois, as respostas a eles permanecem, algumas citando, inclusive, o nome do perfil que postou a mensagem original. Não há como, a partir do material reunido para embasar este estudo, compreender os motivos que levaram ao apagamento dos comentários, somente especular que talvez tenha sido para encerrar discussões desgastantes, mas não é possível afirmar. O que temos são apenas as respostas, que deixam uma imagem análoga à atuação do sistema imunológico humano: os outros seguidores da página agem como células de defesa do corpo, atacando o comentário divergente de forma conjunta até eliminá-lo. O organismo fica, então, cheio de anticorpos, mas o invasor já não se encontra ali (FIGURA 24 – excerto A).

Com relação aos posts dessa ordem que continuam disponíveis, percebe-se um movimento semelhante em torno deles. Costumam ser rebatidos, principalmente sob a acusação de falta de empatia do autor (FIGURA 24 – excerto B).

Figura 24: Exemplos de comentários não empáticos

Eu aprendi no CAPS ad, a vida é feita de escolhas, só se muda quando quer, o desejo de mudança é da pessoa e ela tem que buscar, se viver assim é de gosto dela, então deixa.

Curtir · Responder · 3 a

Boa tarde, não estou discursando, apenas comentando, não estou ofendendo e nem magoando ninguém até porque só entende quem passa pelo problema, eu aprendi porque participo de reuniões de grupo de família, sabe porque? Eu tenho uma filha dependente química em tratamento no CAPS ad, que é o centro de atendimento psicossocial álcool e drogas, e lá o atendimento é para o dependente e família.

Curtir · Responder · 3 a

Pq tanto ódio, [redacted]? Só pq ela pensa diferente de vc? Sim, tem gente que pensa diferente de vc!!! Aceita que dói menos...

Curtir · Responder · 3 a

Sou mãe, amo a minha filha a acompanho no tratamento porque ela escolheu se tratar, dou amor carinho atenção, e é disso que eles precisam pois são doentes, mas tem pessoas que não são dependentes químicos e são preconceituosos maus e críticos, isso está se tornando uma epidemia então vamos ajudar ao invés de julgar, vamos amar mais. 🙌

Curtir · Responder · 3 a

24A

A

Para o entrevistador e internautas, comoção e arrependimento, na rua:



Curtir · Responder · 1 a

A

"Não arrumo serviço por que não tenho documento", "meu vício é cigarro". É verdade esse bilhete, pode cunfiá, tadinhu dele, mulher botou pra fora do nada...

Curtir · Responder · 1 a · Editado

B

[redacted] a noção e a empatia acabaram de te mandar um abraço, disseram que estão com saudades. Comece o ano bem, vá procurá-las! Ainda dá tempo..

Curtir · Responder · 1 a

A

Amigos, 90% do dos moradores de rua estão nessas condições ou por dependência de drogas ou doença mental, a maioria dos primeiros citados não tem interesse em trabalhar, meu único desejo é que o estado ampare adequadamente aqueles que possuem patologias mentais em abrigos. Os demais, respondem e sofrem por suas escolhas, não tenho que ter pena nem ajudar ninguém. É por existir pessoas que "ajudam" que existem muitos em nessa situação.

Curtir · Responder · 1 a

C

Cara ele não pedindo sua empatia ou sua pena não . Ele tá contando a verdade dele pra alguém que perguntou . Tirar um documento não onera estado nenhum não, aliás é obrigação do estado . E é só isso o que ele tá querendo. Sabe o que onera o estado ? Corrupção e má gestão . Abraço

Curtir · Responder · 1 a

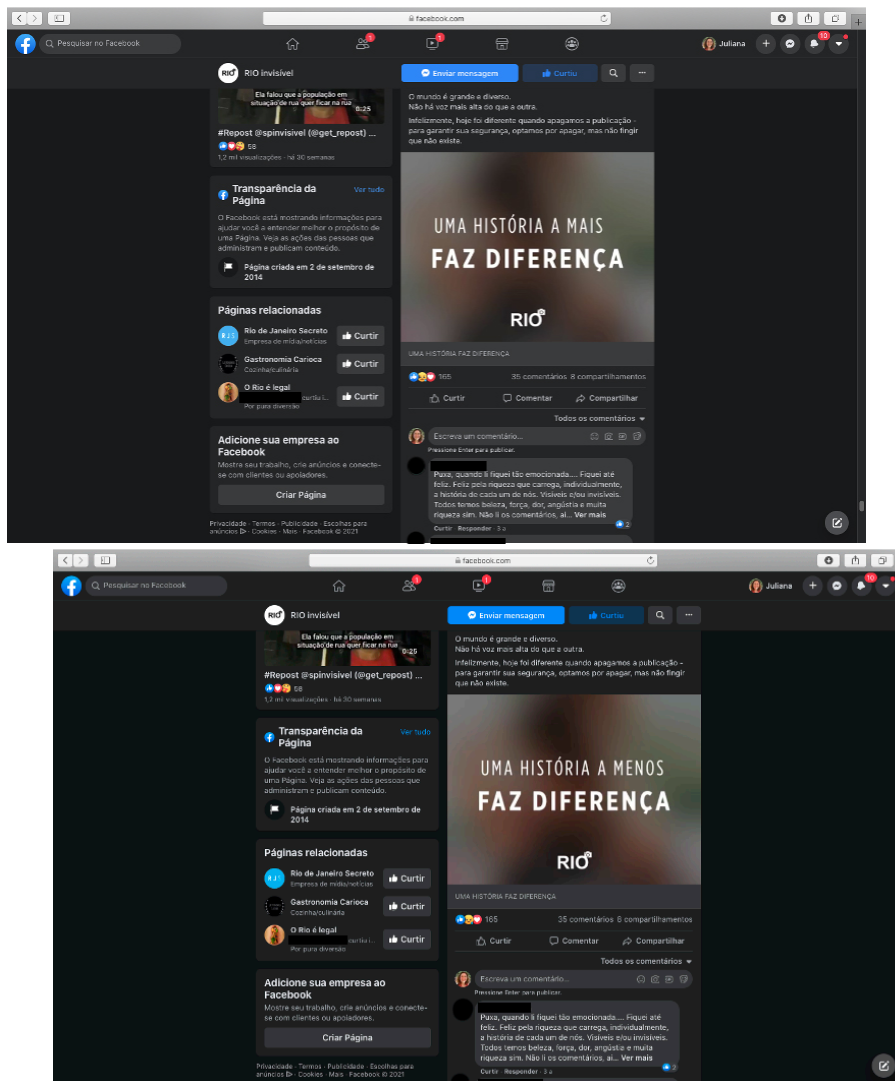
24B

Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

Um caso ligado aos comportamentos de ódio na rede que chama a atenção aconteceu em setembro de 2017. Trata-se de uma publicação que foi apagada pelos administradores do Rio Invisível por ter sido alvo de inúmeros comentários preconceituosos e transfóbicos. A página justifica a decisão por entender que essa seria uma forma de minimizar os impactos negativos que o teor das mensagens poderia causar à comunidade LGBTQ+. No entanto, como um manifesto para marcar a não aceitação da tentativa de silenciamento, foi publicado em seu

lugar um post com um GIF⁷² que alternava entre as frases: “uma história a menos faz diferença” e “uma história a mais faz diferença”.

Figura 25: Postagem uma história a mais/menos faz diferença



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

A ocasião também acabou levando a página a marcar de forma mais enfática o seu posicionamento, o que costuma ser raro no fluxo normal de postagens. Além de deixar claro que a transfobia não será tolerada, a equipe ressalta que:

Não somos nós que falamos, as histórias falam por si. Quem aqui lê recebe, muitas vezes sem querer, o peso da vida real, dos dias nas ruas do Rio de Janeiro. Não queremos contar uma história triste em troca de likes, somos um coletivo de três

⁷² GIF (Graphics Interchange Format) é um formato de imagem que suporta breves animações. No caso do GIF postado pelo Rio Invisível, a imagem alternava de uma frase a outra de modo automático e ininterrupto.

amigos que nunca recebeu nenhum tipo de remuneração monetária. O nosso objetivo é, e seguirá sendo, conhecer melhor a situação daqueles que estão sem moradia, e que passam a ser excluídos gradativamente das relações e dos processos de uma sociedade democrática e para todos.

Todos.

Devemos garantir que todos tenham direito à vida e à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho, à moradia, ao sistema de saúde e à educação. Todos merecem estes direitos, sem discriminação de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião, orientação sexual e identidade.

O mundo é grande e diverso.

Não há voz mais alta do que a outra.

Infelizmente, hoje foi diferente quando apagamos a publicação - para garantir sua segurança, optamos por apagar, mas não fingir que não existe.

A atitude de apagar a publicação corrobora com a ambiguidade de sentimentos manifestada pelos realizadores em nossa conversa sobre a responsabilidade deles pelo que será feito da história do outro e a necessidade de exposição dessas histórias para que elas saiam da obscuridade e sejam vistas pela sociedade. A construção “uma história a mais/menos faz diferença” cria um jogo linguístico interessante, na medida em que a simples troca de uma palavra altera todo o sentido e revela essa contradição. Dessa forma, histórias a menos fazem diferença por serem símbolos do silenciamento, violência e da negação de suas existências. Histórias a mais seriam a oportunidade de ter acesso a universos que seriam inimagináveis às pessoas que não vivem em situação de rua, ou ainda, que não são pessoas transexuais expostos à vulnerabilidade da situação de rua.

Seguindo a via da importância de dar visibilidade às histórias, um outro questionamento que surge na interação entre os leitores seria o seguinte: “adianta só contar a história?”. Para alguns seguidores da página, somente expor a complexidade do problema seria insuficiente, reforçando mais uma vez a ideia de que é preciso um plano de ação que rompa os limites do digital e inclua o contato face a face.

Apesar de muitos concordarem com a necessidade de um esforço coletivo e efetivo em prol da causa, o que poderia ser uma centelha para a mobilização, mesmo assim muitos comentários revelam uma atmosfera de desânimo pois há uma dificuldade de acreditar no poder transformador da sociedade unida, que seria algo da ordem do utópico. Entidades genéricas, impessoais, como a “sociedade perversa” ou “brasileiros” são citadas como impeditivos para a organização plena. Nesse sentido, a saída apontada por muitos se concentra nas ideias de “trabalho de formiguinha”, “gota no oceano”, na ajuda que “é pouca, mas pode

mudar a vida de alguém”, ou no “fazer a minha parte” (trechos de respostas dos interlocutores via *Messenger*), passando a ênfase para o compromisso assumido no nível individual.

Também aparecem muitas justificativas pessoais do impedimento em se comprometer com um engajamento maior por circunstâncias práticas da vida como trabalho, falta de tempo, não morar no Rio de Janeiro ou problemas de saúde. Mesmo que não haja uma cobrança nominal, muitas pessoas parecem se sentir impelidas a explicar o porquê de não serem tão atuantes, apesar de desejarem contribuir. Esse comportamento, observado com bastante frequência, levou ao questionamento da motivação que leva as pessoas a se explicarem, já que se trata de um ambiente público em que é possível apenas ler sem serem “vistos”. Esses comentários se diferenciam dos que apenas “jogam” a indireta do “alguém devia fazer”. Eles assumem a “falta”, ainda que justificada pelos problemas cotidianos, mas, ao mesmo tempo, legitimam a atitude dos que “vão a campo”, identificando-se com eles pelo menos no nível da intenção. Ao se filiarem à causa da defesa da ação imediata e voluntária, esses indivíduos atualizam o contexto (RECUERO, 2012) em disputa no ambiente dos comentários, reafirmando seus compromissos como membros do grupo, ainda que estejam temporariamente “em dívida”. Outra dimensão que esse tipo de comportamento ressalta é que o nível de engajamento é visto como proporcional à disponibilidade pessoal: cada um contribuirá de acordo com suas possibilidades. Tal critério parece não levar em conta a necessidade de uma regularidade e continuidade do trabalho junto às pessoas em situação de rua, que, neste caso, ficaria submetida à flutuação de agendas pessoais.

Entre as respostas obtidas a partir do meu contato direto, uma das principais funções, a partir da visibilidade que a página proporciona, é o agenciamento entre pessoas que compartilham esse senso de responsabilidade, podendo, a partir do encontro mediado pela tecnologia, organizarem-se no sentido de uma ação concreta. O encontro promovido pode ter uma outra dimensão também, menos coletiva: entre leitor e entrevistado. Nesse caso, a leitura dos relatos exerce o papel de uma “centelha” que motiva a busca individual de passar a fazer algo pelo outro, que pode ser tanto o indivíduo que teve sua história publicada, como pode ser alguém como aquele indivíduo que teve sua história publicada.

O uso da ferramenta dos comentários para expressar essa urgência e incentivar outros a fazerem o mesmo encontra, muitas vezes, a resistência e o questionamento dos que também se solidarizam com a causa da situação de rua, mas criticam a via do assistencialismo

teremos cidadãos engajados pelo virtual para ações concretas, pontuais, mas que não modificam em nada, absolutamente em nada, a vida da pessoa que mora na rua. e aliás, isso fere diretamente o direito delas, por reforçar tão somente uma caridade, mas sem a mudança de estrutura social que faz com que uma pessoa durma por sob

marquises etc. Assim, conjuga-se estética do oprimido, com solução política rasa (Resposta de interlocutor via *Messenger*).

Desse modo, vemos que as discussões encontradas nos comentários refletem diferentes visões sobre como lidar com a situação de rua, ou sobre a pobreza de um modo geral. De um lado um discurso muito fundamentado na célebre frase do sociólogo Betinho “quem tem fome, tem pressa”⁷³ e, de outro, a crítica às ações fundadas na caridade que reproduzem relações desiguais entre os que doam e os que recebem.

Apesar de muitos relatos publicados no Rio Invisível afirmarem que existe a oferta de comida para as pessoas em situação de rua, fica claro também que isso só é possível através da rede de grupos ou indivíduos que distribuem quentinhas regularmente. Assim, prescindir da ajuda caritária, no cenário brasileiro, significa diminuir ainda mais os níveis de acesso a, pelo menos, uma refeição ao dia. Assim, a falta de confiança nos mecanismos ligados ao poder público justifica a tendência a ação imediata e pontual de muitos, que temem que, se depender dos órgãos oficiais, esses indivíduos provavelmente não terão nenhuma chance de sobrevivência. No entanto, a leitura dos comentários e mesmo as respostas obtidas via contato direto apontam o conflito dessa urgência em ajudar com as vicissitudes da vida cotidiana, fazendo com que o comprometimento com a atuação na causa precise se adequar à disponibilidade financeira e às janelas de tempo cada vez mais escassas nas rotinas dos cariocas. Putnam (2001) fornece um importante panorama de como questões ligadas aos modos de vida de determinadas sociedades influenciam na maior ou menor adesão no trabalho de base comunitário. Dessa forma, vemos um movimento de alto engajamento que é seguido por intenso declínio, do qual a experiência do grupo Rio Invisível – Mãos à obra se coloca como um ícone.

Quanto aos que criticam as práticas mais assistencialistas, seus argumentos alertam que tais ações em nada modificam o sistema excludente que está na base do problema da situação de rua. Além disso, como observam Lucas e Hoff (2009, p. 29), a relação doador-receptor acaba por cristalizar o segundo “na posição de quem nada tem a oferecer”. As autoras também chamam a atenção que

Ao mesmo tempo, a mesma discursificação da caridade costuma sinalizar que o outro, receptor da dádiva, pode adquirir o status de cidadão pela posse de coisas que lhe são dadas pelo agente—comida, água, luz, escola—como se estas coisas pudessem transformar magicamente indivíduos excluídos em protagonistas sociais.

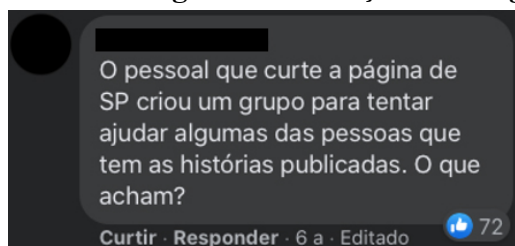
⁷³ A frase “quem tem fome, tem pressa” foi o slogan da campanha “Ação da Cidadania”, lançada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em 1993. A mobilização obteve uma grande repercussão na época, tornando a frase em questão bastante famosa. Fonte: <https://www.acaodacidadania.org.br/nossa-historia>. Acesso em: 24 maio 2021.

O que gostaríamos de ressaltar, aqui, é que a satisfação destas necessidades básicas não reverte a posição econômico-simbólica desigual e ancestralmente humilhante a que certas minorias são submetidas pelo arranjo capitalista (LUCAS; HOFF, 2009, p. 29).

4.4 A experiência “Rio Invisível-Mãos à obra”

Logo nas primeiras postagens da página o uso da ferramenta “comentário” para manifestar o interesse em ajudar de alguma forma foi bastante frequente. Muitos se colocam à disposição, às vezes informando expertises que poderiam ser úteis, como ser dentista ou advogado, e esperavam o contato de “alguém” que orientasse como seria a melhor forma de contribuir. De forma bastante difusa, as mensagens mostravam um clima de interesse e mobilização, ainda que a maioria não descrevesse ao certo como deveria ser o direcionamento dessa disposição em ajudar. Postill (2012), ao narrar a sua própria experiência de engajamento político através do *Facebook*, resalta tipos de colaborações micropolíticas entre estranhos que podem parecer triviais, mas representam um potencial que foi altamente ampliado pela adoção popular das plataformas. Esse tipo de comportamento de se mostrar disponível pôde ser observado nos comentários de uma história publicada em outubro de 2014 sobre um senhor cujo apartamento foi tomado pelo próprio irmão. Houve, então, a sugestão de criar um grupo inspirado em outro que surgiu entre os leitores da página SP Invisível, destinado a organizar ações em prol das pessoas retratadas pela iniciativa paulista.

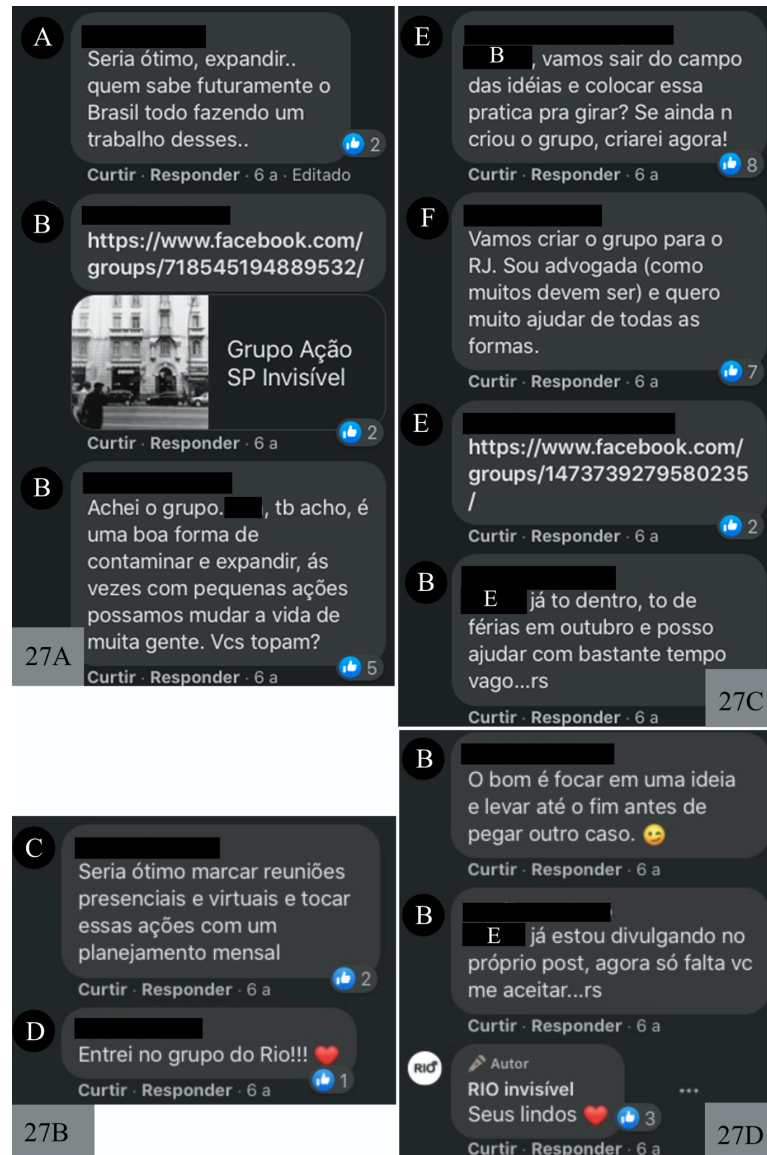
Figura 26: Comentário sugerindo a criação de um grupo paralelo



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em:
<https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

Este comentário obteve dezenove respostas de 9 usuários diferentes (inclusive o perfil oficial do Rio Invisível) apoiando a ideia, além de ter sido “curtido” setenta e duas vezes. Imediatamente foi criado, por um outro usuário que se identificou com a proposta, um grupo chamado “Rio Invisível – Mãos à obra”.

Figura 27: Criação do grupo “Rio Invisível – Mãos à obra”



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel>
 Acesso em: 15 mar. 2021

As ferramentas disponíveis no próprio *Facebook* possibilitaram que a ideia fosse executada instantaneamente. Tal empreendimento seria muito mais dispendioso e complicado se não fosse o agenciamento da rede social. Putnam (2001) observa como certas iniciativas, se ocorressem no ambiente *offline*, provavelmente dependeriam do encontro sincrônico entre os futuros administradores, identificação e atendimento para novos membros que precisariam se cadastrar, preenchendo fichas com dados pessoais e contatos, investimento em material de divulgação e talvez até em um espaço para servir de escritório. No *Facebook*, sem precisar sair da plataforma, o usuário que criou o grupo só precisou clicar em alguns botões e digitar algumas palavras para criar uma associação entre os que manifestaram algum interesse em se engajar na causa. Sobre a conexão entre a internet e o engajamento social, Castells percebe

que “os movimentos que observamos encarnam o projeto fundamental de transformar pessoas em sujeitos de suas próprias vidas, ao afirmar sua autonomia em relação às instituições da sociedade” (CASTELLS, 2013, p. 167).

Uma das premissas para a etnografia digital (HINE, 2015) é que o caminho a ser trilhado na pesquisa é guiado pelo campo, cabendo ao pesquisador seguir os passos dos usuários da comunidade que está sendo observada. Dessa forma, a experiência do Rio Invisível – Mãos à obra, ainda que possa ser vista como exterior ao Rio Invisível, entrou no *corpus* dessa pesquisa por ser um fenômeno que surgiu a partir das interações nas publicações e que fez parte da construção de sentidos da participação na página. No entanto, o objetivo aqui não é descrever como eram as interações dentro da comunidade, mas sim compreender de que forma a existência do grupo atravessa a experiência do projeto Rio Invisível.

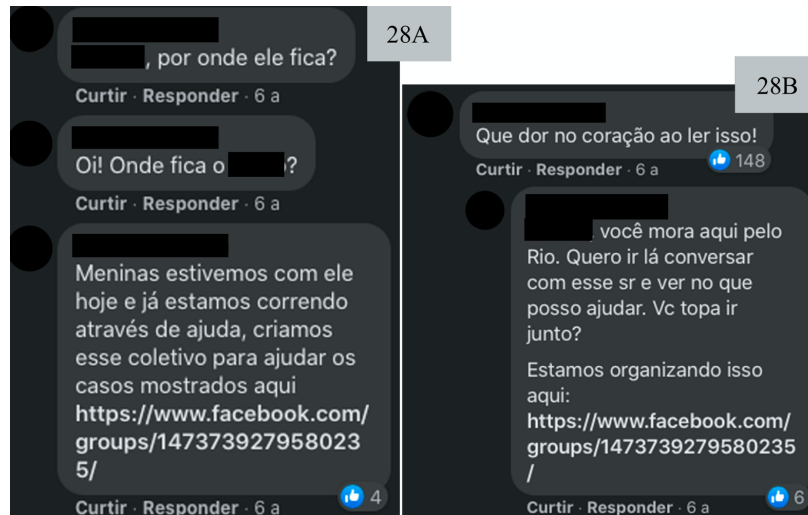
Outro ponto importante, também discutido por Hine (2015) se deve ao caráter autoetnográfico desta pesquisa. Como já mencionei, eu mesma tive contato com o projeto enquanto leitora logo nas primeiras semanas desde o seu lançamento, e acompanhei em tempo real a criação do Rio Invisível - Mãos à obra, sendo uma das primeiras a serem aceitas como membro. Participei das primeiras discussões que visavam estabelecer qual seria o foco da ação do grupo. Senti-me frustrada por ter a impressão de não estar sendo ouvida em meio às muitas mensagens digitadas quase que simultaneamente e, por ter sido definido um eixo diferente do que eu imaginava, perdi o interesse pela comunidade. Não saí do grupo, mas passei a apenas acompanhar as publicações ocasionalmente, também por terem se tornado cada vez mais raras. Como sou membro até hoje, isso me permitiu seguir os links e visualizar os conteúdos que são restritos aos participantes.

A forma de atuação estabelecida foi que seriam formadas equipes de voluntários para levar assistência aos indivíduos retratados pela página. Assim, para os que necessitavam de roupas seriam feitas doações de roupas, para os que precisavam de assistência jurídica o grupo se mobilizaria para conseguir um advogado, e assim por diante. A ideia era utilizar a plataforma do *Facebook* para organizar as frentes de trabalho e divulgar as necessidades, utilizando-se da rede para levantar os recursos (materiais ou humanos). Outra possibilidade permitida pela mídia e vista com bons olhos pelo grupo era poder atualizar os membros das ações realizadas, geralmente através de fotos e mensagens dando “notícias” da pessoa assistida.

Depois de criada, a estratégia para a divulgação da comunidade era se colocar como uma opção para os que diziam querer ajudar mas não saber como. Diversos membros do grupo respondiam a comentários no Rio Invisível que mostravam alguma disposição ao

engajamento com o link do projeto e uma breve explicação sobre a natureza do grupo.

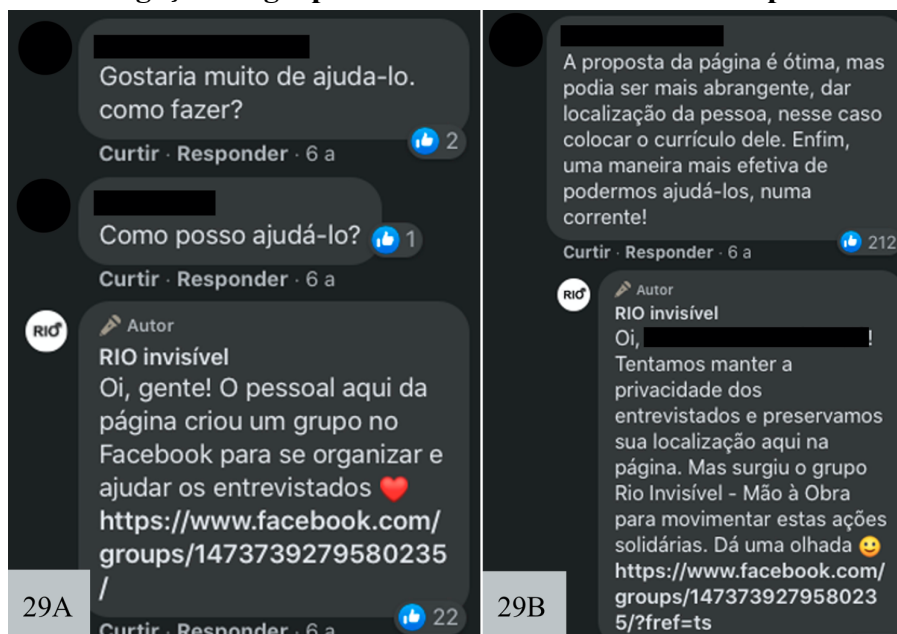
Figura 28: Divulgação do grupo “Rio Invisível – Mãos à obra” nos comentários do Rio Invisível



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel>
Acesso em: 15 mar. 2021

Foi possível observar que essa estratégia foi utilizada também pela própria página Rio Invisível.

Figura 29: Divulgação do grupo “Rio Invisível – Mãos à obra” pelo Rio Invisível

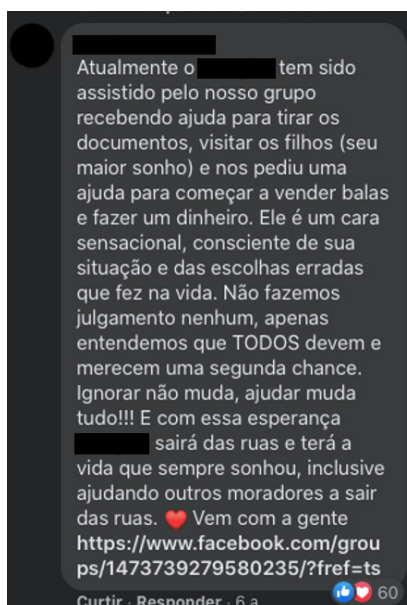


Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel>
Acesso em: 15 mar. 2021

Ao ser compartilhado pelo próprio perfil da página, o Rio Invisível acrescenta uma camada de legitimação do trabalho do grupo, emprestando à comunidade um certo caráter oficial. Nas minhas conversas com os criadores da página, os dois mencionaram a principal administradora do projeto paralelo como uma pessoa que passou a ter um papel significativo, como uma espécie de responsável pela parte mais ligada a ações concretas e contato direto com as pessoas em situação de rua que passaram pela página.

Nos diálogos travados nos comentários das publicações do Rio Invisível seguintes a de quando o grupo foi criado é possível perceber a atuação dos membros, tanto no trabalho de divulgação já mencionado, tentando fazer convergir e organizar as ações de doações ou voluntariado, como prestando contas do trabalho desenvolvido, atualizando os outros leitores sobre a existência de uma iniciativa, ou sobre as doações já recebidas, encaminhamentos já feitos, o progresso alcançado e sobre novas demandas que surgiram.

Figura 30: Exemplo de comentário com informações sobre o grupo “Rio Invisível – Mãos à obra”



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em:

<https://www.facebook.com/rio.invisivel>
 el Acesso em: 15 mar. 2021

A cultura do acompanhamento é muito forte no Rio Invisível. São inúmeros os comentários que pedem informações sobre o desenrolar dos casos, perguntam se alguém tem notícias, ou mesmo se limitam a escrever “ac” ou “up” para que sejam notificados automaticamente pelo *Facebook* caso alguém publique um novo comentário. Esse

comportamento não se limita às ações do Rio Invisível – Mãos à obra, sendo bastante recorrente em diversas postagens do Rio Invisível ao longo dos anos. Outro dado interessante sobre essa forma de se relacionar com o conteúdo é que não raro os comentaristas que voltam à publicação para saber os desfechos das histórias quando alguém anuncia que providenciará algum tipo de ajuda o fazem anos mais tarde.

Em nossa conversa, Y. cita um caso assistido pelo grupo Mãos à obra que gerou controvérsias entre os membros do grupo e do público do Rio Invisível em geral. Um dos primeiros indivíduos a ser entrevistado pela página foi localizado pelo grupo, que mobilizou sua rede e conseguiu um emprego fixo para o rapaz, que era até então vendedor de livros na rua. Passado algum tempo, o jovem resolveu sair do emprego e voltou a sua atividade de vendedor na rua. Este episódio, segundo N., gerou conflitos entre os participantes da comunidade. Alguns se sentiram frustrados pelo “desperdício” da oportunidade, entendendo que o grupo devia ter um comprometimento maior em acompanhar os casos. No entanto, assim como o Rio Invisível, o projeto Mãos à obra também era composto apenas por voluntários que cediam parte do seu tempo e dinheiro para a causa, sendo bastante difícil o engajamento ainda maior que estava sendo demandado.

Sobre a frustração em perceber que nem sempre as pessoas em situação de rua se comportam como o “esperado”, Carvalho e Costa chamam a atenção para os

vários os circuitos morais que, confrontados e combinados entre si, atravessam nossos discursos e práticas. Assim, por exemplo, num percurso histórico tradicional, ter-se-ia como meta para o usuário [do abrigo público] ser um bom trabalhador, um bom pai, um bom marido, não arrumar confusão e não cair em vícios. Já uma moral civilizatória traria a este usuário o dever de ser um bom cidadão, consciente de seus deveres, de seus direitos e capaz de lutar por eles, desde que pelas vias legítimas do Estado e da civilidade. Por sua vez, nos percursos mais singularizantes do autocuidado e da saúde dita ‘biopsicossocial’ (historicamente indissociáveis dos anteriores), impõe-se ao usuário o dever de cuidar da própria saúde, da higiene pessoal, dos atos, dos gestos, dos pensamentos e das paixões; cuidar de si, de seu corpo e de suas relações sociais” (CARVALHO; COSTA, 2011, pag. 63)

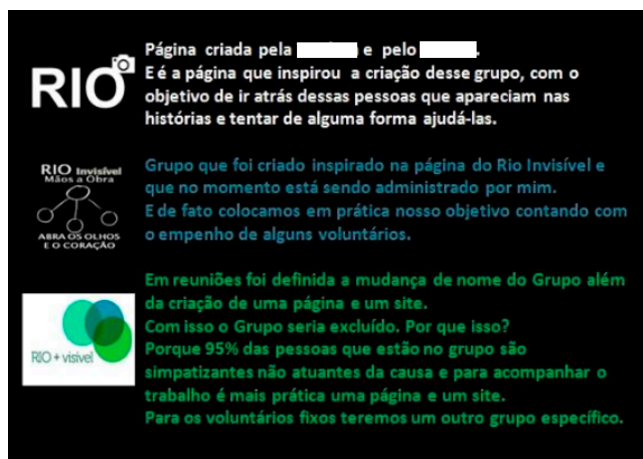
Assim, percebe-se que a atitude de “levar ajuda” aos mais necessitados é também permeada por diversos discursos moralizantes, que impõem às pessoas em situação de rua certos a priori de como devem ser suas atitudes em relação às oportunidades que estão sendo “dadas” pelas pessoas que deixaram o conforto das suas casas para atuar em benefício do próximo. Lendo os comentários daqueles que se disponibilizam a contribuir, nota-se que muitos deles remetem a motivações de cunho religioso, político, sentimentos de culpa por serem pessoas “privilegiadas” enquanto outras passam necessidades, discursos ligados a uma moral meritocrática, em que são ressaltados trechos dos relatos que caracterizam o indivíduo

como um trabalhador injustiçado, entre uma série de outras razões que despertam esse sentimento de urgência em ajudar. Há, também, uma desigualdade no nível de interesse ou mesmo possibilidade prática das pessoas que se comprometeram com as ações concretas, devido a questões como disponibilidade financeira e de tempo.

Aquele que acessar o grupo Rio Invisível – Mãos à obra atualmente encontrará um total de 2,9 mil membros e uma última postagem feita em fevereiro de 2015 avisando que o grupo migrou para uma página, também no *Facebook*, chamada Rio Mais Visível. A justificativa para a mudança foi o grande número de usuários que faziam parte do grupo só que de forma passiva, apenas observando ou comentando nas publicações, mas sem se engajarem em nenhuma ação. Para os administradores do grupo, esse comportamento foi visto como prejudicial, pois dificultava a tomada de decisões pelo volume de interações de membros que não estavam inseridos nas práticas. Com a migração para o formato de página, somente os administradores poderiam abrir novos tópicos de discussão, através de novas publicações, deixando as interações dos demais participantes restritas à forma de comentário, como acontece no Rio Invisível.

Ser uma página no *Facebook* em vez de um grupo também permite que os conteúdos postados ultrapassem os limites da comunidade, podendo ser mais amplamente divulgados a partir do compartilhamento das publicações pelos seguidores, o que não é possível em grupos fechados. Assim, ações como bazares ou campanhas de doação poderiam atingir um público maior se divulgados por meio de uma página. Na ocasião da mudança, foi publicada uma mensagem explicativa.

Figura 31: Publicação explicando a mudança de grupo para página



Fonte: GRUPO RIO INVISÍVEL – MÃOS À OBRA.
 Disponível em:

<https://www.facebook.com/groups/1473739279580235>. 2015.

Acesso em: 15 mar. 2021

A iniciativa perdurou, através da página e do site, por menos de um ano. Em outubro de 2015 foi realizada uma publicação que trazia uma montagem de fotos de momentos de encontros dos voluntários com os assistidos e um texto explicando que, pela falta de voluntários, decidiu-se pelo encerramento das atividades.

Figura 32: Publicação informando o encerramento das atividades da página



Fonte: RIO +VISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/riomaisvisivel>. 2015. Acesso em: 15 mar. 2021

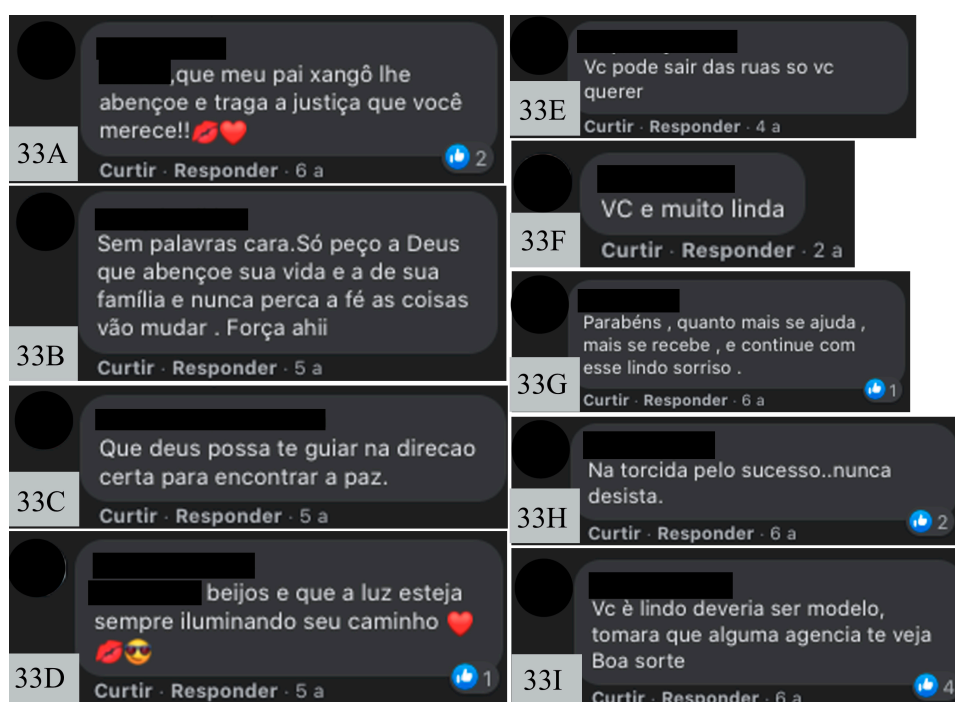
O post informa também que a página não será desativada, mas se tornará um espaço para a divulgação de notícias e iniciativas que envolvam o trabalho com pessoas em situação de rua. Uma breve consulta à página mostrou que ela conta atualmente com 2.540 seguidores e passou a compartilhar, essencialmente, notícias ou textos que abordam o problema da pobreza em geral.

4.5 Conhecer e saber a verdade: o acesso às histórias de vida através do Rio invisível

Voltando ao Rio Invisível em si, com muita frequência, os comentaristas se dirigem diretamente para a pessoa que narrou sua história, utilizando o espaço para enviar mensagens de incentivo endereçadas especificamente para o entrevistado dizendo que estão na torcida, que acreditam e têm fé que eles irão conseguir seus objetivos. Também costumam fazer

elogios, dar conselhos ou mesmo fazer interpretações a partir da história narrada, às vezes questionando alguns pontos ou até emitindo julgamentos. Essas mensagens se direcionam às pessoas retratadas como se elas mesmas tivessem realizado as publicações e fossem receber a resposta diretamente. Tal comportamento parece ignorar (ou não se importar com) a necessidade de um mediador que leve a mensagem até o seu destinatário ou a possibilidade de que ela nunca chegue a ser lida por aquele a quem ela foi enviada.

Figura 33: Exemplos de comentários com mensagens diretas às pessoas retratadas



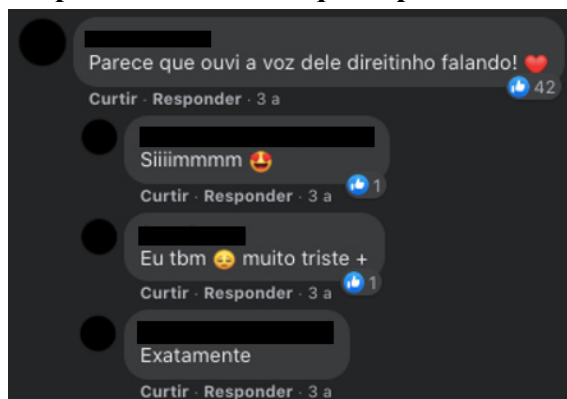
Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

Muitos desses comentários ressaltam qualidades que perceberam no texto ou na foto da pessoa, ressaltando características individuais como a beleza, a simpatia, a capacidade de se expressar. Outra característica que fica muito evidente é que a maior parte desse tipo de mensagem apresenta algum conteúdo religioso. O “pedir a Deus”, ou suas variações como “peço a Deus”, “que Deus/Jesus [ilumine, guarde, guie, dê...], “oro a Deus”, entre outros é o que aparece com maior frequência, indicando uma forte presença da cultura cristã. Porém, as referências a outras culturas religiosas também podem ser observadas, por exemplo, nas mensagens que evocam Orixás, “luz”, “bons espíritos”, “Universo”, entre outras expressões.

A percepção da conversa entre entrevistado e comentaristas como um diálogo direto

também é corroborada pela referência ao texto como algo que foi ouvido [pelo leitor] ou falado [pelo autor], denotando que, mesmo se tratando de uma comunicação escrita, algum sentido da fala oral é conservado na transcrição das entrevistas.

Figura 34: Exemplo de comentário que expressa a sensação de ouvir



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em:
<https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em:
 15 mar. 2021

O tom das publicações, como já foi mencionado, sugere uma situação de conversa informal por conta da forma como é transcrito, conservando-se expressões comuns à fala espontânea, como pequenos erros de concordância, gírias, frases incompletas, vícios de linguagem, entre outros recursos estilísticos. Observa-se que muitos leitores afirmam terem vivenciado uma sensação de proximidade com a pessoa, como se tivessem passado a conhecê-la, pessoalmente. Nesse sentido, podemos relembrar o argumento de Couldry (2019) de que a mídia é capaz de trazer a sensação de que realmente passamos a ter acesso a uma outra realidade, escamoteando sua ação mediadora.

Por um lado, a esse sentimento é atribuído um despertar para a delicadeza do problema da situação de rua, composto por histórias de vida singulares e contextos psicossociais muito particulares, comumente permeado por situações de abuso, violência, abandono e miséria. Muitos afirmam que passaram a prestar mais atenção nas pessoas que encontram nas ruas, que pararam para conversar com vendedores ambulantes com os quais cruzavam há anos, mas que nunca haviam se interessado em saber sobre quem eram. Relatam ainda que conheciam de vista algumas das pessoas retratadas na página, mas não conheciam suas histórias. Uma comentadora conta que sentia muito medo de uma das entrevistadas, mas que agora percebe “a fofa que ela é” (trecho de comentário no Rio Invisível). Vários são os que acreditam que o contato com as histórias publicadas na página foi importante para uma mudança na forma de

ver a questão da situação de rua.

Por outro lado, passar a compreender o fenômeno da situação de rua somente a partir de histórias publicadas na internet pode contribuir para a formação de visões reducionistas quanto ao problema. O sentimento de conhecer uma pessoa através de um depoimento curto, transcrito, editado e publicado por terceiros numa rede social gera, no Rio Invisível, também um movimento de escrutínio das narrativas a fim de levantar possíveis inconsistências ou contradições. Assim, são levantadas suspeitas quanto à veracidade das histórias ou mesmo quanto ao propósito da página, por vezes acusada, ainda que nas entrelinhas, de tentar encobrir atitudes questionáveis de seus entrevistados, tentando vendê-los como dignos de pena ou compaixão. Também existem repreensões quanto à irresponsabilidade da página, que teria deixado passar informações sem checá-las anteriormente, como prevê a atuação de um bom repórter. No caso da história de um senhor entrevistado em Paracambi, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o mesmo afirma ser mineiro e ter vindo para o Rio há 12 anos.

É que eu não sou carioca, sabe? Tô há 12 anos no Rio de Janeiro. Meu nome é Xxxxx Xxxxxx Xxxxx, tenho 47 anos, sou de 4 de janeiro de 1962. Eu sou do estado de Minas, de Juiz de Fora para lá. É no interior, roça. Meu pai era de Governador Valadares, interiorzinho mesmo, e minha tia mora lá em Cataguases. Quando meu pai morreu, ele estava com a minha tia, porque lá tinha mais recursos. Digo assim, lá tem hospital, a prefeitura é bem olhada, é próxima à Juiz de Fora, então ajuda bastante. Depois de quatro meses que ele morreu, eu vim para o Rio. Outro dia, eu estava lá Seropédica, e um rapaz falou que recebeu um telefonema da Universidade de Juiz de Fora, e ele tinha certeza de que era para mim. Falaram que minha mãe faleceu, e agora faz uns quatro meses. Lá em Minas tem minha irmã, meu cunhado e meus sobrinhos. É bom, né, ter pessoas da família por perto. [...] Eu acho Paracambi uma cidade calma, tranquila. Não tenho amigos, não. Posso até me dar bem com alguns, mas não é a mesma coisa. Aqui é bem grandinho, né? Sabugo, Guarajuba, Jardim Nova Era, mas nunca fui. [...] Foi o que eu falei ontem para o pastor da Igreja Congregacional: “poxa, queria tanto chegar lá no estado de Minas e ver minha irmã (trecho de publicação no Rio Invisível, 1 de ago 2018)

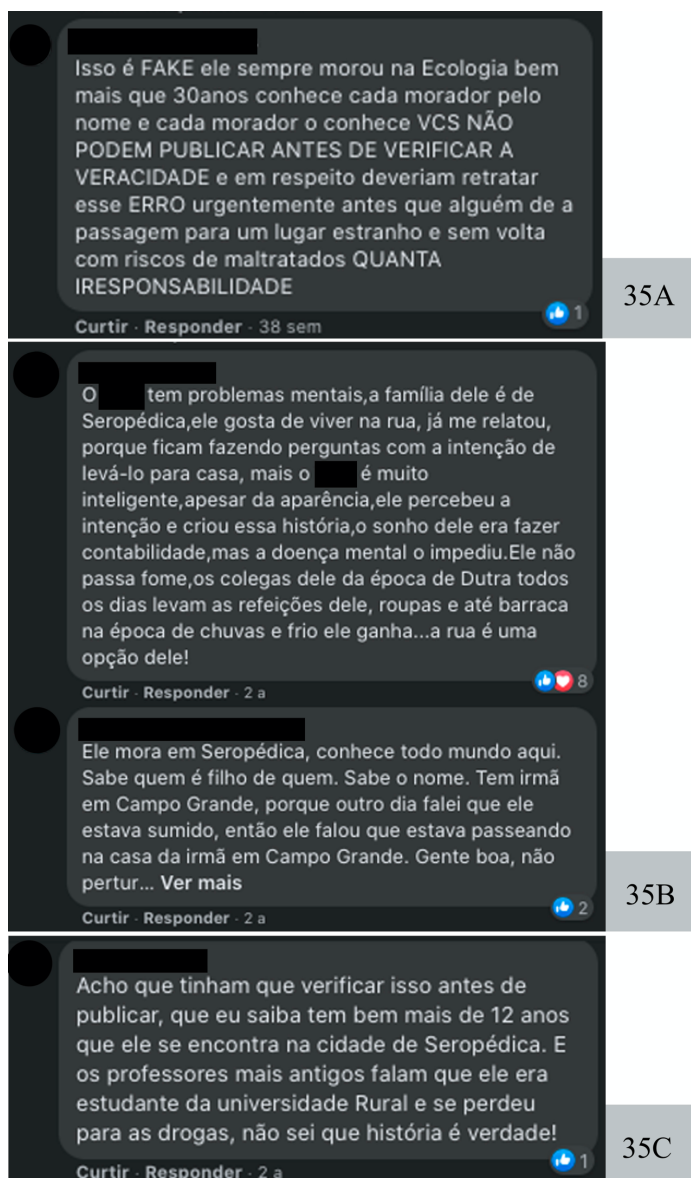
Quando fala de seu lugar de origem, Xxxxx remete a um passado interiorano, na “roça”, em que vivia em companhia da sua família. A partir de um evento triste, a morte do pai, Xxxxx vem para o Rio, mais especificamente para Paracambi. Apesar de considerar o lugar onde se encontra no momento calmo e tranquilo, não o conhece bem e manifesta o desejo de voltar à Minas e ver a irmã.

Ao analisar os comentários da publicação, percebe-se que tal apelo reverbera na audiência, culminando em pessoas dispostas a doar a passagem para Juiz de Fora e ir até Paracambi ajudá-lo a embarcar no ônibus. No entanto, o movimento foi interceptado por uma enxurrada de comentários de pessoas que conhecem Xxxxx desde a sua infância em Seropédica (cidade vizinha a Paracambi), que conhecem suas irmãs e até a sua mãe, que ele

afirmou que havia falecido em Juiz de Fora, e que contaram (ou especularam) diversas versões para explicar o motivo de Xxxxx viver nas ruas, versões essas que iam desde distúrbios psiquiátricos ao vício em drogas. Pela enorme quantidade de comentários percebe-se que Xxxxx é uma figura muito conhecida na cidade e conta com uma grande rede de assistência dentro da comunidade, sendo frequentemente visitado pelas irmãs e antigos colegas dos tempos de escola.

Neste post específico, a reclamação pela ausência de checagem da história chama a atenção. Muitos veem como uma irresponsabilidade da página a divulgação da história falsa e aconselham que, nas próximas publicações, a equipe tenha mais cuidado, inclusive para evitar causar danos às pessoas que aceitam participar das entrevistas.

Figura 35: Exemplos de comentários que reclamam da falta de checagem das informações

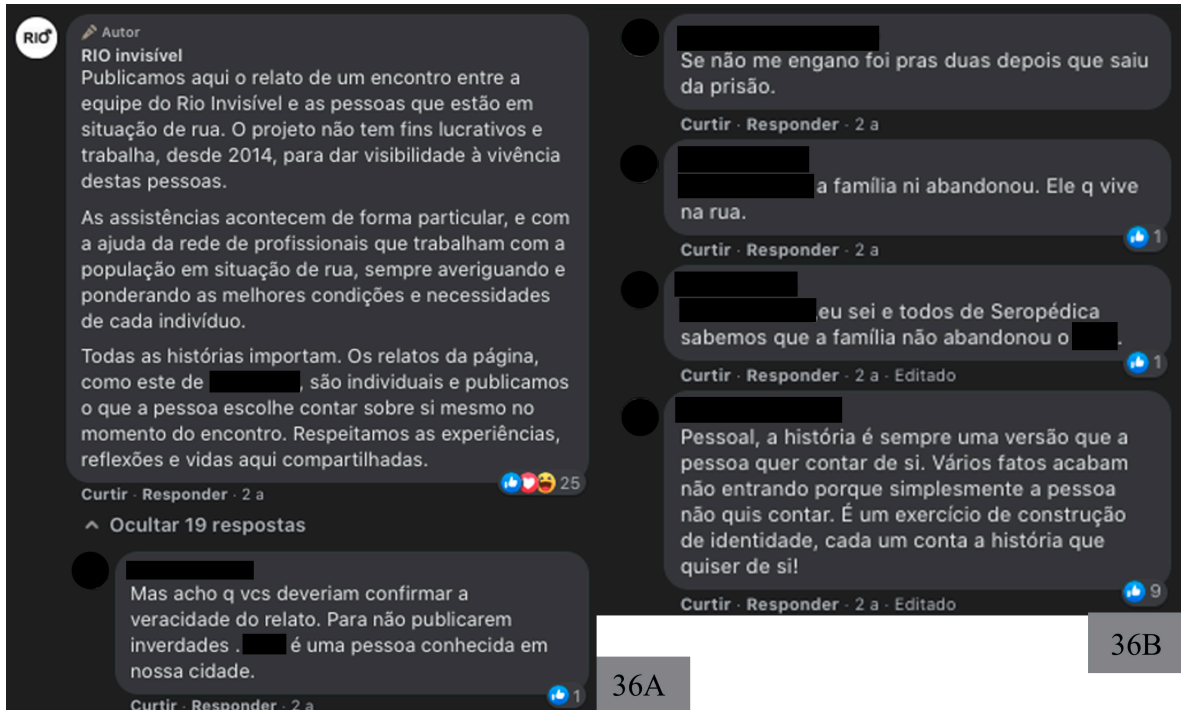


Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em:
<https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso
em: 15 mar. 2021

A discussão sobre a decisão ou não de checagem das histórias implica no posicionamento do Rio Invisível quanto aos seus propósitos enquanto projeto que pretende trazer visibilidade à causa da situação de rua. Houve um esforço dos administradores para esclarecer aos seguidores que a proposta da página não passava pela verificação dos fatos das histórias narradas, pois o que importava para o projeto era que cada um pudesse ter a chance de se expressar livremente, do jeito que considerasse mais adequado para construir uma imagem de si. Para os realizadores, o ponto principal é dar voz e visibilidade a essas pessoas, seja qual for a versão de si que elas desejam compartilhar. Nos comentários reproduzidos a seguir, estão destacadas uma resposta postada através do perfil pessoal de uma das

administradoras (36B) e outra feita pelo perfil oficial da página.

Figura 36: Resposta oficial da página e de uma das realizadoras sobre checagem

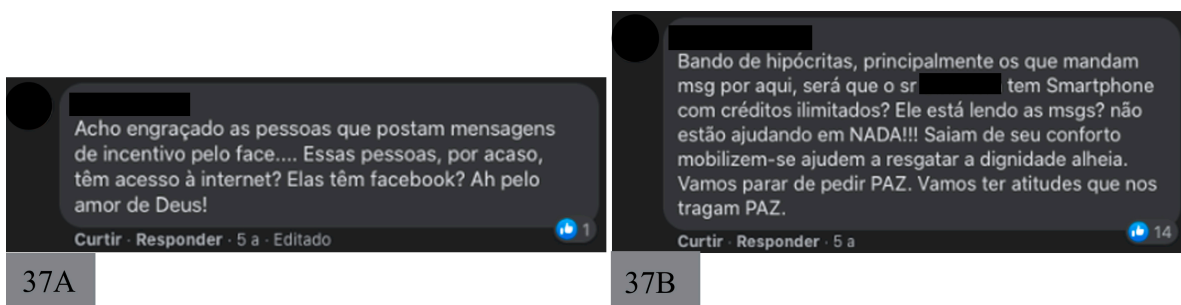


Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

4.6 O Caso Rxxxx – Entrevistado, comentarista e interlocutor

Uma das críticas encontradas entre os comentários das publicações é que a pessoa em situação de rua não tem acesso à internet e, conseqüentemente, às redes sociais, e, portanto, as mensagens dirigidas diretamente às pessoas que contam suas histórias seriam algo inútil, tolo ou apenas performático.

Figura 37: Exemplos de comentários que enfatizam que pessoas em situação de rua não têm acesso à internet



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

Assume-se, portanto, que as mensagens não chegarão aos seus destinatários e todos os votos de sorte e felicidade diretamente direcionados aos entrevistados, conforme mencionado no início do capítulo anterior, terão sido em vão. Nesse sentido, somente a ação concreta poderia realmente fazer a diferença, corroborando com uma noção bastante difundida nos espaços de comentários do Rio Invisível de que em nada adianta o engajamento a partir do conforto do sofá.

Horst e Miller (2012) refletem sobre as novas formas de engajamentos no ambiente das redes sociais, em que, do conforto e do confinamento de quartos privados, os indivíduos se envolvem em arenas públicas de debate muitas vezes sem o nível de responsabilidade e comprometimento que o assunto exige. Para os autores, o debate acerca dos usos políticos da plataforma carece de aprofundamento e atenção para as estruturas pouco dialógicas da rede, que possui um sistema de direcionamento das postagens pouco transparente e, em geral, endereçado a perfis elencados pelos seus interesses em comum e proximidade, criando um “filtro bolha” que contribui para a redução da circulação de temas mais plurais e cria a sensação de que todos pensam o mesmo (PARISER, 2011 apud MACHADO, 2017b).

Alguns comentários chegam a assumir um tom agressivo ao denunciarem a inutilidade prática da demonstração pública de empatia, convocando-os à mudança de comportamento. No entanto, a leitura em profundidade revelou que muitas vezes os comentários deixados na página chegam, sim, aos seus destinatários, através daqueles que vão ao encontro dos entrevistados pessoalmente e mostram o conteúdo a partir de seus *smartphones* pessoais. Em várias ocasiões foi relatado que a pessoa em situação de rua leu as mensagens, ou o voluntário fez a leitura para ela, o que costuma ser recebido com emoção e agradecimento.

Pela provável falta de acesso a aparelhos ou internet, ou até pela possível dificuldade com a cultura letrada, o público do Rio Invisível assume também, a priori, que a pessoa que foi entrevistada não poderá ser encontrada no *Facebook* pois não disporia de meios para fazer um perfil pessoal, não podendo, então, participar da conversa *online* relativa ao seu próprio depoimento.

Uma publicação feita em maio de 2015 a respeito de um homem que conta sobre seu passado de trabalhador como profissional de telemarketing e garçom, seu contato com a família e experiência de ter sido preso e em seguida internado para o tratamento da dependência química recebeu um número considerável de mensagens de pessoas interessadas em ajudá-lo. Uma delas, ilustrada na imagem anterior (figura 37A), menciona que acha engraçado as pessoas que postam mensagens de incentivo pelo *Facebook*, questionando se, por acaso, pessoas em situação de rua acessam a internet. Um outro diálogo aponta a

dificuldade de ajudar o rapaz, pela falta de voluntários do Rio Mais Visível que pudessem ir até a Tijuca procurar por ele. No entanto, por duas vezes, em resposta a comentários que explicitavam o desejo de fazer algo concreto, um perfil com o mesmo nome do entrevistado publicou, na mesma época, que realmente gostaria de sair daquela situação e aceitava ajuda.

Figura 38: Exemplos de comentários publicados por perfil homônimo ao entrevistado



Fonte: RIO INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel> Acesso em: 15 mar. 2021

Os dois comentários não receberam nenhum tipo de reação dentro da rede social, ou seja, não foram curtidos nem respondidos. Ao realizar a leitura em profundidade, estranhei a linguagem utilizada, que falava em receber ajuda e não em levar ajuda, e também a coincidência dos nomes. Como as ferramentas do *Facebook* permitem que se siga os links daqueles que postam comentários, abri o perfil responsável pela mensagem. A página estava abandonada, mas ainda continha diversas fotos do usuário e uma publicação informando que os interessados em entrar em contato deviam procurar um novo endereço dentro do próprio *Facebook*.

Ao examinar com atenção as fotografias foi relativamente fácil perceber que se tratava do perfil pessoa que havia participado do projeto, pela fisionomia e pelas tatuagens bem específicas que apareciam tanto na foto publicada pelo Rio Invisível como nas fotografias

peçoais. Já que ele era, de fato, um dos comentaristas de uma das publicações da página analisada (como estabelecido nos critérios de seleção), entrei em contato através do *Messenger* como fiz com todos os outros participantes dessa etapa da pesquisa, explicando o trabalho e enviando o TCLE. Rxxxx não tardou a me responder aceitando participar e pedindo para migrar a conversa para o *Whatsapp*, aplicativo que considerava mais prático para nos comunicarmos.

Passamos a trocar mensagens de texto e áudio por vários dias seguidos, de forma bastante intensa. Procurei saber se o seu comentário deixado na página realmente havia sido ignorado e ele me confirmou que sim, que ninguém o havia respondido, por nenhum meio e que nunca teve contato com qualquer pessoa por conta da sua narrativa publicada no Rio Invisível. Tal fato é interessante para pensar a importância do formato, estilo e estética propostos pelo projeto. Ainda que seja uma amostragem muito pequena — apenas em uma das publicações o indivíduo retratado participou da conversa a partir do seu perfil pessoal, nota-se que o pedido de ajuda de forma direta, mas também impessoal, uma vez que o Rxxxx não se apresentou quando comentou, não foi capaz de provocar um engajamento. Santa Cruz (2012), ao analisar as estratégias de programas de TV sobre ações sociais de empresas, ressalta a centralidade do emprego de personagens nos textos jornalísticos para humanizar as reportagens. Assim, o vínculo é construído pela aproximação disparada pela narrativa midiática, como observou Sontag (2003). O sentimento de urgência em se solidarizar com a vítima, nesse caso, atravessa uma imagem de sofrimento construída pela mídia, que pode não ter relação direta com o sofrimento em si, mas sim com a história dele que foi apresentada.

Em nossas interações, Rxxxx contou que conseguiu sair das ruas e atualmente mora em um bairro do subúrbio do Rio, mas por conta da falta de emprego corre um sério risco de voltar a perder a moradia. Ele demonstrou ter ficado muito sensibilizado com o meu contato e disse que tinha muita história para contar, desejando, inclusive, escrever um livro sobre a sua vida. Ele afirmou que se lembrava que na época da entrevista ele dormia na Tijuca e que foi abordado por Y. e N., que foram muito educados. No entanto, ele me pediu que eu enviasse *prints* da publicação, pois não se lembrava mais o que havia dito ou o que havia sido comentado. Ao receber, Rxxxx afirmou que a leitura trouxe lembranças da “época em que tinha sonhos” (trecho de mensagem via *Whatsapp*). Questionei que tipos de sonhos e ele me respondeu apenas com imagens do Pequeno Príncipe (do conto escrito por Antoine de Saint-Exupéry), de um desenho de um casal com a legenda “um homem de verdade não é o que pega muitas mulheres, mas o que abre mão de todas por uma só” e uma foto tipo “*self*” dele fazendo um sinal de “jóia” com o polegar levantado. Conversamos sobre as imagens e ele

declarou que se identifica muito com o personagem do Pequeno Príncipe pelo cuidado que ele tem com a sua rosa, indicando estar sofrendo por alguma desilusão amorosa, noção que já estava presente em seu relato anos antes. Também me contou que sempre se sentiu odiado por todos. Rxxxx não me deu detalhes dos motivos para essa percepção, mas foi um ponto que marcou seu discurso de forma recorrente. Durante o período em que estivemos em contato de modo mais intenso, Rxxxx me pediu ajuda para conseguir um emprego, pois a sua percepção é que somente através de indicações é possível ser contratado, pois, na sua experiência, de nada valia chegar aos estabelecimentos em busca de vagas sem o aval de uma pessoa mais influente que pudesse recomendá-lo. Comprometi-me a fazer o possível, divulgando seu currículo nas minhas redes. Também me ofereci para refazer o documento (que estava desatualizado e carente de mais informações) inspirada na experiência compartilhada em vídeo por Daniel Miller (2020) em que o pesquisador, baseado na sua própria experiência no campo da Antropologia Digital, defende que a disposição para colaborar é uma importante estratégia de criação de laços com os interlocutores no meio digital.

Sobre a sua participação no Rio Invisível, Rxxxx entende como positiva, que gostou de ter participado e que hoje está vendo os frutos, referindo-se ao fato da entrevista feita a quase seis anos atrás ter possibilitado que eu chegasse até ele hoje, o que ele considerou como um sinal de Deus para fazê-lo lembrar da situação em que já esteve. “As pessoas como você puderam ver essa história” (informação verbal via *Whatsapp*), destacou Rxxxx. A importância de deixar seu registro foi um elemento que marcou sua fala. Para ele, “uma pessoa só pode falar algo se ela tiver experiência na prática” (informação verbal via *Whatsapp*). Por diversas vezes, Rxxxx mencionou o desejo de escrever um livro com suas memórias para contar sua longa história.

Rxxxx acredita que falou bem mais do que foi publicado. Ele descreve como depois da conversa ele se sentiu “aliviado por ter falado”, disse que lhe “fez um bem” e voltou a destacar como a equipe foi educada com ele (informações verbais via *Whatsapp*). Rxxxx conta que na época “ia sempre na *Lan House*” e que os entrevistadores informaram o endereço eletrônico da página e ele pôde ler a publicação e os comentários. Ao ver as mensagens que intencionavam levar ajudas até ele, Rxxxx relata que ficou com esperanças “de talvez a pessoa ajudar” pois “a gente sempre espera [que as pessoas ajudem]” (informação verbal via *Whatsapp*). Outro ponto destacado por Rxxxx como importante foi a função da publicação que serviria “para a pessoa ver a realidade da vida” (informação verbal via *Whatsapp*). Rxxxx acredita que “ajudar o próximo” seja uma atitude que poderia beneficiar as pessoas em situação de rua: “ver o que a pessoa está passando, ver o que a pessoa está

sentindo” (informação verbal via *Whatsapp*). No entanto, o “ser ouvido” foi interessante para ele por causa “do testemunho que eles botaram”, aludindo à publicação da sua história, mas por outro lado, ele acredita que só ser ouvido, ou ser visto, não é de grande valia na medida em que não ameniza e nem desfaz a sua situação de rua.

5 A participação no Rio Invisível: sentidos, sentimentos e marcas de retenção

Esta seção vai se concentrar nas pistas encontradas quanto ao que os leitores entendem como a principal contribuição do Rio Invisível para a causa da situação de rua, bem como no exame do que pode ser percebido como o sentido de participação na página. A análise se concentra tanto nas falas “espontâneas”, publicadas como comentários nas publicações, como nas respostas recebidas através do contato direto com os meus interlocutores.

Percorrendo as postagens desde o início do projeto até as últimas publicações antes da pandemia de Covid-19, em 2020, o elogio à página aparece como uma constante. Muitas vezes era expressado imagetivamente, através de figurinhas⁷⁴ ou emojis⁷⁵, mas a maior parte dos comentários que louvavam o trabalho do Rio Invisível era na forma de textos. Em quase todas as publicações existem comentários que parabenizam o projeto. Entre os que desenvolvem um pouco mais a argumentação, destacam-se os que agradecem pela iniciativa - no sentido mesmo de iniciar algo que pairava no ar, mas ainda não havia sido mobilizado. Nessa construção, o Rio Invisível aparece como um catalisador de um movimento que já estava sendo gestado no imaginário social e que cuja importância é evidente para os que compartilhavam dessa sensação. Miller e Sinanan (2014) propõem a “*theory of attainment*” para refletir sobre os impactos das novas tecnologias nos modos de vida dos usuários, percebendo a partir da análise etnográfica as formas como os usos das mídias reafirmam valores culturais ou criam novas demandas, sem perceber nesse processo um aumento do nível de mediação, mas sim uma nova forma de mediação com novas possibilidades. Nesse sentido, pensar a apropriação das redes sociais para propósitos ligados a causas sociais se coloca como uma oportunidade para a pesquisa antropológica na observação das tecnologias na sua materialidade, para que, a partir do olhar direcionado a um fenômeno local, seja possível deprender generalizações.

Cada vez mais aparece no debate das causas sociais e identitárias a centralidade da ideia de “dar voz” aos grupos que são o alvo da exclusão e do preconceito, para que eles possam falar por si mesmos. No campo do feminismo, por exemplo, destacam-se as várias

⁷⁴ Figurinhas (ou “sticker”, em inglês) são recursos presentes em determinadas plataformas de troca de mensagem instantâneas que permitem que os usuários se comuniquem através de pequenas imagens, animadas ou não, que podem ser criadas pelo próprio usuário. Fonte: <https://oglobo.globo.com/cultura/figurinhas-viram-febre-nos-celulares-inspiram-debates-sobre-futuro-da-comunicacao-23772274>. Acesso em 24 maio 2021.

⁷⁵ Emojis são pequenos ícones, disponíveis nos teclados da maioria dos *smartphones*, que representam expressões faciais, objetos, lugares, animais, entre outros. Sua função é ajudar a modular o tom da mensagem, acrescentando um símbolo que pode representar uma emoção, por exemplo. Fonte: <https://www.dicionariopopular.com/significado-dos-emojicons-emojis/>. Acesso em 24 maio 2021.

campanhas digitais que movimentaram os ambientes das redes no período de 2013 a 2017, incentivando a denúncia e mobilização social a partir de relatos testemunhais de mulheres vítimas de abuso (HILAL, 2020). No bojo desses movimentos, aparece como centrais reflexões como a que foi proposta pela pesquisadora Djamila Ribeiro sobre o “lugar de fala” que ultrapassou os limites da discussão acadêmica, tendo reverberado em outros circuitos⁷⁶. A autora, inspirada pela socióloga Patricia Hill Collins e pela filósofa Judith Butler, destaca a importância das mulheres negras de se autodefinirem. Segundo seus apontamentos, “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (RIBEIRO, 2019, p 64). Nessa atmosfera, o lançamento do projeto Rio Invisível parece se encaixar numa lacuna pressentida pelo público: a ausência de espaços em que as pessoas em situação de rua pudessem “ter voz”, mesmo que para isso dependessem de ter um “porta-voz”.

O sentimento de um contato direto com as pessoas que narram suas histórias se traduz em falas que enfatizam a experiência sensorial de ouvi-los ou vê-los através de seus relatos escritos ou suas fotografias. Vários enfatizam que passaram a “conhecer” a pessoa, e não a história da pessoa, ou mesmo um pequeno trecho da história da vida da pessoa. Essa banalização do conhecimento corrobora com o sentido de representação que Couldry (2019) atribui à mídia. Segundo o autor, “quando a mídia nos apresenta esses mundos distantes, somos tentados a acreditar que através da mídia nós literalmente acessamos os mundos que estamos vendo” (Ibid, p. 34, tradução nossa⁷⁷). Citando o argumento de Hall, Couldry destaca a necessidade de atentar para a maneira como o conteúdo será interpretado por quem o recebe a partir da sua própria visão de mundo, e como essa interpretação se inter-relaciona, ou não, com a intenção de quem produziu a mensagem. Dessa forma, no caso presente do Rio Invisível, interessam as formas como esse “passar a conhecer” ativou as percepções dos leitores.

Dois formulações aparecem com muita frequência ao longo de toda a leitura: o sentimento de “dor” ao ler os relatos e a reflexão sobre o que é considerado como “reclamar de barriga cheia”. Quanto à primeira categoria, destacam-se os comentários que expressam as emoções despertadas pela leitura, em que muitos relatam choro, dor, machucado, angústia e

⁷⁶ Além da atuação acadêmica, Ribeiro palestrou na ONU em maio e setembro de 2016. Tem forte atuação nas mídias sociais e já foi apresentadora de programas de TV nos canais GNT e Futura. É atualmente colunista do jornal Folha de São Paulo. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Djamila_Ribeiro

⁷⁷ No original: “*When media present us with these distant worlds, it is tempting to believe that through media we literally access the worlds that we see*”

outras manifestações ligadas à tristeza. Já a segunda refere-se à construção bastante comum que identifica os relatos com sofrimentos muito mais profundos que qualquer um que não tenha passado pela situação de rua possa ter passado. Dessa forma, há uma censura ao hábito de reclamar das frustrações e problemas cotidianos, pois estes seriam infinitamente menores dos que os exibidos pela página.

O caráter exemplar das histórias fica muito evidente, na medida em que muitas mensagens vão no sentido de exaltar a resignação e resiliência das pessoas entrevistadas, colocando-as como moralmente superiores. Juntam-se a esse entendimento os que expõem o sentimento de “vergonha de ser privilegiado”, mais uma vez atribuindo à figura da pessoa em situação de rua uma aura de “mártir”.

Entre os interlocutores com que conversei diretamente, essas duas dimensões também aparecem. A capacidade da página de produzir emoção e identificação é citada por umas das minhas interlocutoras

Eu me emocionei muito, sou periférica e sei o que é as pessoas não esperarem ‘grandes coisas’ de você. Acho que essas histórias serem contadas ajuda a desmistificar o que falei antes, que essas pessoas não tem qualidades ou história, e principalmente, ajuda a que as pessoas a enxerguem como pessoas (Resposta de uma interlocutora via mensagem direta).

Outra pessoa com que entrei em contato foi um homem que voltou a um diálogo iniciado por um comentário feito por ele mesmo anos antes para informar aos outros seguidores o falecimento da pessoa retratada. Em nossa conversa, por telefone, ele me relatou um sentimento de imensa vergonha por ter demorado a perceber a ausência da pessoa em questão na praça que costumava frequentar, principalmente em dias de roda de samba. Quando relembrei a ele o comentário que havia deixado na página informando o ocorrido, pude sentir que sua voz estava embargada pela emoção. Ao falar sobre o falecido, o meu interlocutor ressaltou seu espírito livre, capaz de abrir mão do conforto material para viver com intensidade nas ruas, enquanto ele mesmo estaria preso aos enquadramentos impostos pela sociedade.

A noção de compaixão pelo próximo também está presente. Duas interlocutoras, ao falarem das suas interações com a páginas, relatam que

Foi uma sensação estranha de curiosidade, compaixão e descoberta (Resposta de uma interlocutora via mensagem direta).

Quando leio as postagens, na maioria das vezes me dá impotência e tristeza. Impotência por saber que é uma obrigação do Estado garantir os direitos dessas pessoas e não o faz e tristeza por me compadecer da situação porém não ter condições de poder ajudá-las (Resposta de uma interlocutora via mensagem direta).

Sontag (2003) discute em sua obra “Diante da dor dos outros” o sentimento de compaixão gerado pelas imagens devastadoras da guerra, em que são acionados profundos sentimentos de compaixão e impotência dos que acompanham as notícias. Diante da dor dos outros deseja-se tomar uma atitude, resolver o problema, acabar com o conflito. A autora não duvida da veracidade das emoções sentidas. O choque perante o sofrimento alheio, corporificado nas fotografias de guerra, é real. Nas imagens não são números que sofrem, são pessoas, histórias, famílias, sonhos, e ao vê-los sofrer, sofreremos também. No entanto, para Sontag, “fazer algo” pelas pessoas que sofrem é procurar apaziguar a própria dor de si mesmo, é uma tentativa de lidar com a dor da impotência, de calar a voz interior que nos culpa por não estarmos lá. Dessa forma, contribuir é fazer algo por si mesmo, “fazer a nossa parte” para podermos seguir em diante.

Apesar de tratar de fotografias de guerra em um outro momento histórico, a obra de Sontag pode oferecer um bom balizador para o que se pretende discutir nesta pesquisa: justamente o que sentir/pensar/fazer diante da imagem mediada do sofrimento. Nesse sentido que é proposto um paralelo com a reflexão trazida pela autora. Sontag afirma não ser um defeito o fato de não ficarmos atormentados pelo horror trazido pelas fotografias presentes nos noticiários, revistas, jornais, exposições artísticas ou qualquer outro suporte. Tampouco seria um dever das imagens remediar nossa ignorância a respeito do que ocorre nos territórios distantes assolados pela guerra. Para ela, as imagens são um convite a prestar atenção e, a partir delas refletir: “existe um estado de coisas que aceitamos até agora e que deva ser contestado?” (SONTAG, 2003, p. 80). Contudo, a frustração de não poder fazer nada para resolver o problema não pode ser um motivo para que se acuse a indecência de olhar à distância. A autora sublinha que ver de perto, sem mediação, também é apenas ver. Mais do que isso, ver é uma função que exige distância e foco. Nesse sentido, o distanciamento e a atenção seletiva para a reflexão descrevem um movimento próprio da mente. Sontag identifica um certo incômodo na ausência de espaços contemplativos, quase que sagrados, para a observação dessas imagens que passaram a circular em meio a propagandas de cosméticos ou fotos de modelos vestindo calças coloridas. O ceticismo atual se explicaria pelo fato de “não haver uma forma de garantir condições reverenciais para olhar tais fotos e mostrar-se plenamente sensível a elas” (Ibid., p. 83). No entanto, ressalta a autora, “toda imagem é vista em algum cenário” (Ibid., p. 82) e em algum momento todo espectador deixará a sala e, mais cedo ou mais tarde, aquela emoção que foi sentida perderá a força.

O paralelo que pode ser traçado diz respeito ao objetivo descrito pelos administradores da página de ressignificar a situação de rua. As histórias, como as fotos de guerra, serviriam

de advertências para a existência do problema que é real e que afeta vidas. Como nas revistas e jornais televisivos aos quais Sontag se referiu, o *Facebook* está longe de ser um lugar de pausa e meditação, pelo contrário, lá as histórias dividem o espaço com outras narrativas: fotos de amigos, propagandas, notícias e toda sorte de informações que compõem o *feed* de cada um. Mais do que isso, o Facebook é um lugar em que se vive, se faz coisas, do lazer ao trabalho, do entretenimento à notícia séria. É também o espaço de construção de identidades, de memórias mediadas (VAN DIJCK, 2007) em que até mesmo o que se lê e se “curte” faz parte de um processo de narrativa de si que põe em jogo um grande volume de capital social. Assim, a reclamação pela falta de seriedade ou de engajamento por uma página que apenas ouve as histórias ou leitores que apenas “leem” de certa forma se relaciona com os telespectadores que apenas assistem as imagens de guerra nos noticiários da TV. Por outro lado, o ir a campo parece prolongar o contato com a emoção, produzir um sentimento que neutraliza a impotência, mas, como pode ser observado no desenrolar das mobilizações organizadas nos comentários da página, depois de algum tempo também definha. Não se trata de negar a nobreza dessa motivação. Nem a efetividade, em partes, pois existe a dimensão do ouvir, do estar lá, do importar-se. O que está sendo percebido e sublinhado aqui é a deficiência na continuidade do movimento pelo próprio modelo baseado no voluntariado individual e na compaixão. Além disso, nem todas as histórias retratadas no Rio Invisível são de sofrimento. Não há dúvidas da precariedade da vida de quem vive em situação de rua, mas nem todos percebem ou escolhem a vulnerabilidade como ponto principal de suas narrativas. Neste tipo de publicação, percebe-se um número reduzido de comentários em relação às narrativas que delineiam com menor ênfase o caráter negativo de estar nas ruas, ou, quando há engajamento, há muito menos oferta de ajuda ou convite à mobilização. Nesses casos não haveria urgência no acesso a bens e serviços de proteção social?⁷⁸

Nos capítulos teóricos que introduziram as análises, discutimos sobre a relação da mídia, em especial o *Facebook*, com a exposição de si. A opção da página pelos relatos em primeira pessoa do singular reforça a centralidade no caráter individual das histórias, em que cada trajetória é única e permeada de acontecimentos singulares que marcam as vidas dos sujeitos. Tal perspectiva, por um lado, coloca ênfase na complexidade das relações sociais, econômicas, familiares e históricas dos indivíduos, deixando evidente a falta de oportunidades e condições básicas que atuaram em seus processos de ida para as ruas. Nesse sentido, a

⁷⁸ No Rio Invisível há um rico material que daria margem para a discussão da relação da situação de rua e a noção de liberdade, porém não foi abordado pois não caberia no recorte necessário a uma pesquisa de mestrado, dada a complexidade de dimensões que levanta.

leitura do Rio Invisível oferece uma ampliação do horizonte na medida em que associa um rosto e uma história a uma condição que costuma ser tratada de modo genérico e estigmatizado.

Por outro lado, a leitura dos comentários, que fornecem indícios de alguns modos como as histórias foram recebidas, apontam para uma interpretação da mensagem também no nível individual. Parece ser o subtexto de muitos comentários: “uma vez que estamos falando de uma pessoa, vamos discutir sobre as oportunidades e circunstâncias relatadas por essa pessoa”. Nesse ponto, convém lembrar o ambiente altamente opinativo que aparece no imaginário sobre as mídias digitais (HINE, 2015), onde cada um é livre para se expressar conforme desejar, já que a história analisada se encontra pública. Assim, muitos se sentem confortáveis o suficiente para tirar conclusões a respeito da personalidade dos entrevistados baseados em detalhes que consideram mal explicados nas histórias, contradições, vocabulários ou até mesmo pelo simples olhar capturado pela fotografia. Sontag (2003), resgatando o pensamento de Aristóteles, chama a atenção para o perigo da piedade como emoção em que se baseia o julgamento, podendo fazer com que a ênfase seja colocada em um sentido moralista: se o sofredor merecia ou não o sofrimento. Assim, ler detalhes das vidas das pessoas, quando percebidos como narrativas individuais, apresenta o risco de uma atenção à história em si, e não a situação de rua como uma questão social mais ampla e cheia de nuances, corroborando a visão de Neves (2010, p. 12) de que por mais que tal problema social seja amplamente reconhecido e condenado, contraditoriamente, é aceito como fatalidade de histórias individuais ou familiares.

Escorel (1999) discorre por diferentes momentos históricos que incidem sobre o tema da pobreza, apontando a alternância entre a concepção da responsabilidade individual ou responsabilidade coletiva para a sua mitigação. Na Europa, após a segunda metade do século XIX, a disseminação de uma ideia da superação da pobreza pela inserção no mundo do trabalho tendia para o entendimento que as políticas de proteção social deviam se destinar apenas para aqueles comprovadamente inválidos, enquanto que, depois da Segunda Guerra Mundial, com a eclosão dos Estados de Bem Estar Social, a inclinação tendia para o caráter coletivo e social da erradicação da miséria por meio do desenvolvimento econômico. Assim, tem-se uma variação das formas de representação social da pobreza ao sabor dos contextos econômicos e sociais ao longo do tempo.

Os conflitos nas caixas de comentários do Rio Invisível muitas vezes dizem respeito a esse vai e vem entre individual e coletivo, uma disputa entre o que há de específico na história narrada e o entendimento da narrativa como uma espécie de alegoria que evidencia como

problemas sociais estruturais se transformam em vidas reais. No bojo dessa discussão aparecem questões muito delicadas, como a questão da gravidez em situação de rua exposta anteriormente, mas a efemeridade da discussão, permeada por um tom agressivo, não favorece o desenvolvimento dos argumentos. A percepção do *Facebook* como um ambiente inadequado para o aprofundamento dos debates aparece em algumas justificativas, como se a pessoa ainda tivesse mais o que dizer, mas argumentam “aqui não é o local” ou “coisas que agora não cabe mencionar” (trechos de comentários do Rio Invisível). Apesar não impor um limite de caracteres, o ambiente de comentários parece ser percebido pelos usuários como um espaço para versões resumidas dos argumentos, que em geral se esquivam de desenvolver os raciocínios e deixam muitas informações subentendidas ou simplesmente não ponderam sobre os muitos lados da questão da situação de rua.

Segundo Maingueneau (1990, p. 68), a Análise do Discurso se interessa em “estudar a ‘deformação imaginária’ que sofrem as ‘relações reais’ dos indivíduos face a suas posições na formação social”. Assim, se a interpretação é marcada pela ideologia, como afirma Orlandi (2012; 2014), então a cada história publicada pelo Rio Invisível tem-se o acionamento desse interdiscurso que informa o que é a situação de rua para aquele leitor, mas, como bem marcou a mesma autora, trata-se de uma memória discursiva que precisa ter sua origem apagada para que se tenha a impressão que ela parte de nós mesmos. Primo et al (2018) nos lembra como a exposição de si em ambientes como o *Facebook* é atravessada pela ideia de uma audiência imaginada, o que leva a um maior cuidado de como e o que expor, uma vez que essas informações ficarão públicas e serão incorporadas à construção da identidade daquele usuário. Tal perspectiva coloca ênfase no aspecto dos mecanismos de antecipação, descritos por Orlandi (2012), na medida em que os sujeitos, ao produzir os enunciados, procura modular sua fala a partir do modo como ele imagina que será recebido pelo seu ouvinte. No Rio Invisível, esse ouvinte vai além dos seus círculos de amizade na rede, atinge um contingente de pessoas que, por algum motivo não especificado a priori, também se interessa pela questão situação de rua. Atentando para o contexto mais amplo da situação política vivida com intensidade nos primeiros anos do projeto, justamente os mais ativos, nesse “bolo” que caracterizava os seguidores da página estava em jogo também a marcação de um território, de um modo de pensar, de um posicionamento político de enfrentamento de problemas sociais que no Brasil são estruturais.

O objetivo de quem comenta no Rio Invisível não parece ser o consenso democrático, no sentido do respeito às diversas visões e consideração das possíveis contribuições a partir da diversidade do encontro. Pelo contrário, o movimento parece estar mais comprometido em

“fincar bandeiras” e demarcar territórios. No entanto, a função de alerta, de convite a prestar atenção (SONTAG, 2003) ao que está errado na forma como lidamos com o problema parece ter conseguido penetrar de alguma forma, o que pode ser um primeiro passo para desestruturar memórias discursivas arraigadas, produzindo possibilidades de deslocamentos (ORLANDI, 2012).

6. Considerações finais

Ao se apropriar do modo de expressão característico do meio onde se encontra – a narrativa de si no *Facebook* – o Rio Invisível parece ter obtido relativo sucesso em abrir um espaço de visibilidade para as pessoas em situação de rua, alcançando um expressivo número de seguidores e frequência de engajamento logo nos primeiros meses da página. Apesar da falta de “instruções” para o entendimento do projeto, o número de usuários que demonstram entender o “tom” da proposta era muito mais alto dos que manifestaram dúvidas ou suspeitas sobre as reais motivações da iniciativa. A manifestação de emoções geradas pela leitura, traduzidas como experiências de dor e profunda tristeza, e a sensação de passar a conhecer alguém reforçam que a iniciativa foi capaz de tocar nos sentimentos de muitos dos leitores, gerando reflexões e, para alguns, mudanças de comportamento e/ou levando a ações concretas. Ao humanizar a figura da pessoa em situação de rua, retirando-a da concepção amorfa e generalista de problema social sem rosto e atribuindo a elas uma história composta de afetos, paixões, preferências e visões próprias de mundo, o Rio Invisível conseguiu penetrar nos quadros de significação de alguns de seus leitores, ativando sentidos de empatia, compaixão, curiosidade e interesse. Como já foi citado, muitas histórias eram acompanhadas como se fossem novelas, em que o público que pede atualizações dos acontecimentos quer saber o desenrolar da trama, esperando o seu final feliz.

O projeto que deu origem a este estudo se originou no meu próprio contato como usuária do *Facebook* e leitora da página. A transposição de um problema que até então era concebido como intrinsecamente ligado à vida vivida *off-line*, mais especificamente fora do ambiente doméstico, para as telas de *smartphones* e computadores fez surgir um questionamento sobre as possibilidades de se obter benefícios para a causa a partir das ferramentas das mídias digitais. A época do lançamento do projeto assistiu a uma grande efervescência no cenário político brasileiro, em especial na cidade do Rio de Janeiro, que viveu um período de constantes manifestações populares nas ruas. Também neste contexto, observou-se uma grande apropriação das ferramentas de mídia como importantes aliadas na denúncia de injustiças e espaço de reflexão sobre pautas ligadas à desigualdade e violação de direitos. A partir das *affordances* das redes, como bem observou Castells (2013), muitos movimentos foram organizados, coordenados e ganharam força ao redor do mundo, inclusive no Brasil. No entanto, a internet também potencializou contradições e interferiu nos fluxos dos debates, ajudando a criar um ambiente de extrema polarização.

Dessa maneira, o estudo de uma experiência nascida no digital não poderia prescindir do olhar mais atento ao caráter material da internet, enquanto tecnologia que carrega consigo propósitos que, em última instância, atendem aos interesses de mercado. Nesse sentido, a leitura de Van Dijck (2007; 2013a) oferece uma visão interessante focada na negociação entre usuários e proprietários, sem perder de vista o papel fundamental das mídias na construção de formas de ver o mundo que relacionam, intimamente, memórias e tecnologias.

Assim, admitindo-se o caráter relacional entre o sentido atribuído aos conteúdos e a maneira como as mídias possibilitam o registro, acesso e mobilização deles, esta pesquisa preocupou-se em investigar as dimensões da mediação midiática no consumo de histórias de vida de pessoas em situação de rua publicadas na página Rio Invisível. Considerando o uso esperado da plataforma, que no *Facebook* se relaciona com a exposição de narrativas pessoais, e a maneira como os usuários, ao longo dos anos, “aprenderam” a lidar com os conteúdos postados, perguntou-se de que forma a mídia influenciou nas escolhas estéticas, estilísticas e narrativas dos realizadores, bem como de que modo atravessou a recepção desses conteúdos, produzindo um rico material que aponta marcas da cultura na qual o projeto está inserido (MILLER; SINANAN, 2014).

Os aspectos apresentados são apenas algumas das dimensões que atravessam as interações na página Rio Invisível. Há uma pluralidade de manifestações que poderiam render inúmeros recortes que diriam algo sobre a nossa cultura e que marcas de retenção (MILLER; SINANAN, 2014) podem ser observadas ao longo das publicações. Tantas as narrativas publicadas pela página como os debates e manifestações registrados nos comentários fornecem muitas possibilidades de abordagens, evidenciando variados aspectos da relação entre pessoas em situação de rua e o resto da sociedade. Neste estudo, o senso de solidariedade e empatia foi o que guiou a escolha do conteúdo a ser analisado. O tema do engajamento foi escolhido para ocupar o lugar central por ter sido um importante disparador que evidenciou uma variedade de formações discursivas (ORLANDI, 2012) que tencionavam a disputa pelo contexto (RECUERO, 2012) nas caixas de comentários abertas à opinião do público da página.

Assim, a ferramenta de responder aos comentários foi um recurso amplamente utilizado no sentido de uma demarcação do território, apontando para uma demanda de normatividade que excluísse ou constrangesse as vozes divergentes, atribuindo a elas um caráter de falta de empatia e de não percepção da complexidade do assunto. Não se trata de questionar qual dos lados têm razão em seus argumentos, mas sim apontar a pouca disposição para uma postura dialógica ou, até mesmo, didática, no sentido de prevalecer um ambiente em

que os debates pudessem se tornar oportunidades para uma reflexão das várias nuances da situação, sem que se atribua, a priori, um lado certo e um lado errado. Na leitura, é possível perceber o tom hostil e de cobrança permeou grande parte dos debates, sendo o recurso da indireta (SCHINESTOCK, 2015) um dos mais utilizados. Observa-se uma explícita divisão entre um “nós” [que somos conscientes, que estamos alertas à causa da situação de rua] e “eles [que julgam, que não têm consciência. Que não se mobilizam]. Segundo Bauman (2003), a ideia de comunidade na Modernidade Líquida passa pela criação dessas fronteiras que delimitam um dentro e fora, excluindo-se tudo aquilo que puder ser caracterizado como desviante. Assim, os que discordam devem ser afastados do grupo, pois representam uma ameaça. Tem-se, então, um apelo à homogeneidade que evita a comunicação com o lado de fora, enquanto a que acontece no interior do grupo é densa e autossuficiente. Nesse cenário, afirma o autor, é pouco provável que exista uma motivação para a crítica, reflexão ou experimentação.

A inserção do projeto ligado a uma causa social em um ambiente digital mostrou que as redes sociais oferecem novas oportunidades para mobilizações e encontros, como nas experiências como o grupo Rio Invisível - Mãos à obra e no caso de Rxxxx, entrevistado que também comentou a sua própria história publicada. No entanto, fica claro a partir desses episódios que a internet por si só não resolve problemas de organização e engajamento, sendo muito importantes aspectos ligados à estrutura mesma da vida cotidiana. Ainda que a internet amplie as possibilidades de conexão entre pares, ou praticamente elimine os custos administrativos, a facilidade de mobilizar engajamentos e interesses no início se iguala a facilidade em adotar uma posição de pura observação ou de abandono de projetos. Também pesa, nesse sentido, o engajamento baseado, em grande parte, na boa vontade dos envolvidos, o que, com o tempo e necessidade de um esforço e investimento constantes, acaba por exaurir as forças dos movimentos. A experiência da própria página Rio Invisível, construída a partir de um projeto de dois jovens estudantes, atravessou um longo período sem novas publicações por conta do esgotamento de seus idealizadores, ainda que o sentido de comprometimento com a causa permanesse aceso.

O caso Rxxxx também forneceu uma relevante pista de como a mediação da página é importante para suscitar o espírito solidário, calcado no formato do personagem ou herói que personifica o sofrimento e gera empatia.

O estudo dos discursos ligados à necessidade de um olhar empático e solidário revelou como marca de retenção — ou *attainment* (MILLER; SINANAN, 2014), entre os que comentam as publicações, da noção de responsabilidade social ligada prioritariamente às

doações materiais e assistencialismo. A análise discursiva dos comentários e das respostas dos interlocutores via mensagem direta revelou a coexistência de diversas formações discursivas que apresentam diferentes motivações para o engajamento em ações de “ajuda” aos necessitados. No entanto, outras vozes apontam o caráter pouco transformador desse modo de atuação, por reafirmar posições desiguais entre aquele que doa e aquele que recebe, além de ser um tipo de comprometimento dependente da boa vontade e da disponibilidade pessoal dos envolvidos.

O alto grau de intimidade gerado pela sensação de um contato direto com a pessoa que narra parece borrar a consciência de que se trata de um pequeníssimo resumo de uma história inteira, realizado por alguém que se encontra em uma posição vista como inferior na hierarquia social, a partir de um recorte da memória que é sempre uma construção voltada para o presente (POLLAK, 1992). Assim, outra marca da relação desigual na qual as pessoas em situação de rua parecem ter que se justificar por suas escolhas pode ser percebida na forma como as narrativas são interpeladas na procura por explicações de detalhes e circunstâncias. Além de revelar um mecanismo de culpabilização do indivíduo, que por suas escolhas erradas ou “histórias mal explicadas” pode ser apontado como responsável por sua condição, tal comportamento também aponta o entendimento de que o que é publicado no *Facebook* deve corresponder à verdade.

Os ruídos provocados pela falta de compreensão do propósito do projeto estimularam um maior posicionamento das intenções da página através de comentários explicativos feitos pela própria equipe. Nesses casos, o Rio Invisível reafirma seu objetivo de “dar voz” às pessoas que estão em situação de rua, buscando, por meio das histórias singulares, uma ampliação do olhar de quem as lê.

A estratégia de promover o acesso aos diversos fatores psicossociais que atuam na existência do fenômeno da situação de rua através de narrativas de vidas pessoais se mostra muito eficaz no sentido de gerar empatia e mobilização, sendo muito frequente a manifestação de afetos e sentimentos vivenciados pelos leitores, chegando, inclusive, a afirmarem que a leitura foi capaz de provocar mudanças reais na forma de ver e de se relacionar com pessoas que vivem essa situação. Por outro lado, a exposição de histórias íntimas no *Facebook*, um espaço destinado ao debate público, acaba, muitas vezes, a levar a discussão para a ordem do privado, colocando-se em pauta o merecimento ou não da solidariedade, ou abrindo portas para que se questione decisões e o próprio caráter da pessoa retratada. Nesse contexto, são valorizados aspectos que nada têm a ver com o debate que se pretende levantar, como a beleza física, a sinceridade do olhar ou a inteligência demonstrada pelo uso correto das palavras, o

que mostra, também, o apagamento da dimensão da mediação do Rio Invisível por parte do seu público.

A escolha da narrativa em tom testemunhal em muito se relaciona com a plataforma escolhida para realizar o projeto e com a percepção contemporânea de qual seria a melhor maneira de falar do sofrimento e gerar empatia (LERNER; VAZ, 2017). As narrativas de si proporcionam a possibilidade que o próprio indivíduo forneça a sua visão e justificativas, levando sua audiência a compreender suas motivações e fatores externos que atuaram no desenrolar dos acontecimentos, fornecendo uma perspectiva subjetiva que possibilita que o outro possa ter acesso ao seu ponto de vista. Assim, ao mesmo tempo que as redes sociais possibilitam essa ampliação do olhar, elas também lançam conteúdos íntimos e decisões pessoais ao escrutínio público, abrindo a possibilidade de questionamento de aspectos muito subjetivos e que se vinculam à liberdade de cada um.

Um questionamento que despontou durante a pesquisa diz respeito à dicotomia de, por um lado, enfatizar os aspectos individuais a partir das narrativas pessoais e, por outro, promover o espaço como um ambiente apropriado para a discussão do tema da situação de rua de forma mais ampla. As narrativas em primeira pessoa, que passam pelas experiências íntimas dos indivíduos são instrumentos capazes de tangibilizar, em alguma medida, um pouco da realidade dos que vivem em situação de rua. A partir dos relatos, é possível vislumbrar, ou, pelo menos, ter a sensação de vislumbrar a variedade de histórias e percepções sobre o fato de viver nas ruas. Nessas narrativas, não raro surgem pistas de fatores psicossociais que fazem parte do processo de realização (PRATES et al, 2011) desses indivíduos, fornecendo aos leitores novas perspectivas para o entendimento desse grave problema social. Porém, ter acesso à intimidade dessas pessoas em um ambiente público destinado à socialização por meio de botões que informam o grau de interesse suscitado pela publicação, de comentários e compartilhamentos é muitas vezes entendido como um convite à análise individual de cada caso, em que fatores ligados aos valores considerados importantes por cada leitor vão influenciar na decisão de conferir ou não um status de merecedor da solidariedade alheia. Assim, a estratégia de apropriação do tom testemunhal característico do *Facebook* para a divulgação de uma causa social se revela ambíguo, podendo fomentar o maior interesse e ampliação do horizonte, mas também reafirmando estigmas e valores moralizantes que desconsideram o caráter social e coletivo da questão.

O estudo confirma as premissas da Antropologia Digital, propostas por Horst e Miller (2012), especialmente quanto às dinâmicas de abertura e fechamento de visão de mundo no ambiente das mídias digitais. A possibilidade de apreensão do *Facebook* como um espaço de

visibilidade para histórias que estão nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, mas ninguém vê, foi compreendida como uma forma de aproveitar a oportunidade de enunciação direta das redes e assim atingir pessoas que, por diversas razões, desconheciam as nuances que envolvem a questão da situação de rua. Por outro lado, apesar do grande volume de mensagens trocadas nos comentários, percebe-se que a existência de um espaço de troca poucas vezes é aproveitado para um debate mais aprofundado, com respeito a diferentes visões, mantendo-se uma abertura para perceber os interdiscursos que são acionados mesmo quando o comentário aponta para uma falta de empatia.

Dessa forma, outra generalização que pode ser feita a partir do estudo do Rio Invisível é que o ambiente encontrado ali não se distingue da atmosfera polarizada que tomou de assalto as redes sociais no Brasil. A pouca tolerância com a diversidade, mesmo numa situação em que se está defendendo valores marcadamente éticos e solidários, como o problema de se julgar atitudes pontuais sem levar em consideração todo o contexto de pobreza e abandono em que a pessoa está inserida, desestimula a conversa pautada em argumentos e nuances e incentiva posturas desqualificação do discurso do outro.

A apreensão do espaço dialógico das redes sociais como local destinado a troca apenas com pares, ou seja, entre pessoas que compartilham visões de mundo parecidas tem se mostrado um fator importante no aumento da intolerância e polarização política no país. As associações motivadas pela partilha de interesses muitas vezes acabam incentivando a homogeneização dos espaços, reduzindo cada vez mais as possibilidades de construção conjunta e polifônica de propostas e modos de ação. Assim, para além do debate acerca dos problemas a serem enfrentados na busca por melhoria das condições de vida das pessoas em situação de rua, a expectativa é que este trabalho possa contribuir para a reflexão sobre a possibilidade de olhar para as nossas participações nas mídias como uma oportunidade de ampliação dos debates, reconhecendo nos usos sociais das plataformas importantes marcas que falam muito de nossa própria cultura (Miller et al, 2016).

Ao longo dessa trajetória de pesquisa portas se abriram, mas, pela limitação imposta a uma pesquisa de mestrado, não foi possível adentrar em todas elas. A leitura em profundidade dos relatos publicados, por si só, revelou-se uma profunda fonte de conhecimento sobre os processos de subjetivação acionados pela necessidade de falar de si. Outra possibilidade não explorada nesta dissertação diz respeito mais especificamente ao papel de mediador do Rio Invisível em selecionar os personagens, editar as histórias, fotografar, pensando de que modo as escolhas estéticas feitas pela equipe do projeto contribuem ou não na forma como a situação de rua é registrada e consumida pelo público. Também a questão da sustentabilidade,

do projeto e de iniciativas de engajamento produzidas a partir do agenciamento das mídias digitais, foi um assunto que não pôde ser aprofundado neste trabalho, ficando como sugestão para futuras pesquisas. Por fim, outros recortes poderiam ter sido realizados para a reflexão sobre como a presença dessas narrativas no espaço digital mobilizam os debates, tais como os temas ligados a noções como família, violência, vício e liberdade, entre outros. Na impossibilidade de tratar desses aspectos nesta dissertação, espera-se que futuros trabalhos possam ampliar o debate levantado aqui.

7. Autoetnografia

"Meu nome é Juliana, mas todo mundo me chama de Bá. É o meu apelido desde o ensino médio. É que tinham muitas Julianas na minha turma e o meu sobrenome é Bach. Aí virou 'Bá', entendeu? Eu sempre digo que tinham 5 Julianas na minha turma mas é mentira, teve só no primeiro dia, depois elas saíram e ficou só uma além de mim. Falo isso só pra dar impacto na história e facilitar a compreensão, mas isso não vem ao caso...

Eu tô com 38 anos. Sou do Rio mesmo, mas vivi em Minas por 10 anos, dos 8 aos 18. Lá era legal, mas eu prefiro o Rio. Sei lá, gosto mais do jeito das pessoas aqui. Eu morava numa cidade muito pequena, quase 9 mil habitantes. Lá não tinha ninguém em situação de rua. Assim, às vezes tinha uns bêbados lá jogados, mas todo mundo conhecia todo mundo, o máximo que acontecia com eles era ficarem mal falados na cidade. Tinha também o Tião, que a gente chamava de Batata porque ele tinha deficiência e falava batata de um jeito engraçado, então a gente, criança, fica mandando ele repetir e todo mundo ria. Maldade, né? Hoje eu sei e me arrependo.

A primeira vez que pensei na questão da situação de rua foi uma vez que eu estava passando pelo Humaitá e vi um senhor do outro lado da rua se esvaindo, uma espécie de diarreia absurda e chocante. Era um homem negro, já idoso, cabelo e barbas brancas bem desgrenhadas, aspecto bem sujo. Ele estava sentado no chão com a mão sobre a barriga, parecendo estar sentindo muita, muita dor. Ele se contraía e a cada contração escorriam pelo chão córregos de líquido marrom, nem preciso dizer o que era.

Posso dizer aqui que ninguém parou para ajudar o senhor. Ninguém parou para perguntar ao senhor se ele queria ajuda. Ninguém olhou para o senhor. Pelo contrário, as pessoas pulavam o chão molhado como se pulassem poças de chuva. Eu podia dizer isso, mas esse não é o ponto. O ponto foi que EU não parei. Eu não atravessei a rua para perguntar se ele queria ajuda. Eu não chamei uma ambulância, eu não levei um copo d'água, eu não fiz nada.

Por quê?

Eu não sabia explicar o porquê dessa minha atitude, mesmo ela sendo contrária aos meus valores, à educação que recebi. Mesmo hoje eu não me considerando religiosa, nem filiada a qualquer religião, eu aprendi com a minha família (extremamente Espírita Kardecista) que devemos ajudar ao próximo nas suas necessidades, principalmente num momento de aflição. Mesmo assim, por que eu não fiz nada?

Quando eu conheci o Rio Invisível essa pergunta voltou à minha cabeça. Ficou lá, incomodando. Parece que fez aumentar a minha vergonha de não ter feito nada porque agora as pessoas tinham um rosto, uma história. Certamente esse senhor que eu vi no Humaitá poderia ter sido um dos personagens que passou pelo projeto e eu curtiria lá no *Facebook*.

Esta dissertação foi uma tentativa de buscar uma resposta a minha pergunta, ampliando o “eu” para o “nós”: por que não fazemos nada?

O leitor desse trabalho precisa estar alerta que se trata de uma autora em busca dessa resposta. Uma autora com uma condição sócio econômica estável, que nunca passou necessidades na vida, que hoje é mãe de duas filhas, que é branca, casada, heterossexual. Uma autora que comunga do sentimento de uma culpa cristã por conta de sua formação religiosa na infância, mas que luta contra esse sentimento que considera infrutífero, buscando ampliar a sua visão a respeito dos problemas pelo conhecimento.

A sensação de não ter feito o suficiente permanece. A resposta para a pergunta que motivou essa dissertação ainda não foi completamente descoberta, mas alguns caminhos foram abertos. É isso.”

Bá escreveu este texto como um exercício de responder a uma pergunta de uma maneira espontânea, como as entrevistas do Rio Invisível.

Como foi mencionado ao longo do texto, o contato com a página aqui analisada foi anterior à proposta de desenvolver um trabalho acadêmico sobre a iniciativa. Mesmo em se tratando de uma experiência vivida há vários anos, não posso deixar de reconhecer que a leitura da página me impactou de diversas maneiras e, certamente, alterou de alguma forma a minha percepção sobre o objeto da minha pesquisa. Além disso, como afirma Hine (2015), o ambiente altamente individualizado das mídias digitais dificulta que eu, enquanto pesquisadora, possa ter uma experiência como usuária livre de possibilidades e “convites ao clique” desenvolvidos com base em todas as informações já captadas durante meus usos anteriores das mídias digitais. Nesse sentido, quem eu sou, ou, pelo menos, como eu me apresento nas mídias sociais pode ser visto como um dado que teve um caráter ativo no desenvolvimento do trabalho. Assim, ainda que seja esperado que um trabalho etnográfico apresente uma visão subjetiva a partir da interpretação do etnógrafo (GEERTZ, 2008), no campo da etnografia digital, esta “camada extra” sobre a minha relação com o campo se deve a uma necessidade de transparência e ética.

Referências

- ALBUQUERQUE, Flávia. Ato em São Paulo lembra 11 anos do massacre de moradores de rua na Praça da Sé. **Agência Brasil. EBC**, São Paulo, 15 de ago. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-08/ato-em-sao-paulo-lembra-11-anos-da-massacre-de-moradores-de-rua-na-praca-da-se> Acesso em: 15 abr. 2021
- ALCANTARA, S. C., ABREU, D. P., FARIAS, A. A. Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. **Revista Colombiana de Psicologia**, 24(1), 129-143, 2015.
- BALTHAZAR, Ana Carolina. MACHADO, Mônica. Material culture and mass consumption: the impact of Daniel Miller's work in brazil. **Sociologia & Antropologia**, volume 10, nº 3, 773-799, set./dez., 2020.
- BARBOSA, Nathalia. Cristina. **O desafio da interação na solidão do hospital: limites e possibilidades das redes socioafetivas nas mídias sociais**. Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) — Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BAUMAN, Z.; DONSKIS, L. **Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- BELELI, I.; PELÚCIO, L. Aperte play para iniciar: desafios metodológicos de pesquisas nas mídias digitais. In: DURÃO, S.; FRANÇA, I. (Eds.). **Pensar com método**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018. p. 117–143.
- BORTOLI, S. R.; MONTIPÓ, C. Cidades invisíveis: as experiências de outros jornalismo em grandes centros urbanos. **XXV Encontro anual da Compós - Universidade Federal de Goiás - Goiânia**, p. 1–23, 2016.
- BRAGA, Adriana. Usos e consumo de meios digitais entre participantes de weblogs: uma proposta metodológica. **XVI Encontro da Compós. Curitiba: PR**, 2007.
- BRAGA, J. C. F., GOMES JR, R. C., MARTINS, A. C. S. Aprendizagem móvel no contexto de formação continuada: um estudo sobre affordances emergentes de interações de professores de inglês via WhatsApp. *Polifonia - Estudos Linguísticos*, v. 24 n. 35/1, 2017.
- BRASIL. Decreto Lei 7.053 de 2009, art 8 - Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, 23 de dezembro de 2009. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 15 abr. 2021.
- BRUNO, F. Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. **Revista FAMECOS**, v. 19, n. 3, p. 681-704, 2 jan. 2013.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas. **Inácia D'Ávila e a história da Psicologia Social - articulando ecologia, feminismo e desenvolvimento cultural**. In: Inovações e trajetos. Comunidade, desenvolvimento e sustentabilidade. Tania Barros Maciel e Cecília de Mello e Souza (Org). Curitiba: Appris, 2018.

- CARVALHO, C. DE S.; PINTO, R. DE C. S.; SOUZA, S. J. E. **Museu da Favela [recurso eletrônico]: histórias de vida e memória social**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.
- CARVALHO, E. N. DE; COSTA, S. L. DA. As potências da narrativa. In: LOPES, K. J. M.; CARVALHO, E. N. DE; MATOS, K. S. L. DE (Eds.). **Ética e reverberações do saber**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 205p.
- CARVALHO, J. M. DE. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- CASADORE, Marcos Mariani. "Psicossociologia e Intervenção Psicossociológica: alguns aspectos da pesquisa e da prática", In: EMIDIO, T.; HASHIMOTO, F. **Psicologia e seus campos de atuação: demandas contemporâneas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013
- CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à "desfiliação". **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CMDCA. Deliberação no 763, de 22 de junho de 2009. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.cmdcario.com.br/downloads/55Politica_aprovada_Del_763.pdf
- COHEN, Nicole S. Jornalismo Empreendedor e o estado precário do trabalho midiático. **Parágrafo**, jan/jun. 2017 v.5, n.1, 2017.
- COULDRY, Nick. **Why voice matters: Culture and politics after neoliberalism**. Sage publications, 2010. E-book Kindle.
- CUNHA, J. V. Q. DA; RODRIGUES, M. **Rua: aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.
- DA VEIGA, Laura. QUIROGA, Júnia. NOVO, Marina. PEREIRA, Cristiane. Trajetória de construção do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria de Assistência Social, 2009.
- DE CASTRO, Daniele Pires. Ocultamento e visibilidade na página Rio Invisível: modos de construção subjetiva nas ruas e nas redes. **Lumina**, v. 9, n. 1, 2015.
- DO COUTO, Renata Mena Brasil. A invisibilidade de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – Rio de Janeiro: Vol. 11 – no 2, pp. 279-298, mai-ago 2018.
- DO RIO, João. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- SCOREL, S. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rbtvb/pdf/scorel-9788575416051.pdf>.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Narrativas pessoais midiáticas: uma proposta para o estudo de práticas orientadas pela mídia. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, vol. 18, núm. 1, pp. 198 -211, jan-abr, 2011.
- _____. A saúde das pessoas em situação de rua. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre**

a População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria de Assistência Social, 2009.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FROIO, N. Rio Invisível conta histórias dos moradores de rua do Rio de Janeiro.

RioOnWatch, Rio de Janeiro, 3 dez. 2014. Soluções. Disponível em:

<https://rioonwatch.org.br/?p=13132>. Acesso em: 02 mar. 2020.

GARCIA, Letícia Afonso Rosa. Caso ônibus 174: posição sujeito, memória e produção de sentido. In: CELLI – Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários. 3, 2007, Maringá.

Anais... Maringá, 2009, p. 1582-1587.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIBSON, James J. **The theory of affordances.** Hilldale, USA, v. 1, n. 2, p. 67-82, 1977.

GOMES, Antonio Marcos Tosoli. Análise de discurso francesa e teoria das representações sociais: algumas interfaces teórico-metodológicas. **Psicologia e Saber Social**, 4(1), 3-18, 2015.

GUARESCHI, Pedrinho. **Relações comunitárias - relações de dominação.** In: Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. Regina Helena de Freitas Campos (org). Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **Cultura e representação.** Tradução: Daniel Miranda e Willian Oliveira. Rio de Janeiro: Apicuri e Editora PUC-Rio, 2016.

HILAL, Carolina. **O abuso sexual no espaço público: narrativas digitais do sofrimento.** Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) — Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

HINE, C. **Ethnography for the internet: embedded, embodied and everyday.** Londres: Bloomsbury, 2015.

HINE, Christine. Estratégias para etnografia da internet em estudos de mídia. **CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla. Etnografia e consumo midiático: novas tendências e desafios metodológicos.** Rio de Janeiro: E-papers, p. 11-27, 2016.

HORST, H. A.; MILLER, D. **Digital anthropology.** Londres e Nova Iorque: Berg, 2012.

HUMPHREY, Caroline. The mask and the face: Imagination and social life in Russian chat rooms and beyond. **ethnos**, v. 74, n. 1, p. 31-50, 2009.

INGOLD, Tim. That's enough about ethnography! *Hau: Journal of Ethnographic Theory* 4 (1): 383–395, 2014

KRAVICZ, Gisele Ferreira. **A violência contra crianças e adolescentes a partir da abordagem midiática do massacre da candelária.** Anais do 7º Congresso paranaense de assistentes sociais. Ponta grossa – Paraná, 2019. Disponível em: <http://www.cresspr.org.br/anais/sites/default/files/A%20VIOLÊNCIA%20CONTRA%20CRIANÇAS%20E%20ADOLESCENTES%20A%20PARTIR%20DA%20ABORDAGEM%20MIDIÁTICA%20DO%20MASSACRE%20DA%20CANDELÁRIA%20%20.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021

LAPLANTINE, F. Antropologia dos sistemas de representações da doença: sobre algumas pesquisas desenvolvidas na França contemporânea reexaminadas à luz de uma experiência brasileira. In: JODELET, D. (Ed.). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: Ed Uerj, 2001.

- LEITÃO, D. K.; GOMES, L. G. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 1, n. 42, p. 41–65, 2018.
- LEJEUNE, P. **Autobiografia e ficção. O Pacto Autobiográfico: De Rousseau à Internet**, 2008.
- LEMÕES, T. A corporificação do sofrimento e o trânsito entre vítima e algoz: novas reflexões a partir de etnografias com população em situação de rua. **Cadernos do LEPAARQ**, v. XI, p. 45–61, 2014.
- LERNER, K.; VAZ, P. “Minha história de superação”: Sofrimento, testemunho e práticas terapêuticas em narrativas de câncer. **Interface: Communication, Health, Education**, v. 21, n. 60, p. 153–163, 2017.
- LUCAS, Luciane; HOFF, Tânia. A face oculta da caridade: linhas de força e de fratura no discurso midiático do bem. **Revista FAMECOS**, v. 16, n. 38, p. 28-36, 2009.
- MACHADO, Mônica. A Teoria da Antropologia Digital para as Humanidades Digitais. **Z Cultural**, v. XII, n. 2, 2017a.
- MACHADO, Mônica. **Antropologia Digital e Experiências Virtuais do Museu de Favela**. Curitiba: Appris, 2017b.
- MACHADO, Mônica. ROSA, Rondon Marques. **Etnografia on e of-line – comparativo entre a proposição da pesquisa digital com teorias clássicas**. Trabalho apresentado ao II Congresso Internacional em Humanidades Digitais - HDRio20/21. Rio de Janeiro, Uni-Rio, 2021.
- MADIANOU, M.; MILLER, D. **Transnational Families and Polymedia**. Londres: Routledge, 2012a.
- MADIANOU, Mirca. MILLER, Daniel. Polymedia: Towards a new theory of digital media in interpersonal communication. **International Journal of Cultural Studies** 16(2) 169–187 2012b
- MADIANOU, Mirca. Polymedia and Ethnography: Understanding the Social in social media. **Social Media + Society** - April-June, 2015.
- MAINGUENEAU, Dominique. Análise do discurso: a questão dos fundamentos. **Cad. Est. Ling.**, Campinas. (19): 65-74, jul-dez. 1990.
- MAISONNEUVE, Jean. **Introdução à psicossociologia**. São Paulo: Nacional, 1977.
- MARCUS, George. CLIFFORD, James. **A escrita da cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ e Papéis Selvagens, 2016.
- MARQUES, Â. C. S. et al. Alteridade, sofrimento social e potência política em relatos de si no projeto “SP Invisível” no Facebook. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 39, n. 3, p. 55–78, dez. 2016.
- MATTOS, Ricardo Mendes. FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**; 16 (2): 47-58; maio/ago.2004
- META. **1ª Pesquisa censitária nacional sobre crianças e adolescentes em situação de rua**. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião (Meta), Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://docplayer.com.br/14748-Primeira-pesquisa-censitaria-nacional-sobre-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-rua.html>. Acesso em: 15 abr. 2021.

- MILLER, D.; SLATER, D. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. **Horizontes Antropológicos**, v. 10, n. 21, p. 41–65, 2004.
- MILLER, Daniel; SINANAN, Jolynna. **Webcam**. John Wiley & Sons, 2014.
- MILLER, Daniel et al. **How the world changed social media**. UCL press, 2016.
- MILLER, Daniel. Digital anthropology. **Cambridge Encyclopedia of Anthropology**, 2018.
- MILLER, Daniel. **Tales from Facebook**. Polity, 2011.
- MILLER, Daniel. **How to conduct an ethnography during social isolation**. Youtube. 3 maio 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NSiTrYB-Oso&feature=youtu.be>. Acesso em: 17 maio 2021.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **População em situação de rua e violência – uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017**. Brasília – DF: Boletim Epidemiológico - Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde, v 50, nº 14, jun. 2019.
- MNPR. População de rua: vidas e trajetórias. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria de Assistência Social, 2009.
- _____. **Conhecer para lutar: cartilha para a formação política**. Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), MDS/UNESCO/Instituto Pólis. out. 2010.
- NATALINO, M. A. C. Estimativa da população em situação de rua no Brasil. Texto para Discussão. **IPEA**, n. 2246, p. 36, 2016.
- NEVES, D. P. Dossiê: categorizações deformantes: patrimônio de gestão dos pobres (mendigos, vagabundos, população em situação de rua). **Antropolítica**, v. 29, p. 9–35, 2010
- NEWMAN, Nic et al. Digital news report 2020. **Reuters Institute for the Study of Journalism**, p. 2020-06, 2020. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.
- NITAHARA, A. Página que conta história de moradores de rua leva à mobilização solidária. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 17 out. 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-10/pagina-que-Conta-historia-de-moradores-de-rua-do-rio-leva>. Acesso em: 02 mar. 2020.
- OLIVEIRA, F. B. DE; COSTA, S. L. DA. Entre a rua e o abrigo: reorganização do cotidiano. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 23, n. 2, p. 347–355, 2015.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. **Seminário de Estudos em Análise de Discurso**, v. 1, p. 8-18, 2003.
- _____. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Pontes, 2012.
- _____. **Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio**. Palestra proferida no Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Rio de Janeiro, ago, 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=k4GHvFryj0&list=PLJ1EETucCQ8rkACQzUX6LHoqo6oy6fZ9b&index=1>
- PAINS, C.; LEAL, G. Ações como página Rio Invisível, na internet, dão voz e oportunidade a quem vive na rua. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 dez. 2014. Rio. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/acoes-como-pagina-rio-invisivel-na-internet-dao-voz-opportunidade-quem-vive-na-rua-14903612>. Acesso em: 02 mar. 2020.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, v. 19, p. 7-24, 1990.

PEIRANO, M. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos. **Anais**. Porto Alegre: 2014

PERALTA, E. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória**, v. 2, n. 1998, p. 4–23, 2007.

PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. **A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos**. 42o Encontro Anual da ANPOCS GT8 - Democracia e desigualdades. 2018.

PINZANI, Alessandro. De objeto de políticas a sujeitos da política: dar voz aos pobres. **ethic@** - Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 83 - 101, dez. 2011.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

POSTILL, John. Digital Politics and Political Engagement. In: (Ed.) HORST, H. A.; MILLER, D. **Digital anthropology**, 165–84. Oxford: Berg. 2012

PRATES, Jane Cruz e outros. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília-DF, ano 11, n.22, p.191-215, jul./dez. 2011.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Números do censo da população em situação de rua – 2020. Rio de Janeiro: IPP, SMASDH, SMS, 2020. Disponível em: <https://www.data.rio/datasets/072556c5be3344e1aaf973354b93d566>. Acesso em: 21 maio 2021.

PRIMO, A. O que há de social nas mídias sociais? Reflexões a partir da teoria ator-rede. **Contemporânea | Comunicação e Cultura**, v. 10, n. 3, p. 618–641, 2012.

PRIMO, Alex Teixeira; VALIATI, Vanessa; LUPINACCI, Ludmila; BARROS, Laura. Conversações fluidas na cibercultura. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, vol. 24, núm. 1, Porto Alegre, 2017.

PRIMO, Alex Fernando Teixeira et al. Interações e práticas no Facebook. **Contracampo: revista do Programa da Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense**. Niterói, RJ. Vol. 37, n. 2 (ago./nov. 2018), p. 152-171, 2018.

PUTNAM, Robert D. **Bowling alone: The Collapse and Revival of American Community**. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2001. E-book Kindle.

RAMOS, J. DE S. Etnografia e digitalização. In: CAMPANELLA, B.; BARROS, C. (Eds.) **Etnografia e consumo midiático: novas tendências e desafios metodológicos**. Rio de Janeiro: E-papers, 2016.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina. 2009.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIO INVISÍVEL. **Sobre**. Rio de Janeiro, 18 set. 2014. Facebook: rioinvisivel. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel>. Acesso em: 17 maio 2021.

RIO INVISÍVEL. Rio de Janeiro, 17 maio 2021. Instagram: @rioinvisivel. Disponível em: <https://www.instagram.com/rioinvisivel/>. Acesso em: 17 maio 2021.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *Alea*, v. 7, n. 2, p. 305–322, 2005.

RODRIGUES, A. E. M.; MELLO, J. O. B. DE. As reformas urbanas na cidade do rio de janeiro: uma história de contrastes. *Acervo*, v. 28, n. 1, p. 19–53, 2015.

RODRIGUES, I. DE S. **A construção social do morador de rua: o controle simbólico da identidade**. Dissertação de mestrado – Juiz de Fora: UFJF/PPGCS, 2015.

SAGI/MDS. I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – avaliação dos resultados. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria de Assistência Social, 2009.

SANTA CRUZ, Lúcia. Entre vítimas, sofredores e indivíduos: responsabilidade social na televisão. *Comunicologia-Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília*, v. 5, n. 1, p. 276-296, 2012.

SARGENTINI, V. M. O. **Os estudos do discurso e nossas heranças: Bakhtin, Pêcheux e Foucault**. Estudos Linguísticos XXXV, p. 181-190, 2006.

SCHINESTSCK, Letícia Ribeiro et al. "**Se a carapuça serviu...**" estudo de caso sobre a cultura das indiretas e a violência simbólica no Facebook. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Católica de Pelotas. 190 fl. Pelotas: UCPEL, 2015.

SCHMIDT, K.; ROBAINA, I. M. Beyond Removal: Critically Engaging in Research on Geographies of Homelessness in the City of Rio de Janeiro. *Journal of Latin American Geography*, v. 16, n. 1, p. 93–116, 2017.

SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2015. E-book Kindle.

SILVA, A. L. L. da et al. **Somos todos cariocas: levantamento da população em situação de rua do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SMASDH/SUBIPC/CIM, 2018.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Editora Companhia das Letras, 2003. E-book Kindle.

SOTOMAYOR, Maria Thereza. DODEBEI, Vera. Vulnerabilidade social, memórias subterrâneas e o Rio Invisível. *Z Cultural*, v. XII, n. 2, 2017.

SOTOMAYOR, Maria Thereza. **Rio Invisível e as narrativas visuais sobre a população em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro**. 2018. 128f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Memória Social) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio, Rio de Janeiro, 2018.

_____, Maria Thereza. A memória social do Rio de Janeiro e os marginalizados: de João do Rio ao Rio Invisível. **4º Seminário Tecnologia e Cultura**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.

TOMÁS, Júlia Catarina de Sá Pinto. A invisibilidade como subversão pós-moderna na cultura urbana. **Comunicação e Sociedade**, vol. 18, pp. 165-171, 2010.

VAN DIJCK, J. **Mediated memories in the digital age**. Stanford, California: Stanford University Press, 2007.

VAN DIJCK, J. **The culture of connectivity: a critical history**. Oxford: Oxford University Press, 2013a.

VAN DIJCK, José. 'You have one identity': Performing the self on Facebook and LinkedIn. **Media, culture & society**, v. 35, n. 2, p. 199-215, 2013b.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The platform society: Public values in a connective world**. Oxford University Press, 2018.

VAZ, Paulo. Mediação e tecnologia. **Revista Famecos**, v. 8, n. 16, p. 45-59, 2001.

VAZ, P. R. G. Na distância do preconceituoso: narrativas de bullying por celebridades e a subjetividade contemporânea. **Galáxia (São Paulo)**, v. 14, n. 28, p. 32-44, 2014.

VELLOSO, D. Um Rio de Janeiro que talvez você não conheça. **Agência de notícias da Favela**, Rio de Janeiro, 14 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.anf.org.br/um-rio-de-janeiro-que-talvez-voce-nao-conheca/>> Acesso em: 02 mar. 2020.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WARANDA, Valter. **Liminaridade, bebidas alcoólicas e outras drogas: funções e significados entre moradores de rua**. Tese de Doutorado em Ciências da Saúde, Universidade de São Paulo, 2009.

#JUNTOSTRANSFORMAMOS: Rio Invisível. Oi Futuro. 24 set. 2018. Histórias. Disponível em <<https://oifuturo.org.br/historias/juntostransformamos-rio-invisivel/>>. Acesso em 02 mar 2020.

Anexo A - Termos detalhados do acordo com o Comitê de Ética

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RIO INVISÍVEL: A CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS MEDIADAS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Pesquisador: Juliana Viana

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 31592020.9.0000.5582

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia (UFRJ)

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.040.388

Apresentação do Projeto:

"Pesquisa de cunho etnográfico, pautada no aporte teórico e metodológico da antropologia digital e nos conceitos de Memórias Mediadas (VAN DIJCK, 2007) e Cultura da Conectividade (VAN DIJCK, 2013). A partir da análise das publicações de uma página na plataforma Facebook intitulada

"Rio Invisível", a pesquisa visa compreender de que forma a construção das memórias por parte dos indivíduos retratados pela página é atravessada

por novos padrões de sociabilidade ligados à incorporação das ferramentas digitais ao cotidiano das pessoas. A pesquisa será composta por duas

fases, uma presencial e a outra digital. Na primeira, os interlocutores serão pessoas em situação de rua que tenha sido entrevistadas pela equipe do

"Rio Invisível". Por se tratar de um projeto que publica histórias de vida de pessoas em situação de rua, que não dispõem dos meios materiais para o

acesso à internet, faz-se necessário a interação face-a-face com tais indivíduos para que, durante a observação participante, emergjam nos encontros

- a partir da metodologia de escuta de memórias (CARVALHO; PINTO; SOUZA, 2016), os sentidos atribuídos à existência de tal projeto de

visibilidade e os desdobramentos da participação como retratado pela página em questão. Ainda

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 4.040.388

na etapa presencial, pretende-se entrevistar os realizadores do projeto para entender de que forma é produzido o conteúdo publicado. Já na fase on-line, será realizada uma etnografia digital via mensagem direta dentro da própria plataforma Facebook, com o objetivo de compreender as motivações para a participação na página "Rio Invisível" enquanto "seguidor". Serão convidados a participar da pesquisa os indivíduos que tenham interagido com as publicações deixando pelo menos um comentário na página. Os dados coletados serão analisados à luz dos preceitos da Análise do Discurso de tradição francesa."

Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário:

Esta pesquisa visa analisar, a partir do estudo etnográfico da página de facebook intitulada Rio Invisível, como a construção de memórias mediadas (VAN DIJCK, 2007) de pessoas em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro se relaciona com uma cultura da conectividade (VAN DIJCK, 2013) que estabelece novos padrões de socialidade centrados na produção de narrativas autobiográficas.

Objetivo Secundário:

São os objetivos secundários desta pesquisa:

- Problematizar o processo de construção de uma narrativa de si a partir de memórias traumáticas levando em consideração o objetivo de exposição pública na internet de histórias pessoais e íntimas;
- Perceber, nos comentários dos leitores, quais valores e moralidades compõem os diferentes quadros de significação ligados à figura do morador de rua e de que forma elementos "surpreendentes" desorganizam ou reorganizam esses quadros;
- Compreender o papel de agenciamento das redes sociais digitais na medida em que propiciam o encontro desses grupos sociais em um outro campo que não a rua e permitem um outro tipo de interação entre os atores;
- Questionar o papel da mediação na construção dessas narrativas de si e desse espaço de visibilidade."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Riscos:

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA **CEP:** 22.290-240
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 4.040.388

Por conta da situação atual de pandemia de Covid-19, em que se faz necessário o distanciamento social, a etapa da etnografia presencial deverá ser adiada até que os órgãos de saúde competentes determinem o fim de tais medidas de segurança e a possibilidade de retorno às atividades de pesquisa de forma presencial. Desta forma, acreditamos que os riscos de contágio de Covid-19 sejam mínimos, uma vez que nos comprometemos a aguardar a normalização total da situação para dar início a tal fase da pesquisa. Sobre os demais tipos de riscos, os que identificamos como possíveis de ocorrer durante a pesquisa dizem respeito ao desconforto por parte do participante de exposição de sua história de vida pessoal, eventual lembrança de algum assunto delicado ou constrangedor, ou mesmo exposição de algum fato comprometedor. Dada a situação de vulnerabilidade de parte de nossos interlocutores (pessoas em situação de rua), é provável que muitos assuntos envolvam memórias sensíveis. Para minimizar tais riscos, a metodologia adotada será a de escuta de memórias, que prevê a fala guiada pelo narrador. Neste método, o conteúdo do que será narrado é estabelecido pelo interlocutor, a partir daquilo que deseja compartilhar e pelo tempo que precisar (podendo ser tanto um tempo curto, respeitando os limites daqueles que já esgotaram o que tinham para dizer, como um tempo mais dilatado), colocando o pesquisador na posição de quem escuta, e não de entrevistador, não fazendo sentido, portanto, a elaboração prévia de um roteiro de entrevista (CARVALHO; PINTO; SOUZA, 2016).

Especificamente na fase digital da pesquisa, o principal risco é que o leitor que venha a ser convidado a participar da pesquisa se sinta invadido ou como que sendo observado nas suas atividades on-line, mesmo se tratando de um conteúdo aberto ao público. Para reduzir o desconforto, o texto do convite e o termo de consentimento destacarão a total confidencialidade das informações obtidas (mesmo aquelas que estão públicas na rede social), a preservação da identidade dos usuários e a possibilidade de retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa sem quaisquer prejuízos. Também é importante destacar que, análogo ao que se pretende nos encontros de escuta de memória, as interações entre pesquisadoras

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA **CEP:** 22.290-240
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 4.040.388

e interlocutores via mensagem digital não se dará em formato de entrevista. Será proposto um tema geral e será solicitado que os respondentes se manifestem livremente sobre o assunto, evitando direcionamentos e sem determinar o tamanho das respostas.

Será informada ao interlocutor a possibilidade de confirmar ou retirar a sua declaração de participação a qualquer momento ao longo da pesquisa.

Ressaltamos que os direitos dos participantes de confidencialidade, preservação da identidade, retirada de consentimento a qualquer tempo, mudança ou revisão do que foi declarado, possibilidade interrupção do encontro/conversa a qualquer momento serão destacados tanto nas situações presenciais como nas interações on-line.

Benefícios:

A perspectiva transdisciplinar e engajada que orienta a construção de uma Psicologia Social "crítica, sensível às situações de exclusão social, e ao mesmo tempo muito ativa na busca de soluções práticas para os problemas socioculturais e comunitários com os quais trabalha" (MACIEL; SOUZA, 2018) norteia as escolhas teóricas-metodológicas para uma abordagem que desconstrua quaisquer práticas ou políticas públicas voltadas para pessoas em situação de rua que considerem as características do grupo como homogêneas.

Neste sentido, acreditamos que se coloca como benefício oferecido pela pesquisa a construção de um conhecimento acerca da situação de rua que busque ultrapassar visões estigmatizadas a respeito de tal grupo, contribuindo para a elaboração de novas atitudes na forma como nos relacionamos, enquanto sociedade, com esses sujeitos. Além disso, conforme os princípios da Antropologia Digital (Horst e Miller, 2012), ao considerar as mídias sociais como um ambiente em que se vive verdadeiramente, buscamos entender como as representações sociais interferem nas relações entre indivíduos em situação de rua e o resto da sociedade e como produzem efeitos sensíveis capazes de mudar a dinâmica das interações."

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 4.040.388

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A metodologia está adequada, no geral, porém há uma questão sobre as entrevistas, a ver como campo abaixo, sobre o termos obrigatórios.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisa não prevê como agir no caso de alguns dos entrevistados em situação de rua seja analfabeto. Nesse caso, qual o procedimento alternativo ao preenchimento do RCLE?

Recomendações:

Deve-se substituir "Termo" por "Registro" em "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido".

O texto do "Registro de Consentimento Livre e Esclarecido" precisa de algumas revisões gramaticais e deve incluir o contato do CEP.

Recomenda-se que o pesquisador se atente a uma eventual necessidade de utilizar modalidades de consentimento que não o documento por escrito, para que atenda às características dos participantes (em situação de rua, no caso), de acordo com a Resolução 510, nos artigos abaixo transcritos:

"Art. 15. O Registro do Consentimento e do Assentimento é o meio pelo qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante ou de seu responsável legal, sob a forma escrita, sonora, imagética, ou em outras formas que atendam às características da pesquisa e dos participantes, devendo conter informações em linguagem clara e de fácil entendimento para o suficiente esclarecimento sobre a pesquisa.

(...)

Art. 16. O pesquisador deverá justificar o meio de registro mais adequado, considerando, para isso, o grau de risco envolvido, as características do processo da pesquisa e do participante."

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado e reforça-se o cumprimento das recomendações acima.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA **CEP:** 22.290-240
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com

**UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**



Continuação do Parecer: 4.040.388

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1550373.pdf	05/05/2020 04:22:57		Aceito
Outros	termodecomprometimentojulianabach.pdf	05/05/2020 04:21:38	Juliana Viana	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetedetalhadوجلاناباخ.docx	05/05/2020 03:55:47	Juliana Viana	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclejulanabach.docx	05/05/2020 03:51:43	Juliana Viana	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderostوجلاناباخ.pdf	05/05/2020 03:48:57	Juliana Viana	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 21 de Maio de 2020

**Assinado por:
ERIMALDO MATIAS NICACIO
(Coordenador(a))**

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA **CEP:** 22.290-240
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com